

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Arquitetura e Design

**Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e
Patrimônio Sustentável**

Raíssa de Keller e Costa

**HISTÓRIA DA PAISAGEM DO
CONJUNTO DOS CONTOS, OURO PRETO, MG
(1750-2023)**

Belo Horizonte
2023

Raíssa de Keller e Costa



**HISTÓRIA DA PAISAGEM DO
CONJUNTO DOS CONTOS, OURO PRETO, MG
(1750-2023)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Linha de Pesquisa: Paisagem e Ambiente

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Myriam Bahia Lopes

Belo Horizonte

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

C837h Costa, Raíssa de Keller e.
História da paisagem do Conjunto dos Contos, Ouro Preto, MG (1750-2023)
[manuscrito] / Raíssa de Keller e Costa. – 2023.
237 p. : il.

Orientadora: Myriam Bahia Lopes.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de
Arquitetura.

1. Patrimônio cultural – Teses. 2. Pesquisa histórica – Teses. 3. Centros
históricos – Teses. 4. Ouro Preto – Teses. I. Gonçalves, Raquel Garcia. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 351.8098151



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"História da paisagem do Conjunto dos Contos, Ouro Preto, MG (1750-2023)"

RAÍSSA DE KELLER E COSTA

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e três, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída, pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Beatriz Alencar D Araújo Couto

Escola de Arquitetura/UFMG

Profa. Dra. Kerley dos Santos Alves

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Prof. Dr. Reginaldo Luiz Cardoso

Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ

Profa. Dra. Maria Angélica da Silva

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Profa. Dra. Myriam Bahia Lopes - Orientadora

PPG-ACPS/UFMG

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por Reginaldo Luiz Cardoso, Usuário Externo, em 23/08/2023, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543 de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Beatriz Alencar D Araujo Couto, Professora do Magistério Superior, em 24/08/2023, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Myriam Bahia Lopes, Professora do Magistério Superior, em 19/09/2023, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Kerley dos Santos Alves, Usuário Externo, em 21/09/2023, às 01:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por MARIA ANGÉLICA DA SILVA, Usuário Externo, em 26/09/2023, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2561075 e o código CRC 88F2273F.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha filha, Lígia, por compreender a minha ausência, pelos estímulos e aprendizados de vida, por participar dos meus processos desde a graduação até o doutorado. Pelas idas para a sala de aula – tarde da noite, pela companhia e companheirismo, por ser minha força. E ao Floc, que é o nosso presentinho diário e ilumina nossa vida.

Agradeço à minha família, por todo apoio, pela paciência, pelo carinho, pela torcida e vibração em cada etapa. Em especial, à minha vovozinha linda, que nos deixou no finalzinho desta pesquisa e que me inspira a não desistir, que me ensinou que estudar nunca é demais, que não há idade e que é a nossa maior riqueza.

Às amigas e aos amigos pelos empurrões necessários, pelas acolhidas, pela presença e pelo estímulo. Obrigada pela rede de apoio e amor.

Agradeço à minha orientadora, Myriam, pela parceria, pelo conhecimento compartilhado, pela confiança, pelas orientações, pela disponibilidade, pela assertividade, por me estimular a buscar além e me tirar da caixinha, com tanto carinho e atenção. E ao grupo de pesquisa do NEHCIT, pelas ricas trocas.

Ao PACPS e à UFMG, pela estrutura oferecida, pelo ensino público de qualidade, pelas resistências, pela oportunidade. Aos professores que tanto me ensinaram, aos funcionários pelo suporte, aos colegas pelas trocas e desabafos. A todos os professores e professoras que fizeram parte da minha vida, especialmente por não desistirem diante de contextos tão sombrios e se manterem humanos.

Agradeço, ainda, por fazer parte de Ouro Preto, que tem tanto a oferecer. Pelo acolhimento e atenção do Museu Casa dos Contos, pelas trocas nos eventos da cidade, pelas vivências, pelas culturas pulsantes, por ser paisagem.

Como ninguém faz nada sozinho, agradeço a todos e todas que passaram pela minha vida, que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão do doutorado, como aqueles que indicaram bibliografias, que compartilharam conhecimento, que questionaram e criticaram, que me enviaram fotografias e outros materiais relacionados à cidade.

Por fim, à Capes, pelo financiamento parcial desta pesquisa.

RESUMO

Esta tese é um estudo do conjunto composto pelo Largo, Chafariz, Ponte e Casa dos Contos, que denominamos Conjunto dos Contos (CDC), situado em Ouro Preto (OP), Minas Gerais, no período compreendido entre 1750 e 2023. A cidade é protegida em seu conjunto e também é palco de inúmeros conflitos e disputas que nem sempre são colocados em evidência, uma cidade viva. Seus atributos lhe garantem notoriedade histórica e cultural em âmbito internacional, pois figura na lista de Patrimônio da Humanidade da Unesco desde 1980. Adotamos a noção de paisagem como leitura do espaço e compreendemos que ela se baseia na experiência e na percepção de quem a vive, a experimenta, entendendo que as relações do corpo com o espaço são primordiais, como elementos inter-relacionais e indissociáveis. Além de ter se tornado um objeto da política de instituições de preservação, a paisagem é, ainda, uma forma de pensamento. No perímetro urbano tombado de OP, o CDC é um espaço de uso coletivo intenso com funções que variam ao longo de sua história e essencial para o funcionamento da cidade. O Largo envolve e dá acesso à Ponte, ao Chafariz e à Casa dos Contos, classificados como monumentos e que se encontram hoje em bom estado de conservação. O estudo da história do CDC parte das dinâmicas desses monumentos trazendo pistas sobre usos cotidianos, valores, conflitos, diversidade e importância para a cidade. Além disso, essa história nos permite compreender as relações entre o público e o privado e as sucessivas transformações no espaço urbano que também trouxeram novas dinâmicas e conflitos. A tese realiza uma leitura da história da paisagem que destaca seu contexto sociotécnico com base em documentos textuais e imagéticos. As fontes do passado foram levantadas em arquivos e bibliotecas; as do presente foram produzidas na forma de anotações em nosso caderno e de registros visuais, em fotos e vídeos da área que nos possibilitaram escrever parte de sua história. Identificamos atividades econômicas e instituições vitais para a cidade, observamos e registramos nossas impressões entre 2020 e 2023. A importância do CDC na vida da cidade similarmente foi comprovada para os dias atuais, com suas devidas contextualizações. No entanto, não podemos deixar de lado a vivência enquanto moradora que não é o foco desta pesquisa, mas produz um entrelaçamento entre a objetividade e a subjetividade, tão caras à temática. Ela nos permite aceitar o desafio de Alain Corbin de realizar uma imersão histórica na paisagem ou, nas palavras de Walter Benjamin, de situar o passado como o ponto de fuga ao qual nosso presente se refere. Nessa direção, defendemos que a paisagem apenas faz sentido se estiver totalmente integrada em todos os seus elementos, principalmente as pessoas, que dão sentido a ela. Encontramos com Pierre Sansot que se afasta da pretensão de objetividade em seus textos paisageiros. A tese se propõe a manter um diálogo entre épocas distintas e expressa o desejo de que a paisagem de Ouro Preto seja um legado vivo para sucessivas e futuras gerações.

Palavras-chave: Paisagem. Patrimônio. Percepção. História. Cidade. Ouro Preto.

ABSTRACT

This thesis is a study of the set composed of the Largo, Chafariz, Ponte, and Casa dos Contos, which we call Conjunto dos Contos (CDC), located in Ouro Preto (OP), Minas Gerais, in the period between 1750 and 2023. The city is protected in its entirety and is also the stage of countless conflicts and disputes that are not always put in evidence. Its attributes give it historical and cultural notoriety internationally, as it has been on the UNESCO World Heritage list since 1980, a city alive. We adopt the notion of landscape as a reading of space and understand that it is based on the experience and perception of those who live it, experience it, understanding that the relationship of the body with the space is primordial, as interrelated and inseparable elements. Besides having become an object of the preservation institutions' policies, landscape is also a way of thinking. In the urban perimeter of OP, the CDC is a space of intense collective use with functions that vary throughout its history and essential to the functioning of the city. The Largo surrounds and gives access to the Bridge, the Fountain, and the Casa dos Contos, all of which are classified as monuments and are today in a good state of conservation. The study of the history of the CDC starts from the dynamics of these monuments, bringing clues about daily uses, values, conflicts, diversity, and importance to the city. Moreover, this history allows us to understand the relations between public and private and the successive transformations in urban space that also brought new dynamics and conflicts. The thesis performs a reading of the history of the landscape that highlights its socio-technical context from textual and imagetic documents. The sources of the past were surveyed in archives and libraries; those of the present were produced in the form of notes in our notebook and visual records, in photos and videos of the area that allowed us to write part of its history. We identified economic activities and institutions that are vital to the city, and we observed and recorded our impressions between 2020 and 2023. The importance of the CDC in the life of the city was also proven for the present day, with its proper contextualizations. However, we cannot leave aside the experience as a resident that is not the focus of this research, but produces an interweaving between objectivity and subjectivity, so dear to the theme. It allows us to accept Alain Corbin's challenge of performing a historical immersion in the landscape, or in Walter Benjamin's words, to situate the past as the vanishing point to which our present refers. In this direction, we argue that the landscape only makes sense if it is fully integrated with all its elements, especially the people, who give it meaning. And, we find with Pierre Sansot that he moves away from the pretension of objectivity in his landscape texts. The thesis proposes to maintain a dialogue between distinct eras and expresses the desire that the Ouro Preto landscape be a living legacy for successive and future generations.

Keywords: Landscape. Heritage. Perception. History. City. Ouro Preto.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Largo dos Contos ao fundo.....	15
Figura 2 - Representação do Largo dos Contos e seu entorno.....	34
Figura 3 - Vista parcial do Largo dos Contos	35
Figura 4 - Largo dos Contos em 1956.....	36
Figura 5 - Largo dos Contos com destaque para a edificação do Fórum de Justiça, década de 1880.....	38
Figura 6 - Rua São José e Ponte dos Contos com sentido invertido no trânsito de automóveis	38
Figura 7 - Rua São José com trânsito de automóveis em sentido duplo.....	38
Figura 8 - Gravação de novela no Largo dos Contos, 1987.....	39
Figura 9 - Movimento a tarde no Largo dos Contos	40
Figura 10 - Monumentos do Largo dos Contos	42
Figura 11 - Vista aérea do Largo dos Contos em Ouro Preto	43
Figura 12 - Projeto de rede de triangulação da nova capital	44
Figura 13 - Casa de la Moneda, Potosí em Bolívia	54
Figura 14 - Fragmento da planta topográfica no local do Largo do Pelourinho anterior ao terremoto de 1755, com marcação da edificação da Casa dos Contos.	61
Figura 15 - Largo do Pelourinho, Lisboa, 1830	62
Figura 16 - Mapa de Ouro Preto, 1888.....	66
Figura 17 - Fragmento do Mapa de Ouro Preto, 1888	66
Figura 18 - Praça do Comércio, Rio de Janeiro, 1856	70
Figura 19 - Praça do Comércio e Casa dos Contos Rio de Janeiro	71
Figura 20 - Paisagem de Vila Rica no século XIX pelo olhar de Rugendas	78
Figura 21 - Faixa na fachada central do Museu Casa dos Contos.....	92
Figura 22 - Imagens de satélite do Largo dos Contos.....	94
Figura 23 - Sebo itinerante nas paredes do Fórum	95
Figura 24 - Florista em frente ao Chafariz dos Contos.....	96
Figura 25 - População dos distritos de Ouro Preto vendendo jabuticaba no Largo dos Contos.....	96
Figura 26 - Imagem de satélite de Ouro Preto	98
Figura 27 - Fundos dos casarios do Largo dos Contos.....	103

Figura 28 - Telhados do Largo dos Contos com vista para o Pilar e Igreja de São José	104
Figura 29 - Vista 1 do Largo dos Contos pela manhã	107
Figura 30 - Vista 2 do Largo dos Contos pela manhã	108
Figura 31 - Vista 3 do Largo dos Contos pela manhã	109
Figura 32 - Vista 1 do Largo dos Contos a tarde	110
Figura 33 - Mapa de subáreas funcionais no Largo dos Contos	111
Figura 34 - Fotografia do Jornal Ouro Preto	112
Figura 35 - Vista 2 do Largo dos Contos a tarde	112
Figura 36 - Vista 3 do Largo dos Contos a tarde	113
Figura 37 - Vista 1 do Largo dos Contos a noite	114
Figura 38 - Vista 2 do Largo dos Contos a noite	114
Figura 39 - Vista 3 do Largo dos Contos a noite	115
Figura 40 - Mapa com apropriações cotidianas no Largo	117
Figura 41 - Carnaval 2023 no Largo dos Contos	119
Figura 42 - Carnaval 2023 no Largo dos Contos	120
Figura 43 - Chafariz dos Contos e a Semana Santa, luzes, sombras e tapetes de serragem	123
Figura 44 - Procissão de Santa Efigênia, São Sebastião e São Roque em 1930 ...	124
Figura 45 - Tapetes de serragem da Semana Santa 2023 no Largo dos Contos ...	125
Figura 46 - Semana Santa 2023 na Ponte dos Contos	126
Figura 47 - Semana Santa 2023 no Largo dos Contos	126
Figura 48 - Procissão do Encontro na Semana Santa 2022	127
Figura 49 - Bênção de Corpus Christi na escadaria do Ministério Público	128
Figura 50 - Ouro-pretana observando os participantes do festival	129
Figura 51 - Imagem e vídeo do Festival de Inverno 1976 em Ouro Preto	130
Figura 52 - Ação do Festival de inverno da UFMG em frente ao Chafariz dos Contos	131
Figura 53 - Palco do Festival Experience no Largo dos Contos	132
Figura 54 - Largo dos Contos durante o Festival Experience	133
Figura 55 - Festival e Turismo no Largo dos Contos	134
Figura 56 - Encontro de corporações musicais no Largo dos Contos	135
Figura 57 - Encontro de corporações musicais no Largo dos Contos	136
Figura 58 - Vista parcial Ouro Preto	137

Figura 59 - Foto da fachada do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto em 1898..	138
Figura 60 - Cine Vila Rica	139
Figura 61 - Volumetria do Cine Vila Rica	140
Figura 62 -Banco Comércio e Indústria MG em Ouro Preto.....	142
Figura 63 - Vista parcial do Largo dos Contos no séc. XIX.....	143
Figura 64 - Vista parcial do Largo dos Contos no séc.XXI	134
Figura 65 - Miss Minas Gerais no Grande Hotel com vista para o Largo dos Contos	144
Figura 66 - Ministério Público no Largo dos Contos.....	144
Figura 67 - Vista aérea Largo dos Contos Ouro Preto em 1940	145
Figura 68 - Vista aérea do Largo dos Contos.....	146
Figura 69 - Vista parcial a partir do restaurante do Grande Hotel	147
Figura 70 - Grande Hotel de Ouro Preto	147
Figura 71 - Estação Ecológica do Tripuí em Ouro Preto (MG).....	152
Figura 72 - Ponte dos Contos de Ouro Preto	155
Figura 73 - Lateral da Casa dos Contos com a Ponte dos Contos de Ouro Preto ..	155
Figura 74 - Ponte dos Contos com gradil	160
Figura 75 - Ponte dos Contos vista do antigo horto botânico.....	160
Figura 76 - Ponte dos Contos após intervenção da Inspetoria de Monumentos Nacionais.....	162
Figura 77 - Músico na Ponte dos Contos	163
Figura 78 - Vista da Ponte da janela de uma loja de artesanato em 1967	163
Figura 79 - Chafariz dos Contos de frente	164
Figura 80 - Instalações sanitárias no segundo pavimento do Museu Casa dos Contos	167
Figura 81 - Destaque para a inscrição em latim no Chafariz dos Contos.....	172
Figura 82 - Transportadores de água por Rugendas no século XIX	173
Figura 83 - Chafariz dos Contos com embasamento soterrado no século XX	173
Figura 84 - Chafariz dos Contos restaurado pela Inspetoria de Monumentos Nacionais	177
Figura 85 - Chafariz dos Contos.....	177
Figura 86 - Chafariz particular em casario setecentista de Ouro Preto	179
Figura 87 - Crianças bebendo água no Chafariz dos Contos.....	182
Figura 88 - Museu Casa dos Contos quando sede dos Correios em Ouro Preto....	185

Figura 89 - Fachada do Museu Casa dos Contos	186
Figura 90 - Porta principal do Museu Casa dos Contos	186
Figura 91 - Escada de pedra do Museu Casa dos Contos no século XX.	186
Figura 92 - Escadaria monumental do Museu Casa dos Contos com destaque para o arco	187
Figura 93 - Vista panorâmica do segundo andar do Museu Casa dos Contos	188
Figura 94 - Detalhe do forro com pintura atribuída a Ataíde	189
Figura 95 - Forro com pintura atribuída a Ataíde.....	189
Figura 96 - Croqui da fachada principal do Museu Casa dos Contos	190
Figura 97 - Croqui da fachada lateral do Museu Casa dos Contos	190
Figura 98 - Planta do subsolo da Casa dos Contos	191
Figura 99 - Planta do 1º pavimento da Casa dos Contos.....	192
Figura 100 - Planta do 2º pavimento da Casa dos Contos.....	193
Figura 101 - Planta do 3º e do 4º pavimento da Casa dos Contos.....	194
Figura 102 - Planta da Senzala da Casa dos Contos.....	195
Figura 103 - Vista panorâmica do mirante do Museu Casa dos Contos	196
Figura 104 - Encontro da Rua das Flores com o Largo dos Contos.....	196
Figura 105 - Museu Casa dos Contos no presente	198
Figura 106 - Centro de Estudos do Ciclo do Ouro.....	199
Figura 107 - Exposição permanente Casa da Moeda e sala de fundição	199
Figura 108 - Varanda interna do Museu Casa dos Contos	200
Figura 109 - Símbolo na porta do salão nobre	200
Figura 110 - Vista aérea do Horto dos Contos abaixo do Largo.....	205
Figura 111 - Vista da janela da Garapinha	206
Figura 112 – Paisagem vista da parte alta do Horto	206
Figura 113 - Córrego dos Contos.....	207
Figura 114 - Quintais às margens do horto	207
Figura 115 - Teia de aranha em árvores no horto.....	208
Figura 116 - Natureza no horto Fonte: acervo pessoal, 2020.	208
Figura 117 - Mapa topográfico do Horto Botânico de Vila Rica em 1799.....	210
Figura 118 - Jardim que pertenceu ao Horto de Vila Rica no século XVIII.....	211
Figura 119 - Escadaria do horto remanescente do século XVIII	212
Figura 120 - Vista aérea do Largo dos Contos - ao fundo os patamares	213
Figura 121 - Vista aérea da Ponte dos Contos e arredores	213

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Largos de Ouro Preto (distrito sede)	63
Tabela 2 - Profissionais e empresas (1890), nas ruas Tiradentes, Largo da Alegria, Rua de São José em Ouro Preto	68
Tabela 3 - Momentos de observação do Largo dos Contos	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Recorte temporal de pesquisa de longa duração	27
Quadro 2 - Arquivos consultados para a pesquisa documental	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	Arquivo Público Mineiro
BN	Biblioteca Nacional
BNDB	Biblioteca Nacional Digital Brasileira
CC	Casa dos Contos
CDC	Conjunto dos Contos
CMOP	Câmara Municipal de Ouro Preto
CX	Caixa
DOC	Documento
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional
EET	Estação Ecológica do Tripuí
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
GAV	Gaveta
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MG	Minas Gerais
MHN	Museu Histórico Nacional
MM	Municípios Mineiros
OP	Ouro Preto
PMOP	Prefeitura Municipal de Ouro Preto
SG	Secretaria de Governo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 HISTÓRIA DA PAISAGEM DE OURO PRETO	34
1.1 Dinâmicas da paisagem	34
1.2 Cultura em movimento	45
1.2.1 Desdobramentos da “mundialização ibérica” nos séculos XVII e XVIII.....	47
1.3 Toponímia: o largo	60
1.4 Os reflexos da dominação lusa no urbanismo brasileiro	70
1.5 Percepção da paisagem	79
1.6 Valores e conflitos do patrimônio de Ouro Preto	81
2 PAISAGEM E ESPAÇO PÚBLICO	89
2.1 Apropriações da paisagem	89
2.1.1 Largo dos Contos: usos cotidianos.....	104
2.1.2 Largo dos Contos: usos coletivos.....	115
2.2 Alterações no espaço público	133
2.2.1 De Liceu de Artes e Ofícios a cinema.....	134
2.2.2 A edificação do Ministério Público de Minas Gerais.....	138
2.2.3 O Grande Hotel de Ouro Preto.....	142
3 PATRIMÔNIO E PAISAGEM	146
3.1 A Ponte dos Contos – 1744	146
3.2 O Chafariz dos Contos – 1760	161
3.3 A Casa dos Contos – 1784	179
3.4 O Horto dos Contos – 1799	202
CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
FONTES	217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	222
ANEXO 1 - VERBETE	235
ANEXO 2 – FONTES E TRANSCRIÇÕES	236

INTRODUÇÃO

Ouro Preto é uma cidade reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade. A cidade¹ é marcada por sua implantação e desenho de suas vias, pelas linhas serranas que a abraçam, pelo desafio de suas ladeiras, “[...] subida com pendor e declive” (LOPES, 2014, p. 375). Conta com casarios que parecem se apoiar uns nos outros, janelas e portas que dão ritmo ao passar das procissões e ondas de telhas vermelhas. As torres das igrejas grampeiam com sons e cores o limite da terra e do céu. Por essas ruas passam pessoas de várias línguas e países.

O município abriga moradores de diversos estados brasileiros, professores, estudantes, funcionários e trabalhadores. Toda essa mistura cultural faz com que seja considerada uma cidade viva e, como tal, palco de conflitos e disputas em seus espaços. É uma cidade-monumento que contém outros tantos monumentos oitocentistas dentro dela. A iluminação urbana ressalta esses monumentos, edificações belas e imponentes que se destacam no ondulado da paisagem.

O Largo dos Contos está localizado em região comercial e central do núcleo histórico tombado de Ouro Preto, em Minas Gerais, no Brasil. Também é conhecido como Largo do Cinema e, oficialmente, é a Praça Reinaldo Alves de Brito, nomenclatura pouco utilizada entre os moradores.

Podemos dizer que a pesquisa foi motivada por interesse pessoal pela cidade e pelo Largo dos Contos, a partir de vivências próprias. O Largo e o entorno fazem parte de nossa vida. Na infância, eram espaços para andar de bicicleta aos domingos; brincar de falar inglês com os turistas estrangeiros; frequentar a banca de jornal próxima à Ponte dos Contos; acompanhar a banda pelas ruas ou pela janela do casarão;

¹ No Brasil, o conceito de cidade é posterior à própria formação delas considerando que as primeiras cidades brasileiras foram consideradas arraiais, depois vilas e, então, cidades. As primeiras vilas brasileiras foram criadas no século XVI, como é o caso de São Vicente, Salvador, dentre outras. Ouro Preto se tornou Vila apenas em 1711, portanto, utilizaremos o termo cidade para nos referirmos a ela ao longo do texto, mas compreendemos a necessidade de se pensar a etimologia da palavra e considerar, portanto, seus contextos. O livro “A cidade na história” de Lewis Mumford traz um arcabouço teórico importante para o conceito. E, ainda, a evolução do conceito e sua contextualização podem ser encontrados em pesquisas recentes, como é o caso de LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, nº4, 2008, p. 109-123. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098/77740>>. Acesso em: set. 2023. Ou, ainda: VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A metamorfose do conceito de cidade. **MERCATOR**, Fortaleza, nº14, 2015. Doi <https://doi.org/10.4215/RM2015.1404.0002>. Acesso em: set. 2023.

desenhar casas e monumentos nos cursos de desenho da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP). Na fase adulta, continuou sendo vivenciado com a constante admiração pela paisagem; a vontade de ver a cidade, de caminhar pelas ruas do núcleo histórico; os cafés com belas vistas; os usos cotidianos, as pesquisas acadêmicas; a participação em eventos e a curiosidade ininterrupta.

A história de Ouro Preto nos dá a possibilidade de considerar outras visões, pontos de vista que são confrontados na paisagem. Seja no século XVIII ou na atualidade, a cidade é o resultado de várias histórias, de inúmeras pessoas de toda parte do mundo e, ainda, de resistências. As camadas de movimento também nos intrigam pelas marcas deixadas na sociedade. Movimento de corpos, culturas, saberes, tradições, ideias e imaginários, uma herança da “mundialização ibérica”, dos séculos XVII e XVIII. Portanto, buscamos conhecer esses movimentos que criam culturas e modos de vida, ampliando o alcance do recorte temporal.

Trabalhamos sob a perspectiva dos estudos da paisagem e sua interdisciplinaridade. A sua amplitude é proporcional aos desafios que ela carrega em si, como compreensão e como metodologia de análise. Paisagem é uma noção complexa que está relacionada à interação entre elementos como a cultura, o corpo, o espaço público, o patrimônio, a economia, o turismo, a história e o meio em sua constante transformação.

Figura 1 – Largo dos Contos ao fundo



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Para compreendermos esses desafios e delinear os nossos recortes, é necessário apontar alguns vieses dos estudos da paisagem, com base em publicações e pesquisas recentes que nos dão um panorama geral das discussões. Podemos pensar em dois tipos de abordagem que são muito comuns nessa área. A primeira delas está ligada à inscrição, às marcas físicas da sociedade no espaço e no tempo que são, por exemplo, os aspectos geológicos, as formas visíveis, os registros climáticos. Assim, a materialidade é evidenciada com o estudo das estruturas, das construções e das alterações realizadas no e pelo tempo.

A segunda perspectiva relaciona a paisagem com a subjetividade. Nesse caso, a paisagem é considerada única para cada pessoa que a percebe. Portanto, a partir de cada experiência, ela afeta o modo de subjetivação que varia de pessoa para pessoa; modifica-se, inclusive, na mesma pessoa, já que ela pode ter experiências diversas, boas e ruins, num mesmo espaço em diferentes momentos de sua vida. Para isso, estão envolvidos aspectos como o meio, a coletividade, a sociedade, os contextos, a pluralidade de interpretações e as transformações que partem do individual para o coletivo. Isso significa que a noção de paisagem associa-se à produção e às dinâmicas do espaço que colocam em evidência a diversidade, o corpo, a memória e a percepção.

Essa abordagem nos coloca diante de inúmeros desafios, porque ela é uma leitura baseada na percepção, mas é também uma representação social. Sendo assim, está relacionada a valores que nos levam a compreender o comum, o espaço urbano e o meio. Ela está presente na literatura, na poesia, na filosofia, na pintura, na arquitetura, no cinema e em muitas outras áreas.

Outro fator que destacamos nesse enfoque subjetivo é a relação com o tempo. Não há linearidade, porque o tempo não é estático. Uma paisagem não está congelada, não é imutável e nunca será a mesma. Nisso consiste seu caráter dinâmico e imprevisível. O movimento, o corpo, a intimidade, a vida, os passos, o público e o privado², o calçamento, as dobras, o caminhar, os impulsos, as ladeiras, os carros...

² Com base em PERROT, Michelle (Org.). **História da Vida Privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, o privado é um acontecimento histórico diferenciado e significativo. Nisso, a história da casa muda porque o íntimo é uma invenção do século XIX (século XX no Brasil). Isso acontece por causa da autonomia que se dá na casa com a chegada da água encanada e da iluminação, por exemplo. Se trata, assim, da historicidade do privado. Ela se relaciona com o avanço do capitalismo e nas relações da privatização com a sociabilidade. Ao investir no privado,

Tudo pode estar contido na paisagem. Porém, a paisagem pressupõe uma unificação naquilo que abrange.

Compreendemos, assim, que a paisagem é um entrelaçamento de leituras que mistura o passado e o presente, a natureza e a cultura, o individual e o coletivo, o subjetivo e o objetivo. Situamos esta pesquisa entre todos esses elementos, sem pretensões de esgotar qualquer definição, leitura ou relação que se dá em nosso recorte.

Atravessamentos

Nesses diálogos com os diferentes vieses da paisagem, tomemos como exemplo o conceito de paisagem cultural adotado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para reconhecimento de bens culturais com base na classificação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 1992. O objetivo era determinar um instrumento que possibilitasse a “[...] preservação do patrimônio cultural brasileiro”. Para isso, foi criada a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira que é definida como “[...] uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, s/d³). Em tese, são consideradas as relações intrínsecas nos espaços, como a natureza e a cultura, modos de produção, atividades diversas em complementariedade que formam um todo complexo e indefinível isoladamente⁴. Na prática, esse reconhecimento gera a necessidade de um plano de gestão pactuado entre poder público, sociedade civil e iniciativa privada para manter as características que levaram aquela porção do território a merecer a classificação.

Embora reconheçamos a importância das iniciativas relacionadas à gestão da paisagem e do patrimônio, devemos destacar o grande desafio imposto por tal classificação e pelas categorizações em geral. O maior deles, sem dúvida, é como tratar as transformações do espaço reconhecido ao longo do tempo? Como não cair

o que é público enfraquece e, nessa lógica, há sempre alguém que lucra com isso e garante hierarquias e poderes.

³ IPHAN. Paisagem Cultural. s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

⁴ O Rio de Janeiro foi a primeira paisagem cultural do mundo a receber a chancela pela UNESCO, considerando a área urbana que compreende o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a praia de Copacabana e a entrada da Baía de Guanabara.

nas armadilhas de metodologias que acabam impondo determinadas condições e características que nem sempre envolvem um pacto social que negocia interesses de grupos diversos? Como lidar com questões como o racismo ambiental, a segregação e a gentrificação que são processos históricos complexos e permanentes na história do Brasil e de Ouro Preto? Onde entram esses temas na instrumentalização da Paisagem Cultural? Se a classificação e a inclusão em uma lista de proteção dão visibilidade ao bem cultural, quais os cuidados devem ser tomados para ele não ser sequestrado pela especulação imobiliária e a propaganda? Esses assuntos não são a espinha dorsal da pesquisa, mas definem as escolhas que fizemos ao longo do estudo. Consideramos problemas centrais dessa pesquisa: qual é o lugar da transformação em uma cidade que teve como destino, ser preservada? E quando se está preso a determinadas normativas porque o tempo não pode passar em aspectos relacionados ao patrimônio e à História? Como uma cidade pode continuar viva se ela é tracionada por várias camadas de História?

Definimos, assim, que o nosso interesse pela paisagem tem suas bases teóricas em noções da filosofia da paisagem, da história e da antropologia histórica. Na filosofia da paisagem, evocamos o teórico francês Michel Collot (2013). O filósofo e poeta se baseia nas contribuições fenomenológicas para propor um novo tipo de racionalidade a partir da experiência sensível para as reflexões acerca do espaço, da alteridade, da poesia e dos sujeitos. Nessa racionalidade, corpo e espaço se vinculam através das vivências que se tornam efetivas ao conectarmos interior e exterior. Corpo e mundo deixam de ser vistos como dicotomias, assim como natureza e cultura, porque as relações que são mantidas é que constituem a própria paisagem.

Collot (2013) nos convoca a pensar a paisagem como algo compreendido pelo sujeito, percepções particulares e, portanto, subjetivas, que variam a depender do que é visto, de como é visto, como uma forma de pensamento. Nesse sentido, a filosofia da paisagem de Collot vai além da definição de um espaço e de sua representação, passando pela relação sujeito/observador e mundo, como indivisíveis. Collot avança em seus estudos e nos propõe uma ecocrítica que mobiliza o texto literário e as artes para se pensar os impasses vividos por nossa sociedade contemporânea.

Nessa relação com a percepção, evocamos também Alain Corbin (2020) que tem, em sua trajetória, o estudo das sensibilidades e da coerência das representações. Para o historiador, é importante que a história traga elementos como a emoção, a paixão e o

sentimento. Em “*L’Homme dans le paysage*”, Corbin preconiza a experimentação e apreciação do espaço baseado nas relações sensoriais e sensíveis com os espaços em que os sentidos ajudam a construir emoções que ele mesmo proporciona (CORBIN, 2020, p. 1)⁵.

Em “Carne e Pedra”, Richard Sennett (2003) afirma que o corpo é uma primeira experiência de produção da cidade. Essa dimensão da experiência refere-se aos sentidos do corpo; à forma de se perceber, sofrer e agir com o corpo; às espacialidades das relações sociais e suas interações, do individualismo e da subjetividade. Corpo e cidade se configuram de forma mútua, portanto, os espaços urbanos são formados a partir das vivências corporais de cada cultura.

De acordo com Silva *et al.* (2022), pensar o corpo nas vivências nos espaços é convocá-lo para a possibilidade de que ele também seja um mecanismo de conhecimento do mundo. Segundo os autores, na arquitetura, o corpo ainda pode ser acionado intensificando essa presença na cidade. Tal relação se altera em diferentes contextos, como foi o caso da pandemia de Covid-19.

Para Britto e Jacques (2012), as interações do corpo com a cidade podem ser definidas como “corpografia urbana”, uma cartografia que acontece pelo e no corpo:

Chamaremos de *corpografia* urbana este tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, que corresponde a diferentes memórias urbanas que se instauram no corpo como registro de experiências corporais da cidade, uma espécie de grafia da cidade vivida que fica inscrita, mas que, ao mesmo tempo, configura o corpo de quem a experimenta (BRITTO; JACQUES, 2012, p. 144-45).

A ação do tempo nos espaços urbanos é contínua, com transformações irreversíveis nos estados das coisas, que parte da articulação entre corpo e espaço e se instaura através do movimento. Esse movimento, por outro lado, não é uma trajetória, uma história linear. São as dinâmicas relacionais, sistemas complexos como a própria vida, a construção da história e a produção de ideias (BRITTO; JACQUES, 2012).

⁵ Vale ressaltar, grosso modo, que Collot (2013) e Corbin (2020) compartilham da mesma busca pela subjetividade para a explicação dos fenômenos. Michel Collot se aproxima de Merleau-Ponty (1999) ao relacionar paisagem ao próprio eu-lírico, colocando no centro a fenomenologia da percepção. Corbin traz, em sua trajetória, as relações sensíveis que partem dos sentidos e transformam espaços e sociedade. Sua abordagem se aproxima, também, em alguma medida, de Norbert Elias (1994) no que tange a reflexões dos hábitos cotidianos e civilização.

A “corpografia” é também uma proposta em que espaço e corpo não se distinguem; são contínuos, recíprocos, dinâmicos. Nesse sentido, a dimensão da experiência traz à luz a percepção corporal, o corpo ambientado e não como resultado.

O ambiente (urbano, inclusive) não é para o corpo meramente um espaço físico, disponível para ser ocupado, mas um campo de processos que, instaurado pela própria ação interativa dos seus integrantes, produz configurações de corporalidades e qualificações de ambientes: as ambiências (BRITTO; JACQUES, 2012, p.150).

Assim como os corpos se inscrevem nas cidades, as cidades marcam os corpos. Pensar o corpo com a paisagem é uma forma de fazermos essa leitura crítica dos espaços, deixando de lado a lógica contemporânea de financeirização das relações, de privatizações de serviços, de espaços pensados sob a lógica do consumo e da velocidade. Esse contexto tende ao individualismo e à domesticação do corpo e entrou em cena com a modernidade. “Escamotear os problemas enfrentados pelos cidadãos de uma cidade multicultural revela um empecilho moral de inspirar sentimentos calorosos e espontâneos ao Outro” (SENNETT, 2003, p. 305).

A experiência corporal no cotidiano das cidades nos remete a Certeau (1998), que destaca o vento, a bruma, a onda de verticais, as texturas que exprimem identidades. Em Ouro Preto, cidade protegida, a verticalização não ocorreu da mesma forma que as cidades modernas, com seus arranha-céus, por exemplo. O movimento, em Ouro Preto, vibra nas linhas horizontais dos telhados. Os telhados dos casarios acompanham o ritmo das linhas das serras e de ladeiras. A ondulação passa a ideia de movimento, lembra a interação do próprio corpo com o espaço – pelo e no corpo. A gravidade exercita nossos músculos, em especial, as articulações, do joelho e dos pés. O movimento é também característica básica do barroco, com suas curvas intensas, com a aclividade e a declividade do caminho que nos transporta e nos dá acesso às edificações e às festas pela mobilização de vários sentidos.

Caminhar por Ouro Preto é, sob a ótica de Certeau (1998), apropriar-se do traçado urbano, os previstos e os não previstos. A prática dos espaços envolve camadas de tempo, todos os passados. Assim, ler a paisagem envolve também os “textos humanos”, com as ruas e ladeiras que fazem o corpo se equilibrar, os desvios para evitar subidas, os acessos não previsíveis para maior segurança e conforto.

Diante disso, o grande desafio dos estudos da paisagem é pensar a relação espaço e natureza ou natureza e cultura sem que seja negligenciada a existência da paisagem

em primeira instância. Para explicar essas questões, Augustin Berque (2014), geógrafo orientalista, propôs que a paisagem é uma marca da civilização, mas é também uma matriz de percepção, concepção e ação. Esse conceito se dá nas relações entre sociedade, espaço e natureza, o que o levou à definição de “sentido de meio”, ou “mediância” que propõe a superação da oposição natureza e humano⁶.

Para Berque, a paisagem é o instrumento que permite a compreensão da constituição dos meios humanos (BERQUE, 2014, p. 48 *apud* MARANDOLA, 2019, p. 4). Assim, sujeito e objeto estabelecem relações de reciprocidade pelo movimento contínuo do meio humano e do meio físico. Essa realidade é que possibilita a compreensão da paisagem como a relação entre o homem e o meio (MARANDOLA, 2019, p. 5).

Uma das manifestações dessa relação entre o homem e o seu meio é a concepção de “pensamento paisageiro” de Berque. “O pensamento paisageiro, portanto, é a forma de uma determinada sociedade se relacionar com seu meio. Por outro lado, o pensamento da paisagem é uma reflexão explícita sobre a paisagem, como surgido no Renascimento europeu” (MARANDOLA, 2019, p. 7). A paisagem é dotada de significados, e, portanto, o meio em que vivemos não pode ser apenas um cenário, indiferente do ser. Nesse sentido, ela é a objetivação da existência das sociedades, fundamental também para a História.

Aliando a antropologia histórica à filosofia da paisagem reforçamos o nosso interesse nos estudos do cotidiano, nas diferentes vivências, hábitos e fenômenos culturais do passado e do presente. Com a História, buscamos a compreensão dos problemas sociais, das contradições, das manifestações de poder, das hierarquias que partem do individual para o coletivo implicadas nos espaços. Partimos das marcas corporais nos espaços atravessados pela sociedade capitalista porque não há como falar de paisagem sem considerar as marcas deixadas pelos processos. Vale ressaltar que o Urbanismo demarca claramente as distinções sociais no Brasil desde o período colonial.

⁶ Sobre a mesologia, diferentes vieses contribuem para a temática. É o caso do estudo do meio que relaciona o biológico e o social sob a perspectiva histórica: “A vida é um conjunto de relações que não se limitam ao espaço físico do corpo” (LOPES, 2000, p. 40). Para saber mais: LOPES, Myriam Bahia. **O Rio em movimento: quadros médicos e(m) história 1890-1920** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/livro/rio-em-movimento-quadros-medicos-em-historia-1890-1920-o>. Acesso em: 8 jun. 2023. Ou ainda: LOPES, Myriam Bahia. **Corpos inscritos: vacina e biopoder: Londres e Rio de Janeiro, 1840-1904**. Belo Horizonte: Nehcít, 2021.

A história da paisagem pode contribuir, assim, com um olhar para o passado que desnaturalize narrativas que privilegiem apenas um ponto de vista. Pode, ainda, “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN [1938] *apud* LOWY, 2005, p. 70), entendendo que além de rever as tradições instauradas e perpetuadas na versão oficial da História, também é necessário alargar as possibilidades do futuro. Um progresso que não só transforma as paisagens, as relações, mas provoca explorações, novas guerras, novas pandemias.

A história é objeto de uma construção, cujo lugar não é formado pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele saturado pelo tempo-de-agora (*Jetztzeit*). Assim, a antiga Roma era, para Robespierre, um passado carregado de tempo-de-agora, passado que ele fazia explodir do contínuo da história. A Revolução Francesa compreendia-se como uma Roma retornada. Ela citava a antiga Roma exatamente como a moda cita um traje do passado. A moda tem faro para o atual, onde quer que este se mova no emaranhado do outrora. Ela é o salto do tigre em direção ao passado. Só que ele ocorre numa arena em que a classe dominante comanda (BENJAMIN [1938] *apud* LOWY, 2005, p. 61).

Essa paisagem tem um papel que ultrapassa a forma objetiva do espaço urbano com suas representações. Relaciona-se com as noções de espaço público⁷ cujas bases de discussão têm se ampliado em diversas áreas, com abordagens variadas quanto à função, à estrutura, ao projeto, à sociabilidade, à ecologia, à cultura, entre outras, além da importância da relação entre elas para a vida na cidade.

No transcorrer deste estudo, a expressão “espaço público” é utilizada para identificar o conjunto formado pelo Largo, pela Ponte, pelo Chafariz e pela Casa dos Contos⁸, que denominamos de Conjunto dos Contos. Um espaço que pressupõe um uso comum e de posse de todos. É onde acontecem atividades coletivas, de vivência em grupo, convívio, atividades cotidianas, entre outras. Divide-se em dois grupos. O espaço público livre é, com base em Magnoli (1982), aquele livre de edificação ou urbanização, da livre circulação, como é o caso de ruas, avenidas, praças, parques,

⁷ De acordo com Ferrari (2004), no Dicionário do Urbanismo, espaço público é área urbanizada inalienável, com ausência de edificação, para uso comum dos munícipes, tais como praças, parques, jardins, ruas, largos, etc. Para Merlin e Choay (2000), espaço público é a área não edificada de uma cidade destinada ao uso público e sua noção ainda é muito dependente da história e da morfologia do ambiente urbano. Segundo Borja (2003), espaço público, cidadania e cidade são conceitos polissêmicos, relacionados dialeticamente e um não existe sem o outro. Essa última vertente é a que mais se aproxima da noção de paisagem e, portanto, é a base das nossas discussões sobre o espaço público e a paisagem.

⁸ A expressão “Casa dos Contos” é empregada ao longo deste estudo para representar a edificação onde se encontra o Museu Casa dos Contos e o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro. Optamos por essa denominação pela nomenclatura usual na comunidade ouro-pretana e pela sua referência histórica na história na cidade. Apresentamos mais detalhes no Capítulo 3.

rios, etc, onde caracterizamos o Largo, a Ponte e o Chafariz. Apesar de edificados, a Ponte e o Chafariz são espaços abertos cujas estruturas constituem a própria rua.

Já o espaço privado é fechado entre paredes, com acesso controlado e/ou restrito, propriedade de alguém ou de alguma instituição, como casas, lojas, escolas, lotes demarcados, etc. Situamos o Museu Casa dos Contos nessa qualificação porque ele é propriedade do Ministério da Fazenda e presta um serviço à população através do uso coletivo⁹. Segundo Ventura (2016), a vida que acontece na rua, no espaço público, também se dá pelos usos de espaços privados, como essa edificação. Em maior ou menor intensidade, eles relacionam-se com o público no seu exterior, pela calçada, pela sacada, pelas janelas. “Quanto mais porosa e dinâmica a interface entre o edifício e o logradouro, mais situações urbanas diferentes são passíveis de acontecer e com isso, maior a variedade de pessoas e acontecimentos na cidade” (VENTURA, 2016, p. 11).

Com base nesses atravessamentos, o fio condutor desta pesquisa é a investigação da história da paisagem do Conjunto dos Contos. Enquanto espaço público livre, o Largo, a Ponte e o Chafariz estão implicados na dinâmica dos fluxos da infraestrutura e das pessoas. A Casa dos Contos, por outro lado, como espaço privado, apresentou ao longo de sua história características de uso misto¹⁰. Ao mesmo tempo que servia de residência para o contratador (uso privado), atendia também ao uso coletivo/público pela Casa dos Contratos, o Quartel da Infantaria, a instituição Casa dos Contos, a Junta da Real Fazenda e Intendência do Ouro e o Erário Régio¹¹. Em nosso estudo, o espaço público vai além de um espaço coletivo. Diz respeito às suas características, mas não se limita a elas. É espaço de convívio, de coletividade, de uso comum, de diversidade.

Os espaços privados e os públicos se relacionam através de suas atividades que garantem a transição de um para o outro. Essas transformações são grandes

⁹ O uso coletivo pressupõe a utilização por todas as pessoas, sem distinção, como é o caso das edificações de natureza comercial, cultural, artística, social, educacional.

¹⁰ O uso misto é definido por envolver tanto o uso privado como o coletivo, simultaneamente. Reúnem, por exemplo, em si mesmas, espaços comerciais e moradias, como boa parte dos casarios de Ouro Preto.

¹¹ Em 1803, quando o contratador perdeu a edificação para a Fazenda, ela foi incorporada ao Erário Régio. Nesse momento, ela continuou sendo um espaço privado, mas passou a ter um uso coletivo restrito com funções como Casa de Fundição, Casa da Moeda, Secretaria de Fazenda e Província de Minas Gerais, Correios, Caixa Econômica, Prefeitura, Ministério da Fazenda (Receita Federal), Centro de Estudos do Ciclo do Ouro e Museu. O uso restrito diz respeito ao controle de acesso e circulação.

responsáveis pela experiência da cidade (VENTURA, 2016, p. 15). Espaço público e paisagem se conectam se considerarmos que, com base em Sennett (2003), o encontro do corpo com o espaço resulta em práticas espaciais na dimensão do uso, da vivência e da apropriação. As relações cotidianas no Conjunto ultrapassam os limites da repetição, do aceite de normas, condutas e traçados. Também colocam o corpo no centro da paisagem – que interage, contesta, produz e transforma sociedades, culturas e cidades.

Corpos e experiências desiguais geram formas diferentes no traçado urbano. Se considerarmos que a cultura faz parte dos corpos, a paisagem não se faz apenas dos usos atuais e traz a consistência da História. Além disso, antes mesmo de ter um traçado urbano, o terreno/ o solo é moldado por forças tectônicas, em dobras, fraturas, ou aberturas, pelas quais nascem os cursos d'água que se inscrevem e escrevem a paisagem serrana em vales, córregos, cachoeiras, lagoas. Processos de milhões de anos que chamaram a atenção daqueles que viram no espaço a potencialidade de habitar (de ficar) pela água, pela serra, pela localização, pela luz e cor da paisagem, pelos caminhos que dali se abrem. Esse sinal foi registrado pela poesia de Cláudio Manoel da Costa em Vila Rica, quando descreve o impacto da primeira visão do Pico do Itacolomi nos portugueses que ali chegaram em busca do eldorado.

Parte dos grossos matos descobria;
 Uma elevada, e tosca penedia,
 A quem coroa um pico a altiva frente.
 Demandeí esta rocha, e do eminente,
 De toda ela um ribeiro vi, que nasce,
 Que do sol recolhendo dentro a face,
 Pareceu converter-se todo em ouro
 (COSTA, [1773] 1839, p. 41).

Neste estudo, a paisagem do Conjunto dos Contos relaciona-se às atividades do poder colonial e às práticas comerciais. No século XIX, contou com a Casa dos Contos (1793-97) que sediou, entre outros usos, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais (1840-44) e os Correios (1897-1970). A Casa dos Contos esteve no centro da mudança de toda a logística da Coroa Portuguesa, com a fundição para maior controle da circulação do ouro e dos impostos, entre o auge e o declínio da exploração do metal no qual a cidade vivenciava vários conflitos. A figura do seu idealizador, o contratador João Rodrigues de Macedo, e o uso do espaço como habitação e local de trabalho refletem a lógica da habitação do período, da coexistência do público e do

privado¹² numa mesma edificação. Esses usos nos levam aos motivos de seu tombamento em 1950.

Não obstante, esse espaço público foi importante para as atividades cotidianas como a busca pela água no Chafariz dos Contos (1750-1900). A localização e o uso do chafariz refletem a ideia de conforto como forma de controle, de hierarquia, da água como bem comum. Além disso, deixa pistas da sociabilidade que se dava em seu cotidiano, da comunicação e dos encontros favorecidos pela atividade de busca da água. Da mesma forma, a Ponte dos Contos tem significados que vão além do seu uso como travessia. Ela é o elo entre regiões importantes de Ouro Preto, também uma evidência da profundidade do vale que a fez necessária para a urbanização. É, ainda, espaço de pausa, vivências, disputas e manifestações culturais, inspiradora de poemas. Outro elemento importante é o Córrego dos Contos que atravessa a Ponte e o Horto dos Contos e cujo fluxo nos sinaliza o corte feito naquele vale para a obtenção de uma área plana.

Além desses elementos, o recorte espacial é justificado pela intensa circulação de moradores e turistas, que o diferencia de outros espaços públicos de cidades do mesmo período. A relação com o turismo, que vem desde o século XIX, integra marcos desenvolvimentistas no Brasil, como a implantação da ferrovia, e consolida a aproximação do patrimônio com a economia. Ainda assim, as práticas cotidianas da comunidade não foram sufocadas, apenas alteradas.

Vale ressaltar que o surgimento dos largos em Ouro Preto nos remete à ocupação dos espaços públicos da cidade desde o início da exploração do ouro. À medida que as pessoas se fixavam no território, também faziam o traçado e o desenvolvimento urbano com base nas ocupações da América Portuguesa¹³. A ocupação urbana

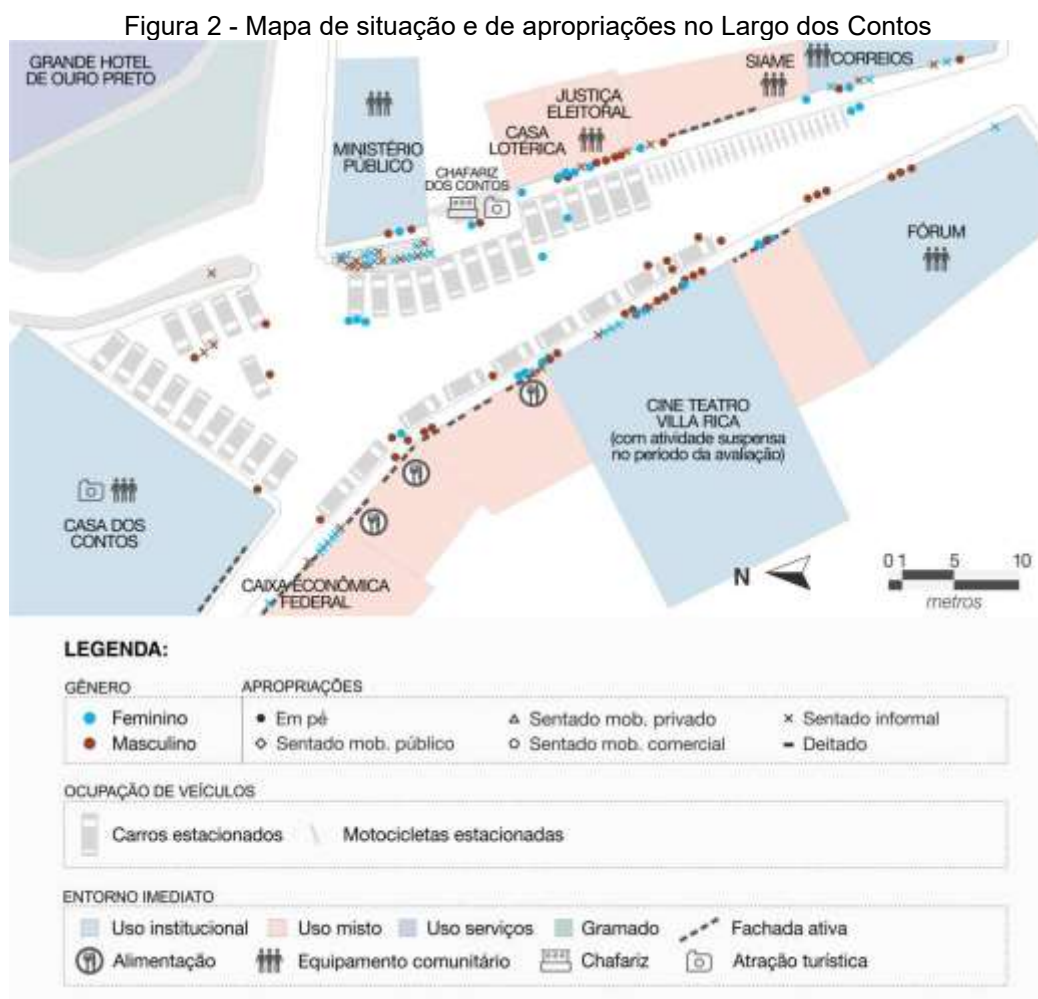
¹² Poder e força são materializados na edificação da Casa dos Contos que se expressam na beleza da edificação e do conjunto. Sua importância para a cidade faz com que ampliemos o recorte temporal e espacial sempre que for necessário olhar para ele. O personagem que edificou a Casa, João Rodrigues de Macedo, era importante, cobrava os impostos de uma cidade com tamanha riqueza mineral. Mas era também um personagem que se encontrava com os inconfidentes, de forma oculta. A Casa dos Contos é o espaço edificado fechado e se articula com as transformações sociais e econômicas, que também acontecem na cidade. A noção de intimidade é histórica.

¹³ Sobre a cidade e o traçado urbano consultar: BAETA, Rodrigo. Ouro Preto: cidade barroca. *In*: Cadernos PPGAU/UFBA. v. 1, n. 1, 2003, p. 47-66. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1541/975>. Acesso em: 28 jul. 2022. Ver também: NATAL, Caion Meneguello. Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933. Dissertação [mestrado] Universidade Federal de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2007.

refletiu uma essência barroca, “[...] exaltando o drama da religiosidade e das belezas naturais” (ARAÚJO, 2018, p. 287).

O convívio

No presente, Ouro Preto não conta com mobiliário urbano que acolha a parada e o descanso dos pedestres no núcleo histórico. A distribuição do espaço com passeios estreitos obedece a outra lógica. As árvores e os bancos, elementos que possibilitam a pausa no percurso, são raros. No entanto, todas as possibilidades são aproveitadas, e os espaços são adaptados pela comunidade: as escadas em frente ao Ministério Público e ao cinema são utilizadas como bancos; as placas de sinalização servem de encosto/apoio para o corpo; os cantos e os degraus são usados para esperas, conversas, uso de telefone móvel, para fumantes; as esquinas do Largo e a frente do Chafariz são usufruídos para a venda de flores, frutas e legumes pelos moradores.



Fonte: Araújo e Morais (2020, p.11)

O nosso objetivo de pesquisa é compreender a importância do Conjunto dos Contos para a história da paisagem de Ouro Preto. O problema que se apresenta é como ele atravessa momentos de transformações, conflitos e disputas da cidade? Como objetivos específicos, destacamos: analisar o histórico e as dinâmicas dos monumentos e das edificações que integram o conjunto; compreender os marcos históricos de transformações desse espaço público; ressaltar os variados usos de cada elemento do conjunto e seus fluxos ao longo do tempo. Importante ressaltar que não se trata de uma análise de suas características arquitetônicas, mas da sensibilidade expressa nos espaços e das convivências. Esse objetivo vai ao encontro do objetivo do Grupo de Pesquisa “Texto e Imagem”, linha de pesquisa “Espaço e memória: história da paisagem”, do Núcleo de Estudos em História da Ciência e da Técnica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Multidisciplinar, busca, na relação texto e imagem, conhecer os processos de construção da história do espaço, numa reflexão crítica. Importante destacar que, em acordo com os objetivos do grupo, esta tese não trata da morfologia da paisagem ou da arquitetura da paisagem¹⁴.

O Conjunto e o nó na paisagem

O Conjunto é um ponto determinante para a cidade de concentração e distribuição de um grande fluxo de pessoas e veículos para áreas e serviços essenciais. Assim, esse espaço público é um nó para o município (LYNCH, 1980), com fluxos e trajetos determinantes, um mantenedor da cidade viva. Além disso, ele reforça tradicionalmente as diferentes estruturas sociais, refletindo o domínio de uns sobre os outros a partir da maior concentração de bens, da atividade comercial e turística. No entanto, a rua tem um caráter mais democrático, frequentada por moradores, turistas, comerciantes, estudantes, pessoas de diferentes situações econômicas e sociais. “Por servir de passagem e de acesso aos usos no domínio privado, a rua é o espaço

¹⁴ A respeito dessas abordagens, há pesquisadoras de renome que compreendem a paisagem como visada, com elementos que compõem essa visada, como instrumento de qualidade ambiental e organização urbana. Nessa linha e aplicada a Ouro Preto, tem-se a pesquisa: SALGADO (2010). Destacamos, ainda, grupos, pesquisadores e instituições que, em diferentes vertentes, mantêm vivos o interesse e a seriedade nas pesquisas que relacionam a cidade, o patrimônio e a paisagem, tais como: Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Cidade (CIEC – Unicamp); Corporicidade (UFBA); Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem (UFAL); Laboratório da Paisagem (UFPE); Laboratório da Paisagem (UFMG), entre outros.

mais democrático da cidade, é o local mais provável para o encontro e o convívio com outras pessoas” (VENTURA, 2016, p. 11).

O recorte temporal desta pesquisa é baseado na pluritemporalidade, defendida por Fernand Braudel (1983) no século XX; preconizado também pela Revista dos Annales e seus fundadores. A proposta é uma história ancorada na “dialética das durações”, com diversas profundidades e níveis de observação que favoreçam a articulação de diferentes contextos e suas relações. Isso significa pensar além dos acontecimentos isolados, ressaltando a importância de cada tempo histórico e dos ritmos distintos da história da cidade.

Além disso, a história individual se concilia com a social como um quebra-cabeças contribuindo para a superação de uma ideia linear, de ordenação e progressão cronológica para uma alternância de tempos de duração como metodologia de pesquisa.

Braudel (1983) inaugurou uma ruptura na linearidade da História, em uma escala temporal que passa de uma geração para séculos, mostrando como o Mediterrâneo está no cerne da constituição do capitalismo. A grande escala favorece a articulação de tempos históricos permitindo que ele construísse o seu objeto no recorte espacial. Considerando a noção de paisagem, buscamos um grande recorte que se baseia na metodologia de Braudel, com determinados pontos de inflexão. Observamos a História, o desenho mudando os marcos, as datações, os instrumentos de poder. O que muda em cada data? O capitalismo é planetário, não se limita a um país, e é importante lembrarmos disso para não cairmos em noções-armadilhas, por exemplo, do nacionalismo e da identidade.

Conforme essa concepção, entram em cena o cotidiano, as pessoas, os movimentos. Assim, esta pesquisa tem como recorte temporal o período compreendido entre 1750-2023. Nessa configuração, a medida que avançávamos na pesquisa e com base em nossos objetivos, naturalmente destacaram-se contextos que marcaram o espaço público por conflitos, transformações, usos cotidianos ou coletivos¹⁵.

¹⁵ Ressaltamos que os pontos de inflexão destacados no Quadro 1 não foram definidos propositalmente no projeto de pesquisa, já que a proposta é uma metodologia não linear baseada em Braudel. Eles se tornaram marcos importantes ao longo da construção da tese e por isso foram assim organizados, ao final, com o intuito de clarear os contextos que são identificados no decorrer do texto.

Quadro 1 – Recorte temporal de pesquisa de longa duração

CATEGORIAS DE ANÁLISE		
1744	Desenvolvimento da estrutura urbana	Construção da Ponte dos Contos
1760		Construção do Chafariz dos Contos
1784		Construção da edificação da Casa dos Contos e residência de João Rodrigues de Macedo
1789		Inconfidência Mineira
1799		Construção do Horto dos Contos
1880	Conflitos entre o Colonial e o Moderno	Instalação da estação de tratamento e disponibilização de água encanada nas residências
1889		Inauguração da edificação que veio a ser ocupada pelo Banco Mercantil nas décadas seguintes
1890		Primeira grande alteração na Ponte dos Contos: retirada das pedras para instalação de gradil
		Investimento em iluminação pública
1897		Transferência da capital
	Patrimonialização e Turismo	Inauguração da edificação para abrigar o Liceu de Artes e Ofícios
1911		Primeira grande intervenção no Chafariz, soterramento da baia e alteamento do nível da rua
1930		Segunda grande alteração na Ponte: retirada do gradil, instalação das pedras
1933		Ouro Preto é elevada a Cidade-monumento por decreto federal
1935		Segunda grande intervenção no Chafariz, recomposição da baia e diminuição no nível da rua
1938		Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Ouro Preto, envolvendo o Largo, a Ponte, o Chafariz e a Casa dos Contos
1940		Inauguração do Grande Hotel de Ouro Preto; intensificação do turismo na cidade-monumento
1950		Tombamento federal da Ponte, do Chafariz e da Casa dos Contos
1980		Ouro Preto se torna Patrimônio da Humanidade pela Unesco
1984		Inauguração do Museu Casa dos Contos
2000	Novos conflitos, apropriações do espaço público	Ritmo acelerado no Largo dos Contos, movimento intenso, conflitos entre moradores e turistas, diferentes apropriações do espaço
2008		Intervenção no Horto dos Contos pelo Programa Monumenta para abertura ao público
2023		Reinauguração do Horto após recuperação pela Prefeitura Municipal, passando a se chamar Parque Horto dos Contos
		Usos coletivos e cotidianos do Largo dos Contos

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Nesse movimento de olhar para o passado, utilizamos fontes manuscritas e documentos disponíveis em diferentes acervos, que estão discriminados a seguir, no Quadro 2.

Quadro 2 – Arquivos consultados para a pesquisa documental

ARQUIVO	COLEÇÕES/ FUNDOS/ CONJ. DOCUMENTAL
Arquivo Público Mineiro (APM)	Coleção Documentos Cartográficos
	Secretaria de Governo (SG)
	Fundo da Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP)
	Fundo Casa dos Contos (CC)
	Plataforma Hélio Gravatá
Biblioteca Nacional do Brasil (BN Digital)	Coleção Jornais e Revistas Digital
	Brasileira Fotográfica
Acervo Digital do Iphan	Dossiê Casa à Rua São José
	Dossiê Chafariz de São José ou dos Contos
	Dossiê Ponte de São José ou dos Contos
	Dossiê Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Ouro Preto
Arquivo Noronha Santos Digital	Ficha/resumo do tombamento da Casa dos Contos, do Chafariz e da Ponte
Arquivo Histórico Ultramarino	Cartografia impressa 1538/1977 (PT/AHU/CARTI)
Biblioteca Nacional Digital de Portugal	Catálogo da BNP
	Europeana
Arquivo Nacional do Tribunal de Contas de Portugal	Conjunto Documental Casa dos Contos (1568-1797)
	Conjunto Documental Erário Régio (1762-1833)
Biblioteca Digital Luso-brasileira	Cartografia
Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional	Hemeroteca Gustavo Barroso
Prefeitura de Ouro Preto	Arquivo da Secretaria de Patrimônio
	Acervo de Luiz Fontana Digital
Museu Casa dos Contos	Arquivo administrativo
Museu da Inconfidência	Arquivo do Museu da Inconfidência (Arquivo do Pilar)
Universidade Federal de Ouro Preto	Núcleo de Mentalidade e Memória do Instituto de Filosofia, Arte e Cultura (IFAC)

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Em tempos de pandemia, essas pesquisas somente foram possíveis pela disponibilidade das fontes em versões digital e online, bem como o atendimento eficiente e atencioso dos responsáveis quando necessário. Com base nas fontes encontradas, consideramos as inter-relações nas dinâmicas envolvendo elementos do Largo dos Contos.

A metodologia consiste, ainda, na revisão bibliográfica para a pesquisa descritiva em diversas disciplinas, como a História, a Filosofia, a Geografia, a Arquitetura e o

Turismo. A leitura e a análise das fontes são essenciais para estabelecermos um diálogo entre as narrativas históricas, as categorias de pensamento e o entendimento crítico dos documentos e processos. Segundo esse olhar e abertura para o passado, propomos um diálogo entre o passado e o presente, para a compreensão de algumas dinâmicas da cidade também na atualidade. Para isso, recorreremos à observação do Largo dos Contos em diferentes momentos entre 2020-2023, nos usos cotidianos e coletivos, permanentes e temporários, e que nos permitem perceber alguns desafios para a política de gestão do patrimônio urbano.

A relevância do tema se justifica pela importância do patrimônio e da paisagem da cidade de Ouro Preto e do Conjunto dos Contos no cenário nacional e internacional. A cidade histórica é foco de estudos amplos em diversas áreas, que podem ser encontradas em livros, teses e dissertações, mas ainda é incipiente esse recorte estabelecido da história da paisagem do CDC para a cidade de Ouro Preto. Assinalamos que foram encontradas algumas publicações sobre o Largo com vertentes que contribuíram para esta pesquisa, como Araújo (2018) e Araújo e Morais (2020), mas com a abordagem diferente da que propomos.

Divisão do texto

Para o desenvolvimento desta pesquisa, estipulamos três capítulos: **História da paisagem de Ouro Preto; Paisagem e espaço público; Patrimônio e paisagem**. O **primeiro capítulo** é subdividido na apresentação das dinâmicas da paisagem, com aspectos gerais de sua história, suas características, seu movimento e da toponímia do Largo. Para isso, ampliamos o recorte temporal para compreendermos os meandros que antecederam a própria cidade mas que deixaram suas marcas com a mistura de culturas, saberes no movimento do capitalismo que constituiu a colônia. Além disso, buscamos associações entre espaços públicos nos quais foram criadas Casas dos Contos, como o de Lisboa – Portugal e o do Rio de Janeiro – Brasil. Esse movimento global impôs uma forma de vida e de uso do espaço não apenas para a América tomada pelos portugueses, como à que foi dominada pelos espanhóis. Por isso, fazemos alguns entrelaçamentos que nos permitam manter esse breve diálogo sobre o tema quando necessário.

O **segundo capítulo** foca na relação entre a paisagem e o espaço público com alguns recortes: as primeiras décadas do século XX, com as novas edificações de estilo art-decô como a do cinema, a eclética do Ministério Público e a modernista do Grande Hotel, que foram inseridas na paisagem existente; pouco tempo depois, sofreram intervenções em suas fachadas na tentativa de destacá-las do seu contexto de criação e de se garantir uma uniformidade do que se entendeu a época da intervenção por estilo colonial¹⁶ do perímetro tombado. Essas transformações também fizeram parte do processo de patrimonialização da cidade. Elas trouxeram novas dinâmicas e práticas cotidianas que podem ter sido as responsáveis por manter aquela parte da cidade viva, tornando-se um dos principais espaços públicos de Ouro Preto, com usos coletivos cotidianos. A releitura do passado, as intervenções e as construções realizadas trazem o passado para o centro de uma política de governo que faz da história um dos pilares da sua propaganda. Brasília, diferentemente de Belo Horizonte, não representa o abandono de Ouro Preto, mas a sua possibilidade de existência. A forte presença de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer nessas duas capitais distantes entre si por alguns séculos atesta essa intenção. Além disso, tratamos dos valores e conflitos existentes quando se trata de uma paisagem de uma cidade-monumento que requer preservação.

Em seguida, no **terceiro capítulo**, apresentamos os monumentos que integram o Conjunto: a Ponte, o Chafariz e a Casa dos Contos. Além deles, trazemos informações sobre o Horto dos Contos que surgiu no mesmo contexto e como eles se relacionam. As características, os conflitos e os usos desses monumentos nos séculos XVIII e XIX se alteraram e novos valores estiveram em voga com o movimento de patrimonialização brasileiro dos séculos XX e XXI.

¹⁶ Utilizamos a expressão “estilo colonial” como referência às edificações que foram construídas no período colonial e fazem parte da arquitetura desse ciclo. De acordo com Albernaz e Lima (1997-98, p. 161), é a “[...] arquitetura predominante nas edificações urbanas do período colonial. Caracteriza-se pela horizontalidade dos prédios, utilização de telhados com coberturas de telhas cerâmicas e amplos BEIRAIS e singeleza das fachadas”. Para saber mais: ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Volume I – A a I. São Paulo: Proeditores, 1997-98. Essa horizontalidade se refere ao primeiro momento das construções; já que, posteriormente, as edificações passaram a conter sobrados que prevaleceram no perímetro tombado de cidades como Ouro Preto até os dias atuais.

1 HISTÓRIA DA PAISAGEM DE OURO PRETO

Com o intuito de conhecer a paisagem de Ouro Preto com foco no Largo dos Contos, ressaltamos alguns aspectos de sua História. Diferentes intervalos temporais são abordados para a compreensão de suas dinâmicas com raízes profundas no movimento atlântico.

Desde o século XVIII, o Largo tem destaque na cidade, e os movimentos que o tornaram importante na vida urbana podem ser relacionados à sua toponímia.

1.1 Dinâmicas da paisagem

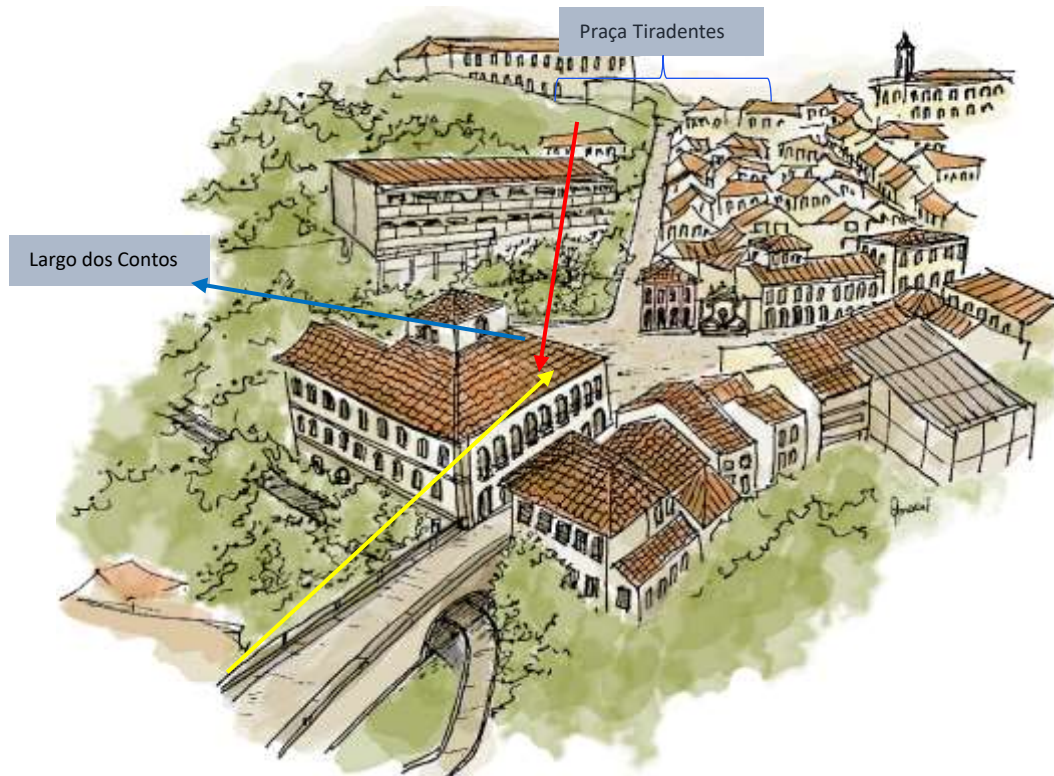
No Largo dos Contos, a força da gravidade cria, no espaço público livre, um encontro de forças contrárias. O Largo se situa geograficamente abaixo do que era a praça cívica de Vila Rica, a Praça Tiradentes, e a ela está ligado por duas ladeiras: a Rua das Flores e a Rua Direita¹⁷. Aquele que chega à cidade pela Rua Padre Rolim¹⁸, vindo da rodovia, depara-se primeiramente com a Praça Tiradentes. É nesse ponto que o visitante se impacta com a visada panorâmica do conjunto histórico e de sua paisagem.

A partir daí entrar nesse conjunto é descer. Para os automóveis, a única via de acesso da Praça para o Largo dos Contos é a descida pela Rua das Flores, sinalizada com a seta vermelha na Figura 3. Nesse largo, a gravidade cria um ponto de encontro e de forças ativas. Para o pedestre que pretende voltar para a Praça Tiradentes, a área plana do Largo dos Contos serve para o corpo tomar impulso para subir a Rua das Flores. Ou no sentido contrário, a favor da gravidade, a área plana serve para frear o corpo acelerado pela descida, o que ocorre, ao entrar no Largo.

¹⁷ Oficialmente, a Rua das Flores é Rua Senador Rocha Lagoa; e a Rua Direita é Rua Conde de Bobadela. Optamos pelo uso das nomenclaturas mais utilizadas por moradores e que também são encontradas em sites de pesquisa e turismo.

¹⁸ A Rua Padre Rolim é onde está situada a rodoviária e de onde se estende a rodovia que liga Ouro Preto à capital de Minas Gerais, Belo Horizonte (BR-356).

Figura 3 – Representação do Largo dos Contos e seu entorno



Fonte: Elaborado por Isabelle Capanema Maciel. Acervo pessoal (2021).

O Largo dos Contos faz parte de uma via plana, o que é uma particularidade incomum no perímetro tombado da cidade. Essa característica da via favorece o ritmo acelerado de pessoas e automóveis. Com frequência, é utilizado como passagem por moradores, estudantes, comerciantes e turistas, pessoas do mundo todo. Raras vezes, é possível observá-lo sem a presença de carros estacionados e, em eventos, fica encoberto por palanques, barracas e guarda-sol.

O Largo pode ser visto de vários pontos da cidade: do antigo Palácio dos Governadores (atualmente Escola de Minas da UFOP), do adro da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, da Igreja de São José, do adro da Igreja de São Francisco de Paula e de muitos outros lugares, possibilidades de visadas diferentes que se devem ao relevo. A Figura 4, a seguir, abarca uma das vistas do conjunto estudado.

Figura 4 – Vista parcial do Largo dos Contos



Fonte: Projeto Era Virtual. Acesso em: 20 jun. 2020.

Para trabalharmos as dinâmicas do Largo dos Contos, destacamos alguns eixos: os trajetos e as relações com os fluxos da cidade; os nós e as tramas urbanas que se dão também a partir da integração com os demais elementos do conjunto: o Chafariz dos Contos, da Ponte dos Contos e a Casa dos Contos.

No tocante aos trajetos, a via do Largo dos Contos é o principal acesso ao comércio da cidade patrimônio. É, ainda, um lugar que distribui o fluxo das pessoas para diferentes regiões da cidade. A pé, da Ponte dos Contos para o Largo, trajeto sinalizado pela seta amarela na Figura 3, a apreensão do espaço é diferente da percepção quando nos deslocamos em sentido contrário.

A Rua São José e a Rua das Flores convergem para o Largo dos Contos. No Largo, elas se encontram. Na Figura 3, essa confluência pode ser observada seguindo a direção das setas vermelha e amarela. Uma rua estreita se torna um largo. A palavra “largo” é definida por Silva e Bluteau (1858, p. 8) como “extenso, difuso” e por Torrinha (1937, p. 467) como “abundante, copioso”¹⁹.

Por outro lado, quem vai a pé do Largo para a Rua São José tem a sensação de seu espaço reduzido, ressaltando a imponência da Casa dos Contos. Isso porque, de frente para a fachada principal da Casa, o espaço reduzido da rua estreita limita o campo de visão de modo que não cabe no enquadramento de uma fotografia, por exemplo. O mesmo acontece de dentro do carro, do Largo para a Rua São José,

¹⁹ Em nosso estudo, a ideia de Largo é desenvolvida para além do alargamento da rua, como descrevemos ao longo do texto.

quando vários automóveis emaranhados passam a se organizar em fila única, afunilada.

Figura 5 – Largo dos Contos em 1956



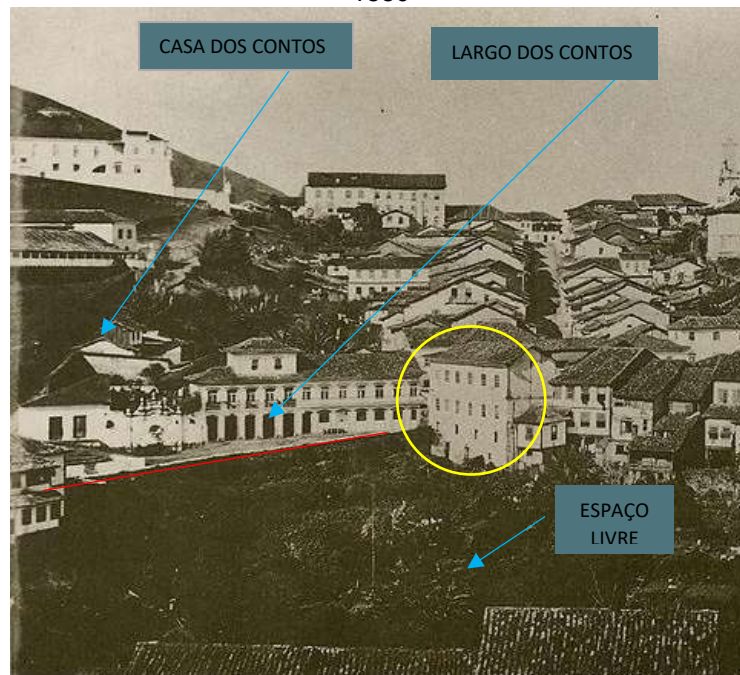
Fonte: Adenilson José em @Reviva Ouro Preto (2019).

Com relação aos nós e à trama urbana que se dá entre os monumentos e os demais elementos do Largo dos Contos, destacamos a Casa dos Contos como um marco visual na cidade. Ela pode ser considerada um cruzamento, também chamado de nó focal (LYNCH, 1980). Assim, se a Casa dos Contos é um nó focal para quem está no Largo, poderíamos dizer que o Largo é um nó para a cidade. Isso porque, de acordo com Lynch (1980), o nó pode ser uma referência à uma região temática, um ponto nítido da imagem urbana, seja por características típicas, por vegetação ou por atividade. É o caso do Largo dos Contos que está associado ao centro comercial de Ouro Preto.

Essa estrutura urbana, no entanto, é recente. No século XX, foi construída a maior parte das edificações do Largo, especialmente em uma de suas laterais que está demarcada em vermelho na Figura 6. Com base nisso, podemos dizer que a paisagem também se alterou. Nessa lateral, havia apenas um casario que veio a ser o Fórum de Justiça, como se observa no círculo amarelo na Figura 6. Sem as construções, o espaço permitia que a vegetação preservada do espaço público livre e o Córrego dos Contos se integrassem na percepção visual dessa área.

É possível imaginar que houvesse maior circulação de ar e, provavelmente, cheiro de esgoto do córrego à medida que a ocupação urbana se adensava. Vale destacar que de sua margem teríamos uma visada mais ampla para a Basílica do Pilar e para os fundos dos casarios das ruas vizinhas. As construções que foram sendo feitas se expandiram no espaço público livre por meio de acréscimos de andares inferiores ao nível da rua, como é o caso da edificação sinalizada no círculo amarelo da Figura 6.

Figura 6 – Largo dos Contos com destaque para a edificação do Fórum de Justiça, na década de 1880



Fonte: Autoria de Guilherme (Wilhelm) Linebeau, Wikimedia Commons (2022).

Essa foi uma transformação significativa no Largo dos Contos e na cidade, que provavelmente marcou a comunidade daquele período. Uma mudança recente e temporária foi a alteração na direção do trânsito de automóveis que ocorreu entre janeiro e abril de 2022, após um desabamento na Praça da Estação da cidade. O fechamento dessa via modificou completamente a dinâmica do espaço que se tornou o único ponto de acesso entre regiões da cidade. O aumento do fluxo e a mudança na direção da via para motoristas causou estranheza na população.

Figura 7 – Rua São José e Ponte dos Contos com sentido invertido no trânsito de automóveis



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Para os pedestres, mudou o lado para o qual deveriam dirigir sua atenção para atravessar a rua, assim como a percepção visual da posição dos carros estacionados. Para gerações mais velhas, a alteração trouxe a vaga lembrança de um tempo em que a rua tinha sentido duplo, até a década de 1980.

Figura 8 – Rua São José com trânsito de automóveis em sentido duplo



Fonte: Autoria desconhecida (s/d).

Segundo Lynch (1980), quando há transição de um canal de deslocamento para outro – como acontece no caminho entre Ponte e Largo –, há a demarcação de diferentes unidades estruturais. A Casa dos Contos é uma delimitação determinante para a

cidade. Pode ser considerada um cruzamento, também chamado de nó focal (LYNCH, 1980). Basta parar por ali e logo se revelam outros elementos marcantes, como o Chafariz e a Ponte.

Interessante notar que a herança colonial preservada na cidade atraiu interesses de emissoras de televisão nacionais e diretores de filmes. Entre outros, podemos citar o filme sobre a vida de Aleijadinho²⁰, que foi gravado na cidade. Em 1987, o Largo também foi utilizado como cenário para as gravações da novela “Helena”, pela extinta TV Manchete. Para isso, fizeram a montagem do que se entendia ser um cotidiano do século XVIII com vestimentas, cavalos, objetos e banca de verduras, como se observa na Figura 9.

Figura 9 – Gravação de novela no Largo dos Contos, 1987



Fonte: @Reviva Ouro Preto. Por Carla da Rocha. Acesso em: 15 jan. 2023.

²⁰ O filme “O Aleijadinho: paixão, glória e suplício”, pela Vango Filmes, pode ser acessado pelo *link*: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=filme+aleijadinho+ouro+preto#fpstate=ive&vld=cid:5028f230,vid:uyuAg4oEis0>.

Espaços como esse, de permanência, ao longo do século XX, passaram a ser locais de circulação, passagem. Vale lembrar que os largos em Ouro Preto foram e continuam sendo também lugares de disputa, enquanto espaços públicos. No século XVIII, o Largo dos Contos era zona de conflitos em torno da dinâmica da distribuição de água no Chafariz dos Contos. No presente, é área de disputas entre carros e pedestres; entre comerciantes e foliões (Carnaval); entre comerciantes e trabalhadores informais (Carnaval); entre a religiosidade e a arte (Semana Santa). Os espaços vividos da cidade se revelam em suas formas distintas, em diferentes horários do dia e em momentos díspares da sua existência.

Figura 10 – Movimento à tarde no Largo dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2022).

O que no primeiro momento parece um espaço público meramente funcional pode se revelar um espaço de percepções. Não se escapam dessas percepções as camadas de História; na verdade, elas se abrem aos sentidos do corpo. Possui elementos de herança colonial, em sua configuração espacial, em seus elementos, em algumas edificações, em alguns símbolos dispostos no espaço público. Nele, a Casa dos Contos é um dos maiores símbolos de poder, assim como era o seu idealizador, João Rodrigues de Macedo. Mas como um todo, aquele conjunto nos remete a muitas contradições. O espaço público é onde se manifestam os conflitos, silenciados ou não, um organismo vivo.

A área edificada do espaço concorre com a via de circulação. Esta, por sua vez, garante a concorrência entre automóveis, pessoas, ônibus, vendedores, vendedores ambulantes, motoboys, moradores de rua. Circulam pessoas e informações em movimento de fluxo contínuo.

Nesses espaços, o corpo é também paisagem, e o trajeto é também o território refletindo em formas de espacialização. Para tratar disso, recorremos a Gilles Deleuze e Felix Guattari (1997, p. 180) com as noções de espaço liso e estriado. Eles afirmam que os espaços existem porque se misturam entre si. No espaço **estriado**, as formas se apresentam à matéria, enquanto no **liso** se denotam às suas forças ou sintomas (*Ibidem*, p. 185). O espaço liso só pode ser percebido e não visto, manifestando-se a todo instante pois é instável. O espaço estriado é visível, calculado, lógico, com linhas e medições, pois é enraizado.

Os caminhos são exemplos da coexistência dos espaços lisos e estriados. O que para os primeiros aponta trajeto; para os estriados indica métrica, distância em números. As procissões, por exemplo, fazem coexistir o liso e o estriado. Assim, elas são trajetos de fé, com elementos religiosos, e também são distância, definidos os pontos inicial e final.

Nesse contexto, a cidade de Ouro Preto vai muito além do que é visto, assim como o Largo que é lugar de encontro, de passagem, de procissões, de festas, de exposições, de desencontros, de conflitos. Os seus espaços estriados são representados pelas edificações de diferentes épocas. Os espaços lisos nem sempre são percebidos pela velocidade do cotidiano e contribuem para isso o grande número de edificações voltadas aos usos comerciais e à atividade turística.

No século XVIII, o Largo já existia e fazia parte do contexto político da cidade e de Minas Gerais pelo uso da edificação da Casa dos Contos e do Chafariz. Destacamos, na Figura 11, o Chafariz dos Contos, em rosa; a Ponte dos Contos, em azul; e a Casa dos Contos, em amarelo. Esses monumentos surgiram na cidade no século XVIII e deram grande importância ao Largo em termos de uso do espaço e vivência.

Figura 11 – Monumentos do Largo dos Contos



Fonte: Projeto Era Virtual. Acesso em: 10 jun. 2020.

Não há como pensar o Largo dos Contos sem a Casa dos Contos, cuja localização nos permite traçar um triângulo cujas faces são compostas pela rua das Flores e rua Direita. Uma das características dessas triangulações é a diferença de cotas em seus vértices que contempla o relevo acidentado de Ouro Preto. A Casa não foi o primeiro monumento erguido ali. Primeiramente, foi construída a Ponte; depois o Chafariz; e, por último, a Casa dos Contos. As edificações e a via de rolamento provocam cortes no morro.

Vale ressaltar que o dispositivo de triangulação pode ser encontrado também no projeto da construção da nova capital, Belo Horizonte, do começo do século XX. Basear o traçado urbano em triangulações foi considerado um avanço no urbanismo e na projeção de cidades modernas inspiradas no exemplo francês (ANGOTTI-SALGUEIRO, 1995).

Figura 12 – Vista aérea do Largo dos Contos em Ouro Preto



Fonte: Projeto Era Virtual. Acesso em: 10 jun. 2020.

A rede de triangulação de Belo Horizonte, que pode ser observada na Figura 13, refletiu a ideia de racionalidade e regularidade desenhada pelo engenheiro brasileiro Aarão Reis. No século XVIII, a urbanização europeia baseada na organização geométrica se tornou tendência – associada ao traçado das vias como um tabuleiro de xadrez – foi utilizada no projeto de construção daquela que seria a nova capital de Minas Gerais. Diferentemente, “[...] os planos adaptados ao relevo e os traçados policêntricos, baseados nas curvas de nível, não se generalizarão antes dos anos 1910 no cenário internacional” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 1995, p. 198)²¹.

Figura 13 – Projeto de rede de triangulação da nova capital



Fonte: APM – 097, pasta 22, MAP 7.

O fato de o traçado urbano de Ouro Preto ser anterior ao de Belo Horizonte revela a permanência de alguns elementos do traçado urbano barroco entre as duas capitais que se sucedem, como assinalaram Andrade e Magalhães (1989) ao citarem a

²¹ Segundo Angotti-Salgueiro (1995), apesar do projeto, Belo Horizonte manteve a característica colonial, de “desproporções” predominantes, com um traçado sufocado pelo crescimento desordenado. A “cidade real” gerou críticas e adaptações na planta nos anos que sucederam à sua inauguração em 1897. Apesar disso, há que se considerar que o traçado urbano policêntrico apontado pela autora como algo novo no contexto mundial do começo do século XX, já se encontrava desde o século XVIII em Mariana, em Minas Gerais. Com suas particularidades, a cidade foi projetada com proporções geométricas, com padrões internacionais de planejamento urbano. No entanto, tal como ocorreria séculos depois com Belo Horizonte, não manteve seu espaço urbano restrito ao projeto, natural do crescimento das cidades. Na descrição de Mariana, o IPHAN aponta o “[...] efeito cênico típico da estética barroca de influência portuguesa” (IPHAN, s/d).

aplicação do tridente no traçado da Avenida Afonso Pena. A triangulação dispõe a diferença de cota, destacando o relevo, tendo o vértice como ponto mais alto. O topônimo associado ao vértice possui, muitas vezes, referências à paisagem, tais como Boa Vista, Pico, Serra. Por falta de verba, o levantamento topográfico aproveita o levantamento realizado para a construção da ferrovia²². A disposição e o traçado da estrada de ferro em terreno acidentado têm por desafio vencer a gravidade com o mínimo de força. As margens do vale do rio são comumente usadas para facilitar a sua implementação.

Essas características nos levam a duas variáveis que são trabalhadas na próxima seção: a primeira delas é que as cidades coloniais brasileiras tinham seus planos; a segunda é que essa paisagem nos indica a multiplicidade de corpos e saberes desde o começo de sua ocupação humana.

Assim, a Ouro Preto do século XXI, com todas as suas transformações, é uma cidade múltipla. Ela concentra os tempos em seus espaços, camadas de histórias e memórias nas montanhas de Minas Gerais. É alvo da busca incessante pelo progresso, que molda as sociedades capitalistas e amálgama as disputas e os conflitos, como os da mineração e do uso dos espaços públicos. Para a compreensão dessa multiplicidade, recorreremos à História da circulação mundial que se deu por ocasião da corrida do ouro, que colocou a cultura europeia em busca de outros continentes num movimento de navios e de violência nos espaços, conformando as paisagens que conhecemos hoje.

1.2 Cultura em movimento

A história de uma cidade ou “a cidade na história”, conforme Mumford (2004), não pode ser definida sozinha, por fatos isolados, nem tampouco descrições isoladas. “Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas” (MUMFORD, 2004, p. 9). Assim, considerando que a paisagem é “uma maneira de ler e analisar o espaço”,

²² No cenário de destruição de registros, comum para quem faz história no Brasil, é uma importante surpresa encontrar as cadernetas dos engenheiros da Comissão Construtora de Belo Horizonte no Museu Abílio Barreto.

“uma leitura, inseparável da pessoa que contempla o espaço considerado”, “um entrelaçamento de leituras cuja diversidade pode provocar conflitos” (CORBIN, 2020, p. 1-2), devemos estar cientes da historicidade da cidade e, principalmente, da oportunidade de ouvir outras vozes, outros pontos de vista, visões diferenciadas que são confrontadas na cidade, no espaço público.

Em Ouro Preto, essas camadas de história foram marcadas pela circulação de pessoas de diferentes culturas de várias partes do mundo. Esse movimento ocorreu densamente tanto no século XVIII, com a corrida do ouro; como na modernidade, com o desenvolvimento da atividade turística. No século XVIII, a vinda dos portugueses ao território das Minas Gerais tinha como objetivo a busca por mão de obra escravizada e por riquezas minerais. Na contemporaneidade, pessoas de todos os cantos do mundo procuram as riquezas consagradas como patrimônio da humanidade, as instituições de ensino e também os minerais.

No século XVIII, de acordo com Diogo de Vasconcelos (1994), foi uma prática pontilhar no território pequenas “roças” com a finalidade de demarcar os caminhos e locais de suprimento. Essas “roças” possibilitavam a continuidade das expedições de interiorização do Brasil que tinham como justificativa ideológica, segundo Amantino (2006, p. 190), “[...] colonizar e povoar para fins de desenvolvimento”.

A ideia era eliminar tudo o que não fosse considerado civilizado do ponto de vista europeu, ou seja, a população autóctone que não se submetesse a lógica de enriquecer a metrópole ou era dizimada ou invisibilizada. Foi o caso, para citar apenas um exemplo, dos indígenas Cataguases e dos Caiapós descritos nos textos eurocêntricos como “os mais bárbaros e antropofágicos” (AMANTINO, 2006, p. 191).

A Descrição Geográfica e Física elaborada por Diogo de Vasconcelos²³ (1994, p. 29) fala da “natureza prodigiosa”, da “humanidade nativa, desprezível”; “do bem e o mal

²³ De acordo com Romeiro (2013, p.147), Diogo de Vasconcelos consolidou a interpretação da história mineira do século XVIII, com “[...] uma interpretação que escapa ao plano meramente cronológico, para se revelar como uma teoria da história mineira do setecentos”. Mas o autor aponta que a abordagem de Vasconcelos em “História Antiga de Minas Gerais”, de 1806, foi interpretada por Marco Antônio Silveira como um modelo de evolução histórica que representa a “[...] vitória do Estado sobre a natureza inóspita e a irracionalidade de uma vida social turbulenta e pouco complexa – isto é, como a vitória da civilização sobre o estado da natureza”. SILVEIRA, Marco Antônio. Guerra de usurpação, guerra de guerrilhas: conquista e soberania nas Minas setecentistas. In: **Varia História**, Belo Horizonte, n. 25, jul. 2001, p. 123-24. PIRES, Maria do Carmo; ANDRADE, Francisco Eduardo de; BOHRER, Alex Fernandes (Org.). **Poderes e lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, Séculos XVIII-XX**. São Paulo: Scortecci; Ouro Preto: Editora UFOP, 2013.

detectados no que é belo e oferece boas possibilidades aos colonizadores e no que é temível, perigoso e indesejável”; da dificuldade do homem de dominar as “dádivas naturais”. Esses rios, “perigosos”, indicavam caminhos, estabeleciam arraiais e freguesias, forneciam o ouro e ficavam entre a vida e a exploração. Nessas regiões, os córregos foram referências paisagísticas constantes nos traçados coloniais (CAMPOS, 2012, p. 11). A água foi, desde sempre, uma das protagonistas da história da cidade, pois “[...] um rio é como um viajante incansável” (SANT’ANNA, 2019, p. 23).

Todo esse movimento que nos instiga tem as suas bases na circulação global que trouxe pessoas por milênios e de todo o Planeta para o território das Minas Gerais²⁴.

1.2.1 Desdobramentos da “mundialização ibérica” nos séculos XVII e XVIII

A paisagem vai além dos limites do que é visto em um dado momento, ela é o cruzamento de espaços e tempos que precisam ser vistos em contextos maiores. Apresentamos, aqui, os processos de conquista de território como movimentos de dominação, numa América que não foi descoberta pelos europeus, pois ela já existia. A América foi violentamente reinventada. Os valores da cultura ocidental foram impostos às sociedades num modelo de controle baseado no progresso, que desconhece limites. Suas dinâmicas marcaram e ainda marcam pessoas, ritmos, estruturas, relações e cidades.

Para Peter Linebaugh (1982), em “All the Atlantic Mountains Shook”, a América foi tomada por eventos profundos e hemisféricos baseados na exploração e na violência. A ideia do paraíso tropical, que o historiador retoma ao mencionar o “mito da Atlântida” de Platão²⁵, nada mais era do que um exemplar inglês de patriarcalismo, exploração da natureza, sociedade demiúrgica, “conquista” e estupro.

²⁴ De acordo com Walter Alves Neves, biólogo, arqueólogo, antropólogo e professor aposentado da USP, a descoberta do fóssil de Luzia em Lagoa Santa (MG), na década de 1970, indica que o seu povo teria chegado à América antes dos ancestrais dos povos indígenas atuais. Para saber mais: NEVES, Walter A.; HUBBE, Mark, O. R. Luzia e a saga dos primeiros americanos. In: **Scientific American Brasil**, v. 2, n. 15, p. 24-31, ago. 2003.

²⁵ Interessante associação entre o mito e o nacionalismo monárquico é apresentada em: MIGUEL, Dias Santos. O mito da Atlântida nas leituras historiográficas do nacionalismo monárquico. In: **Estudos do século XX**, n. 8, 2008, p. 277-291. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/36258299/23>. Acesso em: 6 jul. 2021. De acordo com Miguel (2008, p. 288), o mito da Atlântida de Platão pode ser

A “diáspora Atlântica” (LINEBAUGH, 1982, p. 106) tinha como principais protagonistas os migrantes assalariados sem propriedade, os trabalhadores por peça. Pessoas com histórico de revolta contra cercamentos, altos preços de alimentos, expropriação de direitos comuns, mendigos, ou seja, pessoas consideradas fardos sociais eram lançados no mapa. Linebaugh (1982) afirma que os navios se tornaram verdadeiras fontes de comunicação entre pessoas e experiências, gerando uma força no internacionalismo pela mistura de várias tradições.

A chegada ao Novo Mundo representou, para uns, a esperança em uma nova vida, “uma cópia do Éden” (HOLANDA, 1969, p. 12); para outros, aberturas e desenvolvimento político e econômico. Além disso, todo o movimento em torno dessas aspirações trouxe impactos profundos na cultura e no ambiente do território da América.

A necessidade produzida pelos europeus de expansão e conquista de novos territórios nos remete ao século XV, quando a Europa passou por transformações significativas após a alteração do modo feudal para o capitalista. Essas mudanças impulsionaram forças expansivas, econômicas e políticas tanto na Espanha como em Portugal. Além da motivação econômica, Alexandre (2002) e Barcelos (2016) destacam a necessidade de difusão do catolicismo como parte do processo de dominação que contribuiu para o processo de colonização, bem como de exploração dos povos autóctones; e, pouco depois, dos escravizados africanos.

Para Barcelos (2016, p. 19), a “mundialização ibérica” potencializou a monarquia católica, em um movimento global de dominação não apenas material, mas também religioso e político, de pessoas. Um dos resultados do processo de expansão foi a conquista de novos territórios e de metais como o ouro e a prata que das colônias iriam incentivar o capitalismo mundial.

Ao tratar da dominação ibérica nas “quatro partes do mundo”, Serge Gruzinski (2014) apresenta a ideia de “mobilização”. Para o autor, ia além da expansão: “É uma mobilização em profundidade, pelo que provoca de movimentos e entusiasmos

compreendido dentro do contexto da expansão da raça portuguesa como via regeneradora. A sua ênfase estaria na “missão civilizadora” que se desdobraria no retorno à origem da raça. Miguel (2008) aponta que uma das teses sobre a interpretação do mito de Platão, de João de Almeida (1933), considera que a Atlântida era uma mítica que teria desaparecido há milhões de anos, uma civilização evoluída extinta, de antepassados dos lusitanos que tentaram se expandir enviando expedições para a Grécia e para o Egito.

imponderados que se precipitam, uns e outros, sobre todo o globo” (*Ibidem*, p. 53). Segundo ele, o processo de mistura é incontrolável, que exclui e também agrega, e tudo se espalha. “Ela escapa mesmo ao controle dos homens, quando espalha no mais fundo das Américas os micróbios das outras partes do mundo. E esse movimento não conhece limite” (GRUZINSKI, 2014, p. 53).

O processo de dominação global de portugueses e espanhóis produz, com violência, o acúmulo de novas experiências e novos saberes. A mobilidade humana favoreceu um “[...] movimento incontrolável de objetos, de crenças e de ideias” (GRUZINSKI, 2014, p. 52). “Bibliotecas acompanham seus proprietários pelos oceanos dos globos” (*Ibidem*, p. 76). Entre os saberes, houve também a circulação de técnicas, costumes e imaginários através de homens e mulheres renascentistas que eram “descobridores”, comerciantes, aventureiros, andarilhos, expatriados. Apesar deles, devemos destacar os inúmeros povos, línguas e culturas que circularam pelos corpos de negros, negras e indígenas, que testemunharam a condição desumana da escravidão e que transmitiram conhecimento e tradição que resistem na paisagem.

Nesse movimento, a travessia do Atlântico – entre a Europa e a América – foi “[...] a mais dura aprendizagem do mar” (BRAUDEL, 1983, p. 251), uma menção à aspereza dessas águas. E foi através dos perigos que se pagou o “império do mundo” (*Ibidem*, p. 251). “Não são os espaços geográficos que fazem a história, mas sim os homens, senhores ou inventores destes espaços”, ressalta o historiador ao tecer a participação do Mediterrâneo na “prosperidade oceânica”.

Nesse sentido, o Novo Mundo da União Ibérica seria uma projeção, característico de um processo de dominação. Braudel (1983) faz menção aos burricos no México que eram símbolos da vida no Mediterrâneo e evocavam pessoas e paisagens; a Plaza Mayor das cidades espanholas refletidas nas igrejas; os rebanhos da Península Ibérica reproduzida no que ele chama de “estado selvagem”; até mesmo o barroco colonial. Todos com raízes no Mediterrâneo.

No Novo Mundo, a América Espanhola e a América Portuguesa foram divididas pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494, uma linha imaginária para a demarcação da partilha da América entre os países da Península Ibérica, e que foi assim até a metade dos oitocentos. De acordo com Barcelos (2016), espanhóis e portugueses circulavam em espaços comuns, aproximações e embates, até porque a Igreja era unificada em todos os territórios. Um exemplo é o castelhano Agostinho Soutomayor que foi nomeado

provedor das minas do Brasil em 1591 (BARCELOS, 2016, p. 35). Antes disso, ele havia transitado pelo Peru, África oriental, Árabes e Império Monomotapa (esses últimos extintos nos setecentos). A circulação do provedor possibilitou os estudos das jazidas de veio e a recomendação da instalação de moinhos para triturar rochas. Soutomayor registrou e divulgou esse conhecimento que foi adquirido pela observação de métodos empregados pelos africanos e pelos indígenas²⁶.

Segundo Peter Linebaugh (1982), o processo de expansão europeia foi uma grande cooperação internacional para construir uma enorme comunidade em torno de um modo de produção e acumulação de riqueza. Tudo isso gerou uma estrutura de interação humana que conduziu, moldou a experiência do Atlântico e da América. As características desse processo de dominação se diferem na América Espanhola e na Portuguesa. Com seus reflexos na sociedade e nos espaços das cidades, cabe-nos compreender algumas de suas dinâmicas, diferenças e aproximações que nos auxiliam a entender a história do Largo dos Contos, especialmente na presença da Casa dos Contos.

A chegada ao que denominamos América Latina favoreceu a projeção de uma visão ocidental e europeia do que pode ser chamado de processo civilizatório (LEMOS, 2018, p. 14). Vieram franceses, holandeses, espanhóis e portugueses. Os dois últimos são aqui destacados pela presença e construção de territórios de secular exploração mineradora como Potosi, na Bolívia, e Minas Gerais, no Brasil. “Para a sociedade ocidental o que não respondia a suas vivências, a suas experiências, eram rotuladas de incivilizadas ou ‘mais primitivas’” (LEMOS, 2018, p. 14).

O conceito de civilização, de que trata Lemos (2018), é uma referência à profunda discussão sobre civilização no mundo ocidental de Norbert Elias. Para o sociólogo, no francês ou inglês, “[...] civilização descreve um processo ou, pelo menos, seu

²⁶ Acerca da influência do colonialismo, da colonialidade, do patrimônio afro-brasileiro e os conhecimentos difundidos no território minerador, consultar VIANA, Luiz Cláudio Alves. **O Turismo Étnico Afro na Mina Du Veloso: um estudo do equipamento interpretativo do patrimônio de Ouro Preto/MG.** Dissertação [Mestrado – Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável] – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/42859/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%2C%20VIANA%2C%20Luiz%20Cl%C3%A1udio%20Alves%2C%202021%20-%20PPG-ACPS%20-%20UFMG.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2023. E sobre a história do bairro Velloso: FERREIRA, Larissa Fallone. **Elementos para uma leitura afrodescendente da paisagem minerária**, Bairro do Veloso, Ouro Preto-MG (2006-2021). Dissertação [Mestrado] – Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Escola de Arquitetura da UFMG. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/54242>. Acesso em: 20 jun. 2023.

resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente ‘para a frente’” (ELIAS, 1994, p. 23). No entanto, essa definição de civilização está relacionada à de cultura. A cultura, nesse caso, seria a limitação dessa noção de movimento, como afirmam Lemos (2018) e Elias (1994). Isso porque a cultura que os ibéricos impuseram aos povos da América Latina, conhecida como cultura ocidental, foi a imposição de uma visão de mundo, “[...] antes de mais nada, um processo civilizatório que procurava transformar a cultura existente” (LEMOS, 2018, p. 14), ou, acrescentaríamos, muitas vezes, aniquilar.

Quando os portugueses chegaram à América, as terras eram habitadas por populações de várias formações, dispersas no território, itinerantes. Os povos autóctones tinham diferentes formas de se relacionar com a natureza, de organização do trabalho, da utilização dos recursos, da cultura, da língua, da religião e do tempo.

A colonização subordinou as colônias americanas e seus povos ao capitalismo. Segundo Lemos (2018, p. 17), os espanhóis “[...] encontraram impérios ricos e desenvolvidos, mas incapazes de resistir aos colonizadores”. Cidades foram destruídas, reformas foram feitas para a subordinação dos povos a novas cidades nos moldes dos colonizadores. A cultura e a vida dos povos autóctones foram-lhes retiradas, dando início à relação contraditória, conflituosa dos espaços entre europeus e colonos. A própria organização do espaço urbano com demarcações retilíneas, agrupadas, divididas geometricamente, foi uma forma de imposição europeia no espaço já habitado.

No Brasil, o século XVII marcou a expansão territorial em direção ao interior depois de um longo processo político com os espanhóis que libertou os portugueses da União Ibérica (1640). De acordo com Wehling (1994, p. 109), a ocupação do litoral, entre outros fatores, esteve relacionada tanto à exploração de madeira e açúcar, como à defesa do território. Os holandeses tomaram conta do Nordeste e contribuíram para esse processo até 1654. No contexto de crise europeia, queda no valor do açúcar, concorrência com a Holanda, houve um estímulo oficial para que bandeirantes paulistas adentrassem o interior do Brasil em busca de povos autóctones para escravização.

Ailton Krenak (2022) explica que os indígenas tinham uma visão da alteridade, ou seja, os portugueses eram mais um, pois o Brasil era habitado por centenas de povos que, ao longo de centenas ou milhares de anos, às vezes, encontravam-se. No entanto, os

indígenas mantêm uma relação bem diversa dos portugueses com o meio. Para os povos Yanomami, por exemplo, o ouro deveria ficar debaixo da terra.

As coisas que os brancos extraem das profundezas da terra com tanta avidez, os minérios e o petróleo, impregnadas de tosses e febres, que só Omama²⁷ conhecia. Ele porém decidiu, no começo, escondê-las sob o chão da floresta para que não nos deixassem doentes. Quis que ninguém pudesse tirá-las da terra, para nos proteger. Por isso devem ser mantidas onde ele as deixou enterradas desde sempre. A floresta é a carne e a pele de nossa terra, que é o dorso do antigo céu Hutukara caído no primeiro tempo. O metal que Omama ocultou nela é seu esqueleto, que ela envolve de frescor úmido. São essas palavras dos nossos espíritos, que os brancos desconhecem. Apesar disso, continuam cavando o solo sem trégua, como tatus-canastra. Não acham que, fazendo isso, serão tão contaminados quanto nós somos. Estão enganados (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 356).

A intenção de controle e transformação dos bens comuns em propriedade e mercadoria é uma das invariantes dos povos colonizadores. Ao longo de mais de 500 anos, a tragédia de extermínio dos povos originários persiste. Ailton Krenak se pergunta “Que ‘comum’ é esse que o tempo inteiro é invadido por algum sujeito que pode se apropriar dele?” (KRENAK, 2022, p. 69).

No final dos seiscentos e dentro de uma política tributária, a primeira Casa da Moeda portuguesa foi instituída para cunhar moedas para circulação interna em Portugal. Agravada pela escassez da prata encontrada principalmente na Bahia e em Pernambuco, a Casa da Moeda tinha por objetivo controlar a distribuição e o acesso ao metal. Comandados pelos interesses da Coroa Portuguesa, foram criadas vilas, cidades, capitânicas; além de cargos públicos e atividades administrativa, judiciária e de arrecadação de impostos (WEHLING, 1994).

No entanto, o próprio Wehling (1994, p. 114) afirma que as bandeiras tinham número e objetivos diversos, o que favoreceu algumas classificações. Entre elas, a organização por ciclos. No período entre o século XVI e a primeira metade do século XVII, que se dividiram em: caça aos indígenas, combate de tribos e quilombos, por último, o ouro.

Assim, a interiorização dos portugueses no Brasil não pode ser resumida à procura por metais e o papel de busca de escravizados é preponderante. Como essa tentativa de escravização da população encontrou resistência, temos a seguinte narrativa na história dominante. “No final da terceira década do século XVIII, paulistas e outros

²⁷ *Omama* para os povos Yanomami é um criador do mundo e de todos os seus elementos, como a floresta, os seres humanos, os animais.

conquistadores já haviam penetrado praticamente todas as matas e sertões, expulsando e/ou dizimando a grande maioria da população indígena da capitania de Minas Gerais” (VASCONCELOS, 1994, p. 15). Os indígenas que não aceitavam a escravização eram mortos e suas terras eram tomadas.

O relato da destruição de Guairá, feito pelos padres Mansilla e Masseta, correu mundo em diferentes traduções, vindo a constituir a base, nos séculos XVII e XVIII, de uma 'lenda negra' sobre as atrocidades dos bandeirantes paulistas, bastante semelhante, embora em escala reduzida, à lenda negra sobre o trucidamento das populações indígenas da América Espanhola (WEHLING, 1994, p. 116).

No final do século XVII, os bandeirantes acharam ouro, incentivados pelo próprio rei. A expedição liderada por Fernão Dias Pais foi uma das bandeiras que chegou à região do Vale do Jequitinhonha, como descreve Wehling (1994, p. 117). A partir dali, foram fundados arraiais para o abastecimento das bandeiras. Os rios das Mortes, das Velhas, Paraopeba e Araçuaí foram significativos para o alargamento territorial do País e a descoberta do ouro na década de 1690.

Em comparação à América Espanhola, a exploração de ouro na América Portuguesa pode ser considerada tardia. Na América Espanhola, essa exploração teve início logo após a chegada dos colonizadores, nos séculos XVI e XVII. Para isso, de acordo com Alexandre (2002), a Espanha instalou empresas grandes e fixas capazes de implantar técnicas avançadas de exploração. Na América Portuguesa, a exploração mineral teve início no século XVIII, dois séculos depois do início da colonização. Além disso, as características geológicas eram bem distintas e exigiam técnicas diferenciadas de mineração.

A exploração imediata na América Espanhola pode ter sido favorecida pela descoberta abundante dos metais nas regiões litorâneas. Soma-se a isso, o conhecimento e a técnica dos nativos que sabiam explorar e trabalhar o ouro. Enquanto isso, na América Portuguesa, a exploração litorânea foi baseada na produção de açúcar, principalmente na Amazônia, no sertão nordestino e parte do sul nordestino.

Em 1545, foi encontrado o filão mais rico de prata perto de Potosí. Alexandre (2002) e Barcelos (2016) apontam que os colonizadores espanhóis eram mais ativos e a informação fluía mais rápido, o que levou a uma grande e rápida onda imigratória para a região. Segundo Deveza (2006, p. 80), a transferência de riquezas e pessoas para

a região era um “complexo e cadenciado sistema de frotas” chamado de “Carrera de Indias” (século XVI), que cruzou o Atlântico e o Pacífico por 150 anos e marcou o “controle andaluz em solo americano” (*Ibidem*, p. 80). Como discorre Alexandre (2002), Potosí se tornou uma das cidades mais populosas do mundo.

Em 1546, Potosí foi fundada. Para a Unesco²⁸, ela se tornou o maior complexo industrial do mundo, fundamental ao desenvolvimento do capitalismo moderno. Entre os séculos XVII e XIX, ocorreu a violenta dominação do império inca e a exploração de suas riquezas, levando-o do apogeu ao declínio. Hoje, Potosí é reconhecida pelo seu excelente valor universal excepcional, com um patrimônio arquitetônico significativo no qual se destaca a antiga Casa da Moeda.

A Casa de la Moneda (Royal Mint), reconstruída em 1759, bem como várias casas aristocratas, cujo luxo contrastava com a nudez das fazendas do bairro (onde depois da conquista espanhola os nativos habitavam), também permanecem. Muitos desses edifícios estão no estilo “barroco andino”, que incorpora influências indígenas (UNESCO, 1987, s/p).

De acordo com a UNESCO (s/d), essa Casa da Moeda está situada em região preservada quanto ao estilo colonial. Ela foi reconstruída em 1759 e a sua imponência era contrastante com as edificações civis. O estilo “barroco andino” teve influências indígenas e impactou no desenvolvimento arquitetônico e artístico na região.

Figura 14 – Casa de la Moneda, Potosí em Bolívia



Fonte: Tirapeli (2018).

²⁸ Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/420/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

No início do século XVIII, a exploração portuguesa também gerou uma forte onda imigratória. O movimento intenso de interiorização desencadeou a organização de caminhos e rotas para as áreas mineradoras, entre essas áreas e para áreas de abastecimento, como o Caminho Velho e o Caminho Novo que vieram a se tornar rota turística “Estrada Real” no século XXI.

No começo, a extração de ouro não demandava grandes obras de exploração, já que se encontravam nos rios e córregos. A chamada “corrida do ouro” para as minas se deu não apenas por europeus, mas também por pessoas das outras regiões do Brasil. Todo esse movimento provocou a criação de arraiais, vilas e cidades.

Rotas e trocas permitiram a lenta divisão do trabalho de que são oriundas as cidades, meio isoladas dos campos e que só se libertam desse constante cerco à custa de repetidos esforços. Estes esforços, por sua vez, não deixam de se fazer sentir no interior das próprias cidades, de ordenar as suas atividades diferenciais, de as transformar dentro delas mesmas, segundo esquemas que, evidentemente, só muito grosseiramente são regulares. Nesse processo com infindas variantes tudo parte, evidentemente, de uma actividade [sic] mercantil omnipresente, primordial, organizadora (BRAUDEL, 1983, p. 357).

As informações levavam mais tempo para chegarem aos colonizadores por conta dessa interiorização. À medida que encontravam ouro, os portugueses geravam novas demandas que faziam parte do processo de exploração, envolvendo, por exemplo, aspectos financeiros, emissão de títulos honorários, autorizações para o uso da mão de obra dos povos autóctones, provisão de equipamentos como a pólvora, o chumbo e armas, entre outros. Além disso, Figueiredo (2000, p. 3-4) menciona as dificuldades operacionais de comunicação entre a colônia e Portugal que ele denominou de “tempo administrativo”. Isso gerou consequências materiais negativas à Colônia e se tornou uma “categoria política perigosa” para os europeus.

Talvez a forma mais opressiva com que esta distância foi sentida pelos colonos tenha sido através da política fiscal portuguesa. A elevada carga de impostos e o multiplicado número de donativos e contribuições, a serem pagos incessantemente para atender aos gastos do reino, apareceram sempre combinados com a limitação na liberdade comercial, a ausência de participação dos colonos junto ao centro de decisão, os abusos de jurisdição por parte de funcionários e os preços desvantajosos nas relações mercantis a dificultar a vida material nas colônias (FIGUEIREDO, 2000, p. 3).

Os processos administrativos da mineração dependiam dos representantes do Reino, antes e depois do início das atividades. A estrutura administrativa da colônia portuguesa passou a ser organizada em vilas e capitanias com a criação das

comarcas que estavam ligadas ao exercício da justiça e os cargos eram preenchidos por pessoas enviadas de Portugal. O aparato administrativo e militar foi, aos poucos, sendo implantado nos centros mineiros do interior, “[...] autoridades religiosas e civis cuidam da justiça e da fé e, evidentemente, dos impostos” (FIGUEIREDO, 2000, p. 9).

Na América Espanhola, havia uma estrutura administrativa com cargos preenchidos por pessoas da região chamadas de “cabildos” (ALEXANDRE, 2002, p. 16). Por volta de 1530, a forma de trabalho se dava pelo sistema de mita, que era um rodízio de envio de grupos “mitayos” por cerca de seis ou doze meses para a região mineradora (*Ibidem*, 2002, p. 10). Esses conjuntos eram substituídos por novos grupos, no entanto, muitos deles jamais retornavam.

De acordo com Deveza (2006, p. 82), a imposição da mita como regra das relações de trabalho pelos espanhóis apenas foi possível quando foi introduzido o processo de amalgamação. Esse método utilizava o mercúrio que tinha sua origem, a princípio, em Andaluzia, descoberto depois pelo vice-rei em minas do norte de Potosí, garantindo-lhe poder no processo de beneficiamento da prata. O mercúrio passou a ser essencial na exploração.

O trabalho nas minas da América Portuguesa começou a ser feito por indígenas caiapós, como aponta Wehling (1994, p. 158), mas, rapidamente, passou a ser executado por escravizados africanos. Foram trazidas grandes quantidades de pessoas escravizadas da Baía de Benin, na África ocidental, por serem consideradas conhecedoras das técnicas, mais resistentes e fortes para a atividade. “A preferência recaía nos negros ‘minas’, denominação que correspondia a várias etnias e grupos linguísticos, como os iorubás (jejês e nagôs), os achantis e os iefiques, pois os bantos de Angola e Benguela eram considerados mais fracos e mais suscetíveis a doenças” (WEHLING, 1994, p. 158).

Com relação às técnicas de extração mineral, havia diferença entre a América Espanhola e a Portuguesa porque as características geológicas eram distintas. Na Espanhola, segundo Alexandre (2002, p. 11), eram utilizados túneis estreitos e sinuosos, o chamado “sistema del rato”. De modo geral, eram realizados cortes nas galerias de acesso, compra de concessões e ligações de galerias que utilizavam bombas para drenar as minas. Depois empregavam a força animal e as técnicas de lavagem (para o ouro) e, por fim, o transporte para a casa de fundição.

Na América Portuguesa, as técnicas foram desenvolvidas no início para o ouro dos córregos e, depois, o ouro de veias. As bateias separavam o cascalho e o ouro; em seguida, passaram a utilizar as peneiras. Logo depois, desenvolveram um sistema mais sofisticado com a canalização de água e a criação de reservatórios. Em uma das técnicas, a água era usada para desabar o terreno e triar o ouro²⁹. Isso contribuiu para colocar a água no centro das disputas e dos conflitos com os moradores e passou a integrar os códigos de posturas das antigas Câmaras, como aconteceu em Ouro Preto.

A extração mineral estava sujeita à tributação do sistema de trabalho, visando à acumulação de capital. Desde o começo, na América Espanhola, foi adotado o quinto real como o mais importante imposto do Novo Mundo. Na América Portuguesa, foram desenvolvidos vários métodos para taxar o ouro antes do quinto. A cobrança do quinto era o equivalente ao pagamento de 20% dos minérios produzidos pelos contribuintes ao rei. O rigor dessa cobrança, segundo Figueiredo (2000), desencadeou revoltas e confrontos iminentes.

A chegada do Alvará determinando a construção das Casas de Fundição para que todo o ouro fosse fundido e subtraído marcou a instauração desse imposto e gerou revoltas, como o caso da Revolta Felipe dos Santos e Sedição de Vila Rica contra a Coroa. Mais tarde, a Inconfidência Mineira marcou o movimento contra a derrama³⁰ e a Coroa, ocorrida em Ouro Preto.

Segundo Alexandre (2002, p. 15), a produção agrícola na América Espanhola era realizada pelos povos nativos. Através deles, abastecia-se o comércio dos grandes centros mineradores. O comércio de alimentos foi sendo ampliado, e surgiram novos ofícios, como a alfaiataria e a carpintaria. Na América Portuguesa, houve o desenvolvimento e o crescimento gradativo do comércio para atender às altas demandas por produtos alimentícios, que chegaram a ser escassos no final do século XVII e começo do século XVIII. Nas antigas vilas mineiras, não apenas produtos foram se diversificando, mas também a pecuária, a indústria de construção e os ofícios específicos – entre eles, a carpintaria e os ferreiros.

²⁹ Para saber mais, consultar as páginas 5 e 6 do site: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/historico-2.php>.

³⁰ A derrama foi um imposto cobrado pela Coroa Portuguesa a partir de 1751 para assegurar a sua cota de arrecadação do quinto.

Todo esse violento movimento em torno da colonização ocasionou a diversidade de povos e saberes no Brasil que, contraditoriamente, resultou em manifestações artísticas de grande valor cultural na atualidade – como é o caso do barroco. Em Ouro Preto, o auge da mineração coincidiu com um período de efervescência cultural, com muitos artistas e mestres de ofícios à altura da importância da antiga Vila para a Coroa e para a Europa.

Na bibliografia da História da Arte, encontramos pesquisas recentes que, por meio de comparações e fontes eclesiásticas, associam as pinturas dos artistas que trabalharam no Brasil a modelos da arte europeia. É o caso do pintor a quem foi atribuída a pintura do forro da antiga Casa dos Contos de Ouro Preto, Manuel da Costa Ataíde. Ainda assim, é reconhecido, nesse caso, o talento capaz de dar um caráter de unidade estilística e um cunho pessoal às obras³¹.

Diversos autores apontam a circulação de elementos presentes na arte europeia nas pinturas da cidade, como é o caso do forro da Igreja São Francisco de Assis (LEVY, 1944). Para além dos ofícios, a própria representação do espaço urbano barroco pode ser comparada a outras cidades portuguesas. É o caso de Minho, Portugal e Ouro Preto, cujas características artísticas e urbanas foram descritas por Eduardo Pires de Oliveira como “almas gêmeas” (OLIVEIRA, 2016, p. 118).

Com o domínio das Américas, no final do século XV, o ouro e a prata favoreceram a mundialização do capitalismo. Os núcleos urbanos de Vila Rica (no Brasil) e Potosí (na Bolívia) foram estruturados nesse contexto. Esses núcleos refletem a alteração radical operada com a monetarização das relações na Colônia. Segundo Barcelos (2016), novas necessidades e mercados foram criados, impulsionando o desenvolvimento de atividades como pecuária, agricultura, ofícios mecânicos, produções artesanais, desenhando vilas, rotas e caminhos entre as regiões produtoras e o tráfico intercontinental de escravizados.

O ouro, como afirma Gruzinski (2014), passou a impulsionar uma dinâmica cultural que antecede à sua descoberta, pelo movimento de desejo e de busca para se encontrar novas formas de vida condensadas na imagem do paraíso tropical terrestre. Holanda (1969, p. 1), em “Visões do Paraíso”, afirma ser “o gosto da maravilha e do

³¹ Não encontramos, até o momento, associações acerca da pintura do forro da antiga Casa dos Contos, até porque, por enquanto, ainda se trata de atribuição. Isso significa que as pesquisas consideram provável que a pintura tenha sido feita pelo Ataíde.

mistério” que estava presente nas descobertas marítimas e impulsionou as ondas migratórias.

No entanto, para inserir Potosí (na Bolívia) e Minas Gerais (no Brasil) no circuito mundial capitalista, as populações autóctones foram dizimadas. Os que sobreviveram eram submetidos a condições de trabalho com elevado índice de mortalidade. Essas mortes se davam principalmente por doença ou por desmoronamento de minas.

A dinâmica tributária da Coroa na Colônia indiretamente fomentou novas formas de expressão política, social e cultural. Podemos considerar, por exemplo, as revoltas e motins ocasionados não apenas pelo direito ao ouro, mas também por motivações secundárias, como é o caso da Guerra dos Emboabas em 1708, além da Revolta de Felipe dos Santos em 1720 na região das minas no Brasil.

Muitos dos motins na Capitania eclodiam por motivos muito próximos àqueles responsáveis pelos levantamentos das populações francesa e inglesa entre os séculos XVI a XVIII – aumento do preço de alimentos, tributação excessiva, carência de gêneros em virtude da especulação, entre outros. (ANASTASIA, 1994, p. 29).

De acordo com Anastasia (1994, p. 27), o desprezo pelas massas era um elemento marcante na aristocracia europeia no século XVIII que se refletiu na Colônia. Somase a isso o medo dos atos envolvendo aglomeração de pessoas em situação de pobreza econômica. Arruda (1990) ainda aponta o caráter politizado dos mineiros do oitocentos, em “A mitologia da mineiridade”. Segundo a autora, assuntos de cunho político eram relevantes para toda a sociedade mineira, inclusive mulheres, marcando historicamente a sociedade.

As estreitas ruas das cidades da América portuguesa seriam muitas vezes ocupadas por multidões armadas, que, aos gritos, exigiam o fim de algum imposto ou a remoção de alguma autoridade acusada de abusos. As Câmaras Municipais seriam, em inúmeras ocasiões, cercadas e invadidas, governadores, cobradores de impostos e diferentes funcionários reais pressionados, obrigados a assinar compromissos de reformas, exigidas pelo povo em fúria, casas de pessoas abastadas seriam saqueadas e seus bens redistribuídos entre a comunidade local. (FIGUEIREDO, 2000, p. 4).

Além disso, a presença das entidades eclesiásticas contribuiu muito nesse processo e foi marcante tanto na América Espanhola como na Portuguesa. Na primeira, de acordo com Alexandre (2002, p. 19), foram instaladas nas cidades estruturas parecidas com a da Espanha: arcebispos nas capitâneas, bispos nas cidades, alto

clero nos cabidos das catedrais e o baixo clero no campo. Foram criadas instituições indígenas ou irmandades religiosas secundárias denominadas de “confradía”.

Já na América Portuguesa, a presença das entidades eclesiásticas teve a sua estrutura adaptada ao estilo e organização da sociedade local, concretizada na Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia de 1707. Em Minas Gerais, embora seguissem essa Constituição, o clero implantou algumas medidas diferentes, tornando a igreja “[...] mais conservadora e mais portuguesa do que em outras regiões do Brasil” (ALEXANDRE, 2002, p. 18). Surgiram, assim, nas antigas vilas de Minas Gerais, as irmandades leigas que regiam a vida religiosa, a sociedade e as cidades.

Essas características marcantes no processo de colonização pela Espanha e por Portugal foram responsáveis pela criação de um “Novo Mundo”, que carrega em si muitos dos valores do passado europeu e a violência implícita nesse processo. A América Latina contemporânea é fruto de toda essa efervescência que se originou nas resistências, nas lutas, na diversidade e nas relações violentas.

1.3 Toponímia: o largo

Associando todo esse movimento cultural ao Largo dos Contos, buscamos compreender a origem da palavra “largo”. Em Portugal, o vocábulo aparece, pelo menos, desde o século XIV. Krus, Cameira e Martingil (2017, p. 416) apresentam referência ao Largo do Pelourinho em documentação de 1392. Segundo os autores, o antigo Açougue do Pescado se tornou Largo do Pelourinho Velho, dedicado a atividades comerciais, especialmente na venda de peixes. As alterações nas larguras das ruas e na continuidade dos espaços públicos são consideradas como “[...] as primeiras expressões do novo modelo urbanístico europeu e cristão na urbe de Lisboa” (*Ibidem*, p. 415). O alargamento marcou uma mudança no caráter intimista e na privacidade das ruas anteriores, que eram estreitas. Desde o período do Açougue dos Pescados, o Largo tinha forte importância comercial, e essa teria sido uma justificativa para a destruição de estruturas que possibilitavam o alargamento da via. Assim, “[...] sabemos que foi prática ao longo dos tempos destruírem-se algumas boticas adossadas à dita construção para que o Largo pudesse ficar mais desafogado” (SILVA, 1987, p. 138 *apud* KRUS; CAMEIRA; MARTINGIL, 2017, p. 416).

De acordo com Krus, Cameira e Martingil (2017), em documento de 1552, o Largo é descrito como um espaço em que se vendia de tudo, sob o nome de Rua Nova (dos Mercadores). Provavelmente em 1544, ele passou a ser denominado Largo do Pelourinho Velho, funcionando sempre como um espaço de grande valor econômico e de alta circulação de pessoas de Lisboa, até o terremoto de 1755.

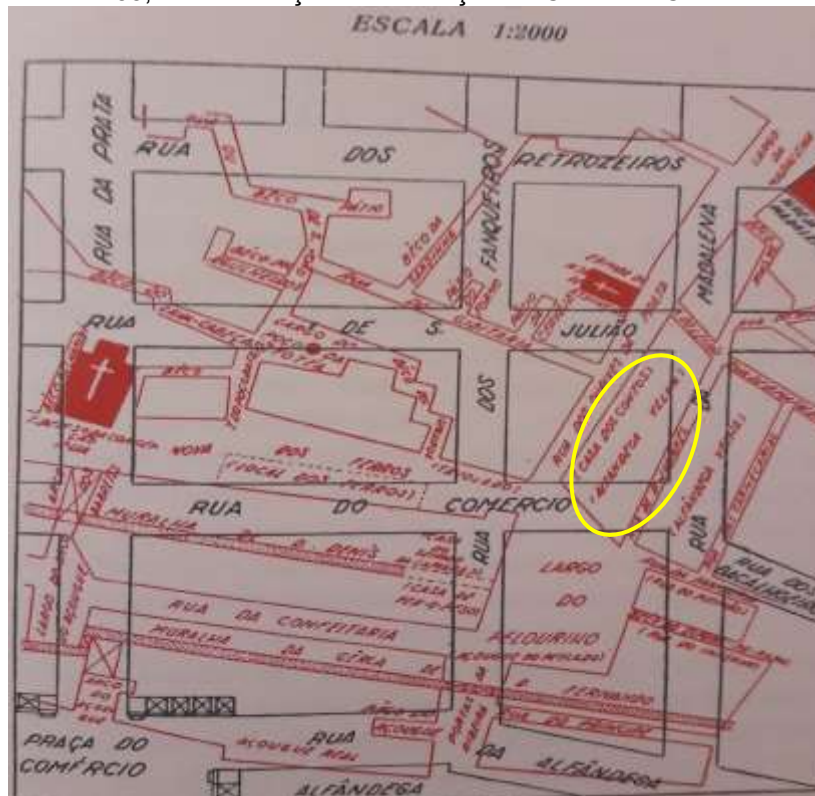
O terremoto destruiu não apenas a cidade, como também a documentação existente sobre os Contos do Reino. Isso teria contribuído para a sua extinção, que se deu em 1761, com a criação do Erário Régio focada na centralização fiscal. Segundo Paixão (1997), documentos do “Regimento dos Contos do Estado do Brasil” faziam parte desse acervo perdido na destruição do edifício em Portugal. Os seus registros datavam desde 1648, restando 47 arquivos organizados em acervo no Tribunal de Contas de Portugal³². A cidade de Lisboa foi reconstruída, e a região é conhecida atualmente como Baixa Pombalina.

Na Figura 15, abaixo, destaca-se, no círculo amarelo, a localização da antiga Casa dos Contos de Portugal; no traçado de cor preta, a demarcação pós-reconstrução das ruas de Lisboa; e no traçado de cor vermelha, a estrutura destruída composta de muitos largos, inclusive o da Casa dos Contos. Parte do local reconstruído preservou, no conjunto, a sede da administração pública e fiscal de Portugal e o Pelourinho. Na Figura 16, datada de 1830, nota-se aspectos do cotidiano daquela sociedade e a movimentação no espaço público. Vendedores com suas bancas e pessoas com diferentes situações socioeconômicas, a saber pelas vestimentas dos que estão em pé, com chapéus, camisas bufantes e casacos. A imagem é anterior ao incêndio ocorrido no Paço da Inquisição situado no Pelourinho Novo (1836), que deu origem ao Teatro D. Maria II em meados de 1840, destruído em outro incêndio em 1964.

Essa reconstrução marcou um momento de ruptura com os padrões de construção da urbe lisboeta, adotando novas características que eram consideradas mais organizadas, trocando elementos como becos, ruelas e largos por organizações retilíneas. “O local que outrora fora um importante centro comercial, é completamente integrado neste novo modelo urbanístico, correspondendo quase que ao limite oriental da Baixa Pombalina” (KRUS, CAMEIRA E MARTINGIL, 2017, p. 416).

³² Catálogo do Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal. Disponível em: https://erario.tcontas.pt/pt/arquivo_biblioteca/instrumentos_pesquisa/Catalogo%20do%20Arquivo.pdf. Acesso em: 7 abr. 2020.

Figura 15 – Fragmento da planta topográfica no local do Largo do Pelourinho anterior ao terremoto de 1755, com marcação da edificação da Casa dos Contos



Fonte: Pais *apud* Vieira da Silva (2019).

Figura 16 – Largo do Pelourinho, Lisboa, 1830



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Iconografia e952v.

Entre 1755 e 1758, segundo o Tribunal de Contas de Portugal (s/d), por falta de documentos, é impossível assinalar onde a Casa dos Contos esteve instalada. Esse foi um período pós destruição da edificação localizada no chamado Pelourinho Velho³³, e ela provavelmente funcionou em lugar provisório. Em 8 de julho de 1758, houve uma mudança para instalação da Casa dos Contos em uma edificação no Pelourinho Novo. Essa datação é uma referência a um documento em que se verifica o pagamento da despesa efetuada com a mudança no Tribunal de Contas.

Em Faria (1997), “largo” é comparado a “praça”, ao fazer referência a uma classificação pré-pombalina (1750-1777) para o Terreiro do Paço, em Lisboa. Os grandes espaços públicos, “grandes largos tradicionais” eram tidos como não planejados, irregulares e ocasionais, diferindo das praças que eram consideradas regulares e monumentais, com planos arquitetônicos e de fachadas³⁴ (FARIA, 1997, p. 53).

Essa seria a grande diferença apontada pelo autor entre praça e largo, embora ambos vocábulos se caracterizem como espaços de permanência. “Os largos impunham-se pela natureza da evolução dos tecidos urbanos, evolução essa resultando da erosão provocada pelos habitantes e suas regras de convívio, do comércio às festas, que necessitavam de espaço para se afirmarem” (FARIA, 1997, p. 54). Apesar da ideia de progressão e hierarquia entre os dois termos, cabe ressaltar que há imprecisão na utilização deles na documentação do passado, como aponta Faria (1997).

Na tabela abaixo, observamos a listagem de largos existentes na cidade de Ouro Preto (MG), com base em consulta ao Arquivo Público Mineiro e ao Portal da Transparência da Prefeitura de Ouro Preto.

Tabela 1 – Largos de Ouro Preto (distrito sede)

DENOMINAÇÃO	BAIRRO REGIÃO	ANO DA LEI FONTE	DENOMINADO POR LEI?
Largo de São José	Rua São José – Centro (impreciso) (APM, CMOP, CX. 55, DOC 92, 1780)	1780	NÃO

³³ Segundo o Tribunal de Contas de Portugal, até o século XVI, a Casa dos Contos “[...] situava-se no ponto onde hoje se faz o encontro da Rua do Comércio com as da Madalena e Bacalhoeiros”, como demonstra a ilustração de Pais (2019). Em seguida para uma edificação “[...] fronteiro ao Terreiro do paço, se estendia desde o Tejo até ao lado sul do Terreiro do Trigo, voltando as suas costas, pela nascente, a Ribeira Velha” até o terremoto, junto à Alfândega.

³⁴ Faria (1997) afirma que muitos largos deram origem a praças em Lisboa.

Largo do Rosário	Rosário (APM, CC, CX. 91, 20307, 1803)	1803	NÃO
Largo dos Baús	Não encontrado – referência à Carta de Sesmaria e ao Rio Tejuco (APM, SG, CX 101, DOC49, 24/04/1817)	1817	-
Largo da Alegria	Praça Silviano Brandão, Centro (Almanaque de Ouro Preto)	1890	NÃO
Largo do Dirceu	Antônio Dias – referência ao chafariz de Marília no dossiê Chafarizes de Ouro Preto de 193- (APM, MM-193(03), s/d)	193-	NÃO
Largo Musicista José dos Anjos Costa	São Cristóvão	1968	SIM
Largo da Fonte da Chácara	Água Limpa	1991	SIM
Largo Secundino Martins Ferreira	São Cristóvão	1994	SIM
Largo Orlando Trópia	Centro – em frente à Escola D. Pedro II	1996	SIM
Largo Célio Inácio	Alto da Cruz	2000	SIM
Largo Maria Timóteo Dias	Vila Aparecida	2005	SIM
Largo Professor José Benedito Nunes	Água Limpa	2008	SIM
Largo Farmacêutico Vicente Éllena Trópia	Centro – Rua Costa Sena, em frente à Escola de Farmácia	2010	SIM
Largo Mauro Guimarães	São Cristóvão	2011	SIM
Largo Maestro Otacílio Jacinto de Cunha	Centro – entre à Igreja das Mercês de Cima e à Escola de Minas	2014	SIM
Largo Basílio Gomes	São Cristóvão	2016	SIM
Largo Padre Mendes	Morro da Piedade – em frente à Igreja São Francisco de Paula	2018	SIM
Largo de Coimbra	Centro	Desconhecido	NÃO
Largo dos Contos ou Largo do Cinema	Praça Reinaldo Alves de Brito	Desconhecido	NÃO

Fonte: Baseado em consulta ao Arquivo Público Mineiro e Prefeitura de Ouro Preto, em 15 jul. 2021.

Observamos que os logradouros denominados “Largos” por Lei começaram a surgir a partir da década de 1960, embora o volume tenha aumentado consideravelmente dos anos 1990 até hoje. No entanto, muitos deles são reconhecidos como largos para a comunidade, independentemente de sua nomenclatura oficial. Enquanto largos, eles são facilmente identificados, pois qualquer pesquisa básica on-line indica exatamente a sua localização. Tendo em vista que os sites de busca na internet e os sites de turismo da cidade confirmam essas denominações, elas continuam a existir na comunidade, contrariando a imposição de nomes de personalidades muitas vezes desconhecidas.

O espaço público ao redor da edificação da Casa dos Contos, assim como a de Lisboa, era privilegiado. No período colonial, a hierarquização dos espaços da cidade se dava pela divisão entre bairros, freguesias, paróquias ou arraiais. Há referências de centro enquanto concentração referencial, como no caso do “[...] centro comercial, centro do comércio, centro dos negócios e similares, muitas vezes preferidas, ao longo do Oitocentos, para identificar essa região urbana economicamente dominante” (TOPALOV *et al.*, 2014, p. 203-204).

Em Ouro Preto, as ruas do Largo dos Contos e do entorno caracterizam o centro comercial da cidade desde o século XVIII. Em Portugal, o Largo que continha a Casa dos Contos foi considerado por Faria (1997) como um dos principais espaços públicos da cidade e o principal centro social devido à sua relação com o pelourinho.

Ao longo da história de Ouro Preto, algumas ruas e largos se destacaram por suas dinâmicas comerciais e administrativas, como o Largo dos Contos (Praça Reinaldo Alves de Brito), a Rua Tiradentes (depois Rua São José), o Largo da Alegria (Praça Silviano Brandão) e a Rua Nova do Sacramento (depois Rua Getúlio Vargas). Apesar de haver outras ruas sequenciais e de características bem parecidas, destacamos essas pelo movimento constante não apenas de turistas, como também de moradores para atividades essenciais da vida cotidiana. As demais parecem ser mais direcionadas aos visitantes pelo perfil do comércio, que engloba, principalmente, pedras preciosas e souvenirs.

Como vimos na Tabela 1, o Largo dos Contos e o Largo da Alegria não foram denominados como “largos” oficialmente. Ambos integram uma via que se caracteriza pela função comercial da cidade. De um lado, está o Largo dos Contos; e, do outro, o Largo da Alegria. Outra particularidade da região é o fato de serem ruas planas, característica dada pelo corte no vale para a criação do traçado urbano.

Assim, entendemos que as ruas demarcadas tiveram, desde sempre, uma relação funcional e de coexistência. Na Figura 17, de 1888, observamos essas ruas no mapa. A edificação Casa dos Contos, que naquela época era a Diretoria da Fazenda, está assinalada com um círculo amarelo na Figura 18.

Figura 17 – Mapa de Ouro Preto em 1888



Fonte: BNDB.

Figura 18 – Fragmento do Mapa de Ouro Preto em 1888



Fonte: Adaptado pela autora, de BNDB.

Na década de 1890, mesmo período do mapa, o “Almanack de Ouro Preto” apresentou, entre outras informações, os profissionais (prestadores de serviço) com as mais variadas funções e a sua localização. No entanto, ele menciona a Rua de São José (Almanaque de Ouro Preto, 1890) como referência à Rua Nova do Sacramento

(VILLASCHI, 2014) ou à Rua do Paredão (SALGADO, 2010), que veio a ser a Rua Getúlio Vargas até os dias atuais. Veloso (2018) afirma que essas alterações na nomenclatura das ruas eram constantes, podendo variar em curtos períodos de tempo, por isso, as diferentes designações para uma mesma rua.

Os profissionais e as empresas (pontos comerciais) foram organizados na Tabela 2 com base na síntese desse documento³⁵. O objetivo é demonstrar essa característica comercial do entorno da antiga Casa dos Contos mesmo após o declínio da atividade mineradora, quando a cidade foi avaliada como decadente³⁶. Para a criação da tabela, ponderamos que o Largo dos Contos era considerado parte da Rua Tiradentes devido a uma referência a essa via no Almanaque, que diz: “Começa em frente à Diretoria de Fazenda e termina no Largo da Alegria” (OZZORI, 1890, p. 79). Além disso, a edificação onde funcionava o Liceu Mineiro está endereçada como Rua Tiradentes e também fez parte do Largo dos Contos. No entanto, apesar de o Largo dos Contos e o Largo da Alegria se tratarem, oficialmente, da mesma rua no século XIX, os endereços fazem distinção quando se trata desse último, citados no Almanaque como “Largo da Alegria”.

Isso nos dá um panorama das referências de habitantes da cidade daquele período, já que as informações eram passadas por eles ao tipógrafo e que coincidem com os termos usuais hoje em dia. Também sabemos que, na década de 1890, haviam poucas edificações no Largo dos Contos. Então, a Rua de Tiradentes é pontuada, aqui, como do Largo dos Contos até o Largo da Alegria; o Largo da Alegria é contabilizado quando for mencionado como tal; a Rua de São José é classificada do Largo da Alegria até o Largo do Rosário, conforme indica o Almanaque. O Largo do Rosário não é contabilizado porque entendemos que tem dinâmicas e fluxos diferentes e específicos.

³⁵ O Almanaque de Ouro Preto de 1890 informa aos leitores, nas páginas III e IV, sobre a dificuldade em obter as informações e, com isso, a possibilidade de falhas nas informações apresentadas. Em todo caso, parece-nos interessante compreender a vocação para a ascensão comercial do lugar, característica que se mantém na contemporaneidade.

³⁶ Vieira (2016) apresenta outra perspectiva a partir do que ela intitula “mito da decadência”. Segundo a autora, o desenvolvimento econômico passou a ser sustentado em outros pilares da economia. Com base no recenseamento realizado em 1890, a somatória da população das freguesias de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias era de 17.860 habitantes, o que ainda era, para a época, uma das maiores cidades do Brasil (VIEIRA, 2016, p. 156). Atualmente, essas freguesias corresponderiam à sede de Ouro Preto, ou seja, sem contabilizar os distritos que já existiam naquele momento.

Tabela 2 – Profissionais e empresas (1890), nas ruas Tiradentes, Largo da Alegria e São José em Ouro Preto

	Rua de Tiradentes	Largo da Alegria	Rua de São José
Advogados	7	1	0
Médicos	1	0	3
Procuradores	5	1	3
Professores particulares	1	1	0
Sacerdotes	1	0	0
Typographias e publicações	1	1	0
Lyceu Mineiro e Escola Normal de Ouro Preto	1	0	0
Banco Territorial e Mercantil de Minas	1	0	0
Fotógrafo	1	0	0
Maison (Magasin)	1	0	0
Dentistas	2	0	0
Depositários de tecidos da Companhia Cedro Y Cachoeira	1	0	0
Fabricantes de calçados (com depósito)	2	0	0
Fabricantes e depositários de mobílias	1	0	0
Negociantes de fazendas, modas, etc.	6	0	2
Negociantes de ferragens, louça, etc.	1	0	0
Negociantes de molhados, calçado, chapéus, etc.	1	0	0
Negociantes de Molhados e Generos do Paiz	4	0	12
Negociantes de peixes, frutas, etc.	1	0	0
Ourives	2	0	0
Farmácias	1	0	2
Proprietários de alfaiatarias	5	0	0
Proprietário de bilhares	1	0	0
Proprietário de charutarias	3	0	0
Proprietários de botequins e restaurantes	3	0	0
Proprietário de casa de tiro ao alvo	1	0	0
Proprietários de padarias	2	0	0
Modistas e costureiras	2	0	0
Proprietários de colchoaria	1	0	0
Proprietários de livraria e papelaria	1	0	0
Proprietários de salões de barbeiro e cabelereiro	2	0	2
Relojoeiro	1	0	0
Retratista a crayon	1	0	0
Sapateiro	1	0	0
Fábrica de massas	0	0	1
Selleiro (celeiro)	0	0	1
Proprietário de açougue	0	0	1
Hotel	0	0	1
	= 66	= 4	= 28

Fonte: Adaptado pela autora, de Almanaque de Ouro Preto (1890).

Atualmente, a antiga Rua Tiradentes que oficialmente é a Rua São José também é conhecida como “Rua dos Bancos”, devido à concentração de instituições bancárias na via. Em 1890, nessa pequena rua, o Almanaque de Ouro Preto apontou a existência de 66 profissionais e empresas (OZZORI, 1890), como vimos na tabela. Os dados indicam a predominância de atividades comerciais desenvolvidas por pessoas com melhores condições financeiras, considerando a localização de seus empreendimentos: próximos à Praça Tiradentes, ao lado de instituições importantes

como os Correios, o Fórum de Justiça e o Liceu. A julgar pelo número de menções no catálogo, acreditamos que haviam muitas edificações desde, pelo menos, o século XIX. A maior parte dos profissionais e empresas listados no final do século XIX estava, de fato, entre os dois largos.

Nos séculos XVIII e XIX, a circulação por ali era intensa, e o tempo era dividido de forma bem diferente do atual. No século XIX, “o comércio abria-se às 7 horas e encerrava as portas às 21”, todos os dias da semana (CABRAL³⁷, 1969, p. 212). A Câmara chegou a estipular, em 1830, para “segurança e tranquilidade do município”, que estava proibido manter as portas abertas depois do meio dia de domingos e dias santos, acusando os escravizados de utilizarem esses dias para se embriagarem e perturbarem o sossego público (*Ibidem*, p. 156).

As melhores construções particulares destinam-se, pelo menos parcialmente, a lojas [sic] ou vendagens, inclusive aquelas mais grandiosas, dentre as quais sobressai a de João Rodrigues de Macedo, depois Casa dos Contos. Seus primeiros pavimentos abrem-se francamente para a via pública, compondo áreas grandes e pouco subdivididas, evidentemente não destinadas para moradia. Só quando fraquejava o comércio pela decadência das povoações, são os referidos cômodos incorporados às residências, com a conseqüente transformação de suas portas de entrada em janelas (VASCONCELLOS, 1977, p. 56).

O mesmo Almanaque de Ouro Preto (p. 45) informa sobre a rota dos bondes para os funcionários das empresas que envolvia o trajeto Antônio Dias – Rosário (ida e volta), de 30 em 30 minutos, entre 8h30 e 12h30 (manhã) e entre 13h e 21h30 (tarde/noite). Nesse itinerário, eram utilizadas aquelas mesmas ruas destacadas no mapa.

O Largo dos Contos é um espaço público que servia ao ajuntamento de pessoas no século XVIII, a julgar pelas funções do Chafariz, equipamento público essencial no período para acesso à água, que explanamos a respeito mais adiante.

³⁷ Henrique Barbosa da Silva Cabral (1875-1946) nasceu em Ouro Preto, filho de advogados e neto de farmacêutico e político. Formado na antiga Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1901. No seu vasto currículo, destaca-se: foi promotor de justiça da Comarca de Pitangui (1902); da Comarca de São José do Paraíso (1904); prefeito de Águas Claras, atualmente Lambari (1913); inspetor do Tesouro do Estado (até 1924) e Diretor de Despesa na Secretaria de Finança. Atuou como acadêmico no Instituto de Feitosa e do Colégio São Paulo e Minas, em São Paulo, revisor e colaborador de periódicos como “Minas Gerais”. Foi um dos fundadores do Instituto dos Advogados de Minas Gerais e fez parte do Instituto Histórico e Geográfico de Minas.

1.4 Os reflexos da dominação lusa no urbanismo brasileiro

As Casas dos Contos eram marcos políticos, econômicos e sociais das cidades do período colonial, pois estruturaram a logística da fundição e distribuição de ouro. A paisagem era impactada por essa logística. Como se dava o movimento e o uso do espaço público em volta dessas Casas? A de Ouro Preto teria seguido as mesmas aspirações? Para isso, vamos mostrar alguns aspectos do entorno da Casa dos Contos do Rio de Janeiro, de Lisboa e de Ouro Preto.

A do Rio de Janeiro pela sua importância no desenvolvimento urbano do período colonial. A de Lisboa, por sua vez, porque impunha determinados padrões e hierarquias às colônias. A primeira característica comum entre o Rio de Janeiro e Portugal era a existência da Praça do Comércio. Nela, ficavam instalados os principais comerciantes e a Casa dos Contos, o que garantia uma intensa circulação de pessoas.

Figura 19 – Praça do Comércio, Rio de Janeiro, 1856



Fonte: Bertichem (1856).

Bicalho (1998) aponta como as características das cidades coloniais lusas seguiram exemplos das existentes em Portugal, tanto em sua configuração espacial como nas escolhas dos locais mais apropriados.

É assim que veremos se repetir em Goa, São Paulo de Luanda, Salvador ou Rio de Janeiro, cravadas nos morros e outeiros, com suas fortalezas, palácios, igrejas, ermidas, mosteiros, colégios, hospitais, além de suas praças, mercados, trapiches, armazéns e o vasto casario voltados para uma baía ou um estuário, centro nevrálgico do comércio, assim como da defesa (BICALHO, 1998, p. 35).

Em 1699, registros apontam que militares do Reino fizeram cursos na Bahia, no Rio de Janeiro e no Maranhão, três cidades protagonistas do Brasil Colonial. Os cursos eram denominados como “Aula de Fortificação e Arquitetura Militar” (BICALHO, 1998, p. 41) e também aconteciam em Portugal. Segundo Bicalho (1998, p. 41-42), os engenheiros militares portugueses eram denominados “funcionários do urbanismo”. Eles eram designados para a estruturação do Estado do Brasil, a demarcação de limites, a defesa de território, a construção e o desenvolvimento das cidades. No entanto, quem trabalhava com a mão na massa eram as pessoas negras escravizadas, as verdadeiras responsáveis pelas técnicas e pelo nosso patrimônio.

Dunlop (1963, p. 94) descreveu a Casa dos Contos do Rio de Janeiro, como um “[...] casario baixo, de dois pavimentos, com 12 janelas no sobrado e 4 portas e 4 janelas no andar térreo, onde havia um oratório mural que só servia no dia da procissão dos Passos”. Podemos observar parte dessas características na Figura 20.

Figura 20 – Praça do Comércio e Casa dos Contos Rio de Janeiro



Fonte: Dunlop (1963).

Sem dispor de maiores informações, como projetos e detalhes ornamentais das edificações destruídas no século XVIII não é possível estabelecer um comparativo técnico em relação à edificação do Museu Casa dos Contos de Ouro Preto. No

entanto, vale ressaltar alguns detalhes, como o fato de que, antes de ser Casa dos Contos, a edificação de Lisboa serviu de moradia para governadores. E a do Rio de Janeiro também era uma residência que passou a abrigar o Erário Régio. A edificação do Rio de Janeiro pegou fogo em 1710, mas “[...] reparada em pouco tempo, continuou como residência dos Governadores até 1743, quando Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, mandou construir o Palácio do largo do Paço (Praça Quinze de Novembro), onde é hoje o Departamento dos Correios e telégrafos” (DUNLOP, 1963, p. 94).

Assim, as Casas dos Contos brasileiras apresentadas foram construídas para serem propriedades mistas, pois a separação entre o trabalho e a habitação aconteceu no século XX, enquanto a de Lisboa sempre teve um uso público. O fato de que as Casas dos Contos brasileiras abrigaram os Correios, no século XIX e XX, provavelmente se dá pela relação entre a instituição e a Fazenda em todo o Brasil. Observa-se pelas imagens anteriores a imponência das construções da Praça do Comércio do Rio, de tal modo que a edificação Casa dos Contos em si destacava-se pelo telhado com várias águas compondo um dos principais espaços públicos daquele período.

Além disso, a sua localização contribuiu com a dinâmica daquela região, mas não necessariamente com a evolução urbana no entorno. Isso difere da Casa dos Contos de Ouro Preto que foi uma das primeiras do Largo dos Contos junto com o Chafariz e a Ponte. Acreditamos, assim, que a Casa dos Contos de Ouro Preto pode ter influenciado a estruturação do comércio na vizinhança e determinado as suas dinâmicas³⁸.

Apesar dessas referências aos profissionais de Portugal, essas estruturas urbanas coloniais foram consideradas, por muito tempo, como cidades não planejadas. Os aspectos negativos foram relacionados ao relevo acidentado, às construções, às ruas tortuosas, como apontaram Smith (1956)³⁹ e Holanda (1995 [1936]). A partir da

³⁸ Como exemplo de como o capitalismo influencia nas dinâmicas da cidade, La Chaux-de-Fonds, cidade natal de Le Corbusier, foi considerada patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO por ser um exemplo de uma das fases do capitalismo como sendo uma cidade especializada na produção de instrumentos de precisão como relógios, patrão e empregados moravam próximos e produziam as peças em casa. O traçado das ruas era feito para facilitar a circulação das peças necessárias nas diferentes etapas da produção, o que faz a cidade como um todo se aproximar a uma fábrica.

³⁹ Robert Smith foi um historiador norte-americano que se dedicou ao estudo da história da arte e da arquitetura brasileira e lusa, com ênfase no período do barroco e do rococó. Para a história da urbanização, deixou grandes contribuições coerentes com as correntes de pensamento de sua época. Para saber mais, consultar: SMITH, Robert Chester. Robert Smith e o Brasil: arquitetura e urbanismo. REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.). *In: IPHAN*. v. 1, Brasília, 2012.

segunda metade do século XIX, algumas visões das cidades começaram a se diferenciar conforme afirmam autores como Delson (1997) e Bicalho (1998). As atribuições negativas aos espaços coloniais estiveram relacionadas a comparativos com os padrões europeus, bem como padrões da América Espanhola compostos de planificações, simetrias e traçados geométricos.

Tornou-se quase axiomático falar entusiasticamente das ruas admiravelmente traçadas em cruz e das praças centrais em quadrado que caracterizavam as aglomerações urbanas da América espanhola, chamando-se a atenção do estudante para a legislação de planejamento bem elaborada que acompanhava a criação dessas comunidades (DELSON, 1997, p. 1).

De acordo com Roberta Marx Delson⁴⁰, em “O mito da cidade brasileira sem planificação” (1997, p. 1), a ideia de cidades não planejadas era “típica das afirmações vulgares contraditórias sobre esse tema” e, ainda, “opinião superficial” dos historiadores. Delson (1997) aponta que, com a criação de Brasília, no final da década de 1950, teve início um movimento de consciência urbana no Brasil. Esse processo foi na contramão de “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, em 1936, ao afirmar que “[...] a cidade que os portugueses construíram na América não é um produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem” (HOLANDA, 1995, p. 110). Holanda foi coerente com as correntes de pensamento daquele período (1930).

Nessa época, as questões relacionadas à preservação do patrimônio ainda estavam em vias de se concretizarem com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937. Os valores ainda não compreendiam a totalidade e a abrangência dos conceitos como são debatidos atualmente. Essa abordagem de Holanda se transformou ao longo do tempo, de modo que, na década de 1970, ele já construía reflexões e abordagens diferentes. Mas fica a dúvida: essa característica de “enlaçamento na paisagem” seria uma capacidade diferenciada dos portugueses de espelhar as suas cidades adaptando-as à topografia do lugar? Ou seriam criações baseadas em fontes distintas de conhecimento, o que só foi possível por conta da circulação de pessoas de todo o mundo?

Meniconi (1999) aponta que a elevação à Vila dos arraiais que formaram Ouro Preto concretizou a estruturação do território e deveria repercutir a imagem de organização

⁴⁰ Vale ressaltar que as cidades brasileiras a que Delson (1997) se refere são aquelas que surgiram a partir da segunda metade do século XVIII, no período colonial e de exploração mineral.

do espaço e da implementação de bases normativas (legislações eclesiásticas e ordenações do Reino). Isso desencadeou a demarcação e a definição de loteamentos, a construção de edificações representativas em pontos privilegiados e de visibilidade, o alinhamento de vias, os padrões de construção e arquitetônicos visando à uniformidade dos edifícios.

Segundo Meniconi (1999), essa tentativa de ordenação e controle não deu certo na maior parte do território porque a arquitetura oficial demorou a se consolidar e, com isso, as instituições de poder tardaram a se fixar em edificações próprias. Os alinhamentos das ruas, então, foram possíveis apenas em alguns trechos onde a topografia era favorável, como nos fundos da Basílica do Pilar. A reordenação da vila, portanto, aconteceu em um segundo momento, quando surgiram “[...] os prédios de representação, as matrizes e manifestações da arquitetura religiosa, as normas de aforamento, as indicações para solução dos volumes e tratamento das fachadas” (MENICONI, 1999, p. 38), o que equivale à segunda metade do século XVIII.

Na arquitetura civil, mesmo com as normativas, as testadas e os alinhamentos nem sempre obedeciam às normas. Todavia, de alguma forma, essas determinações foram seguidas resultando em “[...] casario uniforme contínuo, onde prevalece a configuração do conjunto e a individualidade é absorvida” (MENICONI, 1999, p. 38). Inicialmente, o crescimento urbano é centrípeto e linear e segue a “estrada tronco”.

Na evolução da cidade, as pontes determinam o zoneamento e suas subdivisões em consonância com as características de topografia do espaço. Apenas a zona entre a Ponte de São José e o Caquende estava em área mais plana, o que também explica a atração do centro comercial da Vila e de residências das classes com mais recursos financeiros (VASCONCELLOS, 1977, p. 76).

Em 1867, o viajante Richard Burton em viagem do Brasil⁴¹ relatou suas impressões eurocêntricas sobre a cidade de Ouro Preto com a seguinte observação acerca da estrutura urbana:

Não passa de uma grande aldeia, uma espécie de “aldeota”; uma única rua, construída à moda de Minas, ao longo da estrada real e perto da água necessária à lavagem do ouro. Parece-se, assim, como uma cidade provinciana, como existem muitas em Minas, iguais em população e superiores em importância (BURTON, 2001, p. 410).

⁴¹ O viajante, explorador e orientalista britânico Richard Burton (1821-1890) esteve em viagem ao Brasil por três anos, na década de 1860.

Burton também descreve sobre o relevo e suas percepções acerca das construções dos casarios, que, apesar de considerar que lhe falta a grandeza de uma cidade, caracteriza-a como romântica e pitoresca.

A falta de terreno plano faz com que as casas brancas que se agarram aos rochedos, cujos ângulos salientes fazem frente ao córrego, subam e desçam, ocupando cortes feitos nos contrafortes da elevação principal, que caem perpendiculares. Aqui, elas se espalham pelas alturas, ali desaparecem nas sombras abaixo de nós. Falta à perspectiva toda a graça e grandeza de uma cidade. É, no entanto, singular, cheio de surpresas e, de certo modo, romântico e pitoresco, plenamente mineiro. (BURTON, 2001, p. 411).

A relação entre o crescimento das antigas cidades coloniais e a colonização também é apontada por Vasconcellos (1977), que menciona as preocupações do Senado da Câmara com o arruamento da Vila. Por exemplo, ele cita a demarcação de regularidade de 1745 sobre as construções que vinham sendo realizadas de encontro à Ponte de São José. Nesse caso, as pessoas deveriam seguir determinadas normas que compunham o “auto de correição”; e, também, a preocupação em melhorar os logradouros públicos e a aparência exterior das residências (VASCONCELLOS, 1977, p. 71). Considerando que os poderes eram representados por oficiais enviados do Reino, como vimos anteriormente, podemos dizer que as decisões partiam de valores europeus.

Diogo de Vasconcellos, em 1806, descreveu Ouro Preto como:

Entalada entre a serra do Ouro Preto de uma parte, e morros paralelos encostadas a serras tão altas, que da outra se vão as nuvens; estende-se por cima de quatro montes por um espaço [de] pouco menos de três quartos de léguas, que compreende uma só rua tortuosa e dividida em diferentes ladeiras, das quais outras partem aos lados, bem que poucas e de mais curta extensão. (VASCONCELOS, 1994 [1806], p. 80).

Esses registros possuem um ponto em comum que é a origem e o perfil europeu dos seus escritores. Porém, de certa forma, contribuem para que identifiquemos as suas percepções da cidade. As ladeiras ligam a história da morfologia urbana no Brasil à Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia, de 1707, que normatizou as regras de composição de vilas brasileiras.

Ao longo da cidade de Ouro Preto, é notável a imponência das edificações vinculadas ao eclesiástico e ao Estado que marcam a paisagem pelas demonstrações de poder. Vejamos a Praça Tiradentes, antes Morro de Santa Quitéria e toda a imponência da antiga Casa de Câmara e Cadeia com o Pico do Itacolomi acima de sua silhueta; sem

falar no antigo Palácio dos Governadores, agora Escola de Minas da UFOP. Destacamos a simplicidade das edificações privadas e residenciais se comparadas às edificações de uso público da Coroa. A imponência da edificação da Casa dos Contos é uma exceção. Para Vasconcellos (1977), é a maior residência particular da Capitania e possivelmente do Brasil.

Não podia, assim, esta economia, proporcionar uma arquitetura residencial senão pobre, fazendo de Vila Rica 'humilde povoado, aonde os grandes moram em casas de madeira a pique', só a riqueza coletiva, concentrada pelo comércio, pela Coroa ou pelas sociedades religiosas, possibilitando a nobreza de alguns solares, a solidez dos edifícios públicos ou a riqueza dos templos católicos. (VASCONCELLOS, 1977, p. 57).

A influência da Igreja Católica no traçado urbano das antigas cidades coloniais é visível pela forma como os monumentos eclesiásticos ocupam o espaço urbano. A Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia, publicada em 1707, regulava a construção e a preservação do patrimônio da Igreja e das normas sociais, detalhando a iluminação, a vestimenta, o horário do culto, a procissão e demais atividades religiosas. Esse documento era fruto de convenções europeias, mas adaptado às condições da Colônia, a partir da mistura entre valores, possibilidades no território e características da sociedade tão diversificada. No Livro Quarto, por exemplo, há menção da necessidade de autorização pelo Arcebispado para a construção das igrejas e a necessidade de licença para a realização de missas (CONSTITUIÇÃO PRIMEIRA DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1853, p. 251).

Conforme o direito Canonico, (1) as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre da humidade, e desviado, quanto for possivel, de lugares immundos, e sordidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distancia que possam andar as Procissões (2) ao redor dellas, e que se faça em tal proporção, que não sómente seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fôra, quando concorrer ás festas, e se edifique em lugar povoado, (3) onde estiver o maior número dos fregueses. E quando se houver de fazer, (4) será com licença nossa: e feita vistoria, iremos primeiro, ou outra pessoa de nosso mando, levantar Cruz no lugar onde houver de estar a Capella maior, e demarcará o ambito da Igreja, e adro della (CONSTITUIÇÃO PRIMEIRA DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1853, p. 252-253).

Essa Constituição foi uma das grandes responsáveis pela organização de cidades como Ouro Preto no período colonial, prevalecendo, em todo o território, até a instalação do Regime Imperial, em 1822. O espaço urbano foi estruturado com base na dominação, tanto política como religiosa, fornecendo elementos de regulação

social. Além disso, ruas foram feitas para possibilitar a passagem das procissões e espaços públicos foram pensados para celebrações religiosas.

É o caso da celebração do Triunfo Eucarístico, em 1733, quando foi feita a Rua do Paredão ou Rua Nova do Sacramento, o elo entre a Capela de Nossa Senhora do Rosário⁴² e a Matriz Nossa Senhora do Pilar. Na ocasião, foi comemorada a inauguração da Matriz e a trasladação do Santíssimo Sacramento (SOUZA, 2004).

É também o caso contado por Cabral (1969, p. 230-231) da ocasião do jubileu sacerdotal do Conselheiro Joaquim José Santana. O pároco da Freguesia de Ouro Preto e vigário da vara da comarca eclesiástica da capital completava meio século de vida religiosa e foi contemplado com uma manifestação. A cidade foi enfeitada, janelas, sacadas e varandas pendiam colchas, as ruas foram varridas e cobertas com pétalas de flores para a passagem da procissão, que saiu da então Matriz Nossa Senhora do Pilar em direção à residência do pároco. Música, fogos, toque dos sinos, silêncio entre os participantes, pessoas nas janelas, “[...] segue a Rua do Paredão, entra no Largo da Alegria, continua na Rua São José, sobe Rua Direita e atinge a Praça da Inconfidência. Aí se detém” (CABRAL, 1969, p. 232). Nesse momento, a procissão passou pelo Largo dos Contos. No entanto, o pesquisador aponta que essa celebração, como tantas outras, tinha também cunho político e teria sido organizada pelo Partido Liberal, do qual fazia parte o sacerdote homenageado. “Era Ouro Preto católica e Ouro Preto política que se movimentavam com desusado entusiasmo” (*Ibidem*, p. 231).

Cidades como Ouro Preto e Rio de Janeiro faziam a interseção entre os colonizadores e os colonos e, por isso, seus espaços públicos manifestavam os conflitos e as resistências.

Como nesta última, o espaço social, político e econômico do Rio setecentista era plenamente codificado, submetendo-se quer às determinações naturais – como no caso da localização das fortalezas nas marinhas e outeiros, ou ainda do mercado do peixe na praia que possuía o seu nome –, quer aos imperativos estratégicos e econômicos a que tanto os prédios públicos, quanto a preferência ou escolha da moradia por parte de grupos profissionais ou indivíduos particulares, obedecessem a uma lógica disciplinadora da tradição urbana e ao desidrato de contatos e conexões mais rentáveis econômica e politicamente (BICALHO, 1998, p. 57).

⁴² A capela primitiva foi substituída pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário em 1757.

Aspectos da paisagem

De acordo com Meniconi (1999), podemos observar a influência da tradição da arquitetura popular oriunda de cidades no norte de Portugal, com características camponesas e medievais, a ligação com a paisagem existente com destaque para o Pico do Itacolomi, a relação com as montanhas e com os rios.

A Figura 21, do século XIX, de Rugendas, representa a paisagem de Ouro Preto do século XIX. Nela, podemos identificar o homem branco com chapéu e vestimentas consideradas nobres em um cavalo branco enquadrado logo acima de homens negros com poucas vestimentas em posição de dominação.

Figura 21 – Paisagem de Vila Rica no século XIX pelo olhar de Rugendas



Fonte: Rugendas, 1802-1858.

Para o autor, podemos destacar, ainda, as referências da relação estabelecida com a natureza e que priorizaram o relevo. Acrescentamos a ocupação do topo do morro, da serra, que atende à preocupação com a segurança, pois permite uma visão panorâmica e a vigilância de uma grande área; as trilhas dos povos indígenas se situavam no alto; e os caminhos de acesso a Ouro Preto seguem o desenho dessas trilhas. Estar e ver do alto também corporifica a ideia de domínio, poder e conquista do território, e a Igreja soube cancelar a primazia de se instalar na cumeada.

Arrisco afirmar, mesmo assim, que a escolha do sítio se deveu à peculiar morfologia do terreno – as serras que o delimitam oferecem evidentes obstáculos, servindo como muralhas – e à dificuldade de acesso, reforçada pelos rios encaixados nos vales profundos. Das montanhas, que serão depois sacralizadas e enobrecidas com a construção das capelas e dos palácios, uma formação especial adquire papel relevante, sendo ‘adorada’ como símbolo pelas gerações: o Pico do Itacolomi, referência e guia para os primeiros desbravadores, segundo relato da descoberta feito por Antonil, atravessa o tempo e amolda o imaginário da cidade, chegando até mesmo a ser reconstituído, em concreto, na Praça da Liberdade da nova Capital (MENICONI, 1999, p. 41-42).

No século XVIII, as principais edificações de Vila Rica integravam o Caminho Tronco, com poucas exceções religiosas. Esse caminho fazia a união entre os vários arraiais existentes no território para os locais de chegada e saída da região mineradora.

Na verdade, no período barroco, a organização artística do espaço atinge uma carga de expressividade visibilística nunca antes vista. Um conjunto intenso de imagens ‘espetaculares’ é derramado por todo o ambiente citadino. O transeunte transforma-se imediatamente em público e protagonista de uma encenação teatral, quando, inesperadamente, após longa preparação e um sentimento de tensão e suspense, depara-se com acontecimentos dramáticos e pontuais, espalhados por toda a cidade (BAETA, 2003, p. 47).

Relacionando o conjunto definido e a paisagem, a percepção é um elemento essencial. Junto a documentos e textos oficiais, aspectos da passagem do tempo, identificação de pontos de convergência, símbolos e significados herdados, há que se potencializar a vida do lugar e as relações criadoras ou criadas a partir deles.

1.5 Percepção da paisagem

Ouro Preto, com suas camadas de tempo e os elementos apresentados, favorece a percepção e a apreensão estética. Nesse sentido, a paisagem reúne o aqui e o lá na espacialidade humana, ao mesmo tempo, numa dialética do próximo e do distante. Ela é o resultado da interação entre o lugar, sua percepção e sua representação, considerando a paisagem como um fenômeno, “[...] que não é nem uma pura representação, nem uma simples presença, mas o produto do encontro entre o mundo e um ponto de vista” (COLLOT, 2013, p. 18).

Nesse sentido, o autor aponta que a percepção da paisagem é também uma forma de pensamento porque vai além da representação, pois ultrapassa os dados sensoriais. Assim, Collot (2013) propõe o fundamento do pensamento-paisagem, que é a

superação das dicotomias habituais, uma nova racionalidade. A paisagem seria, então, um estado do corpo e da alma, um novo espaço-temporal.

Ao evocar um 'pensamento-paisagem', eu gostaria de fazer com que se compreenda uma relação com duplo sentido e recíproca entre o homem e o cosmos [...] No sintagma que se tornou título de uma de minhas obras mais recentes, paisagem e pensamento entram em uma relação de aposição, aberto a várias interpretações: permite, ao mesmo tempo, sugerir que a paisagem provoca o pensar e que o pensamento se desdobra como paisagem (COLLOT, 2013, p. 11-12).

De acordo com Anne Cauquelin (2007), a paisagem é compreensível através de realidades sociais subjetivas. Nessa construção, memória e história criam filtros e heranças simbólicas que moldam a história da paisagem e, conseqüentemente, a sua percepção. Assim, apresentam diferentes realidades que, inevitavelmente, expõem tradições ocidentais de exploração, violência, hierarquia e rupturas. Para Simon Schama (1996, p. 23), a história do ambiente coloca quadros desanimadores de culturas que foram desalojadas pelo "agressor capitalista". No entanto, Cauquelin (2007) considera que tanto a poética, como a pintura e a paisagem são afirmações da realidade, ou seja, relatos.

O mesmo se dá com a paisagem, sua "realidade" social, uma construção que é passada por filtros simbólicos, antigas heranças. Uma forma mista, tanto mais pregnante quanto mais finamente trançada, a ponto de não se ver seu início e de ela poder passar por original, como se não tivesse origem determinável (CAUQUELIN, 2007, p. 96).

A despeito disso, apesar das representações, a paisagem é compreendida de formas distintas. A história pode ser a mesma, mas cada observador pode ter a sua própria percepção, pois uma mesma paisagem não pode ser vista da mesma maneira por diferentes pessoas e em diferentes tempos.

É muitas vezes imaginado que, durante dois ou três séculos, os viajantes ou turistas têm se dirigido para o mesmo lugar porque ele é bonito, que vão se banhar nas mesmas praias porque parece ser óbvio, esquecendo que, se eles frequentavam os mesmos lugares, não são pelas mesmas razões e eles não veem as mesmas paisagens (CORBIN, 2020, p. 4).

Assim como a cidade, os monumentos também geram percepções e relações de troca intencionais. Para Alois Reigl (2014), em "O culto moderno dos monumentos", com pretensão à universalidade, a relação com os monumentos tem pontos em comum com a religiosidade. O valor de memória de um monumento é denominado por ele,

como “valor de antiguidade”, uma sensação perceptível de sensibilização do homem moderno diante dos monumentos.

O monumento apresenta-se como não mais do que um substrato – evidente e inevitável – para evocar no observador contemporâneo a representação do ciclo da gênese e do desaparecimento, o surgimento do indivíduo para além da generalidade e a sua dissolução gradual no universo, premido pela natureza. Desde que essa evocação não pressuponha experiências científicas, nem exija, para a sua satisfação, quaisquer conhecimentos adquiridos por intermédio da formação histórica, mas seja provocada unicamente por uma percepção física, que se exterioriza por uma sensação (REIGL, 2014, p. 38).

Para Yi-Fu Tuan (1983), o estudo da percepção é instrumento de gestão que balanceia com mais eficiência os recursos naturais, os lugares e as paisagens a partir do estudo dos fenômenos humanos. Essa perspectiva fenomenológica coloca em evidência abordagens mais humanistas tendo como foco o espaço vivido que se dá através das percepções das pessoas e das respostas aos estímulos.

No Conjunto dos Contos, essas percepções são tão diversas quanto as pessoas que circulam por lá. Usos cotidianos marcam o espaço público que é um dos mais movimentados de Ouro Preto. Mas não é assim durante o dia todo, o que diz muito sobre a vida na cidade que é intensa de dia e quieta à noite. Para além desses, os usos coletivos em eventos e festivais criam possibilidades de vivência que atraem grande parte da população.

Trabalhar com a paisagem do CDC nos coloca entre as relações sensíveis e a consciência que se dá na busca dos fenômenos da cidade, na tentativa de descrevê-los. Essas relações também são evocadas pelas questões relacionadas ao patrimônio de Ouro Preto, cuja história é marcada por conflitos, disputas e hierarquias que refletem os valores de cada contexto e impactam nas vivências da cidade.

1.6 Valores e conflitos do patrimônio de Ouro Preto

Paisagem, para Corbin (2020, p. 1), “[...] é uma forma de experimentar e apreciar o espaço” e que, no entanto, por estar constantemente em mudança, varia de acordo com os envolvidos. François Dagognet (2020) nos lembra que a paisagem indica um ponto de vista, uma leitura. Podemos considerar, então, que não há uma história única da paisagem de Ouro Preto.

Suas histórias revelam diferentes formas de representação que a conferem todos os significados e as sensações pela literatura, pela pintura, pela fotografia, pelos corpos que habitam. Muito além de uma cidade a ser lembrada, é uma cidade para ser vivida. Aquilo que a gente vê num primeiro momento, sem conhecimento prévio ou qualquer relação prévia com o nosso eu, só passa a ter sentido e valor quando e se somado à experiência, como nos adverte Dagognet (2020).

Essas definições vão ao encontro do conceito de patrimônio se considerarmos que ele está relacionado aos elementos que representam a sociedade e que os seus bens e os núcleos tombados e registrados refletem a memória coletiva que liga passado, presente e futuro. Isso só faz sentido se for pensado para e pelas pessoas. Assim, apesar das diferentes linhas de pensamento e metodologias de análise, podemos dizer que, em ambos, conceitualmente, o cerne da questão está nas pessoas e em suas conexões.

Nesse sentido, o que se apresenta como elemento essencial é a presença do homem, do observador, o que pressupõe as relações e as trocas. “De fato, a noção de paisagem envolve pelo menos três componentes, unidos numa relação complexa: um local, um olhar e uma imagem (COLLOT, 2013, p. 17). Esses mesmos três elementos podem ser encontrados no patrimônio e dão sentido a ele.

Ouro Preto é uma cidade monumento e, por isso, não há como falar em paisagem sem destacar aspectos do seu patrimônio que refletem valores de cada tempo através dos processos histórico dos quais fazem parte a cidade, o Largo e os monumentos do Conjunto dos Contos.

No início do século XX, os apelos à preservação dos monumentos brasileiros começaram a ser frequentes. Na década de 1920, os modernistas estiveram em Ouro Preto e relataram as suas preocupações com a preservação da memória nacional. Em 1925, o Episcopado Mineiro publicou uma Carta Pastoral direcionada ao Clero e aos fiéis. Esse documento foi assinado por bispos e arcebispos de várias cidades mineiras – entre elas Mariana, Diamantina e Belo Horizonte. Tratava das vendas de obras e móveis para fora do Brasil, num discurso contrário a essa prática; da restauração e “remodelação” do patrimônio artístico da Igreja, alegando que perder os bens é “[...] perder um meio de fazer surgir ante os séculos futuros o passado sob seu aspecto peculiar” (APM, 1925, p. 391).

Em 1935, a situação dos monumentos de Ouro Preto foi descrita por Barroso (1935 *apud* MHN, 1944, p. 38) como: “Ambiente de ruína e decadência apresentam os chafarizes e pontes. Seria lenta e comovedora dissertação mostrar, com impressionantes detalhes, a situação dêsses [sic] ornatos que tanto embelezam o quadro clássico da cidade” (BARROSO, 1935 *apud* MHN, 1944, p. 38).

Em 1949, a Campanha “Salvemos Ouro Preto” articulou sociedade e governo em prol da preservação da cidade, uma iniciativa nacional pioneira envolvendo políticas de preservação do patrimônio.

É possível dizer que a identificação de problemas e a formulação de conceitos e métodos relativos à preservação urbana – elementos formadores do campo da preservação no Brasil a partir da década de 1930 – tiveram Ouro Preto como laboratório. Foi o lugar das experimentações do IPHAN, constantemente em evidência (MOTTA, 2008, p. 12).

Nas palavras de Manuel Bandeira, “Minha gente, / salvemos Ouro Preto. / Meus amigos, meus inimigos, / Salvemos Ouro Preto” (BANDEIRA, 1949, s/p). Esses versos são frequentemente declamados pelos moradores nas redes sociais, sempre que há alguma perda ou alteração significativa no patrimônio da cidade.

No entanto, esse pioneirismo de Ouro Preto começou com o Decreto de nº 22.928, de 12 de julho de 1933, que erigiu a cidade a Monumento Nacional. As bases para essa monumentalização se deram na relação com valores artísticos e tradicionais de representação do passado brasileiro. “Isso significa que a cidade é convertida em símbolo e palco de grandes acontecimentos históricos” (NATAL, 2007, p. 151).

Considerando que é dever do Poder Público defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os grandes feitos da sua história;
Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui [sic] velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d’arte, que merecem defesa e conservação (SPHAN, Decreto 22.928/1933, s/p).

Para entender todo o processo que desencadeou ações como essa, retornamos ao final do século XIX, quando houve a transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. A justificativa de mudança estava ancorada na ideia de cidade de topografia difícil, decadente, desqualificada para o que se pretendia como capital. A necessidade de progresso e desenvolvimento no espaço urbano estava relacionada à imagem que se pretendia passar das cidades, como aponta Natal (2007). Além

disso, o declínio da atividade econômica principal, a exploração do ouro, contribuiu para esse cenário desfavorável. “A mineração havia fundado Minas, seu esgotamento promoveria a regressão econômica” (FONSECA, 2016, p. 19).

Segundo Fonseca (2016), uma das tensões desse período é a polarização na cidade entre os mudancistas e os não mudancistas da capital de Minas Gerais. Nesse debate, houve uma mobilização da sociedade para implementar estruturas e modernizar a cidade na tentativa de se garantir a permanência da capital em Ouro Preto. Entre as inovações, houve a criação do cargo municipal de alinhador de via pública. A anamorfose da linha da rua denota a transformação da sua percepção e representação. A rua passa a ser compreendida como pista de rolamento, que deve ser gerida para se garantir a velocidade da circulação.

O medo do abandono da cidade por governantes, comerciantes e população já era notável quase dois anos antes da definição da substituição da capital. Jornais e editoriais discutiam a possibilidade de mudança, o medo da falência, ancorados no patriotismo, no passado colonial e imperial, na tradição do uso dos espaços da cidade. A inauguração da estátua em homenagem a Tiradentes, na praça principal do município, foi uma das articulações para a sua manutenção como capital.

Além disso, preocuparam-se com o calçamento, a distribuição dos chafarizes, com ruas, esgotos, edificações, limpeza da cidade, iluminação pública, entre outras estratégias para tornar a cidade mais atraente e digna de manter o título (FONSECA, 2016, p. 37). O sanitarismo foi, também, uma lógica moderna que, para Krenak (2022, p. 60), tornou-se uma cultura de controle: “sanear é urbanizar, urbanizar é sanear”.

A fim de urbanizar e modernizar, foi criada a Empresa de Melhoramentos da Capital que esteve à frente de várias propostas de modernização, com o intuito de equilibrar a “opulência histórica da capital ao futuro emergente” (*Ibidem*, p. 50). O espaço urbano se encontrava em disputa, dessa vez entre o velho e o novo, entre diferentes valores e perspectivas.

Apesar das resistências, a nova capital foi anunciada. A dinâmica da cidade se alterou com a mudança de muitas pessoas para Belo Horizonte, a transferência de atividades e instituições de poder, todos em busca do novo, moderno. “São dramáticos os relatos que se encontra sobre o esvaziamento populacional, o abandono de casarões

coloniais, a pobreza e a inércia urbanas no final do século XIX, o que lhe rendeu o escárnio de ser chamada Vila Pobre” (VILLASCHI, 2014, p. 68).

Essa transição entre a cidade decadente e a cidade monumento foi um período crítico, mas definitivo para que o município se mantivesse em seu conjunto. Haja vista que, depois de se tornar Monumento Nacional, foi criada a Inspetoria de Monumentos e Sítios destinada à sua preservação. Isso favoreceu algumas ações em monumentos como a Ponte e o Chafariz dos Contos, que se encontravam em situação crítica.

Em 1938, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto foi inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes, inscrição nº 39. O destaque desse tombamento é a prevalência de valores arquitetônicos e artísticos e, apesar de se tratar do conjunto, os valores colocados em questão estavam relacionados a monumentos isolados que refletiam o passado colonial ao longo da cidade. Somente no tombamento de 1986, houve a ampliação dos valores numa tentativa de abranger as dinâmicas da cidade em sua forma mais complexa, o que, na prática, nunca foi tarefa fácil. Em explicação do Iphan:

[...] realizamos em seu gabinete uma reunião quando lhe comunicamos nosso entendimento de que a simples aplicação do tombamento, em área tão extensa, desacompanhado de normas para construção e tratamento, dessa área, pouca eficácia teria, de vez que é inimaginável, com a demanda existente, congelar Ouro Preto em seu quadro presente. (IPHAN, 1988, p. 10).

A preocupação com o dinamismo de Ouro Preto, registrada na documentação, reconhecia a necessidade de normativas no plano diretor. Apesar da convicção de que a cidade era obra de arte acabada, houve uma série de transformações não previstas pelo IPHAN no tombamento de 1938. Lia Motta escreveu “[...] admitindo-se a cidade como um organismo socialmente construído que se transforma e se adapta no tempo [...]” (IPHAN, 1988, p. 22). A inscrição de nº 512, no Livro Histórico, e nº 98, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, passou a considerar bens móveis e imóveis de interesse à preservação da memória do País, bem como a relação com o território.

Já durante a década de 50 apareceram os primeiros sinais de que o objeto tombado não permaneceria apenas como a 'obra de arte' idealizada pela SPHAN. A essência do objeto tombado (a cidade) começou a se manifestar, resultando no seu crescimento e numa série de transformações consequentes da retomada de um desenvolvimento econômico mais marcante, envolvendo a construção de estradas, de indústrias e a abertura

de novas faculdades na cidade. Nas décadas seguintes, incluindo a nossa, este crescimento teve continuidade e o conjunto edificado de Ouro Preto, no mínimo, foi quadruplicado. (IPHAN, 1988, p. 21).

As dinâmicas da cidade patrimônio são refletidas no espaço e nos remetem à ideia de território. Como salienta Milton Santos, “[...] é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 2005, p. 255). O território, nessa perspectiva, reflete o espaço habitado, as relações que se dão nele, o capitalismo. “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (SANTOS, 2002, p. 13). O território que nos interessa é o que dá voz a todos os grupos, todas as formas de saber, de (re)existência. Porém, também é o território que reflete as disputas e os conflitos, como o caso da mineração que acompanha toda a história da cidade.

Mais recentemente, a exploração do minério vem constituindo ameaça maior, desfigurando a paisagem, com desmoronamentos. Essa prática torna-se avassaladora nos últimos meses, como pode ser notado por qualquer viajante mesmo desatento: quem vai de Belo Horizonte a Ouro Preto encontra, nesse percurso de pouco mais de uma hora, dezenas de gigantescos veículos carregados de minério. As empresas de exploração desse recurso se multiplicam, às vezes como aval dos governos, como vê espantado o simples viajante. Em Ouro Preto e Mariana, em Cachoeira e nos distritos pode ser observado o movimento dos hotéis e pensões, que hospedam sobretudo os trabalhadores no setor, a ponto de ocupar quase totalmente a rede hoteleira de Mariana, por exemplo, quando o visitante não encontra uma vaga sequer, como já foi verificado mais de uma vez por quem assina este parecer. (IPHAN, 1989, p. 61-62).

Interessante notar que Ouro Preto passou por alguns ciclos. No início da colonização do território não foi muito valorizada, até porque os portugueses chegaram e apagaram a história construída da existência indígena na região. Com a descoberta do ouro, passou a ser uma das cidades mais importantes da Colônia. Após a mudança da capital, perdeu novamente o status. E, com a patrimonialização, voltou a ocupar papel de destaque no cenário internacional. Os pontos altos da cidade são marcados por períodos de crescimento econômico. Esses ciclos não são rupturas, são recortes temporais baseados em valores vigentes.

Com relação à patrimonialização, cabe ressaltar que o século XX foi um grande inventor de patrimônios, forçando diversos atos de proteção no mundo todo. No entanto, a “inflação patrimonial” (CHOAY, 2017, p. 15) teve consequências, que perduraram. As pessoas começaram a se incomodar com a restrição de uso em seus

bens, os casarios deixaram de atender às novas necessidades. As alterações e as reformas passaram a depender da aprovação dos órgãos de preservação. Isso se tornou um grande empecilho para garantir o cuidado por parte dos proprietários que viam neles o papel afrontoso de controle de suas próprias casas. No perímetro tombado, as fachadas dos casarios com estilos ecléticos foram alteradas para dar uniformidade, enquadrando-se no falso estilo colonial.

Esse movimento tem suas bases na história do além-mar. Por exemplo, a França destruiu diversas igrejas góticas entre os séculos XVII e XVIII para dar lugar a edifícios barrocos e clássicos (CHOAY, 2017, p. 15). No século XVIII, em Portugal, a cidade de Lisboa foi reconstruída em padrões completamente diferentes. Até mesmo no Brasil, foi prática comum, por exemplo, no Rio de Janeiro, casarios e monumentos foram destruídos, como o Palácio Monroe e a Igreja de São Sebastião (junto ao Morro do Castelo) para abertura de vias e passagem do metrô.

Enfim, o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades, como mostra 'a lista' do Patrimônio Mundial estabelecida pela Unesco. (CHOAY, 2017, p. 13).

Esses projetos impactaram não apenas as edificações privadas, como também o espaço público em prol do que se entendia por desenvolvimento urbano e progresso. Eles têm em comum a “destruição construtiva” (CHOAY, 2017, p. 16), que está relacionada à modernização das cidades. No entanto, a mesma modernização utilizada para justificar a busca pelo progresso não dá conta de justificar as intervenções pela acessibilidade⁴³, por exemplo, que envolve o uso das cidades por todo e qualquer cidadão com segurança e autonomia. Ressaltamos, por exemplo, a situação dos idosos, que, em muitos casos, não estão presentes nos planos diretores das cidades e cujos interesses deveriam estar alinhados com as políticas de preservação.

Patrimônio, turismo e desenvolvimento são termos que não podem mais ser aplicados como limitação, demarcação, fronteira, isolados das relações sociais que realmente

⁴³ Acessibilidade, aqui, como cidadania, é um processo [que] se desenvolve a partir do reconhecimento social sobre a deficiência como resultado do grau de maturidade de um povo para atender os direitos individuais de cidadania plena (GUIMARÃES, 2000, p. 2). Para saber mais: GUIMARÃES, Marcelo Pinto. **Qualidade de vida**. Universidade de São Paulo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada Departamento de Economia, Administração e Sociologia, ano 2, n. 9, fev. 2000.

importam (CANCLINI, 1999, p.16). O mesmo vale para a gestão de Ouro Preto que precisa deixar de ser setorizada, as políticas devem ser integradas.

Sin embargo, algunos autores emplezam a vincular el patrimônio com otras redes conceptuales: turismo, desarrollo urbano, mercantilización, comunicación masiva. Estos términos son mencionados casi siempre como adversários del patrimônio: desafios o agresiones exteriores que proceden de universos disntintos. Aquí partiremos de la hipótesis opuesta. Nos parece que estas referencias recurrentes son el sintoma de uma relación fundamental entre patrimônio y lo que suele considerarse ajeno a su problemática. Muchas de las dificultades que obstaculizan la teorización y la política cultural em esta área proviene de una inadecuada ubicación del patrimônio en el marco de las relaciones sociales que efectivamente lo condicionan (CANCLINI, 1999, p. 16)⁴⁴.

A conservação da cidade precisa ser trabalhada com equilíbrio, levando em conta a noção de paisagem, das cidades vivas em sua diversidade de espaços, estilos, corpos e tempos. Cidades como Ouro Preto materializam a vivência comunitária, para além de simples recordações do passado, elas são parte da vida no presente.

Para a leitura dessa paisagem diferentes registros podem contribuir para compreendermos a relação entre a paisagem e o espaço público levando-nos a conhecer suas vivências e apropriações.

⁴⁴ No entanto, alguns autores vinculam o patrimônio com outras redes conceituais: turismo, desenvolvimento urbano, mercantilização, comunicação massiva. Estes termos são mencionados quase sempre como adversários do patrimônio: desafios externos ou agressões que vêm de diferentes universos. Aqui, trabalhamos com a hipótese oposta. Parece-nos que essas referências recurrentes são o sintoma de uma relação fundamental entre o patrimônio e o que, habitualmente, considera-se alheio ao seu problema. Muitas das dificuldades que dificultam a teorização cultural e a política nessa área decorrem de uma localização inadequada do patrimônio no quadro das relações sociais que efetivamente o condicionam (CANCLINI, 1999, p. 16. Tradução nossa).

2 PAISAGEM E ESPAÇO PÚBLICO

Para que fosse possível trabalhar com a paisagem no Conjunto dos Contos, traçamos um percurso analítico com apoio em noções da História, da Antropologia Histórica e da Filosofia da Paisagem. Com o objetivo de lançarmos luz a registros, memórias e percepções, buscamos, ainda, suporte em fundamentos de etnografia, pela descrição do espaço em questão, como também pelas relações que se dão nele.

Ao propor a leitura da paisagem do Conjunto dos Contos, envolvemo-nos em um processo de descoberta do papel dessa espacialidade no cotidiano. Assim, os instrumentos utilizados para o registro do espaço foram a fotografia, a filmagem e a observação. Esse tipo de registro constitui documentação que atravessa o tempo e que, juntamente com o reconhecimento das informações que dispomos no estudo, possibilitam que seja feita essa leitura da paisagem, incentivando novas reflexões críticas por parte dos leitores. Nesse tópico, utilizamos como categorias o espaço público e os usos atuais do Conjunto dos Contos.

2.1 Apropriações da paisagem

Na cultura ocidental contemporânea, a valorização de bens e espaços de uso público em cidades monumentais como Ouro Preto vai além de sua conservação. O intuito é, também, que esses espaços sejam vistos, divulgados e visitados, fomentando a atividade turística e a geração de riqueza para a cidade. No entanto, as vivências cotidianas pelos moradores geram vínculos inestimáveis e são essenciais para que a cidade permaneça viva e preservada. Seja por turistas ou por moradores, as vivências podem ser estimuladas para além da lógica da velocidade se a possibilidade de permanência no espaço for prolongada e satisfatória. Como seriam as relações da comunidade com o Conjunto dos Contos se houvessem bancos e árvores no espaço público livre? E se o estacionamento fosse proibido?

De modo geral, os espaços públicos do perímetro tombado de Ouro Preto são considerados bens conservados. Embora seja tida como uma cidade viva, boa parte dos seus espaços públicos livres não oferecem condições que garantam a

permanência, exceto em eventos culturais e religiosos. De acordo com Araújo (2018), há queixas a esse respeito.

No entanto, apesar de não se apresentarem como espaços degradados, observa-se que eles também não parecem responder muito bem a essas pressões, servindo mais como espaços de passagem e de estacionamento de veículos, do que como espaços dedicados às várias formas hoje praticadas de lazer passivo e ativo. Salvo durante os numerosos eventos de seu calendário religioso-cultural, os espaços públicos aparentam ser pouco capazes de reter a população em seus momentos de ócio, e são frequentes as queixas relativas à falta de oportunidades de lazer na cidade (ARAÚJO, 2018, p. 37).

Araújo (2018) relaciona espaço público e lazer, alegando a necessidade de criar ou consolidar a instalação de equipamentos, bancos e áreas verdes no Largo dos Contos com o objetivo de garantir o seu uso no tempo livre. Esse estudo traz contribuições importantes sobre os largos de Ouro Preto e, especialmente, o Largo dos Contos com propostas de criação de espaços de lazer sem descaracterização da cidade-monumento. No entanto, em nossa tese, o foco é a leitura da paisagem para que possamos também compreender como o Conjunto é utilizado na atualidade.

Os espaços públicos se transformaram ao longo do tempo com o avanço do capitalismo. Eles tinham como principal função o ajuntamento e a convivência e se tornaram espaços de consumo e passagem. Se antes valorizava-se a vizinhança e as casas favoreciam essas relações como uma extensão da rua, atualmente – e cada vez mais – elas se contrapõem a isso. O que antes acontecia nos espaços públicos tende a se fechar entre paredes, restringe-se e contraria a sociabilidade, delimitando intensamente o público e o privado.

Krenak (2022) aponta que, numa discussão organizada por Marilena Chauí, veio à tona a questão do público e do privado no espaço urbano e ficou claro que não há tolerância ao “comum” nas cidades modernas, pelo contrário, ele é hostilizado.

A expressão “espaço público” tem ganhado uma ampla base de discussão em diversas áreas. Os estudos focados no espaço público urbano têm aumentado, com abordagens variadas quanto à função, à estrutura, ao projeto, à sociabilidade, ambiental, entre outras, conduzidas, cada vez mais, como dimensões relacionadas entre si. No contexto das cidades capitalistas, o espaço público é aquele de uso comum e de posse coletiva.

No entanto, aqui, adotamos um sentido para o espaço público que parte da ideia de extensão da casa e do corpo. Lugares em que as pessoas estão, onde se encontram intencionalmente ou não para conversar, brincar, descansar, informar, trocar, discutir, debater, caminhar, contemplar e criticar.

O espaço público pressupõe uma certa legitimação que ultrapassa sua própria existência porque são as apropriações que lhe conferem sentido. Temos conhecimento de praças criadas em Ouro Preto com propósitos de lazer que não foram legitimados pela comunidade. E outras que foram planejadas e projetadas por urbanistas para melhor atenderem à comunidade e deixaram de ser usadas ou foram apropriadas de maneiras diferentes das que constavam no plano de gestão.

Nesses locais, por exemplo, novos caminhos são traçados pelo movimento contínuo dos pés nos gramados, caminhos que são encurtados, adaptados e se tornam efetivos. “A dinâmica própria da cidade e os comportamentos das pessoas podem criar espaços públicos que juridicamente não o são, ou que não estavam previstos como tais, abertos ou fechados, de passagem ou para o qual você vai expressamente⁴⁵” (BORJA, 2003, p. 123. Tradução nossa).

Enquanto espaço das ideias, eles são também espaços políticos utilizados desde sempre em detrimento de interesses privados. Para Borja (2003), cidade, espaço público e cidadania são conceitos relacionados, indissociáveis e a nossa vida depende dessa relação.

O termo espaço público, no entanto, é complexo porque abrange diversos contextos e dimensões em diferentes áreas científicas. Por essa razão, a utilização de um conceito para a sua definição poderia incorrer em sua simplificação, na redução de sua complexidade. “O espaço público acontece na síntese de lugares e fluxos. E a cidade é o espaço público, lugar de coesão social e das trocas⁴⁶” (BORJA, 2003, p. 119. Tradução nossa).

O espaço público é um conceito próprio do urbanismo que as vezes se confunde (erroneamente) com espaços verdes, equipamentos ou sistema viário, mas que também é utilizado na filosofia política como lugar de

⁴⁵ No original: “La dinámica propia de la ciudad y los comportamientos de la gente pueden crear espacios públicos que jurídicamente no lo son, o que no estaban previstos como tales, abiertos o cerrados, de paso o a los que hay que ir expressamente”. (BORJA, 2003, p.123).

⁴⁶ No original: “En el espacio público se realiza la síntesis de lugares y flujos. Y la ciudad es el espacio público, lugar de la cohesión social y de los intercâmbios” (BORJA, 2003, p. 119).

representação e de expressão coletiva da sociedade. (BORJA, 2003, p. 21. Tradução nossa)⁴⁷.

Figura 22 – Faixa na fachada central do Museu Casa dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Muito se discute a relação público e privado no entendimento do espaço público. Para compreendê-lo, é preciso, antes de tudo, entender o que é público? A necessidade de compreender o espaço público parte, também, das mudanças nas formas de consumo, no uso implícito dos espaços com fins comerciais, suas relações com a privatização. Cada vez mais os espaços se tornam mercadoria.

De acordo com o Dicionário da Arquitetura Brasileira (CORONA; LEMOS, 1972, p. 360-361), “[...] os locais públicos destinados a exercícios e divertimentos” eram denominados de “passeio”. Em sua definição, é “Lugar onde se passeia. Jardim, parque, praça, largo, etc” e salienta: “Enfim, nome, hoje praticamente em desuso”. Os autores especificam, ainda, o termo “passeio público”:

⁴⁷ No original: “El espacio público es un concepto propio del urbanismo que a veces se confunde (erróneamente) con espacios verdes, equipamientos o sistema viario, pero que también es utilizado en filosofía política como lugar de representación y de expresión colectiva de la sociedade”. (BORJA, 2003, p. 119).

Foi muito comum a expressão passeio público para designar os recantos, às vezes [sic] bastante extensos, que os podêres [sic] públicos ajardinavam e arborizavam com o fito de patrocinar ao povo local de estar ao ar livre (CORONA; LEMOS, 1972, p. 361).

Ao longo do século XX, as terminologias se alteraram, assim como os usos da cidade. Como aponta Araújo (2018), até o século XIX, durante o período Colonial e o Imperial, o território da cidade pertencia aos poderes. A comunidade se apropriava por meio de concessões de uso – os aforamentos. O Código de Posturas definia como se daria a manutenção de ruas e calçadas, por exemplo, que foram atribuídas aos moradores até meados dos noventa.

Nos casarios de Ouro Preto, as áreas “públicas” eram no térreo, e as áreas íntimas no sobrado. A própria ideia de público era diferente da atual no que diz respeito à responsabilidade pela gestão. Sob a ótica do consumo, os espaços públicos passaram a ser consumidos, com profundas alterações nas suas vivências.

De dimensão sociocultural, o espaço público é um lugar de relação e de identificação, de contato entre as pessoas, de animação urbana e as vezes de expressão comunitária. O espaço público é o espaço referencial muitas vezes herdado; em consequência, toda a cidade existente, e portanto herdada, é toda ela cidade história⁴⁸. (BORJA, 2003, p. 122. Tradução nossa).

Não se trata, no entanto, de opor essas vivências, mas de se destacar a sua multiplicidade. Além disso, compreendemos a necessidade de reflexão sobre o seu caráter coletivo como lugar de encontros e desencontros. No caso do Conjunto dos Contos, essa mistura é bem clara, ainda que haja predominância da ótica do consumo.

No Largo dos Contos, além dos elementos apresentados nos tópicos anteriores, as edificações abrigam uma padaria, uma lanchonete, uma quitanda, duas lojas de roupas, um brechó, uma loja de calçados, uma loja de utilidades domésticas, uma casa lotérica, uma barbearia. Além disso, no Largo está a sede do Serviço Interprofissional de Atendimento à Mulher (Siame) e da Justiça Eleitoral. O Fórum de Justiça está sendo transferido para outro bairro e a edificação se tornará um museu, o único além do Museu Casa dos Contos no Largo. Os Correios funcionam na esquina

⁴⁸ No original: “Desde una dimensión sociocultural, el espacio público es un lugar de relación y de identificación, de contacto entre las personas, de animación urbana y a veces de expresión comunitaria. El espacio público es el espacio referencial muchas veces heredado; en consecuencia, toda la ciudad existente, y por lo tanto heredada, es toda ella ciudad histórica” (BORJA, 2003, p. 122).

do Largo com a Rua Direita, como podemos conferir nas imagens de satélite via QR code da Figura 23.

Figura 23 – Imagens de satélite do Largo dos Contos



Fonte: Google Earth. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-20.38452759,-43.50610766,1109.30932617a,0d,60y,119.9917845h,89.80099621t,0r/data=lhoKFlpVcENJX1Z5NFJQY1Q0STR4eTBKYVEQA>. Acesso em: 8 maio 2023.

O valor dos aluguéis na cidade, em geral, é considerado alto em relação a outras pequenas cidades mineiras. A atividade turística, a mineração e a indústria geram consequências. Na região de nosso estudo, os valores são ainda mais altos. Isso acaba excluindo a possibilidade de que pessoas sem capital de giro e condições de investimento ocupem as edificações comerciais do Largo.

Por outro lado, a própria rua é apropriada pela comunidade com pequenas bancas móveis adaptadas para a venda de flores (em frente ao Chafariz), de frutas e verduras de produção local (nas calçadas), de livros e discos de vinil de um sebo itinerante (nas paredes do Fórum de Justiça – aos finais de semana). À exceção do sebo, todas essas apropriações se dão por mulheres, como podemos observar nas figuras a seguir.

Figura 24 – Sebo itinerante nas paredes do Fórum



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Figura 25 – Florista em frente ao Chafariz dos Contos



Fonte: FORTES, Gelcio. Ouro Preto. Ouro Preto, 25 jan. 2023. Facebook: @gelcio.fortes. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/op.eleicoes2012/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

Figura 26 – População dos distritos de Ouro Preto vendendo jabuticaba no Largo dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2020).

A venda de produtos e flores nas ruas nos remete à história de mulheres negras que trabalhavam com variadas formas de comércio nas ruas brasileiras ao longo do século XVIII e XIX. Como as “negras de tabuleiro” ou “quitandeiras” que faziam parte do cotidiano da cidade, com seus quitutes preparados para consumo. Ou as “negras de ganho” que deveriam entregar o valor gerado com o seu trabalho ao seu explorador. Toda essa produção de alimentos era variada e rica, baseada em saberes trazidos da África para o Brasil.

Essas funções também eram movimentos sociais e políticos de independência e apropriação das cidades, ao contrário da ideia comum na historiografia de mulheres negras escravizadas em ambientes domésticos, submissas e dependentes do patriarcado. Deixando de lado a imagem subalternizada, o comércio de rua traz à luz o protagonismo dessas mulheres⁴⁹. Além disso, marcou processos mais profundos de transição da escravização para o trabalho livre e inserção em um novo tipo de

⁴⁹ Interessante notar que imagens da época produzidas por viajantes como o Debret retrataram a liberdade de movimento e a circulação na cidade das mulheres negras e mulheres negras escravizadas. Para saber mais sobre as negras de tabuleiro e de ganho, consulte: DIAS, Maria Odila da Silva. Nas fimbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. In: **Revista Estudos Econômicos**, v. 15, nº especial, 1985, p. 89-109. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/download/157230/152622>. Acesso em: 9 maio 2023.

mercado de trabalho, a posteriori. Assim, a mulher negra nos espaços públicos da cidade, normalmente invisibilizada, tornava-se presença.

O predomínio das mulheres escravas [sic]⁵⁰ no setor de serviços urbanos e no pequeno comércio ambulante parece um traço comum às regiões da África exportadoras de escravos [sic] e aos aglomerados das sociedades escravocratas do sul dos Estados Unidos, do Haiti, da Jamaica, das Antilhas em geral, assim como das cidades brasileiras. Decorreria provavelmente do baixo valor relativo das escravas [sic] mulheres, quando comparadas aos homens, e da maior demanda de escravos [sic] homens para os setores economicamente mais estratégicos, propriamente produtivos, de monocultura rural exportadora (DIAS, 1985, p. 91).

O tema ressalta diferentes relações sociais e de escravização em diversos contextos que fizeram parte do processo de domínio inerente ao capitalismo, muitos deles predominam, inclusive, no espaço urbano. De acordo com Ailton Krenak (2022, p. 57), “[...] o capitalismo precisa de uma plataforma – que é urbana”. O filósofo do povo originário critica a nossa visão europeia ocidental de cidade e aponta que ela tem sido utilizada como um meio de prolongamento de nossa vida na Terra, levando-nos a questionar a racionalidade humana que paira entre a ideia de cidade, progresso e arrogância. “Não somos os donos da chave nem seremos os últimos a sair” (KRENAK, 2002, p. 54).

Krenak considera que Ouro Preto e Mariana são exemplos de cidades que lutam contra o “vilão” – o capitalismo – enquanto ele fica cada vez mais forte. “Então, a cidade é um dispositivo capaz de promover a religião e um certo pensamento, mas também é munida de armas para expandir o seu domínio” (*Ibidem*, p. 58). O filósofo se refere às construções de cimento e ferro, que diferem das cidades oitocentistas mineiras e reforça a necessidade de repensar a história.

Pensar a pluralidade do mundo requer evocar outras narrativas. Segundo Krenak (2002, p. 33), precisamos dar luz a diferentes histórias relacionadas à fundação. Muitas dessas histórias foram silenciadas e estão nas memórias de centenas de povos e suas tradições, “uma poética permeada de sentido maternal”. Acerca da criação do mundo, os povos Guarani da Mata Atlântica veem a borda do mar como lugar de produção da vida, uma paisagem.

A primeira vez que esses queridos parentes compartilharam comigo sua narrativa de criação de mundo, aprendi que dois gêmeos primordiais tiveram que dobrar a Serra do Mar e fazer esse contraforte para que a Água Grande,

⁵⁰ Atualmente, o termo correto é “escravizadas”.

o mar, não avançasse sobre o continente. Achei linda essa história que explica a topografia – a formação das montanhas, dos vales, dos corpos d’água de onde se habita. (KRENAK, 2022, p. 33-34).

Essa narrativa nos leva a pensar as dobras da região de Ouro Preto. Como elas produzem vida? A topografia da cidade tem um valor especial e, muitas vezes, é também um desafio aos corpos que a habitam. Por entre as serras, descem os riachos e córregos abundantes que atravessam a maior parte da cidade. As serras que eram espaços de exploração no século XVIII se tornaram espaços de habitação para a maior parte da população, ou seja, é uma cidade que, hoje, está predominantemente no alto.

A cidade-monumento é excludente e inviabiliza a habitação das pessoas em condições de vulnerabilidade econômica. Na Figura 27, é possível observar uma imagem de satélite de Ouro Preto, com suas dobras e vales; os caminhos e o curso dos córregos podem ser notados com a leitura do QR code.

Podemos relacionar essas dobras às formas oblíquas com base em Claude Parent, que as associa às formas naturais. Segundo ele, os agrupamentos nas cidades se apresentam na forma de montanhas, encostas, dunas, rochas, colinas. Incluímos, aqui, as nossas ladeiras e o nosso sobe e desce por entre os vales. “Todo o vocabulário formal da natureza se aplica obliquamente. O oblíquo é mimético⁵¹” (PARENT, 1981, p. 22. Tradução nossa).

A cidade oblíqua é feita de pedaços de paisagem, é uma associação de colinas mais ou menos suaves, com seus vales, seus desfiladeiros, suas paredes mais ou menos escarpadas.
Vindo do solo, o oblíquo, após seu primeiro movimento de elevação, volta para lá. Ritmo de emergência e enterro (*Ibidem*, p. 22. Tradução nossa)⁵².

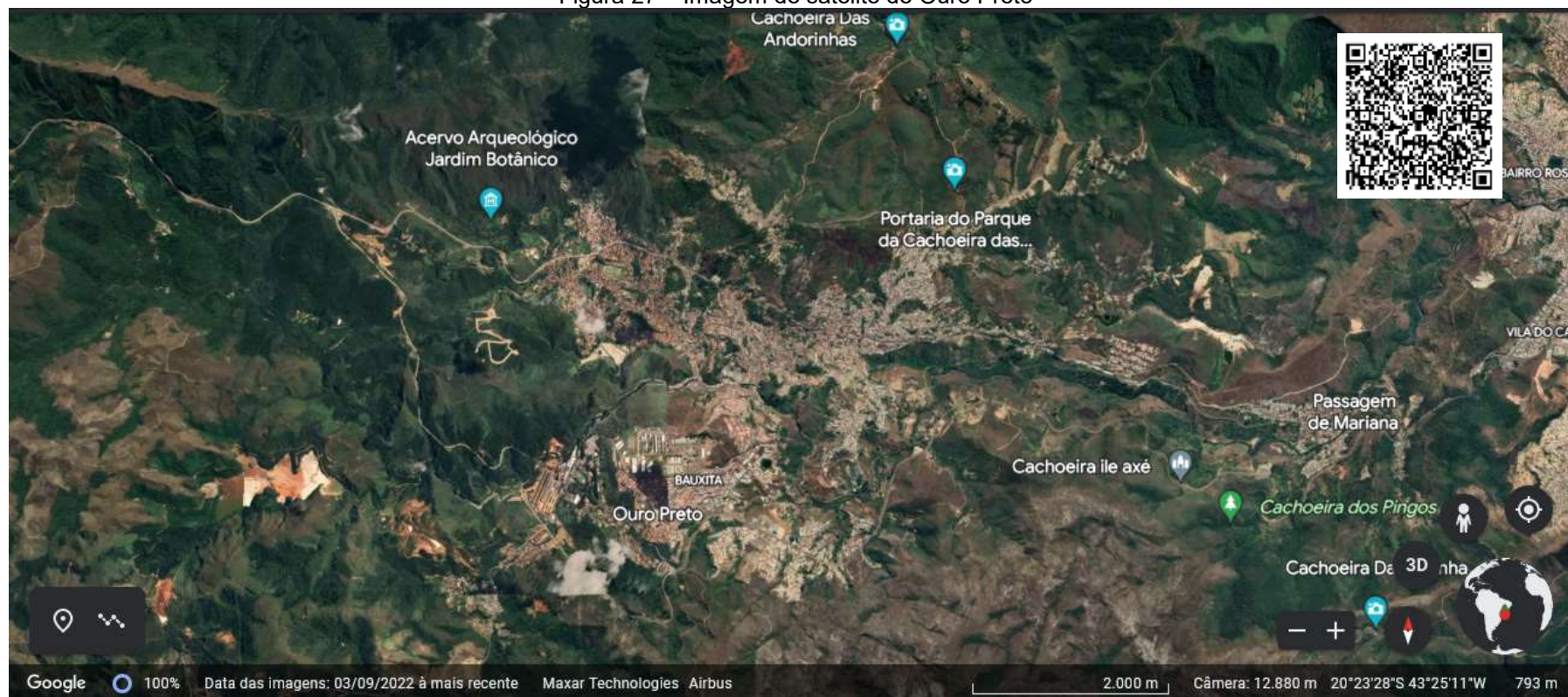
De acordo com Parent (1985), o entrelaçamento do oblíquo está onde vivem as pessoas, é no e pelo entrelaçamento que a natureza se torna habitável, a cidade oblíqua. “Sentar na areia de uma praia e, com as mãos, embainhar, cavar, traçar todas essas ladeiras e ladeiras inversas⁵³” (*Ibidem*, p. 22. Tradução nossa).

⁵¹ No original: “Tout le vocabulaire formel de la nature s'applique à l'oblique. L'oblique est mimétique.” (PARENT, 1985, p. 22).

⁵² No original: “La ville oblique est faite de morceaux de paysages, c'est une association de collines plus ou moins douces, avec ses vallées, ses cols, ses parois plus ou moins escarpées.” (PARENT, 1985, p. 22).

⁵³ No original: “Asseyez-vous sur le sable d'une plage et, de vos mains, ourlez, creusez, dressez toutes ces pentes et contrepentes.” (PARENT, 1985, p. 22).

Figura 27 – Imagem de satélite de Ouro Preto



Fonte: Google Earth, 2023.

Parent afirma, ainda, que a arquitetura busca atender a um modo de vida baseado em construções apressadas, atendimento às necessidades momentâneas e isso teria quebrado a confiança na área e nos arquitetos nas últimas décadas. Assim, a arquitetura voltada para o urbano, pensada para o indivíduo – isolado, não dá conta de envolver todos os aspectos necessários para contrapor essa oposição entre natureza e cultura, pensar a multidão, a arquitetura oblíqua.

A vida oblíqua utiliza de planos inclinados no cotidiano, como é o caso de Ouro Preto. O movimento nas ladeiras se torna suporte à vida, para a continuidade dos córregos, da natureza, em suas diversas formas.

Esse uso estrutural de planos inclinados como suporte para a vida busca se manifestar em todos os níveis da intervenção organizadora do nosso universo, desde o planejamento do território até o local privado de moradia, passando pelo urbanismo e pela arquitetura, o que exige a criação de uma rede de relações para constituir uma estrutura real para a distribuição da habitabilidade. (PARENT, 1985, p. 41. Tradução nossa)⁵⁴.

Por entre os vales e ladeiras, vemos as igrejas que estão nas partes mais altas e as construções direcionadas ao uso pelos poderes. No começo da ocupação urbana, o barroco teve papel fundamental para demarcar o território e colocar em destaque elementos como esse na paisagem.

No tocante ao barroco, vale ressaltar que, na História da Arte, a apreensão da cidade somente é possível se a leitura de sua condição artística for realizada através de todos os elementos do “cenário”, como “unidade figurativa indivisível (BAETA, 2003, p. 49). Essa abordagem acerca da “cidade barroca” vai ao encontro dos estudos da paisagem, considerando que seus elementos são indivisíveis – inclusive os artísticos – e evocam sensações intencionais.

A análise da forma urbana colonial vai além da investigação modernista da tipologia da cidade e dos conjuntos coloniais porque essa abordagem restringe à interpretação da morfologia do traçado e da ordenação urbana. A apreciação estética depende do

⁵⁴ No original : “Cette utilisation structurelle des plans inclinés comme support de vie cherche à se manifester à tous les niveaux de l'intervention organisatrice de notre univers, depuis l'aménagement du territoire jusqu'au lieu privatif de l'habitation en passant par l'urbanisme et l'architecture, ce qui nécessite la mise en place d'un réseau de relations afin de constituer une véritable charpente pour la répartition de l'habitabilité.” (PARENT, 1985, p. 41).

todo, da “[...] unidade compositiva presente em toda manifestação artística” (*Ibidem*, p. 49).

Assim, a cidade barroca não permite uma leitura única, visual e imediata, aliás, os caminhos, as visadas e os panoramas definem a compreensão sensorial no espaço urbano, com apelo persuasivo e o poder ilimitado da imaginação. Mesmo nas narrativas europeias com suas bases em padrões dominantes de sociabilidade, cultura e estética, as serras se destacam.

Bem que montuosa, e entre serras, a vila, como fica visto, não é contudo desagradável. De qualquer ponto dela que se levante a vista, nota o espectador casas solitárias penduradas dos morros com suas hortas e pomares: árvores em longe, montes a uma parte vestidos de relva e a outra escavados e fendidos, obra dos serviços minerais. Deles descem em grande cópia as melhores águas a prover infinitas fontes e dezessete magníficos chafarizes espalhados pela vila, entre os quais um existe de excelentes águas férreas, que a câmara acaba de construir aos influxos do atual governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello. Nada porém é comparável às vistas dos morros em dias de espetáculos públicos. Fica o curro na praia de Ouro Preto e sobranceiro ao morro, que pega dela outros paralelos e os de em torno. Por todos eles, e principalmente pelo primeiro, se divisam cores, e o resto das folhas dos campos; os intervalos até as eminências enchem as pessoas dos diversos sexos, cujas roupas, variando de cores, trazem aos olhos uma vária perspectiva que deleita. A população das suas paróquias sobe de onze a doze mil almas (VASCONCELOS, 1994 [1806], p. 79-80).

Nesse período, as pessoas com maiores influências situavam-se nas partes mais altas das ladeiras do núcleo histórico; e quanto mais próximas das estruturas dos poderes, mais influentes na sociedade. Dentro daquilo que corresponde ao atual perímetro de tombamento, as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social moravam nas partes mais baixas ou fora dele, distantes da praça, no alto dos morros. Como podemos observar no trecho anterior, apontado por Vasconcelos (1994), existiam poucas casas nas serras em 1806. Essa demarcação hierárquica do espaço também era encontrada nas edificações, já que os senhorios viviam nos sobrados e os escravizados e comerciantes frequentavam o térreo. Esse movimento produzido no espaço urbano tinha objetivos bem definidos, embora não tão claros para a população.

As igrejas situavam-se no alto, por razões de ordem simbólica, de paisagística e de higiene; elas materializavam a ligação do céu e da terra e recebiam a ventilação e o sol, diminuindo os efeitos insalubres da umidade. As ladeiras e as vias planas enlaçavam as montanhas e no caminho da procissão, a igreja vista de baixo formava um ângulo de 45° com a via, destacando-se a parede frontal e a lateral. (LOPES, 2014, p. 373).

Na segunda metade do século XX, a retomada do crescimento da indústria de alumínio gerou impacto no preço da moradia em Ouro Preto. Atualmente, há ouro-pretanos influentes e de classe média alta morando na parte mais antiga da cidade, mas a maioria dos ouro-pretanos mora nas serras. Isso é um reflexo também das diferentes situações econômicas do município. Quem está no perímetro tombado é minoria e tem melhores condições financeiras.

Nos oitocentos, as serras eram utilizadas para mineração e para habitação com estruturas urbanas organizadas⁵⁵ que foram demolidas e incendiadas por decreto do Conde de Assumar num crime deliberado contra a população e supostos participantes da Revolta Felipe dos Santos de 1720. A criação do Parque do Morro da Queimada foi uma forma de reconhecimento do grande valor histórico e sociocultural, de proteção da área, de um processo de ocupação que, ao se densificar, destruía as ruínas para extrair material e compor novas moradias no entorno. O processo de ocupação na altura das torres das igrejas, ou acima delas, pode ser observado na história da Serra do Veloso⁵⁶ e dos Morros São João e São Sebastião.

No perímetro tombado, o Largo dos Contos está situado em uma área que faz limite com o espaço público livre incorporado ao Horto dos Contos. A estabilidade das edificações é obtida com conhecimentos de saberes e sistemas construtivos tradicionais. Elas se encaixam e usam a seu favor a declividade do terreno, dispondo alguns andares e quintais abaixo do nível da via.

Nesse sentido, nas palavras de Ingold (2015), a cidade é um entrelaçamento de “linhas vitais”. Para o autor, as pessoas transformam e são transformadas. A vida é tecida e não feita por humanos ou para humanos. O emaranhado de linhas são pontos interconectados, histórias, “um nó de coisas”, não lineares (*Ibidem*, p. 115).

⁵⁵ Para saber mais: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/historico-2.php>.

⁵⁶ A respeito da Serra do Veloso e sua importância histórica para a cidade, consultar: FERREIRA, Larissa Fallone. **Elementos para uma leitura afrodescendente da paisagem minerária**, Bairro do Veloso, Ouro Preto-MG (2006-2021). Dissertação [Mestrado] – Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Escola de Arquitetura da UFMG. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/54242>. Acesso em: 8 jun. 2023.

Figura 28 – Fundos dos casarios do Largo dos Contos



Fonte: Lopes, 20--.

Figura 29 – Telhados do Largo dos Contos com vista para o Pilar e Igreja de São José



Fonte: Costa (2019).

Esse entrelaçamento não acontece apenas nas ruas, mas também **no** e a partir **do** interior dos imóveis. As edificações com suas portas e janelas fazem as conexões entre o exterior e o interior. “Como então descrever, como dizer e representar esse espaço da paisagem que nos envolve e nos transpassa, que nos desloca e nos transborda?” (BESSE, 2014, p. 52). “Por isso, podemos dizer que nunca se vê um mundo: estamos nele, nele habitamos, o exploramos, estamos nele ou nos perdemos nele” (*Ibidem*, p. 66).

2.1.1 Largo dos Contos: usos cotidianos

Os diferentes usos do Conjunto dos Contos refletem as diversas formas de percepção do corpo, cada pessoa compreende o espaço de uma forma, a partir dos sentidos. De acordo com Ingold (2015, p. 15), a vida é um caminho como o do rio que flui entre suas margens, “a vida vivida ao longo de linhas [...], um caminho através do mundo”. A ênfase nas margens e no caminho aponta para a importância do rio que flui porque ele não conecta nada, afinal, quem interliga é a ponte. O rio apenas flui. E a vida é como o rio.

O chão é o meio por onde o corpo se move no espaço, é uma forma de perceber o mundo através dos pés (INGOLD, 2015). Para o autor, a estrutura e a ação dos pés são pertinentes à cultura porque a utilização de sapatos e botas foi determinada pelos europeus. Com isso, os pés foram colocados em condição de inferioridade em relação aos membros superiores do corpo humano, mecanizados; enquanto as mãos seriam cientistas, que transformam o mundo. O mesmo acontece com os sentidos do corpo, com a supremacia da visão e da audição sobre o tátil.

A analogia do autor aponta para relações de domínio, como o controle do homem sobre o mundo, da inteligência sobre o instinto, da razão sobre a natureza. No século XVIII, caminhar era uma atividade cotidiana, raramente em longas distâncias. Todavia, o desenvolvimento de estradas e transportes deu outro sentido às caminhadas. Pisar no chão passou a ser banalidade, e quem tinha recursos e poderes deixava de caminhar, pois viajavam. Com isso, a ideia de viajar passou a distinguir as pessoas entre as que andavam e as que viajavam (INGOLD, 2015).

Duas alterações na percepção se destacam nas palavras de Ingold (2015): o tato foi prejudicado pelos sapatos e botas; já no tocante às viagens, houve uma alteração nos registros de memória devido ao movimento de um lugar a outro. As pessoas que viajavam passaram a utilizar os transportes para irem a lugares onde queriam caminhar, como cenários. A paisagem se tonou destino para caminhar, e o transporte passou a ser a forma de deslocamento, para que, chegando ao destino, se ande a pé. Com a pavimentação de ruas, a abertura de caminhos e a construção de edificações, o espaço público delimitou o campo de visão, criou ambientes propícios para serem e serem vistos. Ao longo do caminho, a visão procura outras pessoas, desvia e evita impactos, observa o chão. Posteriormente, a banalização do acesso e do uso de veículos contribuiu para a supremacia da visão, modificando novamente a percepção. Crianças e adolescentes viraram “os verdadeiros caminhantes da nossa sociedade” (INGOLD, 2015, p. 44).

No entanto, Ingold (2015) adverte que os pés continuam em contato com o chão mesmo que estejam calçados, o que ele denominou de “tato podal”. Ele espera, assim, resgatar a importância do tato para a percepção e enfatiza que as viagens são acúmulo de observações em momentos de repouso, bem diferente do movimento, do que ele denomina “caminho de observação”. Sendo assim, caminhar é obter conhecimento.

Na verdade, poderia ser dito que andar é uma atividade altamente inteligente. Essa inteligência, no entanto, não está localizada exclusivamente na cabeça, mas é distribuída por todo o campo das relações compostas pela presença do ser humano no mundo habitado. (INGOLD, 2015, p. 47).

À medida que caminhamos a pé, incorporamos caminhos, texturas, contornos, aprimoramos a nossa capacidade de movimento, de consciência e de resposta (INGOLD, 2015). Corpo e paisagem são processos relacionais intermináveis, contínuos. Caminhos, corpos, movimentos e memórias se relacionam no espaço público. O chão de paralelepípedo nos caminhos de Ouro Preto retrai os corpos, causa insegurança, tropeços, pés cansados. Por outro lado, eles compõem todo o charme da cidade.

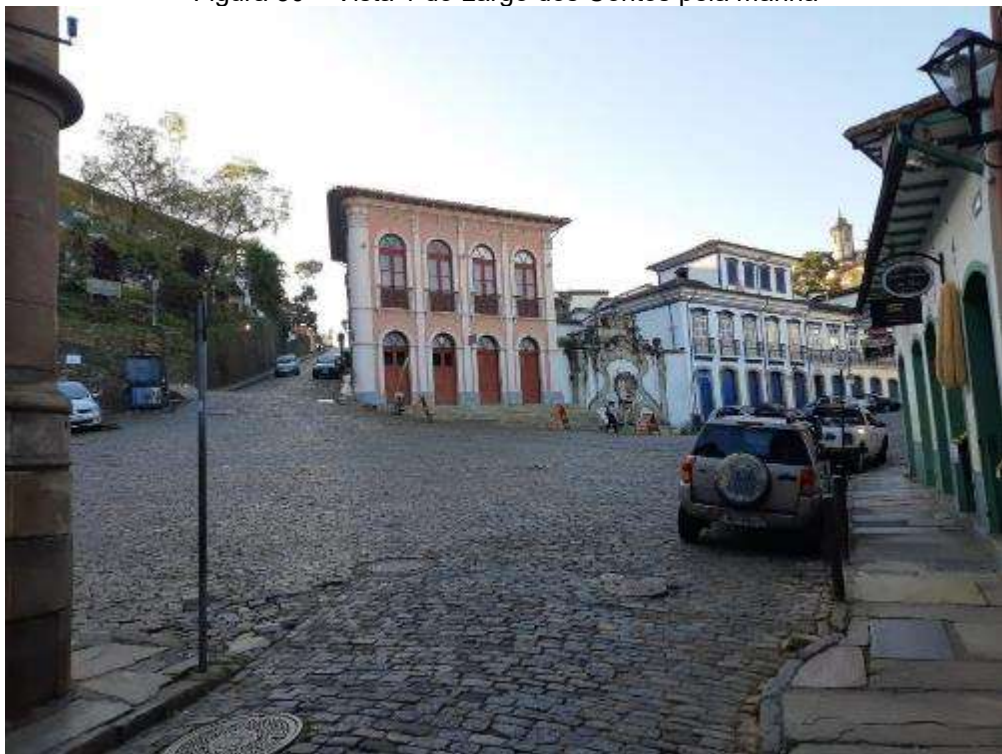
O movimento no Largo reflete esses caminhos, os estímulos do corpo, as apropriações de cada cantinho do espaço para se adequarem aos usos cotidianos.

Fizemos observações ao longo do dia, em diferentes dias da semana, para conhecê-lo a partir dos usos atuais que foram registrados com fotografias e registros textuais.

Pela manhã...

Bem cedo, o Largo está vazio, pouco movimento, poucas pessoas passando. Apenas a padaria está aberta desde às 7h. Mas para funcionar nesse horário, seus funcionários precisam chegar horas antes para preparar os pães e lanches. Alguns estudantes indo para escola. Poucos carros estacionados, provavelmente de moradores ou hóspedes da região que não têm garagem em seus casarios.

Figura 30 – Vista 1 do Largo dos Contos pela manhã



Fonte: Costa (2019).

Em tempos de outono, o sol ainda não subiu o suficiente para clarear o Largo, que fica acinzentado, com exceção do sobrado do Fórum. No inverno, fica por entre brumas e vento frio. Ao ver o Largo a partir de seu ângulo mais estreito, ao lado do Fórum, parece sempre calmo, porque o estacionamento em frente a essa edificação é proibido. Ao nos aproximarmos do meio do triângulo, a sensação é outra. Embora o espaço se alargue, ele fica mais confuso, caótico; a ordem na desordem, cada um compreende seus fluxos de uma forma. Pessoas de várias direções, e carros sem uma rota definida no traçado urbano.

Figura 31 – Vista 2 do Largo dos Contos pela manhã



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Entre 8h30 e 9h, o movimento aumenta. O comércio local abre as portas, as pessoas começam a circular pela cidade. No início dos meses, são formadas grandes filas na Rua São José, pelas calçadas, para aguardar o atendimento dos bancos que só abrem às 11h, intensificando o ritmo e a sonoridade. Muitas dessas pessoas são moradoras de distritos e comunidades de Ouro Preto e não têm muitas opções de horário de transporte para chegar ao núcleo histórico. Pessoas lavando as calçadas. Taxistas lavando seus carros, muitas vezes com a água do chafariz (quando está em funcionamento). Movimento de carga e descarga de mercadorias. Músicos e artesãos na Ponte dos Contos. A música ecoa no Parque Horto dos Contos, no Museu e chega até o Largo. Às 10h, o Museu Casa dos Contos abre as portas para a visita.

Figura 32 – Vista 3 do Largo dos Contos pela manhã



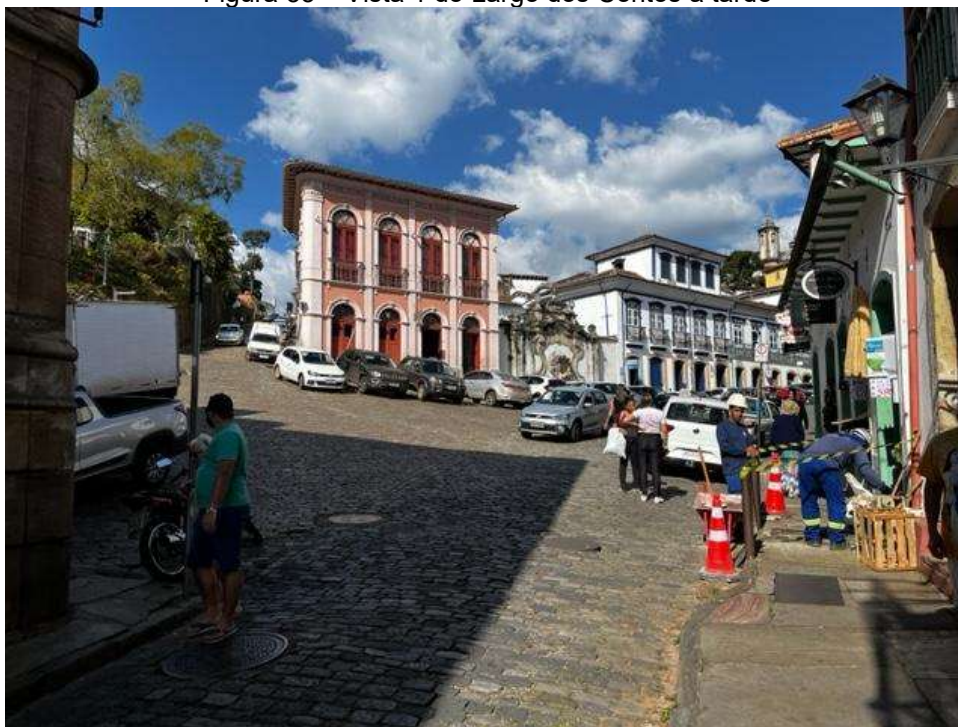
Fonte: Acervo pessoal (2023).

Às 11h, o movimento é intenso, de carros e pessoas, especialmente em períodos de pagamento, até o dia 15 de todo mês. Dificuldade de caminhar e de estacionar. Brisa fria, sempre uma brisa. A casa lotérica que fica ao lado do Chafariz tem movimento contínuo, especialmente de idosos. Em alguns períodos, também gera fila que ultrapassa as portas em direção ao monumento. Os restaurantes abrem as portas. Cheiro de comida mineira. As pessoas começam a se movimentar para o horário de almoço.

À tarde...

Nas tardes de outono, somos contemplados com um belo céu azul, mas o vento frio persiste, ou a brisa. O sol toma conta da parte lateral direita do Largo. Após o almoço, o movimento se mantém. A edificação do Ministério Público abre as portas às 12h. A escadaria, em frente, deixa de ser apenas espaço de descanso. Pessoas atravessam as escadarias, tanto as que vêm da Rua das Flores a pé (para estabilizarem o corpo na rua inclinada), como as pessoas que fazem o sentido contrário.

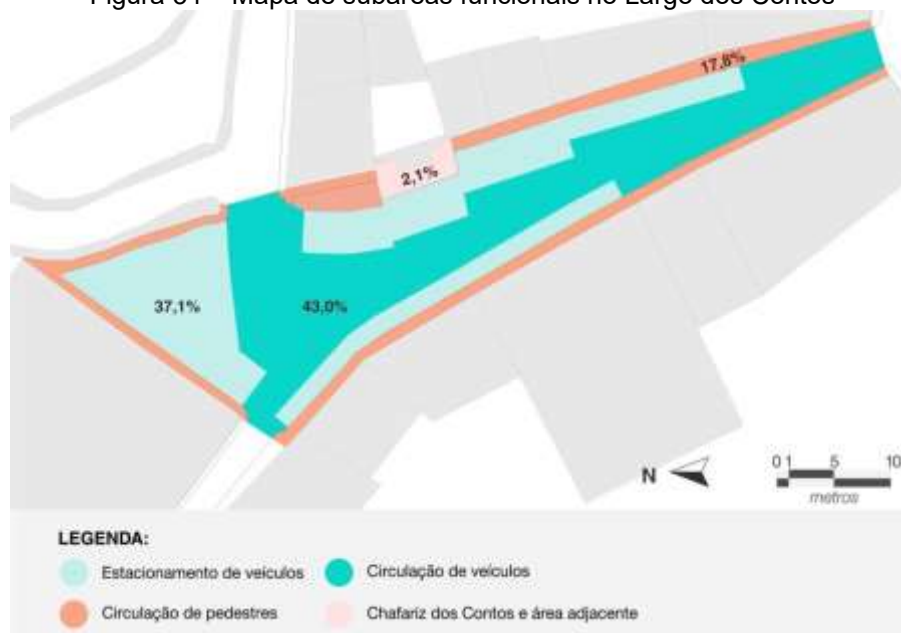
Figura 33 – Vista 1 do Largo dos Contos à tarde



Fonte: Acervo pessoal (2023).

O movimento de carros é marcante, os pedestres disputam espaço e passagem com eles. As vagas estão distribuídas entre a lateral do Museu e a frente da lotérica, e há vagas reservadas para motocicletas na parte mais estreita do Largo. Em alguns pontos mais largos, os carros param em fila dupla. O mapa da Figura 34 demarca a porcentagem de área ocupada para estacionamento de veículos, circulação de veículos, circulação de pedestres e do Chafariz em relação à área total do espaço.

Figura 34 – Mapa de subáreas funcionais no Largo dos Contos



Fonte: Araújo e Morais (2020, p. 8).

Em frente ao Ministério Público, as vagas são reservadas para funcionários e, em frente ao Chafariz, aos idosos. Do outro lado, em frente ao cinema, são destinadas a taxistas e a carga e descarga. Em períodos de chuva, a situação se complica, tanto para caminhar na cidade como para dirigir. O descontentamento foi registrado por Christina Tárzia, em jornal local de 2015, como podemos ver no trecho abaixo. A foto a que ela se refere está na sequência.

Avisamos, não avisamos? Avisamos – Veja bem em que se transforma o largo do Ministério Público, quando chove, e fecham a rua de São José, a rua das Escadinhas e a rua Getúlio Vargas ao trânsito. Todo mundo bloqueado e até em situação de risco. Confira: ao fundo, o carro pagador acuado, sem rota de fuga. À direita, o ônibus, sem área de manobra. À esquerda, o taxi, impedido de sair. É bonito isso? Não, não é. É tão somente o resultado do excesso de gente de fora, mandando em uma Cidade tão pequena quanto a nossa, interferindo no nosso dia a dia. É o típico caso de quando o menos é mais. Alô, pessoas, deixem a Cidade respirar... Amor demais pelo barroco dá nisso: sufoca e mata (JORNAL OURO PRETO, 2015, p. 7).

Figura 35 – Fotografia do Jornal Ouro Preto



Fonte: Jornal Ouro Preto [Impresso], set. 2015.

Por volta das 16h, com o término de atendimento bancário, o Largo começa a esvaziar, lentamente. O sol vai deixando o Largo. O ritmo vai desacelerando.

Figura 36 – Vista 2 do Largo dos Contos à tarde



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Por volta das 17h, o trânsito fica um pouco mais intenso. Pessoas indo para suas casas ou aproveitando o fim da tarde para resolver coisas na rua.

Figura 37 – Vista 3 do Largo dos Contos à tarde



Fonte: Acervo pessoal (2023).

À noite...

O comércio local fecha as portas às 18h, com exceção da padaria e de uma loja de calçados, que fecham às 19h. Poucas luzes vindas das edificações. Luzes do Museu Casa dos Contos, utilizadas pelo vigia noturno. Iluminação cênica amarelada em suas fachadas.

Figura 38 – Vista 1 do Largo dos Contos à noite



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Pessoas indo para casa. Outras chegando para utilizarem os restaurantes da Rua Direita e da Rua São José, em geral, os únicos abertos na cidade no período noturno. As serras somem da vista. A umidade aumenta. Poucas vozes.

Durante a semana, poucos carros estacionados no Largo. Eco e som de passos. Às sextas-feiras e aos sábados, movimento intenso. Disputa por vagas. Nos últimos anos, pós-pandemia, notamos o surgimento e o aumento de flanelinhas no local.

Figura 39 – Vista 2 do Largo dos Contos à noite



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Figura 40 – Vista 3 do Largo dos Contos à noite



Fonte: Acervo pessoal (2023).

As fotografias foram organizadas abaixo para facilitar a visualização dos três períodos discriminados. No entanto, elas não refletem o dinamismo que se tem no Largo. Congelado nesse ponto de vista, o espaço parece calmo e interiorano, diferentemente de nossas percepções *in loco*.

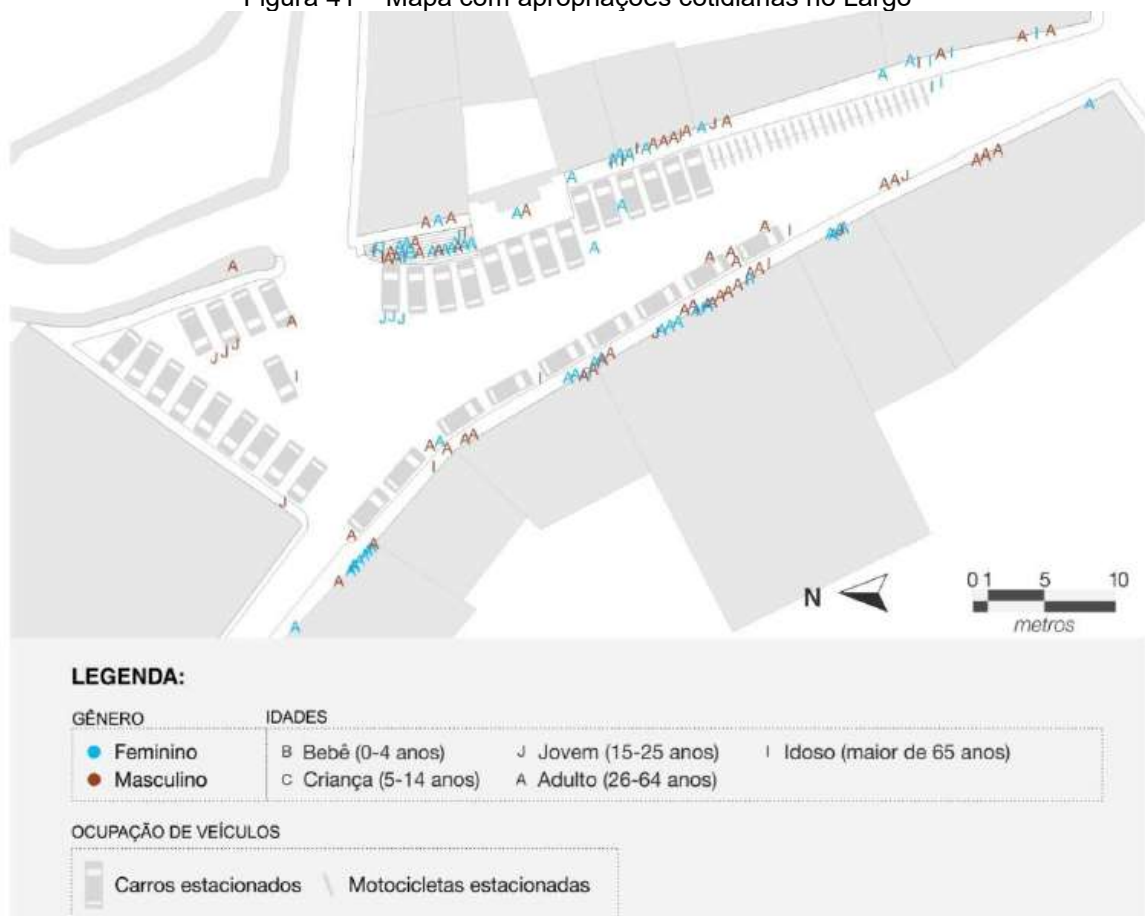
Tabela 3 – Momentos de observação do Largo dos Contos



Fonte: Organizado pela autora (2023).

Em síntese, os diferentes usos do Largo podem ser observados também no mapa da Figura 41. Embora não seja o nosso foco demarcar o espaço físico, ele traz contribuições que coincidem com as nossas observações e complementam as análises. O mapa faz parte de uma pesquisa e foi elaborado a partir da sobreposição de vários mapas com ocupações em diferentes horários.

Figura 41 – Mapa com apropriações cotidianas no Largo



Fonte: Araújo e Morais (2020, p. 9).

Na Figura 41, é possível observar a concentração de pessoas de gêneros diferentes, na faixa etária adulta (entre 26 e 64 anos) em pequenas aglomerações na escadaria do Ministério Público, na escadaria do cinema, em frente ao comércio e à lotérica – provavelmente por conterem degraus que favorecem a espera por atendimento, descanso, conversas e uso dos celulares. Nas demais áreas, o ajuntamento é bem menor porque são utilizados como passagem e são estreitos.

Para além dos usos cotidianos, seus conflitos e ritmos, o Largo é espaço de eventos. Alguns deles são recorrentes e fazem parte do calendário oficial da cidade. Outros são ocasionais, como veremos a seguir.

2.1.2 Largo dos Contos: usos coletivos

O Largo dos Contos é composto de diversos elementos que atendem a diferentes interesses da comunidade e que são correlacionados. Entre esses elementos, estão as edificações, a topografia, as ladeiras, as torres das igrejas, as pessoas, os carros,

as ruas, as calçadas, os postes e as placas que o compõem, o som da água do chafariz, o som dos passos e das procissões, das festas e eventos, das conversas, o movimento e as vistas.

As ruas e as calçadas favorecem o surgimento de outras funções motivadoras ou motivadas pelo usufruto do espaço público. Para melhor entendimento, denominaremos essas funções como usos coletivos porque, ocasionalmente, são capazes de promover agrupamento, encontros e celebrações diversas na rua a partir de iniciativas públicas, outros movimentos.

Carnaval de Ouro Preto

A realização do Carnaval no Brasil é uma tradição que faz parte do calendário anual. Em cada parte do Brasil são elaboradas programações variadas de, no mínimo, quatro dias de folia, o que, em geral, leva multidões para as ruas. No caso de cidades como Ouro Preto, com forte apelo turístico, a comunidade local divide o espaço público com os visitantes de forma intensa.

Essa tradição tem como características o consumo de bebidas e comidas, o uso de fantasias, o desfile de blocos, shows e palanques em praças e largos. Esse Carnaval de rua possibilita a interação de pessoas em todo tipo de situação social e econômica, porque a rua é democraticamente apropriada. Não podemos dizer que as vendas que ocorrem nas ruas sejam tão inclusivas, já que os preços dos produtos e alimentos são elevados em relação aos dias comuns. O comércio local situado nas edificações lucra com os turistas e, ao mesmo tempo, moradores da comunidade abrem suas barracas nas calçadas com preços um pouco mais acessíveis. Assim, em parte, a festa coloca a distinção social em segundo plano.

Durante o Carnaval em Ouro Preto, é muito comum encontrarmos vendedores ambulantes com caixas de isopor dispendo de gelo e bebidas encobertas por guarda-sol ao longo das ruas mais movimentadas. As barracas autorizadas pela Prefeitura têm lugar definido pelo poder público e se espalham em pontos estratégicos, como é o caso do Largo dos Contos e o da Alegria.

Os banheiros públicos são instalados em vários pontos, muitas vezes em lugares inclinados considerados pouco confortáveis para o usuário. É comum encontrá-los em frente aos monumentos, como é o caso do Chafariz dos Contos no Carnaval 2023,

como podemos observar na Figura 42. Por outro lado, o cheiro da cidade muda, o som de tambores e sons mecânicos sobressaem ao relativo silêncio interiorano. Além disso, as ruas ficam sujas.

Figura 42 – Carnaval 2023 no Largo dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (fev. 2023).

Houve um momento em que a festividade se tornou um grande atrativo turístico e de geração de riquezas, ocasionando algumas mudanças. Como aponta Mayor (2015), na década de 1980, os comerciantes locais instalavam som mecânico em suas janelas e sacadas voltadas para as ruas, o que diminuiu a centralidade da Praça Tiradentes, principal espaço de encontro na época. Foram criadas as “janelas elétricas” na Rua São José, que remetiam aos trios elétricos da Bahia e atraíam a atenção e o agrupamento (tradição retomada em 2023 por um comerciante local).

Foi também na década de 1980 que o Carnaval de Ouro Preto ganhou destaque nacional nos principais jornais, principalmente com a repercussão do título de Patrimônio da Humanidade. Com o tempo, aumentou a participação de organizações privadas como apoiadoras e patrocinadoras. No final da década de 1980, Ouro Preto já era considerada uma das cidades mais atrativas para se passar o Carnaval no País.

Figura 43 – Carnaval 2023 no Largo dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (fev. 2023).

Sem o trânsito de veículos, o Carnaval permite que as pessoas tomem as ruas de forma mais livre, com corpos que se transformam, soltam-se e vivenciam o caminhar pelas ruas, o ajuntamento e as conversas espontâneas, o encontro e o reencontro com antigos moradores, amigos distantes, velhos conhecidos da cidade. Se no cotidiano, a maioria dessas pessoas não caminha pelas ladeiras; no Carnaval, fazem por lazer ou por necessidade.

De acordo com Mayor (2015), o Carnaval de rua remonta ao século XVIII com o entrudo⁵⁷ em todo o Brasil e em Minas Gerais. Inicialmente, não era vinculado ao calendário da Igreja, pelo contrário, era uma festividade malvista justamente por promover a democratização e liberdade de expressão. Em Ouro Preto, a iluminação pública no Largo também favoreceu as festividades do Carnaval no começo dos noventa, tendo sido noticiada a sua importância para o evento e a atração de turistas.

⁵⁷ Para saber mais sobre o entrudo e as transformações do Carnaval ouro-pretano na década de 1980: MAYOR, Sarah Teixeira Soutto. As transformações do carnaval ouro-pretano na década de 1980. *In: Licere*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1081/802>. Acesso em: 11 maio 2023.

Por outro lado, para Sayegh (2022), a realização do Carnaval no Brasil gera consequências para o espaço urbano e a degradação do patrimônio de cidades com núcleos tombados, como Ouro Preto.

A festa concentra multidões de pessoas, e conta com a instalação de estruturas de palco, som e demais engenhos relacionados, oferecendo riscos às estruturas edificadas – ao causar fortes vibrações. Para além disso, há a ameaça de colisões em função do excesso de veículos no trânsito, além da provocação de riscos de incêndio e casos de vandalismo (SAYEGH, 2022, p. 3).

Acerca dessa questão, como a própria autora aponta, há medidas do Ministério Público e da gestão municipal que são tomadas (ou que precisam ser) para minimizar os impactos. Sem desconsiderar a necessidade de cuidados, cabe indagar se esse uso coletivo do espaço não é benéfico para a cidade? Essa questão nos leva de volta à discussão sobre o patrimônio e a preservação em cidades vivas. O equilíbrio nos parece a melhor saída, embora não seja tarefa fácil. No entanto, o uso coletivo e democrático da rua, como acontece nesse evento, é uma de suas maiores vantagens socioculturais e até mesmo econômica, já que muitos moradores dependem da renda do Carnaval.

No Largo dos Contos, há uma grande concentração de pessoas o dia todo, que se intensifica à noite. Blocos tradicionais passam por lá com sua bateria e muitos seguidores. Um palco grande e coberto é instalado em frente à fachada lateral esquerda da Casa dos Contos, onde acontecem inúmeros shows e/ou som mecânico. As escadarias do Ministério Público viram assento, pausa.

O corpo dos foliões fica inclinado, tal como o declive da rua em frente ao palco. É interessante perceber que as pessoas costumam se posicionar de costas para a ladeira, travando as pontas dos pés na parte mais baixa da rua íngreme, o que traz mais conforto e equilíbrio. O mesmo acontece quando é preciso subir uma ladeira muito inclinada, é muito comum ver pessoas subindo de costas quando a ladeira é fechada para o trânsito de veículos. Além disso, há o costume de subir as ladeiras em ziguezague, de um canto a outro da rua, diminuindo o cansaço e driblando a verticalidade.

No núcleo histórico, que envolve o Largo, pela manhã, as ruas ficam vazias, alguns foliões persistem, mas, em geral, a rua é cuidada pelos agentes de limpeza urbana, serviços e veículos de reposição de alimentos e bebidas nos restaurantes. Perto do

horário do almoço, as pessoas começam a chegar. Primeiro, as famílias, as crianças, os idosos, os visitantes. Ao final da tarde, o movimento aumenta e agrega os jovens, os shows e os participantes de blocos de rua. À noite, a grande maioria de foliões nas ruas são jovens e adolescentes, estudantes da universidade e adultos que participam da programação de shows. Há, ainda, uma programação paralela realizada pelas repúblicas federais em suas próprias casas e em blocos privados que movimentam muitas pessoas e muito dinheiro.

As pontes são fechadas com tapumes por motivo de segurança, impossibilitando o seu uso e limitando a visada. As soleiras dos casarios e os degraus passam a cumprir a função das pontes e dos mirantes, a de possibilitar a pausa, onde as pessoas sentam, alimentam-se, descansam e conversam. Bolinhas de sabão são produzidas da sacada de um casario durante todos os dias na Rua São José, evento que já está virando tradição entre as crianças que se ocupam tentando alcançá-las, sem a preocupação com os carros.

No presente, a Rua São José não concentra mais a quantidade de pessoas que concentrava nas décadas de 1980 e 1990. Podemos descrever como tendo muitos espaços vazios com pequenos ajuntamentos e crianças correndo pelas ruas, muitas pessoas indo e vindo. Isso fez com que a rua se tornasse o ponto principal de determinado público que prefere fugir dos shows e do Carnaval privado das repúblicas estudantis. O vazio, a brisa fria e a claridade limitada pela composição dessa rua são interrompidas apenas pela passagem dos blocos de rua, em momentos determinados.

Semana Santa de Ouro Preto

Embora seja uma celebração católica, a Semana Santa em Ouro Preto se tornou um evento anual com a participação de muitas pessoas, religiosas ou não, turistas e moradores. Cada um participa à sua maneira, ou simplesmente assiste e contempla a paisagem noturna.

As procissões que ocorrem durante a semana contam com a participação da comunidade, que se veste com trajes típicos de personagens bíblicos e anjinhos, acompanham os longos caminhos, carregam instrumentos e elementos cenográficos, organizam-se em filas pelas ruas, rezam, cantam, enfeitam suas janelas e sacadas com toalhas brancas, roxas, vermelhas e rendadas, colocam ramos em suas portas.

Mas o que chama mais atenção são os momentos de silêncio absoluto, em que só se escuta os passos. Os olhos ficam atentos aos paralelepípedos das ruas pouco iluminadas.

Figura 44 – Chafariz dos Contos e a Semana Santa, luzes, sombras e tapetes de serragem



Fonte: Acervo pessoal (abr. 2023).

Em sua definição, as procissões são “[...] oração publica feita a Deos [sic] por um comum ajuntamento de fieis disposto em certa ordem, que vai de um lugar sagrado a outro lugar sagrado” (CONSTITUIÇÃO PRIMEIRA DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1853, p.191).

E como este culto seja um eficaz [sic] meio para alcançarmos de Deos o que lhe pedimos, ordenamos, e mandamos, que tão santo, e louvável costume, e o uso das Procissoes se guarde em nosso Arcebispado, [...] observando-se em todas a ordem, e disposição necessária para perfeição e majestade dos taes [sic] actos [sic]. (*Ibidem*, p.191).

Nas procissões, entre os momentos musicados pelas corporações musicais tradicionais acontecem as orações, os cantos, o bater das matracas e das lanças dos guardas. Esses ritos são programados de acordo com os espaços, os momentos de pausa. Na procissão do enterro, que ocorre na Sexta-feira da Paixão, as paradas são

para o cântico da Verônica. Uma das paradas acontece no Largo dos Contos⁵⁸; e bem perto dele, logo após a Ponte dos Contos onde existe um Passo. Durante a Procissão do Encontro, há paradas em todos os “Passos da Paixão”, que são enfeitados e abertos especialmente para a ocasião.

Figura 45 – Procissão de Santa Efigênia, São Sebastião e São Roque em 1930



Fonte: Fontana, Acervo do IFAC, 1930.

No entanto, a dinâmica da procissão vai além da religiosidade. Ela possui significados sociopolíticos, verdadeiras demonstrações de poder (SOUZA, 2013). Rituais como esse afirmavam hierarquias, especialmente numa cidade barroca, em que a sua paisagem contribui substancialmente para isso pela disposição das igrejas no alto. Além disso, no período colonial, não participar das procissões significava ser contrário às recomendações da Igreja e da Coroa, uma insubmissão a essas autoridades máximas.

Como demonstrações de poder, as procissões barrocas visavam deslumbrar a partir da ostentação do poder de quem as organizava; de quem demonstrava condições de colocar em ação um aparato tão complexo e dispendioso, para ser consumido de forma tão fugaz (SOUZA, 2013, p. 54).

As ruas se transformam na noite do sábado da Semana Santa com as cores das serragens utilizadas pelas pessoas para a confecção de tapetes devocionais. Essa tradição, que remonta ao século XVIII, retira o cinza do chão e o colore com símbolos, imagens, desenhos de grupos de crianças, jovens e adultos. É um movimento intenso

⁵⁸ Acreditamos que existiu uma Capela ou um Passo no Largo dos Contos onde é a edificação do Ministério Público, anterior a 1890. A informação ainda não pode ser confirmada.

de cobrir ao máximo todos os pedacinhos das ruas, fazer um bom desenho, utilizar diversas cores. Há disputas, inclusive, pela serragem. A tradição é realizada especialmente por moradores, mas os turistas também participam e se envolvem com as ações, interagem pessoas de todos os lugares. A serragem de madeira é tingida pela gestão municipal com elementos naturais para que não prejudiquem o calçamento do perímetro tombado.

Figura 46 – Tapetes de serragem da Semana Santa de 2023 no Largo dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (abr. 2023).

O movimento nessa noite é intenso, pessoas passam pelas calçadas para que não atrapalhem os tapetes, bebem vinho, cantam, tocam violão, conversam. O clima é festivo, mas bem diferente de outros eventos. É como se a cidade estivesse mais escura, mais introspectiva, mais barroca. Não há som mecânico. A sensação é de coletividade e posse da rua. Nas próximas figuras, é possível visualizar imagens do sábado da Semana Santa de 2023 na Ponte e no Largo dos Contos.

Figura 47 – Semana Santa de 2023 na Ponte dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (abr. 2023).

Figura 48 – Semana Santa de 2023 no Largo dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (abr. 2023).

A largura do espaço dificulta o preenchimento total com tapetes e, assim, a comunidade opta por enfeitar o que seria o caminho da procissão para que as pessoas passem sobre ele. Mas, em geral, o Largo não é onde fica a maior concentração de pessoas e, sim, a Rua São José e a Ponte dos Contos. Acreditamos que seja pela falta de restaurantes e bares abertos, pois os que funcionam ali permanecem fechados nesse horário. Além disso, a largura pode passar a ideia de dispersão. No Largo dos Contos, predominam o silêncio, conversas paralelas e o som dos passos. Em 2023, foi um dos primeiros espaços a serem concluídos os trabalhos artísticos.

Depois de confeccionados, os artistas que os produziram circulam para ver as outras criações pela madrugada, seguindo o caminho dos tapetes e da procissão. No dia seguinte, a procissão da manhã passa sobre eles, deixando apenas os rastros das cores e o cheiro da serragem de um domingo geralmente ensolarado e quieto.

Figura 49 – Procissão do Encontro na Semana Santa em 2022



Fonte: Fonseca (2022).

Vale ressaltar que a religiosidade no Largo é marcada, também, por outras celebrações em Ouro Preto. Durante a procissão de Corpus Christi, ocorrem três

benções, cada uma em um ponto determinado do trajeto. Um deles é a escadaria da edificação do Ministério Público. A última celebração ocorreu em 8 de junho de 2023.

Figura 50 – Benção de Corpus Christi na escadaria do Ministério Público



Fonte: Oliveira, 2023. fb@fernanda.diasoliveira.1

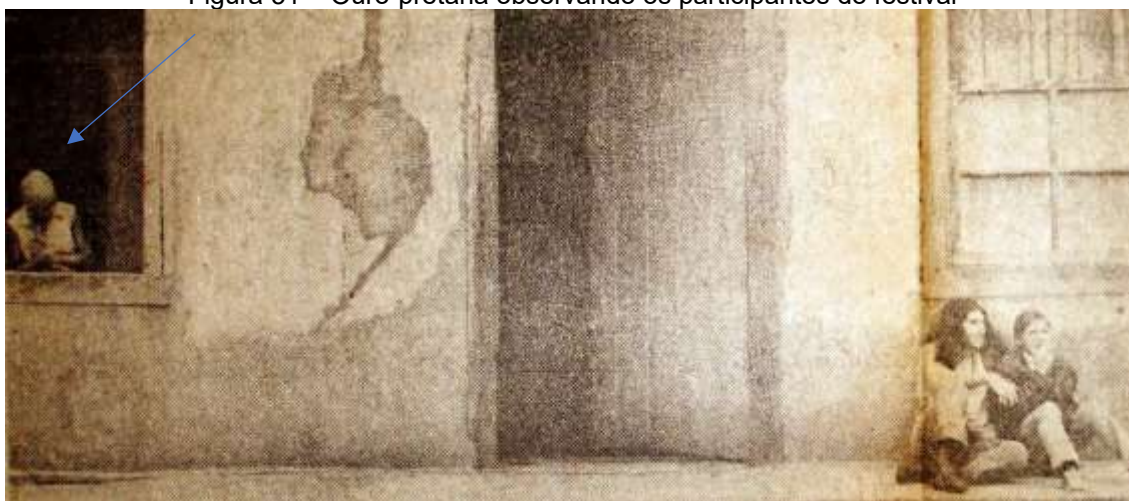
Festival de Inverno de Ouro Preto

Desde 1967, em todo mês de julho, é realizado o Festival de Inverno. Ele já foi conhecido como Festival de Inverno da UFMG, quando seus membros eram os organizadores. Há algumas décadas, passou a ser de responsabilidade da UFOP e conta com o apoio da Prefeitura. Sua história começou com a ideia de transformar a cidade em espaço da arte e da cultura para um público maior em um período conturbado de ditadura no Brasil.

Nesse contexto, segundo Pessoa e Dias (2016), havia, também, o objetivo de divulgar o município para o turismo através da cultura, tanto é que, no ano de sua primeira edição (1967), também foi criado o Departamento de Turismo de Ouro Preto. Com isso, a imagem da cidade que já vinha sendo construída em torno do seu patrimônio tombado foi reforçada incluindo, em seu pioneirismo, como de vanguarda artística e cultural.

No entanto, o evento foi motivo de conflitos entre a comunidade, os organizadores e os turistas. Havia críticas a respeito da superlotação da cidade, de abuso de alunos e professores, do uso da parte de trás das igrejas por “maconheiros”, de mulheres nuas nas ruas (PESSOA; DIAS, 2016). Cabe ressaltar que muitos cursos oferecidos pelo festival aconteciam em lugares como adros de igrejas, edificações como a Escola de Farmácia e a de Minas e outros, algo que não era comum e seria terminantemente proibido se a Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia ainda fosse válida.

Figura 51 – Ouro-pretana observando os participantes do festival



Fonte: Kaminski (2016, p. 138 *apud* O Globo, 3 ago. 1970. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/5697>. Acesso em: 12 maio 2023).

A mudança temporária na forma como as ruas eram apropriadas causou estranhamento em uma comunidade interiorana que expressou seu descontentamento através de um movimento de lideranças locais que tinha, como um de seus representantes, a Igreja Católica. Essas pessoas reclamavam, ainda, que a cidade virava palco para provocações, farras e bebedeiras. O movimento teve repercussão na mídia, a ponto de um programa de televisão aberta recomendar que os pais não deixassem seus filhos (estudantes) participarem.

Lembrando que se tratava de um contexto de repressão, de radicalização política e todo esse movimento contrário poderia ter ocasionado a censura ao evento. No entanto, o festival se apresentava justamente como um contraponto daquela situação, simbolizando e promovendo a ideia de liberdade, de experimentação (PESSOA; DIAS, 2016, p. 461-62).

No *link* disponível no QR *code* da Figura 52, é possível assistir a um vídeo do festival de 1976. Nele, observa-se o movimento na cidade e a percepção de um dos

participantes (não identificado) com relação à distribuição de atividades entre cidades vizinhas, provavelmente Mariana, e a sua visão sobre o turismo.

Figura 52 – Imagem e vídeo do Festival de Inverno 1976 em Ouro Preto



Fonte: Enquanto Isso em Ouro Preto (2023). Disponível em:

<https://www.facebook.com/reel/1995518360789595?fs=e&s=TleQ9V&mibextid=xO1PvT>. Acesso em: 12 maio 2023.

Essa disputa pelo espaço público persiste na cidade. Em geral, há uma certa repreensão aos turistas até os dias de hoje, não apenas no festival. A forma como a cidade se consolidou ao longo do tempo sempre foi marcada por disputas. Ao mesmo tempo, de acordo com Kaminski (2012), era representada pelo espírito da liberdade – por meio de figuras como Tiradentes (mártir da Inconfidência Mineira) e Aleijadinho – que representa a democracia racial pela sua importância no barroco mineiro enquanto artista negro⁵⁹. Durante os festivais, a paisagem se transformava e se transforma ainda hoje com atividades dinâmicas e interativas que aproximam as pessoas da cidade-monumento.

⁵⁹ Para saber mais sobre a história do Festival, seu contexto, fotografias e detalhes: KAMINSKI, Leon Frederico. **Por entre a neblina: o festival de inverno de Ouro Preto (1967-1979) e a experiência histórica dos anos setenta.** Dissertação [Mestrado] – Programa de Pós-graduação em história do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2012. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/5697>. Acesso em: 12 maio 2023.

Em frente ao Chafariz dos Contos, ocorreram diversas atividades e apresentações culturais, de dança, música e teatralidade, como podemos observar na Figura 53.

Figura 53 – Ação do Festival de inverno da UFMG em frente ao Chafariz dos Contos



Fonte: Lopes (s/d).

Outros encontros

Ouro Preto recebe inúmeros eventos, festivais e shows ao longo do ano. Alguns deles são itinerantes, como foi o caso do Festival Experience Estrada Real que aconteceu em agosto de 2022, no Largo dos Contos. O evento contou com três dias de programação, dia e noite, com barracas de restaurantes locais servindo seus pratos principais e bebidas. Havia cadeiras e mesas espalhadas em frente a um grande palco que foi montado em frente à escadaria do Ministério Público, impedindo a visão do Museu Casa dos Contos. Houve muita música. O trânsito no espaço ficou fechado, restringindo apenas para a subida à Rua Direita e descida via Rua das Flores, no entorno do Largo.

Figura 54 – Palco do Festival Experience no Largo dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Com o intuito de fortalecer o turismo e a cultura local, depois de dois anos de pandemia da Covid-19, o intuito do evento foi privilegiar espaços públicos, ou seja, sem cobrança de entrada. O movimento foi intenso, as pessoas dançavam nas ruas inclinadas. Como podemos observar nas Figuras 54, 55 e 56, o espaço pareceu ter reduzido. A inclinação da rua pode ser observada principalmente na Figura 54, pelo topo das barracas. Do lado do Chafariz, a rua é mais alta do que ao lado do cinema, o que nos lembra o corte que foi feito nessa área a fim de estruturar o que veio a ser o núcleo histórico de Ouro Preto.

Algumas pessoas optaram por colocar suas cadeiras na área plana, em frente ao Chafariz dos Contos; crianças se divertiram dentro da baia. Nesse dia, não jorrava água, o que é curioso considerando que, diante de um evento público, a disponibilização da água para a comunidade seria mais que justificada. Novamente, estamos diante de conflitos, do lucro em detrimento do comum.

Figura 55 – Largo dos Contos durante o Festival Experience



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Figura 56 – Festival e Turismo no Largo dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (ago. 2022).

Além do festival, aconteceu em dezembro de 2022, um Encontro de Bandas no Largo dos Contos. Esse tipo de evento é corriqueiro entre corporações musicais da região. Cada corporação toca uma música de seu repertório e depois tocam juntas alguma música em comum. Os encontros acontecem nas ruas, eles não apenas se

apresentam no espaço, como marcham pelas ruas tocando enquanto a comunidade os acompanha. Poderíamos associar o percurso às procissões, no entanto, não há a mesma organização, além disso, seus significados diferem bem como os ritmos das caminhadas.

Esse encontro ocorreu entre a Sociedade Musical Bom Jesus de Matosinhos, conhecida como Banda do Rosário, e a Sociedade Musical Bom Jesus das Flores, popularmente chamada de Banda do Alto da Cruz. Os nomes se referem aos bairros em que foram formadas e onde se situam a sede de cada banda, local em que ensaiam, guardam equipamentos, partituras e outros itens.

O movimento que as bandas produzem no espaço orienta o ritmo do público. Enquanto estão se apresentando (paradas, em formação), o público permanece ao redor. Ao marcharem pelas ruas, as pessoas as seguem no mesmo ritmo. É como se todos estivessem marcando os compassos igualmente, sem se darem conta.

Figura 57 – Encontro de corporações musicais no Largo dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (dez. 2022).

Figura 58 – Encontro de corporações musicais no Largo dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (dez. 2022).

Com essas descrições, buscamos retratar um pouco das nossas percepções sobre o espaço público livre e seus usos a partir das sensações que corpo e espaço estabelecem na paisagem urbana. Esses usos refletem a própria vida no sentido mais genuíno de vivência, pois é onde acontece a vida e se organizam as sociedades.

Na vida da cidade, o espaço público livre, o espaço público edificado e os espaços privados estão integrados. A estrutura que conhecemos hoje e que possibilita os usos coletivos e cotidianos é o resultado de vários tempos e de alterações que transformaram o Largo.

2.2 Alterações no espaço público

Alguns elementos de sua história merecem destaque para a compreensão da dinâmica e dos usos do CDC na atualidade: como a edificação do antigo Liceu Mineiro, hoje Cine Vila Rica; do antigo Banco Mercantil, hoje sede da Promotoria; e do Grande Hotel. Eles desempenham papel fundamental para a leitura da paisagem do Largo dos Contos e da cidade.

2.2.1 De Liceu de Artes e Ofícios a cinema

A edificação construída para abrigar o Liceu de Artes e Ofícios é onde funciona, atualmente, o Cine Vila Rica. A edificação apresenta elementos do ecletismo e art-decô, a platibanda original foi retirada posteriormente e substituída por telhado colonial. Entre 1897 e 1953, essa instituição de ensino funcionou no local. Inaugurada em 1897, ela marcou a paisagem no centro comercial da cidade (SILVA, 2009). Na Figura 59, observa-se, no círculo vermelho, os fundos da edificação na década de 1920.

Figura 59 – Vista parcial Ouro Preto



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (1920). Acesso em: 18 jul. 2020.

Podemos identificar, na Figura 59, a volumetria da edificação em relação às áreas verdes, a ausência de edificações dos dois lados e a inexistência do Grande Hotel de Ouro Preto. As demais ocupações datam, provavelmente, da década de 1950, considerando registros fotográficos do período. Na época de sua construção, momento marcado pela mudança da capital, a definição do estilo e da instalação da instituição educacional caracterizou a busca pela modernização. A localização demonstrava o interesse das elites em colocar a educação como um dos pilares da ex-capital. A arquitetura – cujas características inovadoras foram inspiradas em tendências do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte – distanciou-se do colonial predominante na cidade (SILVA, 2009, p. 111). Ouro Preto buscava integrar o

passado e o presente, e uma das formas de fazer isso foi utilizando tendências da arquitetura eclética das grandes cidades em novas construções como essa.

Na Figura 60, observamos a fachada de frente e lateral do antigo Liceu, ainda com a platibanda, em frente ao Chafariz dos Contos. O Largo, antes dessa edificação, tinha muitos espaços vazios e terrenos livres. A chegada da escola provavelmente alterou significativamente a dinâmica, com o movimento diário de estudantes e trabalhadores. “Dotado de professores de grande saber, foi um estabelecimento que logo se impôs, tendo passado por ele sucessivas gerações de Minas e de outros Estados” (CABRAL, 1969, p. 131).

Figura 60 – Foto da fachada do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto em 1898



Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1898. Acesso em: 20 jul. 2020.

A instituição não sobreviveu à retenção de recursos do governo no pós-guerra e teve a sua falência decretada após 57 anos de funcionamento, em 1953. O prédio – em condição de ruína – foi colocado à venda no mesmo ano. Organizaram, para isso, em data marcada, o recebimento de propostas para a sua aquisição, vencendo a concorrência, Vicente Ellena Trópia (SILVA, 2009, p. 134). Essa venda aconteceu na Casa dos Contos, onde funcionava, naquele período, os Correios.

Esse momento marcou uma fase de transformações do Largo e da edificação. O prédio viria a ser o cinema de Ouro Preto a partir de 1958, e muitas obras foram necessárias para atender a esse novo uso. A transformação do prédio consistia, principalmente, na instalação de 650 lugares e foi realizada após negociações com o

DPHAN. Tratava-se de uma edificação que sobressaía no conjunto urbano, sendo considerada pelo DPHAN, de acordo com a hierarquização estilística concebida pelos modernistas, como um exemplar de arquitetura de “feição bastarda”, nas palavras de Lúcio Costa (SORGINE, 2008, p. 14).

Lembrando que, naquela época, o Conjunto já era tombado e incluía essa edificação em seu perímetro. No entanto, não apenas a volumetria foi alterada, mas também a fachada, no sentido de resgatar o “colonial típico” na cidade – como mostra a Figura 61. Na segunda metade do século XX, além das modificações na própria edificação, observa-se o impacto das novas construções vizinhas.

Figura 61 – Cine Vila Rica



Fonte: Acervo pessoal (ago. 2020).

O acréscimo feito na estrutura original levou a um avanço significativo nos fundos da edificação em direção ao Horto, de notória visibilidade na paisagem, como se pode observar em destaque na Figura 62. Não é preciso recorrer a recursos de vista aérea para notá-lo, porque é visível e ressalta aos olhos de quem está nos fundos das edificações da Rua São José. Como a maioria é utilizada como restaurantes, bancos e comércio, grande parte da população e dos turistas tem acesso a essa vista.

Figura 62 – Volumetria do Cine Vila Rica



Fonte: GOOGLE EARTH. Acesso em: 20 jul. 2020.

Esse período de mudança na estrutura da edificação é controversamente uma fase importante nas políticas de preservação de Ouro Preto. Foi o momento em que havia um intenso debate político e diversas solicitações de tombamento de monumentos isolados, por exemplo o da própria Casa dos Contos, do Chafariz e da Ponte. Esses pedidos de tombamento de monumentos isolados se sobrepuseram à proteção do conjunto de 1938.

Podemos entender que havia a intenção de se multiplicar a proteção a esses monumentos e de dar visibilidade individual a cada um desses testemunhos do passado colonial. Falar em conjunto é considerar a ambiência, as relações no espaço urbano, a unidade que a paisagem produz. Na década de 1950, um dos valores que sobressaiu foi a manutenção do passado colonial através da arquitetura, mas com enfoque especialmente nas fachadas. Observa-se a importância desse valor naquela época, no trecho abaixo, do movimento “Salvemos Ouro Preto”, que destaca essas preocupações estéticas.

Após admitir o acréscimo como inevitável, a preocupação da DPHAN concentrou-se nos aspectos da fachada do imóvel. Nesse caso, a convivência entre moderno e antigo se deu pela exigência da retirada dos frontões e platibandas e despojamento dos detalhes ornamentais, estabelecendo, ainda, um ritmo para os vãos, de maneira que se assemelhasse mais à arquitetura do período colonial. Tratava-se de condição para que o acréscimo fosse permitido e, assim, pudesse abrigar o cinema (SORGINE, 2008, p. 15).

O Cine Vila Rica funcionou até 1987, sob a direção de Salvador Trópia. Entre 1988 e 2004, após aquisição pela Universidade Federal de Ouro Preto, passou a abrigar o

Centro de Cultura. Em 2004, voltou a ser cinema, o Cine Teatro Vila Rica⁶⁰. Em 2008, o Ministério Público Federal entrou com um recurso para que a UFOP restaurasse o prédio, retomando as características originais do período de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de 1938, com a justificativa de que as alterações ocorridas nos últimos cinquenta anos o haviam desfigurado. O Superior Tribunal de Justiça deu ganho de causa à Universidade, desincumbindo-a do restauro por não ter sido ela a responsável pela descaracterização, ou seja, tratava-se de novo proprietário, não cabendo a aplicação da pena⁶¹.

A discussão em torno de questões como essa é frequente no cotidiano da cidade. Ao envolver o espaço urbano e a sociedade, as diferentes percepções do espaço habitado e dos seus significados se conflitam, em especial, nas reformas das habitações. Os impactos na paisagem do Conjunto tombado são geralmente levados em consideração pela gestão pública para a tomada de decisão na análise de cada caso.

2.2.2 A edificação do Ministério Público de Minas Gerais

No começo do século XX, foi construída uma edificação no Largo dos Contos para abrigar uma instituição bancária. A construção original, com dois pavimentos, tem características do estilo eclético, art-decô e foi posicionada na lateral do Chafariz dos Contos. Para quem desce a Rua das Flores, em direção ao Largo, três edificações se destacam, a antiga Casa dos Contos, o Grande Hotel e essa. Ela situa-se ao pé da ladeira e era frequente o deslizamento de terra entre os séculos XVIII e XIX (PMOP, 2012, p. 10).

Em 1923, a filial do Banco Comércio e Indústria de Minas foi instalada no local, de acordo com o Jornal Tribuna de Ouro Preto (BN, 1948, s/p), que publicou uma nota comemorativa pelo aniversário de criação do banco.

Construído em 1889, de acordo com Barroso (*apud* MHN, 1944, p. 132), sofreu grandes transformações ao longo do século XX, como é possível observar na Figura

⁶⁰ Disponível em: <https://ufop.br/noticias/cine-teatro-vila-rica-comemora-50-anos-e-apresenta-programa-especial>. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁶¹ Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/115186/dono-de-predio-tombado-modificado-antes-da-aquisicao-esta-desobrigado-da-restauracao>. Acesso em: 20 jul. 2020.

63. Assim como ocorreu na edificação do Liceu, o Banco também foi modificado e passou a ter características do estilo colonial. Na Figura 62, observamos um registro do fotógrafo Luiz Fontana em Ouro Preto, datada de 1930-40. Provavelmente, a escadaria é a mesma ainda existente no século XXI. No entanto, havia um pequeno jardim entre a rua e a escadaria, o que diferenciava o seu acesso em relação às demais edificações do Largo.

Considerando o local ocupado pelo antigo Banco, o espaço de circulação na via era bem mais limitado daquele que observamos hoje. Para quem seguia em direção à Rua São José, o caminho se estreitava, e as muretas nas laterais do jardim provavelmente dificultavam a passagem de pedestres. Da mesma forma, a visibilidade do Chafariz ficava comprometida, dependendo do ângulo do qual era visto. Criou-se uma área de transição entre a via, e a edificação na qual a escada e os canteiros bem delimitados funcionavam como uma decoração do Banco que transbordava sobre a área de circulação de uso coletivo.

Figura 63 – Banco Comércio e Indústria MG em Ouro Preto



Fonte: Fontana, acervo do IFAC, 1930/1940.

Na década de 1940, no entanto, o jardim já havia sido retirado, como podemos observar na Figura 63, possivelmente para favorecer a dinâmica na rua. Ainda assim, a escadaria opera uma separação na via, porque invade parte dela. Essa quebra interfere no entorno do Chafariz e pode ter sido uma das causas de seu soterramento.

Esse período também marcou outras mudanças no Largo, como o calçamento com a implantação dos paralelepípedos, a altura da via e a reforma do Chafariz que voltou a ter o tanque que estava soterrado desde 1892. Isso pode significar que essas transformações tiveram relação com as intervenções no monumento. Além disso, provavelmente na década de 1960, a edificação sofreu alterações arquitetônicas na fachada e na lateral, como mostra o comparativo entre as imagens a seguir. Nas Figuras 64 e 65, notamos a ocupação do Largo pelas pessoas e automóveis. Na atualidade, há um movimento maior e um ritmo mais acelerado.

Figura 64 – Vista parcial do Largo dos Contos no séc. XIX



Fonte: Fontana, acervo do IFAC, s/d.

Figura 65 – Vista parcial do Largo dos Contos no séc. XXI



Fonte: Acervo pessoal (2015).

A data da alteração da fachada não pôde ser, ainda, confirmada, mas uma fotografia de Eugênio Cruz na Revista “O Cruzeiro” (1957) mostra a lateral do prédio ainda com as características originais. Além disso, é possível observar que já haviam ocupações nas laterais da edificação do Liceu, como destacamos nos dois retângulos vermelhos da Figura 66.

Figura 66 – Miss Minas Gerais no Grande Hotel com vista para o Largo dos Contos



Fonte: Revista O Cruzeiro, Coleção BN Digital, 1957.

Mais uma vez, alguns elementos arquitetônicos foram substituídos por outros de estilo colonial – na mesma lógica de resgate do passado que norteou muitas intervenções na cidade monumento. Atualmente, funciona ali uma unidade do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Figura 67 – Ministério Público no Largo dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2020).

As alterações realizadas nessas edificações nos permitem visualizar as marcas da passagem do tempo. O prédio parece ter papel significativo na atual demarcação do Largo dos Contos já que, antes dele, o Chafariz parecia ser o elemento delimitador.

2.2.3 O Grande Hotel de Ouro Preto

Um pouco mais recente que os demais, o Grande Hotel de Ouro Preto impacta diretamente na percepção visual e na paisagem. Na próxima imagem, um registro fotográfico a partir de um avião monomotor, datada do final dos anos 1940, feito pelos irmãos José Ramos Dias e Victorino Antônio Dias. Na Figura 68, é possível visualizar o Largo dos Contos e a ocupação do hotel.

Figura 68 – Vista aérea Largo dos Contos Ouro Preto em 1940



Fonte: Dias ([1940] 2020).

A construção do Grande Hotel de Ouro Preto, em 1940, foi e ainda é uma questão polêmica. O projeto é de autoria de Oscar Niemeyer, encarregado pelo arquiteto Lúcio Costa, e está situado entre a Rua das Flores e o Largo dos Contos. Trata-se do perímetro tombado da cidade monumento, e a sua construção vinha ao encontro das políticas de preservação e de incentivo à atividade turística.

O caso dessa construção também exemplifica as concepções e práticas do SPHAN no período em detrimento da paisagem. “Foi aprovado, sob muitos protestos, o projeto de construção de um hotel moderno de autoria de Oscar Niemeyer” (AGUIAR, 2016, p. 95).

O que se apresenta poderia ser considerado um paradoxo na escolha entre os dois estilos, já que “[...] também servia como justificativa o argumento de que Ouro Preto era uma cidade pronta, uma vez que não havia sofrido grandes modificações desde

seu tombamento e que, a partir desse momento, seu crescimento seria sempre controlado pelo IPHAN” (AGUIAR, 2016, p. 95). Se no começo das discussões, em 1939, a cidade já era tombada, essa construção demonstra a fragilidade das políticas de preservação ainda que todos os olhares estivessem voltados para a cidade monumento.

Também é paradoxal pensar que, nos anos 1940, tal resolução tenha sido tomada e, na década seguinte, duas outras edificações do mesmo Largo tenham sido descaracterizadas para se adequar ao conjunto em estilo colonial. Essa tensão revela o conflito entre diferentes leituras da relação do passado com o presente. Essas decisões foram construindo a história da cidade e demarcando os desafios de ser uma importante referência ao passado nacional (AGUIAR, 2016, p. 96).

Na Figura 69, observa-se o Largo dos Contos com foco para a edificação do Grande Hotel que se destaca pela sua extensa fachada, pela continuidade de sua cobertura e pela sua altimetria, que contrastam com o ritmo das aberturas das fachadas e o ondulado dos telhados dos sobrados no núcleo histórico.

Figura 69 – Vista aérea do Largo dos Contos



Fonte: Google Earth. Acesso em: 10 maio 2020.

Do restaurante do Grande Hotel, aberto ao público, é possível visualizar o telhado, a parte de trás, o pátio interno da Casa dos Contos, além de uma visão panorâmica da paisagem da cidade. Por se tratar de um espaço de consumo, não é acessível para a maior parte da população, já que o hotel estabelece uma relação de financeirização

para o uso do espaço e desfrute da vista da cidade, ou seja, produz um distanciamento entre moradores de classe baixa e turistas.

Figura 70 – Vista parcial a partir do restaurante do Grande Hotel



Fonte: Acervo pessoal (2019).

Na Figura 71, fotografia de Luiz Fontana de 1948, observa-se o impacto da edificação do hotel na paisagem. A sua volumetria interfere na visão do morro que vai do Museu Casa dos Contos ao Museu da Escola de Minas.

Figura 71 – Grande Hotel de Ouro Preto



Fonte: Fontana, acervo do IFAC, 1948.

O Grande Hotel de Ouro Preto, embora esteja oficialmente na Rua Senador Rocha Lagoa (Rua das Flores), é um elemento significativo para o Largo dos Contos. Ele compreende a edificação em si, a piscina, o estacionamento, as rampas de acesso e altera significativamente a leitura da paisagem.

Essa construção reflete um período de desenvolvimento econômico aliado ao relançamento da indústria mineral e à atividade turística na cidade-monumento. Valorização e preservação do patrimônio se tornam um movimento de grandes proporções no Brasil e na cidade.

3 PATRIMÔNIO E PAISAGEM

O Conjunto edificado dos Contos é representado pelos monumentos: Ponte, Chafariz e Casa dos Contos. No entanto, fazem parte do Largo dos Contos apenas o Chafariz e a Casa dos Contos. Ainda assim, compreendemos que a pesquisa relacionada à Ponte se faz necessária para este estudo, sobretudo por carregar o mesmo topônimo, Contos; e pela sua proximidade, por possibilitar o acesso a esses monumentos, pelas relações de uso e função que contribuem diretamente nas dinâmicas desse espaço público. De um lado da Casa, está o Chafariz; de outro, a Ponte, sem ela, não haveria acesso à Rua São José.

Outro elemento que merece destaque, embora não seja um monumento, é o Horto dos Contos, abordado aqui por fazer parte do mesmo período histórico da paisagem. Apresentamos, neste capítulo, as transformações ocorridas nesses bens entre os séculos XVIII e XXI e as características que ditam os ritmos na história do espaço.

3.1 A Ponte dos Contos – 1744

Segundo Michel Serres (2007), não que a ponte seja um símbolo, mas o símbolo é a ponte. Serres traz esse significado da ponte como um elo, como uma troca ou, como ele mesmo diz, como hospitalidade. É como um instrumento de troca, onde cada parte tem algo a oferecer para quem chega e para quem parte.

Ela é, ainda, um símbolo de comunicação. “As pontes não só podem voar, mas as sustentam também” (SERRES, 2007, s/p). Para o autor, o corpo é, também, uma ponte, situada entre espaço e tempo. Ele faz a ponte entre diferentes tempos. Ou seja, para Serres, ponte pode significar um objeto, um rico e poderoso objeto que é real, técnico e simbólico do funcionamento da própria vida.

Em Ouro Preto, as pontes ligaram os vales cortados por córregos em vários pontos da cidade. No século XVIII, a criação de pontes e chafarizes era atribuição das Câmaras para suprir necessidades de uso do espaço urbano e condições de vida nas antigas Vilas. Portanto, as pontes também foram equipamentos urbanos importantes que conectaram aglomerados urbanos de Vila Rica e transpuseram os córregos

(SILVA, 2009, p. 110). Nas antigas Câmaras, os responsáveis pela manutenção das pontes eram os mesmos por cuidar das estradas, denominados “oficiais de vintena”.

Esses juízes eram autoridades municipais nomeados para administrar paróquias com poucos moradores e respondiam ao governo paroquial. “Não se sabe ao certo se o juiz de vintena e seu ajudante, o escrivão de vintena, eram remunerados em Vila Rica. Tudo indica que, como em outros locais, recebiam de acordo com a redação e participação como testemunha na feitura de documentos locais” (REZENDE, 2015, p. 112). Nomeações como essa eram estratégias de controle muito utilizadas em Ouro Preto e contribuía para a economia da Câmara Municipal, pois evitavam o gasto com viagens (*Ibidem*, p. 113).

A formação da Vila se deu ao longo do percurso dos principais córregos da cidade, dentre eles, o Córrego do Tripuí. Ele teve essa denominação nos séculos XVII e XVIII, em seguida, passou a ser o Córrego do Ouro Preto. Já no final dos oitocentos (provavelmente) passou a ser o Córrego dos Contos e, no início do século XIX, tornou-se o Córrego do Xavier.

O Plano de Manejo da Estação Ecológica do Tripuí (1995, p. 12) traz apontamentos sobre a denominação de Córrego do Tripuí, que teria origem Tupi, significando “[...] água de fundo sujo, já que as suas águas rolam sobre o leito de pedras e areias negras”. No entanto, segundo Campos (2014), esse significado estaria relacionado à mineração de ouro no leito do córrego, que deixava a água barrenta, tendo sido o seu nome atribuído pelos paulistas e justificado pelas características linguísticas da época. “O episódio de retirada de granitos de cor de aço do Córrego do Tripuí, que na verdade correspondia a ouro de fino quilate, é o mais remoto da fundação da primitiva capital” (PLANO DE MANEJO E.E.T, 1995, p. 12).

De acordo com Pontes (1970), os indígenas escolhiam os nomes de coisas e lugares com muito cuidado. Muitas vezes, davam nomes com sons iguais em vários lugares e com significados diferentes. Além disso, o pesquisador aponta que, para denominar os lugares os indígenas, consideravam características como os “acidentes geográficos”, aspectos físicos dos vegetais, animais e objetos. Para isso, eles realizavam reuniões para consultas e conselhos sempre que precisavam dar nomes a rios e lagos. Em Minas Gerais, na região de Diamantina, os indígenas realizavam essas assembleias embaixo de grandes árvores, esses e outros lugares eram valiosos para eles.

Apesar do silenciamento da cultura indígena na região de Ouro Preto, encontramos permanências com nomes de lugares, como Itacolomi, em alusão à Serra com o pico de mesmo nome; Saramenha, correspondendo a um dos bairros da cidade; e, o próprio nome do Córrego que destacamos aqui, o Tripuí em referência a água veloz, ligeira, de sujo fundo. “Tripuí é um dos mais antigos lugares da geografia colonial mineira” e não está presente apenas no córrego, “[...] é também dado a uma serra entre os Municípios de Campestre e Santa Rita de Caldas” (PONTES, 1970, p. 279).

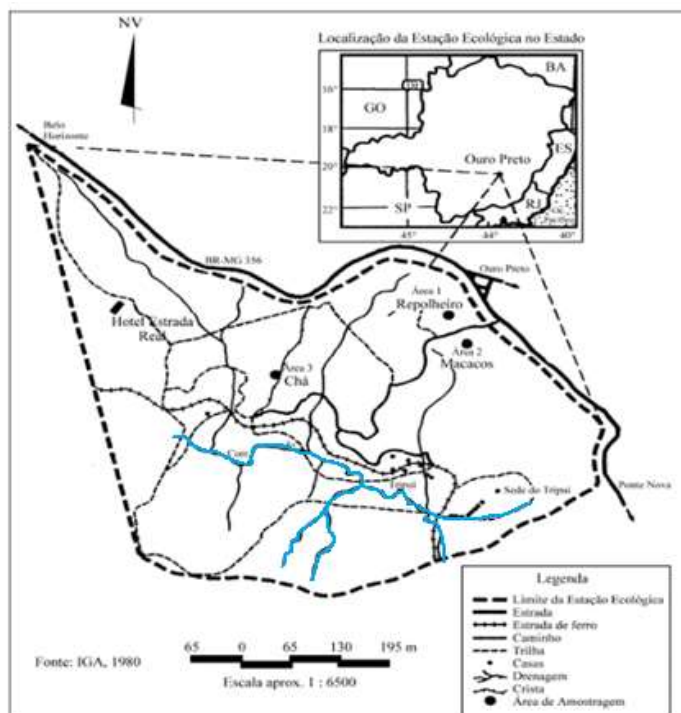
O Tripuí, ou Tripuhy, como descreve Diogo de Vasconcelos (1904, p. 89), também teve a sua importância na descoberta das Minas Gerais e do ouro. O primeiro contato que encontramos nos registros foi atribuído a um “mulato” da expedição paulista aos sertões anterior à descoberta oficial de Antônio Dias em 1698. “Este indo ao sertão com alguns paulistas a buscar índios, e chegando ao serro do Tripuhy, desceu abaixo para tomar água no ribeiro a que chamam agora do Ouro Preto” (*Ibidem*, p. 89). Assim, de acordo com Pontes (1970, p. 280), Tripuhy foi o primeiro nome correspondente ao território de Ouro Preto.

Segundo Vasconcelos (1904, p. 91), o Pico do Itacolomi era uma referência para o “Tripuhy”, e descreve:

Quanto ao local, era elle [sic] um valle [sic] enorme de serras fragosas, cobertas de florestas; um ribeiro claro e frio, a que chamaram tipui (tipi-i-i água de fundo sujo), por correr num leito de pedras e areias negras. As ribanceiras, as margens, e os próprios montes eram todos cravados de blocos de minério côm [sic] de aço. (VASCONCELOS, 1904, p. 91).

O Plano de Manejo E.E.T (1995) informa que o Córrego faz parte da Microbacia do Ribeirão do Funil, nasce próxima à Estação Ecológica do Tripuí e percorre toda a sua área até chegar próxima à Rua Padre Rolim, corta pelo Horto dos Contos, pela lateral do Museu Casa dos Contos, pela Estação ferroviária, sentido à cidade de Mariana (MG). Segundo Mendes (2012, p. 43), ele recebe afluentes no alto da bacia, como o Córrego Botafogo e o Marzagão; e, no baixo curso, efluentes domésticos até desaguar no Ribeirão do Carmo, em Mariana. Na Figura 72, observa-se a área delimitada da E.E.T em Ouro Preto, com tracejados largos; assinalado em azul, o curso do Córrego Tripuí atravessando a cidade até chegar à Mariana e efluentes.

Figura 72 – Estação Ecológica do Tripuí em Ouro Preto (MG)



Fonte: Adaptado pela autora, de Werneck *et al.* (2000, p. 99).

A qualidade das águas do córrego é frequentemente analisada. Em 1978, com exames baseados em características físicas, químicas e biológicas, foram encontrados *Streptococcus faecalis*⁶² próximo à nascente na E.E.T. Devido à distância de mais de 50,0m das casas no local os índices foram atribuídos, em maior parte, aos dejetos de animais. No entanto, o relatório não descartou o lançamento de esgotos domésticos. Em 1993, as análises buscaram caracterizar a qualidade das águas em período seco (julho e agosto de 1993). Foram encontrados indicadores de que o córrego estava recebendo “[...] águas de fraturas mais profundas, procedentes de quartzitos e filitos que caracterizam as cabeceiras de sua bacia de drenagem” (*Ibidem*, p. 17). Segundo o Plano de Manejo E.E.T (1995), foram feitas análises pela antiga Alcan com frequência. Elas levaram em consideração parâmetros como coliformes fecais, entre outros. Os resultados apontaram que as suas águas continham impurezas naturais (sedimentos, restos de vegetação e dejetos de animais), no entanto, a maior contaminação direta se deveria ao lançamento de esgoto sanitário das residências.

⁶² Bactéria encontrada no sistema digestivo de humanos e outros mamíferos. Facilmente encontrada no meio ambiente e pode causar uma série de ocorrências como infecções e meningite.

O vale e sua declividade formado pelo Córrego do Tripuí são parcialmente recobertos por mata mesófila⁶³. Com isso, mantêm uma umidade local que estabeleceu um microclima com elementos não mensurados. Comparada com outras regiões, as temperaturas são mais elevadas de dia e mais frias à noite. Essas características devem interferir na sensação fria que se tem no Largo dos Contos e nas ruas ao redor. “A planície do Córrego do Tripuí apresenta-se coberta por campos higrófilos⁶⁴, brejos permanentes e áreas sucessionais⁶⁵, alternadas com antigas áreas de fruticultura” (PLANO DE MANEJO E.E.T, 1995, p. 18). Essas características incidem da intrusão humana no córrego, representando perturbação e mudanças em suas condições gerais.

Essas intrusões se devem à chegada dos paulistas e dos portugueses marcando um novo tipo de relação humana com a natureza. Nas águas, essas relações resultaram em índices de contaminação, no mau cheiro e na impossibilidade de seu usufruto. “O mar oceano atravessado por brancos e negros consolida no outro mar, verde, uma prática espiritual particular que agrega povos e experiências diferenciadas, sempre marcada pela geografia da distância e da ausência” (SILVA, 2002, p. 129).

A importância da água na história da cidade marca também os seus diferentes usos que passaram de navegação e subsistência para demarcar caminhos e serem os guardiões do ouro. Assim, os seus valores se transformaram com o tempo de bem comum, sem preço à vida, para o dinheiro.

A ocupação do território mineiro concretiza-se neste momento, na aventura pelas terras do sertão, na saga contra a floresta, os animais, as doenças, as flechas do índio, razões para João Antônio Antonil comparar seus povoadores aos ‘filhos de Israel no deserto’ (SILVA, 2002, p. 127).

Montanhas e rios foram utilizadas como “mitos geográficos” possibilitando o encontro entre o Velho e o Novo Mundo. “Foram as extensas terras e seus acidentes, como o

⁶³ Florestas ou matas mesófilas são “[...] formações predominantemente arbóreas, silvestres, climáticas, decíduas e semi-decíduas, que ocorrem na faixa tropical” (PLANO DE MANEJO E.E.T, 1995, p. 20).

⁶⁴ Campos higrófilos são microrregiões contendo plantas higrófilas. As higrófilas são plantas que se adaptam a regiões úmidas ou pluviais e, portanto, podem viver debaixo d’água.

⁶⁵ Na ecologia vegetal, áreas sucessionais ou sucessões “[...] são processos ordenados de mudanças em uma comunidade vegetal que foi perturbada na sua florística, estrutura original e nos solos sobre os quais está estabelecida. Mudanças climáticas, geológicas e a intervenção humana são os principais fatores causadores desta perturbação” (PLANO DE MANEJO E.E.T, 1995, p. 21).

Itacolomi, que assumiram ares de personalidade, acordando distantes mitos de origem” (SILVA, 2002, p. 126).

Com a descoberta do ouro, a mineração no Vale do Tripuí começou em 1698, impulsionando o povoamento entre as Serras de Ouro Preto e do Itacolomi. Com o surgimento dos núcleos urbanos em torno da atividade econômica, tem-se uma sociedade eminentemente urbana, que cresce a partir das margens dos córregos. A cidade surgiu em meio ao verde, utilizando a natureza como matéria-prima (*Ibidem*, p. 131). As construções, que acompanhavam o curso dos córregos, venciam rios e ladeiras, e não por isso eram menos barrocas (BAETA, 2003, p. 52). “Daquela época em diante as bandeiras que se sucediam visavam o Tripuí”, afirma Cabral (1969, p. 21).

História da Ponte dos Contos

Na conexão entre um vale e outro, no caminho do Córrego do Tripuí, surgiu a Ponte de São José ou Ponte dos Contos. Considerada a primeira ponte de pedra de cantaria (SILVA, 2009) foi arrematada, em 1744, por Antônio Leite Esquerdo. No entanto, há documentos que confirmam a sua existência, antes dessa data, em madeira. Em 1734, Bernardo Álvares da Neiva encaminhou requerimento à Câmara solicitando parte das terras devolutas no Caminho Novo, “perto da ponte de são José” (APM, CMOP, Cx. 07, Doc. 15, 1734).

A obra de Antônio Leite Esquerdo teve dois fiadores: Agostinho Gonçalves Souto e Jeronymo Soares. O Registro das Condições estabelecia que “[...] o arrematante deveria seguir o risco e, após o término da obra, calçá-la de pedra grossa e dura” (PMOP, 2012, p. 5). A Ponte, com aproximadamente 20 metros de extensão e 5 metros de largura, é fundamental para ligar o Largo dos Contos à Rua São José. Foi construída, tal como ordenado pela Câmara, em pedra, revestida por argamassa, um belo e imponente arco sobre o leito do córrego composto por lajotas de quartzito sem revestimento. O guarda-corpo, os bancos laterais e o cruzeiro são de cantaria e estão nas margens da calçada, reforçados por peças e travas metálicas (*Ibidem*, p. 10).

Figura 73 - Ponte dos Contos de Ouro Preto



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Figura 74 - Lateral da Casa dos Contos com a Ponte dos Contos de Ouro Preto



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Vale ressaltar que antes das pontes de pedra existiram as pontes primitivas. Nas primeiras décadas do século XVIII, enquanto o território ia se estruturando, elas foram construídas em madeira. De acordo com DeLony (2011), as pontes de madeira foram economicamente importantes para todas as civilizações em todos os períodos históricos, inclusive no Oriente.

As pontes de madeira têm desempenhado um papel importante na história do desenvolvimento humano. As variedades arquitetônicas e os tipos estruturais – viga, arco, suspensão, treliça, pontão e coberto – eram numerosos. Em virtude da natureza de seu material, os exemplos existentes são escassos, assim como o registro histórico. (DELONY, 2011, s/p. Tradução nossa⁶⁶).

A partir de 1740, em Ouro Preto, as de madeira foram desfeitas e no mesmo local foram construídas novas pontes de pedras disponíveis na região. De acordo com Fonseca (2011, p. 522), as pontes de pedra, bem como as ruas, as calçadas e os chafarizes públicos eram considerados “signos de prosperidade e prestígio urbano”. Ou seja, a ponte também era um símbolo de prosperidade das vilas, equipamento urbano que sinalizava o progresso e a visibilidade dos poderes locais. Essa transformação possibilitou que ela se mantivesse, enquanto equipamento urbano, presente na vida da cidade até hoje, pela durabilidade do material.

⁶⁶ No original: “Wooden bridges have played a major role in the history of human development. The architectural varieties and structural types - girder, arch, suspension, truss, pontoon, and covered - were numerous. By virtue of the nature of their material, extant examples are scarce, as is the historic record.” (DELONY, 2011, s/p.)

A cruz, na Ponte dos Contos, reforça a relação com a Igreja. Em Ouro Preto, a religião se firmou também com a cultura barroca e suas marcas no espaço. “Em um contexto que ainda está constituindo os lugares do privado, a paisagem natural serve, por si, de contraponto para o que a cidade incita e oculta. É a natureza, sombreada pela cidade, que impele determinadas atitudes” (SILVA, 2002, p. 130).

Para além das construções de capelas e igrejas, suas marcas estão nos oratórios em algumas fachadas de casarões e nos cruzeiros. “Vida urbana e religião associam-se enraizadas em antigas estruturas sociais” (*Ibidem*, p. 132). Há quem diga que a função delas era impedir os suicídios. “Diz a antiga ‘sabedoria do povo’ que, as cruzes nas pontes evitam desastres; infelizmente, não somos dos mais fervorosos crentes de tão falada sabedoria popular” (CARVALHO, 1921, p. 159). Apesar de não ser crente dessa “sabedoria popular”, Carvalho cita o exemplo da Ponte do Xavier, a única que não tinha uma cruz. Nela teriam ocorrido diversos atos de suicídio até que foi instalada uma cruz e, a partir disso, não houveram mais ocorrências. A Ponte do Xavier era, segundo Bandeira (1975, p. 142), a que fazia a ligação entre Ouro Preto e Antônio Dias, transpondo o Córrego dos Contos.

Por conta da existência dessa ponte, o córrego também foi chamado de Córrego do Xavier no começo do século XIX. Atravessava dois vales e, entre eles, parte do Horto dos Contos, a vista devia ser espetacular. Inicialmente de madeira, foi substituída por construção em ferro, diferentemente das demais existentes na cidade que foram refeitas com pedra. A altura singular em relação a outras pontes da cidade pode ter favorecido a escolha do local para suicídio, o que justificaria a sabedoria popular. Além disso, os cruzeiros nas pontes eram lugar de encontro para festividades religiosas, como é o caso da festa de Santa Cruz, uma tradição na cidade até a atualidade. A Ponte do Xavier não existe mais e não foi possível localizar o paradeiro do ferro inglês que a constituía.

A relação dos moradores da vizinhança com a ponte é um elemento recorrente na documentação do século XVIII disponível. Há diversas menções à Ponte de São José como referência para a localização das terras, das obras, das ruas e varandas, ao invés do nome da rua. Além disso, encontramos algumas solicitações por obras na própria ponte e próximo a ela – por exemplo, no documento da Casa dos Contos de 21 de março de 1794, que se trata de um recibo que o pintor Feliciano Manoel da Costa enviou ao contratador João Rodrigues de Macedo referente ao pagamento da

pintura da Ponte de São José (APM, CC, Cx. 111 – 20.677, 1794). E, ainda, a folha de pagamentos das obras das varandas das casas da contadoria⁶⁷, localizadas na ponte e na Rua São José, do período de 15 de setembro a 31 de outubro de 1794 (APM, CC, Cx. 106 – 20571, 1794). Também a solicitação de Teodósio Bernardo da Fonseca da reforma da Ponte de São José, em que o mesmo alega que a ponte apresenta “danificação já de anos” (APM, CMOP, Cx. 68, Doc. 26, 1796), já que sua propriedade, de acordo com Veloso (2018), encontrava-se “[...] ao pé da calçada nova e do chafariz de São José”.

Diz Teodósio Bernardo da Fonseca [ilegível] amais de 12 añas a ponte [ilegível] Rua intitulada São Josê estava [ilegível]. [ilegível] a ponte pode ter tido dannificação já deannos e um grande [ilegível] que havia mais a baixo o qual já não existe [ilegível] ameaçando grande ruina[ilegível]. (APM, CMOP, Cx 68, Doc 26, 20/02/1796).

No século XVIII, o poeta Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) imortalizou as pontes da Vila Rica através de seu romance com Maria Doroteia⁶⁸. A Ponte do Antônio Dias é conhecida como Ponte de Marília em homenagem a essa história, que ocorreu nesse espaço. Mas, em seus escritos, há menção a outras pontes, como é o caso do poema abaixo. Provavelmente, a primeira seria a Ponte do Caquende, no Rosário; a segunda, a Ponte dos Contos e, finalmente, a Ponte do Antônio Dias, do poema a Marília de Dirceu:

Ergue o corpo, os ares rompe,/ Procura o porto da Estrella, / Sóbe a serra, e se cansares,/ Descansa n'um tronco della. / Toma de Minas a estrada,/ Na igreja nova que fica / Ao lado direito lado e segue / Sempre firma a Villa Rica./ Entra n'essa grande terra,/ Passa uma formosa ponte,/ Passa segunda e terceira / Tem um palacio defronte⁶⁹.

Provavelmente, essa imortalidade estaria ligada ao próprio personagem que era importante no contexto da cidade monumento, já que Gonzaga era português, jurista e participante da Inconfidência Mineira. Foi acusado de conspiração, preso e separado de Marília quando recluso fora do País, criando uma mitologia sobre Marília de Dirceu.

⁶⁷ As contadorias eram repartições vinculadas às Juntas da Real Fazenda e chefiadas por um contador que existiram nas capitanias entre o final do século XVIII até 1832, quando foram abolidas. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo_colonial/letrac/contadorias.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

⁶⁸ Nos poemas, Gonzaga era Dirceu e sua amada era Marília. Entraram para história como Marília e Dirceu ou Marília de Dirceu.

⁶⁹ GONZAGA, Tomaz Antonio. **Marília de Dirceu**. São Paulo: Ediouro (Prestígio), s/d. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=2012&co_midia=2. Acesso em: 4 ago. 2021.

O poema nos dá pistas dos caminhos da cidade no século XVIII. Naquele contexto, a pé ou sobre cavalos e mulas, uma das possibilidades de travessia do território era esse percurso e as pontes eram marcos importantes para orientação. Pode ter sido pela relação com as águas, já que ela é uma necessidade para pessoas e animais também em trânsito.

As pontes também são lembradas no século XIX, no Almanaque de Ouro Preto de 1890. Na “Parte Litteraria”, em que constam “contos, poesias e uma variada colleção de pensamentos, anedotas, etc”, destaca-se a seguinte anedota: “Atravessando uma ponte, um chuva [sic] perdeu o equilíbrio e cahiu [sic] no rio. A mulher exclama, tranquillamente [sic], enquanto [sic] ele se afogava: – Ora graças a Deus! que já o meu marido não morre sem nunca ter bebido agua!” (OZZORI, 1890, p. 206). É curioso notar as leituras que se fazem das pontes, seja através do romance, da anedota ou da religiosidade, permeando o imaginário da comunidade.

Ainda no século XIX, o “Jornal Minas Geraes”, de 1892, publicava autorização de 532\$600 em obras da Ponte dos Contos da capital (BN, 1892, s/p). Em 4 de maio de 1894, o mesmo jornal publicou comunicado da “Inspectoria de Hygiene” ao presidente da Câmara Municipal da capital (ainda Ouro Preto), para consertos urgentes e necessários ao encanamento que passa pela Ponte dos Contos (BN, 1894, s/p.). No final da década, em 1898, o “Jornal Minas Geraes” publicava nota sobre os “Festejos carnavalescos”, com promessas de “folguedos ruidosos” e ornamentação das principais ruas, dentre elas, a de São José, com as seguintes características: “Na da rua São José os enfeites constam de vistosa ala de coqueirinhos margeando os passeios e ligados entre si por extenso cordão de bandeirolas multicores, produzindo um effeito novo e inesperado” (BN, 1898, p. 6).

A iluminação pública a gás havia sido instalada no dia anterior à publicação, segundo essa mesma nota do jornal. Isso nos permite visualizar o impacto daquela inovação na cidade tanto para as festividades e socializações, como para a vida noturna da cidade. A inauguração “à noite” tinha como um dos principais pontos a Ponte e a Rua São José.

A instalação foi feita a capricho, tendo sido collocados um arco com cinco bicos de gaz, artisticamente dispostos, perto da ponte dos Contos, outro entre os estabelecimentos dos srs. Campos e Comp (café Centro Academico) e Ferreira Real & Comp. E outro no ponto em que a rua S. José desemboca no largo da Alegria (BN, 1898, p. 6).

Quanto aos festejos de Carnaval, o mesmo jornal descreveu a ornamentação naquela rua: “[...] levantou-se elegante coreto artisticamente construído sob a direção do engenheiro Polonio”, onde tocava a banda do 5º batalhão da Brigada contratada para a festa. E várias outras atrações foram anunciadas, inclusive a passagem do “Club dos Lacaiois” com o Zé Pereira e outros grupos carnavalescos, “carros allegoricos [sic] e algumas surpresas [sic] que estão a desafiar a curiosidade geral”.

Ao mesmo tempo, fica evidente a busca pela modernidade num anúncio paradoxal que pretende, por meio da memória de festividades do passado (de capital), mostrar-se cidade “adeantada”. Tal fato uniu duas regiões, os mais antigos arraiais (freguesias) que fundaram a cidade, o de Antônio Dias e o do Ouro Preto.

As duas freguezias [sic] da cidade, congraçadas, combinaram-se, pois para este anno [sic] proporcionarem a seus habitantes festas dignas de uma cidade adeantada [sic], e avivando a memoria de magníficos festejos, desse gênero, de que já foram testemunhas. (BN, 1898, p. 6).

Observa-se, no mesmo jornal, a vocação para o turismo nas festas de Carnaval, ao anunciar que “[...] tem chegado a esta cidade grande numero de pessoas residentes em Bello Horizonte, Marianna, Queluz e outras localidades vizinhas” (BN, 1898, p. 6).

No começo do século XX, houve uma intervenção significativa na Ponte dos Contos. A retirada do banco, do cruzeiro e das pedras oitocentistas que estavam no nível da rua deu lugar a um gradil, cuja justificativa era a segurança pública. Carvalho (1921), ao descrever as características da Ponte dos Contos, relata que:

Esse parapeito tinha de grossura tres [sic] palmos, com seus assentos na fórmula indicada pelo risco levando a significativa e indispensável Cruz no meio da ponte. Esta cruz foi retirada, já em nossos dias, quando assentaram as grades de ferro bem altas que lá se acham, não só para compor e ornar a rua, como para evitar accidentes [sic] (CARVALHO, 1921, p. 158).

Todavia, acredita-se que a intervenção tenha relações com o período de modernização da cidade, para além da segurança de que trata Carvalho. Como era um equipamento fundamental e destacável na dinâmica ouro-pretana, o impacto visual da utilização de material mais moderno reforçaria esses valores. A Inspeção de Monumentos Nacionais, segundo o inventário da PMOP (2012), relatou os impactos dessa alteração na paisagem e na percepção, que escondeu e mutilou a edificação do Museu Casa dos Contos e o Chafariz.

A administração Rocha Lagoa [1890-1891] tirou-lhe as peças de cantaria e passou a receber um gradil alto e esguio que, diziam os administradores, a segurança pública estava a reclamar sob a ameaça de um acidente a qualquer instante. Sem o mais leve protesto veio ele modificar profundamente a fisionomia da cidade na parte mais interessante no momento. Com ela a Casa do Contratador foi mutilada na sua perspectiva, o chafariz adiante escondia-se entre as grades seguintes sobre tudo isso a rua mudou-se num corredor sem luz, sem ventilação, trazendo consigo a vedação de um dos mais pitorescos aspectos da cidade – o fundo da Rua de São José; quem quisesse admirá-lo só “entre grades” (PMOP, 2012, p. 8).

A paisagem se transformou, como pode ser conferido na sequência de figuras. Os impactos se deram nos mais diversos ângulos da cidade. O lugar passou a ser apenas uma passagem, sem possibilidade de vivência, pausas e encontros.

Figura 75 – Ponte dos Contos com gradil



Fonte: FONTANA, Acervo do IFAC, s/d.

Figura 76 – Ponte dos Contos vista do antigo horto botânico



Fonte: Fontana, Acervo do IFAC, s/d.

A intervenção não durou muito tempo. Na década de 1930, no movimento de valorização do passado, essa foi uma das primeiras ações da Inspetoria de Monumentos Nacionais. A reconstituição foi realizada, trazendo-lhe a “forma primitiva”, com material da Serra dos Vasconcelos e espessuras originais. Rodrigues (1945), ao descrever a edificação da Casa dos Contos e desenhar o seu entorno naquele contexto, escreveu: “A ponte que se vê no primeiro plano foi restaurada com muito acerto, tendo sido retiradas as pesadas grades de ferro que tolhiam a vista, levantando-se o cruzeiro tradicional” (RODRIGUES, 1945, p. 34).

A reconstituição da ponte tal como era antes é uma busca provavelmente pioneira atribuída a uma instituição de preservação do patrimônio na cidade. Nesse contexto, a sua reconstrução refletiu, também, o desenvolvimento das políticas nacionais que se empenhavam na caracterização colonial.

Na década seguinte, em 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a geração do valor universal excepcional do patrimônio foi responsável por diversas ações como essa em todo o cenário ocidental. Com base nesses valores, destacamos a Ponte Velha denominada Stari Most da Cidade Velha de Mostar na Bósnia e Herzegovina desenvolvida nos séculos XV e XVI. A cidade de Mostar situava-se em um vale profundo do Rio Neretva, fronteira otomana, caracterizada por casas turcas. Por conta de conflitos nos anos 1990, a cidade e a ponte velhas foram praticamente destruídas.

No entanto, foram reconstruídas com incentivo da UNESCO por serem um exemplar de assentamento urbano multicultural e inscrita na Lista do Patrimônio Mundial em 2005. A sua autenticidade foi atribuída pela aplicação de teorias contemporâneas, pesquisa e reutilização de elementos originais encontrados no local. “A reconstrução manteve-se fiel à ideia e princípios da estrutura original, com respeito pelas diferentes camadas históricas e obras de restauração anteriores⁷⁰” (UNESCO, 2005, s/p. Tradução nossa).

No caso da Ponte dos Contos em Ouro Preto, porém, a Inspetoria relata as dificuldades em refazer a ponte e os inconvenientes durante o processo. Havia a preocupação com a ambiência diante de uma nova cidade, com o crescente número

⁷⁰ No original: “Reconstruction remained faithful to the idea and principles of the original structure, with respect for different historical layers and previous restoration Works” (UNESCO, 2005, s/p.)

de automóveis, já que a unidade era um “escoadouro acessível e fácil”. Além disso, é descrita a falta de adesão da cidade em restabelecer o calçamento original chamado “pé de moleque”.

Para isso os “cachorros” receberam uma laje de concreto com uma viga engastada no meio-fio, compensava assim o reviramento que a tonelagem de cantaria ia talvez provocar e o passeio passou a se alargar de 0,75m em média, restabeleceu-se a ventilação e reapareceu o aspecto pitoresco do fundo da rua, isso para o lado de poente; para as bandas do nascente a restauração foi absoluta, veio o “assento” para o “meio da ponte”, a cruz no centro dominando a construção. Nada mais se pode fazer, o calçamento que seria uma peça merecedora de ser restabelecida a cidade o impugnava (PMOP, 2012, p. 8).

Interessante notar que os valores da época nortearam as ações da Inspetoria quando ainda não havia a consolidação das políticas de patrimônio e nem mesmo o SPHAN ou a UNESCO. Destacaram, assim, a preocupação com a paisagem, mas consideraram as novas dinâmicas de um lugar que já não se situava mais no século XVIII. Essa relação com o Largo fica evidente, quando o inventário cita que “Completando o conjunto de peças tão irmãs a casa dos Contos, o chafariz, a Ponte restaurada integrou-os na cidade” (PMOP, 2012, p. 8), como mostra a foto abaixo, de Fontana.

Figura 77 – Ponte dos Contos após intervenção da Inspetoria de Monumentos Nacionais



Fonte: Fontana, Acervo do IFAC, s/d.

Em 1950, a ponte foi tombada como monumento isolado. Em documento encaminhado ao diretor da Divisão de Estudos e Tombamento, o chefe de Seção de Arte, Edgard Jacintho da Silva, destaca a preocupação com a preservação da arte e da história do País: “Tendo em mira a conveniência de atualizar o serviço de

tombamento dos principais valores do acervo de arte e história do país, venho propor- vos a inscrição dos seguintes bens nos Livros do Tombo desta Diretoria” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1935, p. 1). A inscrição nº 376 foi realizada no Livro do Tombo de Belas Artes, nº do processo 0430-T, considerando-a um elemento de arquitetura civil localizado em Ouro Preto e notificada ao prefeito municipal em 6 de junho de 1950 pelo próprio diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Figura 78 - Músico na Ponte dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2019).

Figura 79 - Vista da Ponte da janela de uma loja de artesanato em 1967



Fonte: Página Memórias de Ouro Preto. Fotografia de Esko Murto, 1967.

A Ponte dos Contos, como é conhecida em Ouro Preto, é um lugar com muitos significados na cidade e no Largo dos Contos. Mesmo com a rotina acelerada, ela mantém a sua função social. A presença de artistas é constante, exposição de retratos e pinturas, apresentações de músicos, venda de artigos artesanais variados, sem falar nas pessoas que utilizam o banco como breve refúgio em meio à agitação da rua, seja para olhar o celular ou para espera.

Interessante notar que a presença do banco se torna, para alguns, um escape do cotidiano, enquanto para outros é um excelente ponto de convívio. Independentemente da situação, a ponte ainda preserva em sua estrutura, as diversas possibilidades de vivência e resiste ao tempo com significados que vão muito além de mero equipamento urbano.

3.2 O Chafariz dos Contos – 1760

O Chafariz dos Contos ou de São José situa-se no Largo dos Contos em Ouro Preto, ao lado da edificação onde funciona o Ministério Público, de frente para o Cine Vila Rica. Manuel Bandeira o descreveu, em 1938, como “o mais belo da cidade” (BANDEIRA, 1975, p. 138). Os nomes atribuídos a ele estão vinculados à sua localização. Como descreveu Gustavo Barroso, na década de 1920, “ao pé da Ponte de São José” (BARROSO, 1944, p. 47).

Figura 80 – Chafariz dos Contos de frente



Fonte: Acervo pessoal (2023).

De autoria não identificada, a obra do Chafariz dos Contos foi arrematada⁷¹, em 1745, por João Domingues da Veiga. No documento de 30 de julho de 1746, referente à compra do chafariz e sua respectiva arrematação, observamos a orientação para desaterrar o local para a construção. Há, também, uma menção ao desenho e à planta que estavam autorizados pelo Senado da Câmara, mas que não foi localizado até o momento nas pesquisas. No entanto, há indicação para que a obra seja de cantaria e alvenaria e, no meio do paredão, uma fonte, um tanque de cantaria, um sumidouro, uma carranca de bronze, uma pia de pedra de itacolomi de bronze com um côncavo no meio (APM, CMOP, Cx 19 Doc 15, 1744).

Acreditamos que o bronze citado diversas vezes seja uma referência aos ligamentos da pedra de itacolomi, pois de acordo com COSTA (2010, p. 34), “[...] nesse período, para a fixação e junção das placas ou blocos de material pétreo, em vez de argamassas foram utilizados os chamados ‘gatos’ de ferro ou de bronze, ainda conhecidos como ‘grampos’ ou ‘tarugos’, sempre bem chumbados”. Nesse documento, há a menção a uma “fonte velha”, sem mais detalhes, que pode ser uma referência ao local onde o Chafariz de São José esteve anteriormente. Ainda é abordada a preocupação com a limpeza do chafariz que seria construído e a segurança da calçada de pedra. Além disso, informa de águas que vêm por trás dos quintais (APM, CMOP, Cx 19 Doc 15, 1744, p. 3-4).

O Rematante sera obrigado a fazer adita obra pelo deSe nho e planta que se acha a Signado poreste Senado, e a dita obra ade ser de Cantaria e alVenaria levará dois paredóis que a sua grosura he oque mostra no deSenho, e a Sim como tambem e a al tura dos ditos paredóis e o Seu comprimento o ditos Setenta palmos que he o de frente e no meyo do dito paredão ade [Lezer] adita Fonte ficando igual comprimento do lado eo outro paredão ele a de ficar cadeando com as cazas de Manoel Roiz; que ade fazer os quadria o qual ade ter a mesma grosura e altura do da Frente e nele levará [huns] a Sentos de Cantaria eno fim do dito paredão levará um tanque de cantaria de treze palmos de- comprido e de alto tres ede largo tres e a grosura da pedra do dito tanque terá hum palmo e terá seu sumidouro o qual Se [hira] ajuntar com o da Frente porbaxo do chão de forma tal que hira de [acahir] no [barraco] de frente para o Seu tempo se fazer huma fonte de Lavar, e o dito tanque aCima levara huma Rua com sua CaRanca de bronze na altura que baste ao comprimento do dito paredão ade ser desde domde a panhar a altura da terra donde seachava a Fonte velha até [comfimar] com ode frente, e por sima levará huma [floira] de pedra de cantaria para reparo dos ditos paredões Levará huma pia depedra de Tacollomi de bronze com as suas [reparticõins] para se encaminharem as agoas para as bicas que mos-tra o desenho as quais serão de bronze; eadita pia terá emquadra seis palmos [adegroço],

⁷¹ A arrematação é prática comum desde o Absolutismo. As regras eram estabeleciam para os contratos firmados entre a Coroa (ou seus representantes) e as pessoas comuns, como os prestadores de serviços.

Levará hum concavo no meyo alem do principal que baste para se reterem as [corroído] e ficar em forma tal que quando se quizer limpar se posa fazer sem [corroído] [...] (APM, CMOP, Cx. 19, Doc 15, 1744, p. 2-3).

O Chafariz possui uma inscrição com data de 1760, em referência provável ao ano de conclusão da obra. Em 1710, segundo Carles (2016), o primeiro sistema de abastecimento foi instalado e, entre 1740 e 1760, as fontes monumentais foram erigidas. Os chafarizes se destacam por sua quantidade assim como Ouro Preto que é considerado um dos mais importantes centros da gestão de recursos hídricos da América colonizada pelos portugueses.

A abundância de água foi uma das razões para a ocupação do território, mas, ainda assim, ocasionou diversos conflitos pela sua posse em razão da alta exigência da extração minerária. Em 1720, segundo Fonseca (2004), a demanda gerou um sistema de permissão de uso e legislação própria para a gestão da água, com uso prioritário pela mineração. A Câmara era responsável por regular o recurso hídrico e, para isso, contava com os Livros de Posturas. Vale ressaltar que as Câmaras Municipais coloniais da região das minas no Brasil eram a forma institucional que representava os poderes lusitanos, por isso, entre suas funções, estava o abastecimento de água e outras essenciais ao cotidiano das Vilas (REZENDE, 2015, p. 31).

Para o uso particular, a água era disponibilizada por “penas de água”. A distribuição privada cresceu gradativa e paralelamente à distribuição pública, pois se trata de uma região com muitas nascentes. Muitas delas estavam presentes nos quintais das casas, e várias residências tinham fundos para os córregos. Com isso, há registros também de fontes particulares construídas nesse período, além da utilização dos córregos como despejo para a água usada e demais conteúdos hoje compreendidos como esgoto domiciliar.

Silva (2009) explica que, no período entre 1734 e 1760, nos valores empregados em obras para aumento e conservação do mobiliário urbano público destacavam-se os chafarizes (14,1%), as pontes (21,1%) e os calçamentos (31,1%). Esses investimentos se deram mesmo com todas as oscilações no volume de recursos aplicados em obras públicas e as constantes reclamações que evidenciam as dificuldades da Câmara em investimentos para tal finalidade (SILVA, 2009, p. 108-109). Isso reforçava a institucionalização do poder lusitano no território da antiga Vila Rica.

Para Vasconcellos (1977, p. 69), a implantação das casas dialogava com a topografia e se refere a questões de higiene e salubridade:

Compensando as dificuldades que a topografia de Vila Rica determina, devem ser lembradas, porém, as vantagens de ordem higiênica que proporciona, possibilitando o fácil e rápido escoamento das águas, quer pluviais, quer de serventia, pelos terrenos inclinados e ruas que, em 1817, Spix e Martius já encontram, em sua maioria, calçadas. (VASCONCELLOS, 1977, p. 69)

No entanto, com relação ao olfato, o registro do cheiro ruim é frequente na literatura de viajantes. Na década de 1780, a edificação do Museu Casa dos Contos foi pioneira em equipamentos de higiene com a implantação de um espaço destinado às atividades de higiene, com instalações sanitárias, como aponta Fonseca (2004).

Figura 81 – Instalações sanitárias no segundo pavimento do Museu Casa dos Contos



Fonte: Costa (2021).

A água do Chafariz dos Contos brota no manancial do Morro do Xavier e atravessa a Rua das Flores. Porém, no século XIX, também atendia a algumas casas da Rua Direita.

Isso, porém, com grande irregularidade, não só porque os cavalos, com as ferraduras, amassavam e cortavam os canos, que eram de chumbo, como também porque era comum pessoa de uma casa ir à caixa de distribuição e entupir ou amassar a saída de canos pertencentes ao Chafariz ou a outras casas, para beneficiar a sua. As rixas por êsse motivo eram frequentes (CABRAL, 1969, p. 98).

Atualmente, o que se vê no Chafariz dos Contos consiste em uma grande parede decorada com elementos em pedra. No meio dessa parede, uma grande concha com duas criaturas que lembram peixes despejando as águas sobre a baía, a ornamentação ao redor da concha com tímidas volutas, duas pilastras nas

extremidades, detalhes do frontispício superior e cinco pinhas em três tamanhos diferentes. Essas características não condizem com as referências à sua primeira estrutura, como aponta o histórico do Inventário da Prefeitura de Ouro Preto (2012). A ornamentação anterior a 1745, segundo a PMOP (2012), continha figuras de atlantes que sustentavam as bases da concha por onde as águas jorravam. Em documento datado de 1786, é mencionada a mudança do Chafariz do “Largo da Ponte de Sam José” para a entrada da “rua nova das Flores” (MES_DPHAN, s/n, 1953 [1786]).

Accordarao afinar aprovizan que mandarao passar a Jose Honorio de Valladares e Aboin porbemdaqual| Ihe concedido facultadepara poder utilizarse da agoa doxa fariz do Largo da Ponte de SamJose que se havia demudar para aentrada darua novadas Flores que prefentemente se estava alargando ereformando depois de cair aopublico, eseguir dataça parao tanque aquefobrafce dascavalgaduras: tudo naforma expacfeada namesmaProviszan (MES_DPHAN, s/n, 1953 [1786]).

Em documento de 4 de junho de 1744, há o pedido de pagamento pelas obras da Lagoa do Chafariz da Ponte de São José, de autoria de Gonçalo Antônio de Oliveira e Antônio Moreira Duarte. É uma referência ao Chafariz de São José antes mesmo de sua arrematação (APM_CMOP, Cx 15 Doc 16, 1744). No trecho transcrito abaixo, observamos que a despesa com as obras era “necessária ao bem comum” e “requerida pelo povo” pois faltava água nos chafarizes e os “moradores não tinham donde se remediarem de água tanto para beber como para comer”.

Dizem GonSallo Antonio de oliveira e Antonio Moreira Duarte que por aSuplica junta eRol e [?] Ihe mandar oalmotaçe Recorrao [ao mesmo para] que por Sua hordem fizeraõ nafatura da ago[a] doxafaris da ponte deSão Joze emque por oRol junto Semostra adespeza de Sete oi tavas deouro [o] s coais esperaõ. vossas mercês se dignem mandar que o [ti] Zoureiro Ihos pago por Ser des peza feita e nesecaria aobem cumum Como da Supli cajunta consta do almotaçe que aobrigou afazer por coanto [...] Requerido pelo [povo] oque os AlmotaSes atuais MandaSem meter adita agoa por estarem os xafarizes SeCos [cos] moradores não terem don de Se Remediarem deagoa tanto para beber Como para omais que dita CareSem e[Comes] tes Requerimentos forão Servidos os almon taSes Servidos mandar meter adita agoa dos [xafarizes] [e] por viquas nas que tinhaõ podres emepareSe Ser justo Mandar Se pagar oque Consta doRol junto eSuplica dapetiçam eSem embargo que vossa mercê mandarár oque forem Servidos Villa Rica 21 de Maio de 1744 [...]” (APM_CMOP, Cx 15 Doc 16, 1744, p. 3-4).

A necessidade de acesso à água garantiu a construção e a utilidade dos chafarizes. Em seu uso público, eram frequentes, em especial, as mulheres, os pobres e os escravizados que serviam às casas. A rotatividade dos corpos era grande, e a comunicação estabelecida ali permeava a rotina das famílias de um modo geral, pelo

fluxo de notícias nas vozes que ecoavam por lá. Em Henrique Cabral, lemos: “Reunidos junto aos chafarizes, à espera de sua vez para apanhar água, punham-se a palestrar sôbre [sic] a vida da casa a que pertenciam. Quase sempre se referiam aos senhores ou patrões com palavras de mais baixo calão” (CABRAL, 1969 [1946], p. 100).

Desde cedo, antes mesmo do dia clarear, já um grande bando de mulheres, rapazes e meninotes se dirigia a esses logradouros públicos com ancarotes ou trinas. Os ancarotes eram pequenos barris vindos de Portugal com vinho branco especial. Comportavam 25 litros. As tinhas eram feitas de décimos partidos ao meio, de preferência dos que eram importados com cana do Reino ou vinho branco (CABRAL, 1969, p. 100).

Em 1867, Burton faz referência frequente à localização dos chafarizes nas cidades brasileiras, geralmente vinculados às matrizes e praças. O autor menciona um comentário que teria ouvido no chafariz sobre a “emancipação”, a abolição da escravidão, e afirma que a excitação da “população servil” estaria incitando atos de violência: “Os ingleses vêm nos libertar em breve’, ouvi negros dizerem conversando no chafariz” (BURTON, 2001, p. 487).

Segundo Cabral (1969), aqueles que queriam água em seu domicílio ou nova fonte em sua rua deveriam solicitar ao Senado. Quando a concessão era para uso particular, o Senado disponibilizava as sobras das águas dos chafarizes e cobrava um valor de “compra de água”. Nos documentos da Câmara Municipal de Ouro Preto sob a custódia do Arquivo Público Mineiro, é possível acompanhar as demandas de água pela população, como a solicitação do capitão Pedro José da Silva (APM_CMOP, CX. 86, DOC 35) para usufruir do recurso que vai para a fonte pública, de modo a atender às suas duas casas no Largo da Igreja do Ouro Preto. De acordo com o capitão, a água era tanta que chegava a arrebentar os chafarizes públicos.

Uma solicitação coletiva dos moradores do bairro do Rosário de 1745 (APM_CMOP, CX 16, DOC 44, 27/04/1745) também pede a concessão da água para que eles façam a construção de uma fonte atrás do quintal da Igreja do Rosário a fim de resolver o problema de falta de água na região. Além disso, em 9 de julho de 1766, Luís Diogo Lobo da Silva (APM_CC, CX 96 – 20.394, 1766) enviou uma carta à Câmara solicitando o conserto do chafariz de São José para o abastecimento da Casa de Fundação, que, naquele período, funcionava no antigo Palácio dos Governadores.

Há, também, outros documentos que mostram parte do processo de construção, entre a arrematação e a finalização da obra, tais como: o pedido de pagamento das obras

dos chafarizes do Padre Faria e no caminho da ponte de São José com a requisição de informações sobre a utilização do dinheiro para obras nos tanques dos mesmos, de autoria de João Domingues Veiga, em 8 de julho de 1744 (APM/CMOP, 1744); a solicitação de quitação da segunda parcela das obras da fonte e do chafariz para que pudesse dar continuidade às obras, por João Domingues Veiga, em 16 de janeiro de 1745 (APM/CMOP, 1745); o pagamento das vistorias realizadas na ponte e no chafariz construído em São José, por José dos Reis, em 28 de abril de 1745 (APM/CMOP, 1745); a solicitação do pagamento dos cunhões do chafariz localizado no caminho que vai para a Ponte de São José, pelo próprio João Domingues Veiga, em 20 de março de 1746 (APM/CMOP, 1746); a requisição de pagamento pela conclusão da obra de condução da água para o chafariz localizado próximo à Ponte de São José feita por Manuel Antônio de Carvalho, em 1756 (APM/CMOP, 1756).

As reivindicações da população conflitavam com as demandas dos mineradores. A água, transformada em mercadoria, por seu valor de “compra de água” estipulado pelo Senado, já refletia a intenção de domínio sobre esse bem comum. Em documento datado de 19 de fevereiro de 1746, moradores do arraial do Ouro Podre solicitaram a intervenção da Câmara, pois mineradores se apropriaram do entorno de uma fonte atrapalhando os negros escravizados em sua função de pegar água: “[...] tem este atrancado o caminho da dita fonte empedindo os escravos [...] e não só empedindo como também terem um cachorro atravessado [...]” (APM, CMOP, Cx 18 Doc 20, 1746). Um dos mineradores era Manoel Francisco Lisboa, e não só atrapalharam os posseiros que há mais de 36 anos se utilizavam daquela fonte, como também colocaram um cachorro que estava mordendo os negros escravizados que se aproximavam (FONSECA; PRADO FILHO, 2004, p. 59).

François Beguin (1991) produziu interessante estudo sobre o caráter político da distribuição de água da Inglaterra oitocentista. O autor discorre sobre o investimento da administração pública nos sistemas de fornecimento de água e de tratamento de esgoto na Inglaterra, que denominava de maquinaria urbana e tinha como intuito a reforma da economia doméstica, num processo mais amplo de controle político. Para ele, os efeitos dessa reforma impactaram as questões de higiene e salubridade e o cotidiano do ambiente particular, ou seja, interferiram na habitabilidade e na socialização.

Essa reforma sensível dos hábitos domésticos e extradomésticos se dava com o aumento das satisfações pessoais a partir do conforto, garantindo, ao mesmo tempo,

a promoção do bem-estar e o controle de sua produção e de seus efeitos na sociedade. Segundo Beguin, “o conforto é portanto um processo de invasão ao qual não se pode resistir” (BEGUIN, 1991, p. 48). Pode-se dizer que o conforto foi um mecanismo de duplo controle, tanto econômico, como político, ou seja, aproximava os pobres das questões relacionadas à qualidade de vida e defesa da propriedade, mas favorecia um processo de “domesticação”⁷². Além disso, havia um entendimento do Estado de que existia um custo social e econômico em torno da insalubridade que fez surgir a necessidade de controlar a saúde, prevenir.

Pela inscrição em latim no Chafariz dos Contos se observa essa relação política: “*Is quae potatum, cole, gens pleno ore Senatium securi ut sitis nam facit ille sites*”, que pode ser traduzido por: Gente que vem beber, louva de boca cheia ao Senado, porque tem sede e ele faz cessar a sede (PMOP, 2012), inscrições que já não são mais visíveis em sua totalidade. Nas palavras de Burton, de 1867: “A água é melhor que o latim” (BURTON, 2001, p. 430).

A instalação do Chafariz no contexto da Vila Rica simbolizou o primeiro momento do domínio da água pelo Senado e, conseqüentemente, pela metrópole, já que eles determinavam as instalações de fontes públicas, de uso de água pelos mineradores e aprovação de uso residencial. A frase inscrita no Chafariz demonstra como cabia ao Estado Português e ao Senado o controle de um bem essencial a vida urbana, ou seja, que ele dispõe da vida de seus súditos.

Na Figura 82, destacamos a metade superior do chafariz na atualidade, em que a inscrição em latim mencionada, no retângulo amarelo. Além disso, é possível visualizar detalhes em pedra de itacolomi, vegetação e pombos nos ornamentos. Nas pedras, observa-se diferença de tom que parece ir além das características da pedra, por exemplo logo abaixo das pinhas, em tons acinzentados na pilastra, que podem sinalizar uma alteração ou intervenção mais recente que as demais.

⁷² Beguin (1991) utiliza o termo “domesticação” para se referir ao conforto como característica ilimitada, ou seja, há sempre como inová-lo, tratando-se de um processo constante de criação de novas formas e novos usos da casa como pano de fundo, alterando-se as necessidades e usos em processos cíclicos e constantes.

Figura 82 – Destaque para a inscrição em latim no Chafariz dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2020).

O uso dos chafarizes naquele período se dava como atividade cotidiana. No momento de sua transferência para o Largo, a água não abastecia as casas, de modo geral. Portanto, para as atividades de higiene, era preciso recorrer a eles, atribuindo, assim, grande fluxo de pessoas no seu entorno.

Tudo o que se passava em um lar tornava-se público entre essa gente que, muitas vezes, se comprazia em difamar as pessoas dignas de todo acatamento. O interesse é que algumas senhoras de educação inferior e fracas de espírito, se compraziam em ir a esses lugares para ouvir o que lá conversavam e ter assunto para suas críticas viperinas (CABRAL, 1969, p. 100).

Considerando que o Chafariz está inserido na cidade como parte integrante de uma rua representativa para o comércio e para os poderes locais, conforme foi mostrado no item anterior, pode-se compreender que os usos ali se davam para famílias com melhores condições financeiras, embora, na maioria das vezes, os escravizados é que faziam os trabalhos. Ainda assim, a rotatividade social era grande e a comunicação era estabelecida por ali, permeando a rotina das famílias de um modo geral. O uso do chafariz foi retratado por Rugendas em suas pinturas na primeira metade do século XIX, tal como se vê a seguir.

Figura 83 – Transportadores de água por Rugendas no século XIX



Fonte: Rugendas, 1802-1858.

Na figura, observa-se negros, negras, negros e negras escravizados carregando água dos chafarizes, tal como o título atribuído pelo próprio Rugendas “Transportadores de água”. Os negros e as negras escravizados carregavam-na para servir as casas dos senhores. Essa imagem não representa Ouro Preto, mas a dinâmica entorno do chafariz que era bem similar nas cidades coloniais.

Em 1867, Burton descreveu o Chafariz em nota de rodapé como “[...] é corruptela do nauro-arábico ‘shakari’, e a palavra é ridicularizada pelos espanhóis, que preferem a ‘fluente’ latina” (BURTON, 2001, p. 76).

No capitalismo mundial integrado, a água é um elemento de controle, como vimos, tanto na Inglaterra como em Ouro Preto, e a alteração na sua forma de distribuição impactou a vida de seus habitantes. A sua instalação nas residências “domesticou” as pessoas e interferiu na sociabilidade que se dava acerca de usos comuns nas fontes públicas.

Cabral (1969) atribui o esvaziamento da cidade e do entorno dos chafarizes ao fim da escravidão e, diz, ainda, que os animais passaram a utilizar ou serem o motivo principal da utilização das fontes públicas. “Acontecia, então, que animais, principalmente os de estimação, iam para aí beber água ou ser lavados [...]. Na hora em que os cavalos eram lavados, geralmente pela manhã, formavam-se, ao redor, vários grupos de homens e meninos para apreciá-los” (*Ibidem*, p. 101).

Desapareceram os carregadores do precioso líquido nos chafarizes públicos e a conseqüente [sic] reunião da criadagem e dos espetáculos que faziam com sua vozeria, gargalhadas e palavrões. E pouco a pouco a própria água foi sumindo dos chafarizes (CABRAL, 1969, p. 304).

Para Beguin, essas alterações na comunicação transformaram a cidade. “Paradoxo de um universo doméstico em expansão, domesticando pouco a pouco todo o fora, todo o universo, mas sob uma forma controlada e estereotipada, enquanto a cidade continua a se tornar mais estrangeira, já que nada de essencial acontece mais nela” (BEGUIN, 1991, p. 53). Houve, assim, um deslocamento da vivência na cidade, do âmbito coletivo e do uso dos espaços públicos e seus equipamentos para a vivência dentro de sua propriedade privada. A privacidade passou a ser um princípio social cujos significados estavam ligados ao conforto e à qualidade de vida.

Enquanto a antiga polícia urbana visava sobretudo à vigilância das práticas e funcionava sob o regime do proibido e da tolerância, a nova polícia investe sempre mais no interior dos dispositivos técnicos, onde o controle e o funcionamento dos serviços necessários à existência dos habitantes tendem a tornar-se uma só e mesma coisa (BEGUIN, 1991, p. 45).

Nesse processo de “domesticação”, cabe ressaltar que o planejamento e as condições de instalações de higiene e salubridade no Brasil se deram em situações diferentes da Europa. Esse desenvolvimento na infraestrutura no Brasil tem seu marco no final do século XIX, período que coincide com a referência à Inglaterra de Beguin. No fim da década de 1880, Ouro Preto inaugurou uma estação de tratamento de esgotos (ETE). Localizada no bairro Barra, a topografia favorecia o transporte da água servida para os tanques de tratamento, por gravidade. Os tijolos nos tanques de desinfecção da ETE contêm o selo do Império e a sua tubulação possui inscrições de companhias inglesas. Fonseca (2004) aponta que ela foi desativada no começo do século XX. Esse é um dos marcos na história da distribuição da água na cidade, quando há investimentos em canalização para abastecimento das residências e destinação planejada da água usada para tratamento.

No contexto da mudança da capital, entre o final do século XIX e o começo do século XX, a área do Chafariz dos Contos sofreu duas intrusões. Em 1911, foi realizada uma intervenção no Largo dos Contos para nivelar o calçamento. A obra interferiu no Chafariz significativamente, já que o tanque/baia foi retirado e o embasamento foi soterrado, ficando abaixo do nível da rua – um momento em que se valorizava a modernidade acima de tudo, quando ainda não haviam leis municipais, diretorias ou inspetorias voltadas para a preservação do patrimônio. A figura a seguir mostra o

resultado dessa intervenção de 1911, com destaque para o soterramento. A rua do Largo, portanto, estava mais alta e mais inclinada.

Figura 84 – Chafariz dos Contos com embasamento soterrado no século XX



Fonte: Biblioteca Nacional, s/d.

Em 1935 e 1936, outras intervenções foram feitas no Chafariz dos Contos, dessa vez, pela Inspetoria de Monumentos Nacionais, logo depois que Ouro Preto se tornou a cidade-monumento. No período, diferentemente da obra anterior, privilegiou-se a sua história colonial. Restaurar os monumentos objetivava facilitar a leitura do passado, privilegiar o que era considerado original em consonância com o movimento de salvação da cidade iniciado pelos modernistas na década de 1920.

Nesse momento, Gustavo Barroso propôs o conserto e o reabastecimento de água nos chafarizes fazendo uma relação com a história da cidade. Dos 48 chafarizes públicos e particulares identificados em Fonseca (2004), Barroso cita seis. O plano justificava a escolha “[...] pois são os que mais se mostram ricos em construção e os que mais atraem pela sua posição dentro da área urbana” (BARROSO, 1935 *apud* MHN, 1944, p. 40). Entre eles, o Chafariz dos Contos ou de São José. Nessa obra, foram reconstituídas as partes soterradas e danificadas, que conforme a narrativa do engenheiro Epaminondas de Macedo,

É, talvez, o chafariz mais adulterado que existe, pois as notícias sobre ele mencionam um paredão lateral também de pedra que formava o canto com o de frente, provido este paredão de uma pia com uma carranca, alguns descansos e um tanque, estando o serviço d’água em ligação com a fonte principal (BARROSO, 1935 *apud* MHN, 1944, p. 47).

No plano de restauração, Barroso aponta, ainda, que todos os chafarizes se encontravam sem água, secos, “[...] em aliança com essa destruição, os serviços de calçamento e de abastecimento d’água da cidade reduziram alguns a um único paredão de frente e hoje vemo-los mal tratados ou reduzidos a recantos mal cheirosos” (BARROSO, 1935 *apud* MHN, 1944, p. 38). E demonstra o seu descontentamento com a situação ao dizer:

Procurando, entretanto, mascarar êste aspecto, alguns se vêem caiados grosseiramente, quando por baixo uma cantaria homogênea e bem trabalhada se esconde sem razão justificadora; é a obra material e lucrativa, a ausência do sentido pelas coisas belas, a negligência pelo que é, verdadeiramente, nosso (BARROSO, 1935 *apud* MHN, 1944, p. 38).

As obras foram realizadas conforme o plano, e os relatórios eram frequentemente enviados a Barroso para acompanhamento das restaurações, concluídas em 10 de setembro de 1936 (MACEDO, 1936 *apud* MHN, 1944, p. 155). De acordo com Barroso, todas foram finalizadas antes da extinção da Inspetoria de Monumentos Nacionais em 1937, quando a cidade de Ouro Preto “foi entregue” ao SPHAN “[...] inteiramente restaurada nas suas igrejas, capelas, pontes e chafarizes, todos eles jorrando novamente água como nos tempos coloniais” (BARROSO, 1935 *apud* MHN, 1944, p. 125). A fotografia abaixo, de Luiz Fontana, embora não tenha a data precisa, contempla o Chafariz dos Contos após as intervenções da Inspetoria, premissa que se deve aos aspectos observados na sequência de fotos tiradas por ele e suas características.

Figura 85 – Chafariz dos Contos restaurado pela Inspetoria de Monumentos Nacionais



Fonte: Fontana, Acervo do IFAC, s/d.

Após o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade, em 1938, não houve investimentos significativos na preservação dos bens, de tal modo que o Chafariz dos Contos apenas passou por outra intervenção planejada após o seu tombamento como monumento isolado. Esse tombamento específico ocorreu em 19 de junho de 1950, conforme inscrição 371 no Livro de Belas Artes, nº do processo 0430-T.

Figura 86 – Chafariz dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2020).

No entanto, em 1947 e em 1954, de acordo com o Inventário da Prefeitura de Ouro Preto, obras emergenciais foram necessárias após acidentes com veículos ao estacionarem e devido à falta de obstáculo entre a via e o monumento. Em 1987, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o inventariou na categoria de “Bens imóveis” e, em 2012, pela Prefeitura de Ouro Preto na categoria “Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas”. Após restauração e religamento, foi oficialmente entregue à população em 2018, contando com água própria para consumo⁷³.

Conforme já delineado, os chafarizes também eram uma fonte de relações sociais, um lugar ruidoso, colorido, de trocas e experiências, de encontros, de propagação de notícias. A sociabilidade ao seu redor se dava pela prática de carregamento de água possibilitando uma mistura sonora muito cara à dinâmica e à vida na cidade. Essas

⁷³ Reabertura do Chafariz dos Contos. *In*: Estado de Minas Gerais. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/03/23/interna_gerais,946165/ouro-preto-lanca-ano-do-patrimonio-cultural-e-reabre-chafariz.shtml. Acesso em: 10 mar. 2021.

vivências os caracterizavam, ainda, como um lugar de conflitos sobre o recurso hídrico, o que demonstra a sua importância na dinâmica da cidade.

Atualmente, distante de sua função primeira, mesmo com a água disponível novamente, o Largo o acolhe como mais um monumento importante daquela paisagem e mais um atrativo turístico. A visão do Chafariz ficou comprometida com o privilégio dado à área ao estacionamento de veículos automotivos e a forma de perceber e interagir com o espaço da cidade, de seus usuários que passam, muitas vezes, indiferentes ao monumento. Nota-se que, de modo geral, está escondido atrás dos inúmeros carros enfileirados, como um ponto de passagem para pessoas e turistas e para abastecimento de baldes de água dos trabalhadores informais que lavam carros por ali ou bebem daquela água. As dinâmicas da vida urbana mudaram com o tempo e a sua permanência na cidade histórica reflete diferentes modos de existência ligados a novos hábitos da sociedade.

A ideia de um monumento que não mais cumpre a sua função no cotidiano da cidade é contrário ao objetivo de uma cidade patrimônio. Uma gestão do espaço que não favorece o diálogo, em detrimento da força dos valores do presente, apaga a função desse monumento, que é de lembrar. A articulação entre os diversos setores de planejamento do município se faz necessária para retomar o diálogo e, assim, favorecer a relação entre cidadãos e seu patrimônio.

Muitos casarios de Ouro Preto tinham e ainda têm os seus próprios chafarizes, aproveitando-se de nascentes d'água em seus terrenos. Isso era possível, pois estando na propriedade privada, eram consideradas bens privados, do proprietário do terreno (FONSECA; PRADO FILHO, 2008, p. 49). É o caso do chafariz que faz parte do terreno de uma edificação setecentista próxima à Igreja São Francisco de Paula.

Figura 87 – Chafariz particular em casario setecentista de Ouro Preto



Fonte: Fonseca e Prado Filho (2008, p. 49).

Como moradores de Ouro Preto, estamos acostumados a relacionar a água das fontes e chafarizes à sujidade. É comum ouvirmos dos mais velhos para desconfiar daquelas águas, afinal, dizem que, como é uma cidade do século XVIII, o encanamento deve estar muito sujo. Mas se analisarmos a tradição a respeito disso, podemos associá-la a alguns fatores. Um deles pode ser a transmissão de doenças, problema encontrado desde o século XVIII em nossas fontes.

Luís Gomes Ferreira, um cirurgião que esteve em Vila Rica no princípio do século XVIII [...] afirma que as doenças mais comuns entres os negros de Vila Rica eram as “pontadas pleurísticas”, isto é, verminoses, ou, nas palavras do próprio Ferreira (2002, p. 234), “enchimento de estômago, lombrigas, corrupção do bicho e alguma obstrução”. Entre as causas dessas “pontadas”, ele atribuiu, como principal, a condição de trabalho dos negros (FONSECA; PRADO FILHO, 2008, p. 184).

Embora esse problema tenha sido relatado e provavelmente tenha causado inúmeras mortes e adoecimento de escravizados, não era uma atenção do Senado ou da Coroa. A preocupação em resolver os conflitos aparece nos Códigos de Posturas, frequentemente atualizados, regulamentando, por exemplo, que houvesse cuidado com as testadas, vedação de jogar lixo na rua ou nos canos de água, proibição de lavar roupas nos chafarizes.

Seram obridadoz aque as Ruas ecaleadas desta Villa andem Lim pas edireitas obrigando aos [mesmos] aque caleem e alimpemSuas testadaz eoque faltar condenaram na forma ao diante [declarada] [...] Toda apeSoa que [tiver] Logea aberta dequal quer genero de [mercadoria], eSea charSem licença deste Sennado pagara oito oitavaz deouro [...] XIII Toda apeSoa que

não Tiver as Testadaz das Suas cazas [he] e meioda Rua caleadaz direitas elimpaz eSem Regoz pagará oito oitavaz deouro.....// [8/8 oitavas] XIV Toda apeSoa que fizer cazas ou Retificar as que tiver Sem Licença do Sennado pagara oito oitavaz.....//[8/8 oitavas] XV [Exedendo] [as] Ruação que Selhe fizer elhe [botara] abaixo, e pagara oito oitavas deouro.....// [8/8 oitavas] [..] XXIV / 13. Todo o lavrador depam dotermo deste villa que não tiverem astestadaz das Suas RoSas com os caminhoz apontes que lhepertencerem feitas econçertadoz Livres [deato] Leiroz elagoaz capases deporelles Sefaser [Jorna] da pela primeyra vez que osditoz caminhoz epontes Se não acharem correntes, Seram condenadoz em dose oitavas deouro.....// [12/8 oitavas] [...] (APM, SG, CMOP10, ROLO17, GAV. E-2, 1720-1745).

A preocupação com a qualidade da água também consta em um documento da Secretaria de Governo da Capitania, de 1820, em que D. Manuel de Portugal e Castro e membros da Câmara reclamam dos soldados do regimento de linha por utilizarem os aquedutos que abastecem os chafarizes como fonte para os seus cavalos, alegando que tal prática poderia ser prejudicial à saúde pública (APM, SG, 1820).

Se o receio do consumo de água se transformou em tradição, possivelmente deixou suas marcas na sociedade atual. No entanto, acreditamos que haja outra associação negativa ao seu consumo, que pode estar relacionada à venda de água por grandes empresas. Nesse caso, a água é apropriada e passa a ter valor de troca. Essa linha de pensamento nos remete às teorias da não separação entre humanos e não humanos. Flores e Misoczky (2015, p. 242) apontam que essa perspectiva perpassa a ideia de bem comum. Ou seja, se os seres humanos são seres da natureza e a água também o é, a sua privação é uma ação violenta. Esse processo é convertido no capitalismo pelo valor de troca.

A natureza, e suas leis, são impossíveis de serem convertidas em propriedade privada, a não ser por atos artificiais que contrariam a lógica da natureza e são socialmente construídos com violência. Os seres humanos são histórica e socialmente seres da natureza; são, portanto, também, natureza. Ao serem dela privados, perdem sua essência. A privação é, portanto, um ato de violência, um ato de morte que, no capitalismo, tem suas dinâmicas explicadas em torno ao conceito de valor. As lutas que são historicamente travadas em defesa da natureza como bem comum são lutas pela sobrevivência e pela vida, são lutas pela humanidade (FLORES; MISOCZKE, 2015, p. 246).

As diversas manifestações da apropriação capitalista da água podem, portanto, serem pensadas em relações de grupos sociais, etnias, religião e gênero. Na gestão de recursos hídricos, por exemplo, estudos apontam que a diferença atribuída para homens e mulheres na sociedade “[...] influenciam no modo em que ambos os sexos interagem com a água e faz com que mudanças na qualidade e no acesso às águas

geram impactos diferentes sobre homens e mulheres” (ROSA; GUARDA; ALVES, 2022, p. 1126).

Como vimos, a água em Ouro Preto passou a ser mercadoria desde que o seu uso foi regulamentado pela Câmara que, em troca, cobrava por penas d'água. Na atualidade, com a intensificação da indústria e do turismo, esse valor se impôs novamente e desarticulou as práticas naturais, como a de beber a água da fonte. A sociedade, então, organiza-se, legitima essas práticas, refletindo novas disputas. Em frente ao Chafariz dos Contos, há alguns estabelecimentos comerciais voltados para produtos alimentícios, entre eles, a água devidamente engarrafada e selada. Nos grandes eventos, também em frente ao Chafariz, são montadas barracas com a mesma finalidade, com suas caixas de isopor a revender água e outras bebidas. No entanto, a fonte é pública e está bem ali, à disposição, gratuitamente, e, curiosamente, costuma não jorrar água nesses episódios.

A curiosidade levou a uma observação com foco no uso do Chafariz. Realizada no dia 19 de março de 2021, entre 14h e 14h40, em tempos de pandemia, coloquei-me a observar e filmar o movimento do Chafariz. Da escadaria da Promotoria, sem demonstrar a intenção de pesquisa para não interferir. O momento era crítico, muitas lojas fechadas devido à pandemia, movimento restrito de turistas e moradores, acuados com a onda roxa. Ainda assim, o estacionamento em frente ao Chafariz estava cheio de carros.

Nesses 40 minutos, muitos passaram no calçamento de pedra do Chafariz; um senhor utilizou um desnível nas pedras ao redor do calçamento para sentar e contar o dinheiro (tinha saído da casa lotérica bem ao lado); pombos e pássaros beberam água; as pessoas passaram e sequer olharam, mesmo num dia quente e ensolarado. De repente, um homem adulto com três crianças que estavam numa fila mais adiante se aproximou. As crianças se divertiram e beberam daquela água na maior naturalidade, o homem as ajudou a alcançarem a bica. Provavelmente, eram moradores da cidade, mas não foi feita qualquer intervenção para não atrapalhar o movimento, já que a intenção era a observação. Apesar de toda a tradição de água suja, a espontaneidade das crianças fez com que o Chafariz fosse lembrado e vivenciado.

Figura 88 – Crianças bebendo água no Chafariz dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2021).

É também no registro dos viajantes que encontramos relatos positivos da água. Burton (2001, p. 431) adverte: “[...] dizem os mineiros que, em Ouro Preto, só há duas coisas boas: a cadeia e a água”. Há, ainda, quem acreditasse que a fonte de água férrea, de fonte soterrada próxima à Estação de trem, fosse medicinal, o que levava muitas pessoas até lá todos os dias de manhã, mesmo com água encanada em suas residências. Ou a lenda da Água da Mãe Chica, próxima à antiga Estação de Tratamento de Esgotos, na Barra, em que se supunha que ao beber se apaixonavam pela cidade e jamais a deixariam (CABRAL, 1969, p. 101).

3.3 A Casa dos Contos – 1784

No final do século XVIII, a edificação onde funciona o Museu Casa dos Contos foi construída para ser uma casa, a mando de João Rodrigues de Macedo (1739-1807). “Naquela ocasião a avaliação do prédio era de 52:134\$875 (cinquenta e dois contos, cento e trinta e quatro mil e oitocentos e setenta e cinco réis), o que na época era uma quantia elevadíssima” (IEPHA/MG, 1985, p. 243). Macedo foi uma figura central de transações comerciais, sociabilidade e influências na antiga Colônia Portuguesa. O cargo de contratador dos dízimos e entradas na Capitania era exercido com uma estrutura eficiente e bem organizada. Entre 1784 e 1792, a edificação foi a residência do contratador no andar superior e casa dos contratos no térreo. No seu entorno, já existiam o Chafariz, a Ponte dos Contos, alguns poucos casarios, algumas igrejas,

como a de São José (antiga Capela Imperial) e a Basílica (antiga Matriz do Pilar). O contratador morava no andar superior e administrava os contratos no térreo. Havia um quarto destinado ao guarda-livros e escrivão Vicente Vieira da Mota (PMOP, 2012, p. 29).

Esse sobrado, enquanto residência de Macedo, foi palco e possivelmente grande referência no âmbito social de todo o movimento cultural daquele período. Atualmente, exerce função parecida como Museu Casa dos Contos e Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, recebendo visitantes e pesquisadores do mundo todo.

No século XVIII, foi lugar de muitas reuniões, “festas e saraus, quase que diários” (FONSECA, 2005, p. 5). Nesses eventos circulavam ideias sobre relações coloniais, questões políticas e econômicas com a presença de personagens ilustres das Minas Gerais, especialmente da elite conhecida como “geração de Coimbra” (*Ibidem*, p. 5). Idas e vindas dessa elite favoreciam a circulação de ideias através do acesso a instituições de ensino em Coimbra, por exemplo. “Os livros se exportam e circulam com seus leitores” (GRUZINSKI, 2014, p. 76).

O sobrado apresenta planta quadrada e um elemento raro na antiga Vila Rica: o vestíbulo. Segundo o Dicionário da Arquitetura Brasileira, “[...] hoje em dia o termo designa a entrada principal de qualquer edifício. A porta principal” (CORONA; LEMOS, 1972, p. 470). Esse vestíbulo se abre ao exterior, é convidativo e se evidencia na paisagem. Considerado o mais vasto entre os três demais exemplares ainda existentes em Ouro Preto, formado a partir do alargamento do corredor (VASCONCELLOS, 1977). Nele, instala-se a escada com dois lances, encostando-se em paredes que contornam alguns cômodos.

A porta principal, quase sempre aberta para os visitantes do Museu, é de fácil acesso de modo que quem passa pela calçada não deixa de notá-la. Soma-se a isso a ausência da estrutura da bilheteria, algo que o difere dos demais museus na cidade. Ao subir as escadas, na lateral do vestíbulo, a edificação apresenta um saguão ao invés do usual corredor cercado por uma varanda com iluminação natural, circundando o miolo da casa; e, ainda, um quarto piso com mirante frontal.

Além da casa de Macedo ser comparada aos “Solares do Norte de Portugal”, os guarda-corpos das sacadas curvas, de ferro forjado são comparados aos palácios dos portugueses e ao Paço do Rio de Janeiro pelo IEPHA/MG (1985, p. 244). “É pena que

as várias destinações que sucessivamente se deram à casa de João Rodrigues de Macedo tenham apagado, quase por completo, o seu primitivo caráter de residência particular, sem dúvida uma das mais importantes de todo o Brasil” (VASCONCELLOS, 1977, p. 147). Discordamos dessa afirmação, pois não nos parece que ela tenha tido, em algum momento, um caráter primitivo. Comparando com outros casarios do mesmo período, a edificação é monumental e sempre teve um uso misto.

Entre 1793 e 1797, quase dez anos depois da sua inauguração, a Junta da Real Fazenda e Intendência do Ouro foi transferida para parte da Casa como forma de quitar as dívidas do contratador. A residência civil passou, então, a sede da administração e contabilidade pública da Capitania de Minas Gerais, conhecida como Casa dos Contos. Os momentos pós Inconfidência Mineira, que coincidem com o processo de enfraquecimento de Macedo no cargo de contratador e com a decadência do ouro se agravando, tiveram sucessivos eventos violentos de demonstração de poder. A Casa serviu de prisão para Cláudio Manuel da Costa, um dos inconfidentes, que provavelmente foi assassinado no cômodo situado abaixo do vão da escada.

Em 1803, Macedo perdeu definitivamente a sua residência para as dívidas com a Coroa Portuguesa. Na ocasião, foi enviado ofício ao presidente do Real Erário pela Junta da Real Fazenda da Capitania e Minas Gerais, solicitando a adjudicação da Casa ao Erário Régio, cujo presidente era o D. Rodrigo de Sousa Coutinho, respondida no ano seguinte. “Ordem do Real Erário sôbre a propriedade de casas de João Rodrigues de Macedo em que se determina a sua adjudicação aos Reais Próprios. Lisboa, 17 de agosto de 1803” (MATHIAS, 1966, p. 147).

Com isso, ao longo do século XIX, foram feitas intervenções para atender aos novos usos e funções da Coroa, como prolongamentos e acréscimos nas laterais. Em 1820-21, a edificação incorporou a Casa de Fundação, e a sala utilizada para essa finalidade situava-se no piso superior. Em 1826, incorporou a Casa da Moeda. Já em 1840-44, a Secretaria da Fazenda da Província de Minas Gerais tomou conta do prédio. Em 1897, os Correios passaram a funcionar na Casa.

Figura 89 – Museu Casa dos Contos quando sede dos Correios em Ouro Preto



Fonte: APM, MM-191(02).

Em se tratando do Museu Casa dos Contos, há diferentes abordagens possíveis. Na leitura da paisagem, consideramos que a materialidade da edificação é um elemento central para as análises. Com toda a sua representatividade, no tempo e no espaço, é impossível falar dela sem destacar algumas características.

A fachada da Casa dos Contos coloca os limites entre o público e o privado. Nem por isso podemos dizer que são indissociáveis. Assim como a luz entra pela janela, a rua e outros elementos do entorno fazem os contornos e rompem as barreiras das paredes das casas. Em cada andar da antiga Casa dos Contos, suas portas e janelas revelam diferentes relações com a cidade. As janelas da fachada são imponentes, com cunhais em cantaria e cimalha. No térreo, ressalta-se a porta principal com pórtico artístico de pedra lavrada entre duas janelas que quebram o ritmo padronizado das outras seis portas. As ferragens nas maçanetas, chaves e dobradiças pintadas de preto se destacam nas portas e janelas azuis. Na porta principal, a aldrava ainda é utilizada e o som ecoa no vestíbulo.

Figura 90 – Fachada do Museu Casa dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Figura 91 – Porta principal do Museu Casa dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2022)

A escadaria monumental pode ser considerada uma obra de arte. Da grande porta principal avista-se a escadaria monumental do lado direito, em cantaria, com arco abatido e trave central de madeira simulando pedra (PMOP, 2012, p. 41). Do pátio, há acesso para as antigas senzalas dos cavalos domésticos, no porão.

Figura 92 – Escada de pedra do Museu Casa dos Contos no século XX



Fonte: APM, MM-191 (01).

Figura 93 – Escadaria monumental do Museu Casa dos Contos com destaque para o arco



Fonte: Oliveira (2020, s/p).

No piso superior, há nove sacadas correspondentes às nove portas superiores com grades de ferro com cimalha em moldura. De uma das sacadas, o parapeito se mostra como o vaivém das ruas e dos córregos da cidade. Na sacada central, está a Bandeira do Brasil, elemento obrigatório em edificações de instituições públicas, como é o caso do Museu Casa dos Contos – que é propriedade do Ministério da Economia.

Pelas janelas, o mundo é percebido com um certo distanciamento, como observadores alheios à cidade viva: entre o eco da edificação quase vazia de mobiliários e o movimento intenso da Rua São José. Na Figura 94, adiante, está o registro panorâmico da última sacada do segundo andar. Nela, identificamos o casarão que predomina ao primeiro olhar, mais alto que as edificações vizinhas. Do lado esquerdo da imagem, temos a forma curvilínea da rua, o Largo e o Chafariz dos Contos. Do outro lado da imagem, está a Ponte dos Contos, que junto ao Chafariz, são elementos indispensáveis para a cidade habitada.

Figura 94 – Vista panorâmica do segundo andar do Museu Casa dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Vale ressaltar que a janela é um elemento recorrente na história da paisagem. A ideia de paisagem ocidental surgiu com a janela, pelo enquadramento de cena, pela pintura (SANTOS *et al.*, 2018, p. 167). Também na Arquitetura, a janela assumiu a sua importância na relação entre o interior e o exterior. Enquanto a porta representa passagem, movimento, idas e vindas, abrir e fechar; a janela se relaciona com o corpo parado, contemplação, pausa. Inicialmente, a luz entra nas edificações pela porta e depois surge a janela, que, gradativamente, passa a integrar o planejamento das casas com essa finalidade.

Na Renascença, o surgimento da perspectiva atribuiu novo sentido à janela, o de “olho da edificação” (*Ibidem*, p. 165). Na pintura, a perspectiva e a profundidade davam a mesma sensação da janela, estabelecendo a relação entre a arquitetura, o espaço, a pintura, a representação e a natureza.

A partir do espaço privado, é a moldura da janela (assim como a da pintura) que direciona o olhar do observador, o que enquadra aquilo que se espera ver (ou que seja visto), o que seleciona e revela uma forma de olhar. É a primeira ligação consciente entre o mundo interior (subjetivo) e o mundo exterior (objetivo) (*Ibidem*, p. 166-167). “Compreendo porque vejo, e à medida que vejo, mas só vejo por meio e com o auxílio do que compreendo que é preciso ver naquilo que vejo” (CAUQUELIN, 2007, p. 85).

No segundo pavimento, destacam-se os forros dos cômodos, a escadaria escura e estreita de acesso restrito ao mirante, o símbolo na porta que dá acesso à sacada principal. No salão nobre desse pavimento, as pinturas do século XVIII são atribuídas ao Mestre Manuel da Costa Ataíde⁷⁴ (1762-1830), que estava trabalhando em outros

⁷⁴ Manuel da Costa Ataíde, pintor brasileiro de Mariana, cidade vizinha a Ouro Preto, foi um dos representantes da arte colonial mineira. Suas obras são objetos de estudo na História da Arte que apesar da referência a modelos europeus imprimiu sua personalidade em suas obras. Essa pintura foi atribuída a ele por pesquisadores da área, o que significa que provavelmente foi feita por Ataíde. Para saber mais: LEVY, Hannah. Modelos europeus na pintura colonial. In: **Revista do Serviço do**

monumentos da cidade e da região no período. O forro que contém as pinturas é distribuído em várias partes encaixadas, chamado de “caixotões”, com motivos rococós⁷⁵, o domínio do vazio sobre superfícies preenchidas com as pinturas. Possui nove medalhões, com molduras de cordões e cimalhas, com predominância das cores azul e vermelha. Oito deles têm o formato triangular; e um deles, ao centro, em formato retangular, sustentando uma luminária. “A assimetria da pintura é marcada pelas cores e pelo próprio desenho com presença de rocalhas e flores (motivos fitomórficos⁷⁶) compondo as figuras centrais” (COSTA; MONTEIRO, 2010, p. 4-5. No prelo).

Figura 95 – Detalhe do forro com pintura atribuída a Ataíde



Fonte: Costa (2021).

Figura 96 – Forro com pintura atribuída a Ataíde



Fonte: Costa (2021).

Sobre o telhado, há um mirante quadrangular que foi acrescentado no século XIX. Nos croquis das Figuras 97 e 98, é possível ver a fachada principal de frente e a fachada lateral direita (para quem está em frente à edificação). Essa fachada lateral é voltada para o Largo dos Contos e pode ser vista por quem está na Rua das Flores, apesar da interferência da mureta e da rampa do Grande Hotel de Ouro Preto.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 8, Rio de Janeiro, 1944. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/49163341/AnaLevy-1.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

⁷⁵ O rococó surgiu na França, no século XVIII, no contexto do Iluminismo. Caracteriza-se por formas mais contidas, diferentemente do barroco que recorre à dramaticidade. No rococó, o uso de imagens narrativas é mais restrito, pintados em tonalidades suaves que pressupõem ambientação com iluminação natural e uniforme, ao contrário do barroco que se utiliza do contraste entre luz e sombra. Com decoração mais leve, os ornatos intercalam o douramento com fundos brancos, passando a ideia de harmonia, bem-estar, encantamento. OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Barroco e rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana**. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2010.

⁷⁶ Motivos fitomórficos se referem a elementos com características de vegetais, ao contrário dos antropomórficos que se referem a elementos humanos.

Figura 97 – Croqui da fachada principal do Museu Casa dos Contos



Fonte: Melo Junior (2010, s/p).

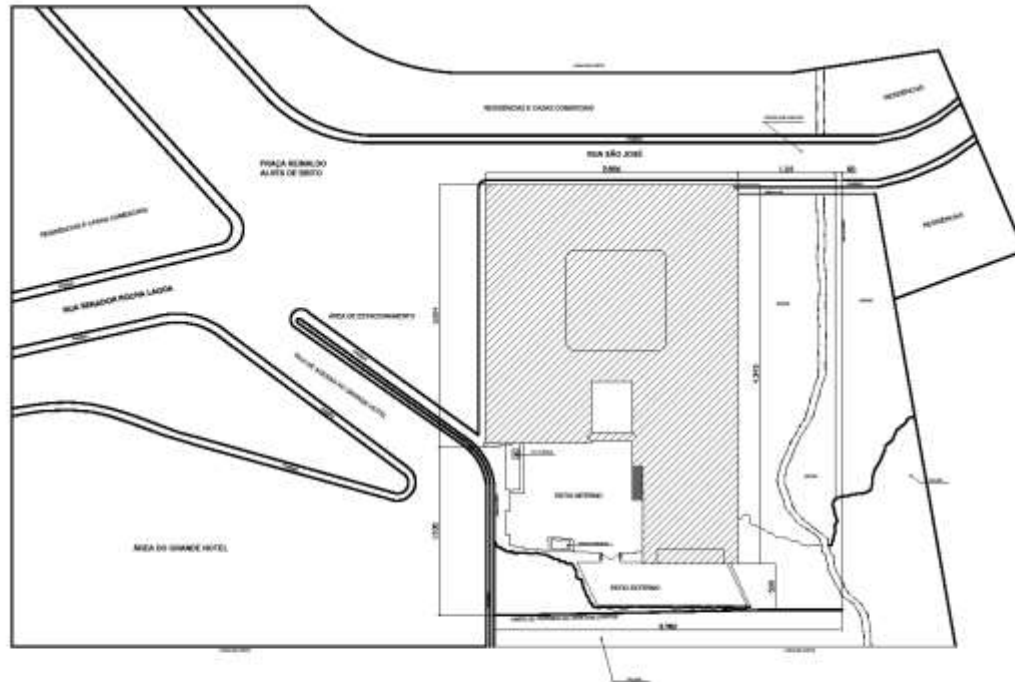
Figura 98 – Croqui da fachada lateral do Museu Casa dos Contos



Fonte: Melo Junior (2010, s/p).

Os limites do terreno da Casa dos Contos e os espaços do seu entorno podem ser visualizados na planta da Figura 98, na qual destacamos a sua volumetria, as áreas de jardins e o curso do córrego por onde temos acesso através de portas no subsolo da edificação, o muro de arrimo para conter as margens do córrego, o talude que faz a separação entre a Casa dos Contos e o pátio da residência vizinha. A amplitude da fachada lateral esquerda, a que dá passagem ao córrego, também é um elemento que merece destaque, tendo em vista que o acesso à água nos setecentos era imprescindível para consumo e para higiene. Nas plantas subsequentes, é possível observar os espaços do Museu e suas destinações.

Figura 99 - Planta do subsolo da Casa dos Contos



LEGENDA

ÁREA DO TERRENO - 1.975.2762 m²
 ÁREA COBERTA - 988.8044 m²

ÁREAS ÚTEIS

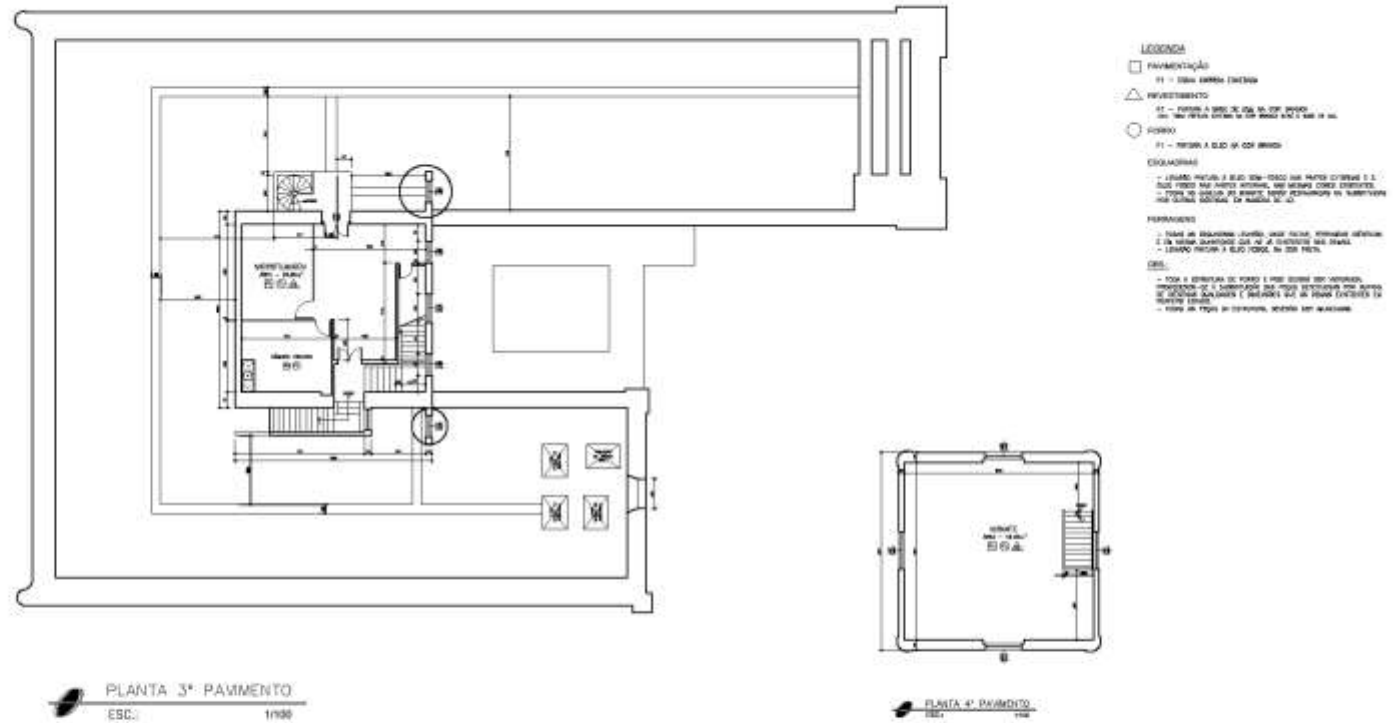
SENZALA - 160 m²
 DEPOSITO - 35 m²
 1º PAVIMENTO - 549 m²
 PÁTIO INTERNO - 247,01 m²
 PÁTIO EXTERNO - 99,36 m²
 2º PAVIMENTO - 647,88 m²
 3º PAVIMENTO (MICROF.) - 56 m²
 4º PAVIMENTO (MIRANTE) - 58 m²

ÁREA TOTAL : 1.862,25 m²
 ÁREA OCUPADA PELA ARF - 171,3 m² (JÁ INCLUIDA NO 1º PAVIMENTO)
 ÁREA DE JARDIM - 605.303 m²

MINISTÉRIO DA FAZENDA	
GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA EM MINAS GERAIS	
GERÊNCIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS – GRA-MT/MG	
PROJETO:	ARQ 1.01
PRIMEIRA:	SITUAÇÃO
ELABORADO: ERNESTO LARA DEIVEZ	ESCALA: 1/750
PROJETO:	REV. ANO - 01
SIT. 100-07-02	REG. Nº
SITUAÇÃO: SITUADA	REG. Nº

Fonte: Museu Casa dos Contos, 2023.

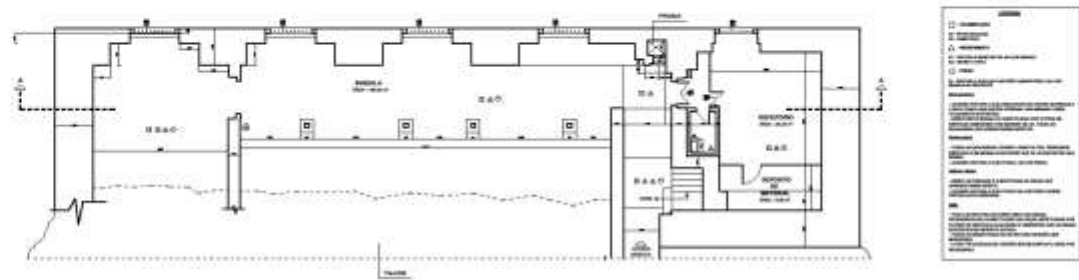
Figura 102 - Planta do 3º e do 4º pavimento da Casa dos Contos



Fonte: Museu Casa dos Contos, 2023.

MINISTÉRIO DA FAZENDA	
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA EM MINAS GERAIS	
DIVISÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS - SAMF/MG	
PROJETO	ARQ
PRONOME	3º E 4º PAVIMENTOS
DESENHO	ESCALA 1/100
PROJETO	DATA
ELABORADO POR	PROJ. Nº
CHEFE DE PROPOSTA	PROJ. Nº

Figura 103 - Planta da Senzala da Casa dos Contos



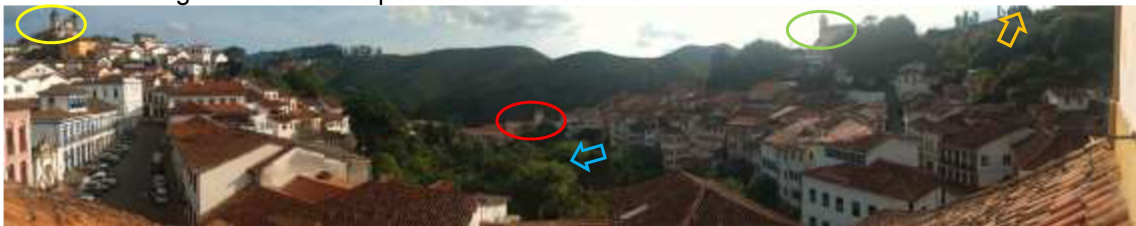
PLANTA SENZALA
0/01

Fonte: Museu Casa dos Contos, 2023.

MINISTÉRIO DA FAZENDA	
GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA EM MINAS GERAIS	
GERÊNCIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS – GRA-MF/MG	
PROJETO: RESTAURAÇÃO DA CASA DOS CONTOS EM OUROS PRETO – MG	ARQ
PRINCIPAL: SENZALA	
SERVIDOR	ORÇAM. 1000
PROJETO	DATA
SP/BR/UF/MG	PROJ. Nº
UNIV. FEDERAL	PLA. Nº

Da janela frontal do mirante, equivalente ao terceiro andar, o olhar – registrado na Figura 104 – é direcionado para as torres das Igrejas Nossa Senhora do Carmo (no círculo amarelo), Basílica de Nossa Senhora do Pilar (no círculo vermelho), de São José (no círculo verde) e São Francisco de Paula (indicada na seta amarela). Também vemos os telhados das construções e o verde do Horto dos Contos (indicado na seta azul).

Figura 104 – Vista panorâmica do mirante do Museu Casa dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2021).

No canto esquerdo da Figura 104, está o Largo dos Contos. Dali se tem acesso à Rua das Flores, ladeira que vai para a Praça Tiradentes. A Rua das Flores é denominada, oficialmente, como Rua Senador Rocha Lagoa. Popularmente, o termo mais utilizado é “das Flores”, denominação também encontrada em sites de pesquisa e de turismo. Segundo Cabral (1969, p. 32), ela tem esse nome porque antes de sua abertura era um morro desalinhado, com um caminho estreito, coberto de rosas silvestres brancas, flores de várias cores, com agradável perfume, e plantas medicinais como avenca e parietária.

Figura 105 – Encontro da Rua das Flores com o Largo dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Cabral, que viveu até a década de 1940, diz se lembrar das flores em boa parte daquele terreno em sua infância e salienta: “Constituía alegre diversão para as crianças colherem-nas às tardes e enfiarem-nas em um fio de capim, como se fôsem [sic] grandes contas, em forma de colar ou de grinalda” (CABRAL, 1969, p. 32). A alusão também pode ser encontrada em documento da Câmara de Vila Rica do século XVIII, transcrito pelo DPHAN em 1953, que trata da nova localização do Chafariz dos Contos como Rua das Flores. Esse documento transcrito, que data de 1786, justifica a mudança alegando que a rua nova estava se alargando e reformando depois de ter “caído ao público” (DPHAN, 1953). Considerando que a Casa de Macedo ficou pronta em 1784, trata-se do mesmo período de transformação do Largo dos Contos.

Até o começo do século XX, atrás da antiga Casa dos Contos, havia uma cachoeira que foi muito utilizada por meninos e estudantes que iam tomar banho. Isso se perdeu quando a cidade passou a ter água encanada em todas as residências, e a cachoeira não existe mais. O fato foi relatado por Henrique Cabral, que viveu até a década de 1940, no livro “Ouro Prêto”: “Várias vêzes [sic] tomamos parte nos banhos da Cachoeira dos Contos, como era conhecida” (CABRAL, 1969, p. 290).

As exposições do Museu Casa dos Contos ressaltam um recorte da história relacionado à contabilidade real e ao vínculo da instituição fazendária com a Coroa de Portugal. Em geral, essas trajetórias são contadas sob o ponto de vista dos poderes e se relacionam com aspectos econômicos e colonialistas. O Museu Casa dos Contos reflete essas leituras, com a exposição de moedas e de equipamentos utilizados na prática da fundição. Até o ano de 2022, abrigou instrumentos de tortura de negros escravizados na senzala, que foram devolvidos ao proprietário que as havia cedido para se adequar às práticas atuais. Com essa e outras medidas, deixa entreabertas as possibilidades que estão na própria edificação, em seus cômodos, nas pinturas, nos documentos, nos comportamentos associados ao espaço. De modo geral, a edificação em si contém fragmentos da história de outro tempo social.

A vida na Casa pode revelar práticas cotidianas, íntimas e, ao mesmo tempo, o lazer e a sociabilidade, por sua característica mista de residência e trabalho. Os objetos pessoais, móveis e equipamentos cotidianos de Macedo já não existem mais e, nem por isso, as características de sua intimidade estão perdidas. A própria edificação é uma das marcas desse personagem que a idealizou, de suas vontades, de suas

vivências. O espaço se confunde com Macedo e com o colonialismo e pode nos revelar aspectos importante das dinâmicas da cidade colonial.

A sua notória imponência arquitetônica a levou ao tombamento no Livro de Belas Artes, inscrição nº 348 de 9-1-1950, e no Livro Histórico, inscrição nº 263 de 9-1-1950, nº Processo 0415-T, como monumento isolado. Antes disso, já fazia parte do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado em 1938. Ela é ressaltada na listagem dos bens tombados individualmente como exemplar de destaque da arquitetura residencial. A maioria desses bens listados é de símbolos da Igreja e do Estado, chafarizes e pontes.

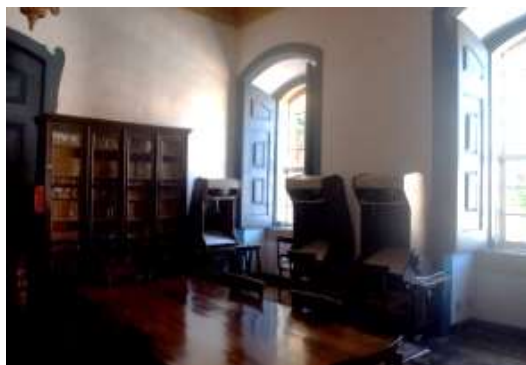
Figura 106 – Museu Casa dos Contos no presente



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Na descrição do processo de tombamento da edificação, destaca-se a importância dos seus riscos que são atribuídos ao Mestre Antônio de Souza Calheiros. Assinala, ainda, que “Vem de 1793-1797 o nome que conserva de Casa dos Contos, ou seja, de sede da administração e contabilidade fazendária da Capitania de Minas, a mais importante da Coroa Portuguesa” (IPHAN, 1950).

Figura 107 – Centro de Estudos do Ciclo do Ouro



Fonte: Costa (2021).

Figura 108 – Exposição permanente Casa da Moeda e sala de fundição



Fonte: Costa (2021).

Mesmo com o seu passado marcante pela história de Macedo, a sua representatividade está relacionada à sede administrativa e fazendária. Isso nos leva a refletir as razões para que a musealização da edificação tenha seguido a temática da contabilidade pública – Casa dos Contos – e não a temática de museu-casa. Não desconsideramos o valor da narrativa relacionada ao ciclo do ouro e o protagonismo da cidade no século XVIII.

No entanto, acreditamos que a edificação tem muito mais a contar como espaço habitável, de relações sociais e políticas e se enquadra perfeitamente nas características de museu-casa. Além disso, outros elementos podem nortear os estudos da história da vida na edificação, tais como as técnicas construtivas, a utilização de material local, a disposição dos cômodos, a divisão entre público e privado, entre o térreo e o sobrado, a sala para receber os convidados, a instalação do sistema sanitário, seus construtores e a relação com o córrego e a Ponte.

A arquitetura da casa é um testemunho da formação da memória histórica dos povos, assim sendo a casa e a cidade são símbolos concretos de uma sociedade pois refletem seus valores, transformando-se em produtos culturais. Trazem intrínsecos os valores de quem a desenhou e a construiu, como também dos que ali viveram e se apropriaram de seus espaços (SCARPELINE, 2012, p. 5).

Porém, a edificação do Museu Casa dos Contos é um testemunho de uma história centralizada em questões de poder, domínio e violência. Associada ao seu idealizador e ao contexto que a consagrou como Casa dos Contos, a memória histórica que se evidencia é a europeia, colonial. A circulação de pessoas na casa no período em que foi moradia ocorria entre pessoas influentes na sociedade colonial, que tiveram acesso a oportunidades de estudos, de viagens, de se estabelecerem naquele espaço urbano privilegiado.

A maior parte da população não vivenciou essa edificação no período. Os valores associados ao seu passado colonial não estão dados. Por isso, a necessidade de trabalhar com contextos mais ampliados, do Largo e da cidade. Dadas as devidas problematizações, a edificação pode ser um espaço muito mais rico em termos de história, vivência e museu se outras histórias vierem à tona.

Figura 109 – Varanda interna do Museu Casa dos Contos



Fonte: Fonseca (2021).

Figura 110 – Símbolo na porta do salão nobre



Fonte: Costa (2021).

No térreo, no cômodo situado abaixo da escadaria, supõe-se ter acontecido o episódio trágico da morte de Cláudio Manuel da Costa, em 1789, descrito por Affonso Ávila, no poema denominado “Casa dos Contos”.

[...] & em cada conto te cont / o & em cada enquanto me enca / nto & em cada arco te a / barco & em cada porta m / e perco & em cada lanço t / e alcanço & em cada escad / a me escapo & em cada pe / dra te prendo & em cada g / rade me escravo & em ca / da sótão te sonho & em cada / esconso me affonso & em / cada cláudio te canto & e / m cada fosso me enforco & (ÁVILA, 1978, p. 88).

Embora o cargo de Macedo representasse a fiscalização, acreditamos que a instalação da Fazenda em sua residência tenha consolidado o marco de hierarquia e violência contra a sociedade mineira, nesse movimento não apenas de centralização, como também de institucionalização do poder. Observando as edificações existentes no período, parece-nos que a escolha da casa de Macedo foi muito além da cobrança de suas dívidas, mas com a intenção de se mostrar uma instituição poderosa, imponente, intimidadora, refletindo seus valores. Essa estrutura hierárquica era a reprodução do que se encontrava em Portugal, o maior interessado em demonstrar poder sobre as sociedades e as riquezas extraídas.

Se contrastarmos as Casas dos Contos que existiram no século XVIII nas cidades coloniais brasileiras e o impacto de seus usos na vida e no espaço público, elas podem ser vistas como pontos de representação e de consolidação do capitalismo colonial, com as características iminentes de controle, progresso, desigualdades. Além dessas qualificações, estão as conexões entre colonização e território da América; as características da exploração e os seus impactos na paisagem; a colonialidade expressa no espaço urbano.

Fleuri (2014, p. 92) esclarece que a “[...] dominação política e econômica de um povo sobre o outro em qualquer parte do mundo” é denominada de “colonialismo”. Enquanto “a ‘colonialidade’ indica o padrão de relações que emerge no contexto da colonização europeia nas Américas e se constitui como modelo de poder moderno e permanente” (*Ibidem*, p. 92).

Os confrontos interculturais, que se ampliam e se acirram com a intensificação da migração e da mobilidade internacional no contexto da globalização do mundo contemporâneo, desafiam cada grupo a refletir e a assumir os próprios limites e limiares na relação intercultural com os outros. Isto implica decolonializar os paradigmas de conhecido constituídos pela modernidade (FLEURI, 2014, p. 104).

Cabe ressaltar que a instituição Casa dos Contos e também a Casa de Fundação já estavam em funcionamento na cidade desde o começo do século XVIII. A primeira casa de fundição atuou em uma edificação situada onde depois foi construído o Palácio dos Governadores, na Praça Tiradentes. A Casa dos Contos também funcionou no Palácio após a sua inauguração, junto à Casa de Fundação. Isso se confirma com base em documentos datados de setembro, outubro e novembro de 1724, há a listagem de dias trabalhados nas obras da Casa de Fundação e Moeda. “Manuel Francisco Lisboa recebeu 5 oitavas e $\frac{1}{2}$ pelo serviço de escravos” e “refere-se, como as anteriores, à obra executada no ano de 1724, em Vila Rica, no local mais tarde ocupado pelo Palácio dos Governadores” (MATHIAS, 1966, p. 91).

Há, também, um documento constando a cobrança pelo transporte de material para a Casa de Fundação de Vila Rica, de 1724. “Cobrança feita por Inácio Gonçalves que conduziu seis arrobas e meia de ‘cargas’ remetidas de Portugal ao Rio de Janeiro pelo Conselho de Ultramar. Vila Rica, 19 de novembro de 1724” (*Ibidem*, p. 152). Além disso, em documento de 14 de novembro de 1766, encontra-se o processo de pagamento de obra arrematada por Henrique Gomes de Brito, na Casa dos Contos.

O processo referia-se ao “[...] partimento da Casa dos Contos e as janelas do Baluarte as mais que das mesmas condições constar” e teve como fiadores Manuel Francisco Lisboa e João Francisco dos Santos (MATHIAS, 1966, p. 76).

Em 1950, o tombamento da Casa dos Contos como monumento isolado foi necessário como medida de conservação, tal como escreveu o então chefe do Distrito do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Belo Horizonte (DPHAN), Sylvio de Vasconcellos, ao então diretor-geral, Rodrigo Melo Franco de Andrade. “Envio-lhe abaixo lista dos monumentos do Estado que, a nosso ver, deveriam ser inscritos no livro do tombo, não só porque de fato merecem providência como porque assim ficaremos a salvo de dificuldades futuras frente aos possíveis danos que venham a sofrer” (IPHAN, 1949, p. 2).

A edificação é descrita na documentação como “Casa à Rua São José (Correios e Telégrafos, ou Casa dos Contos)” (IPHAN, 1949, p. 2), porque, naquele período, funcionava como sede dos Correios. Na cidade, o serviço foi criado em 1798, com um administrador e um escrivão. Encontramos menção ao serviço em documento datado de 1807: “Instruções – borrão – para regularização do serviço de Correios entre Villa Rica e o Rio de Janeiro. Julho de 1807” (MATHIAS, 1966, p. 156). Em 1826, funcionava no andar térreo da Casa dos Contos junto com a Inspetoria da Fazenda Nacional, no pavimento superior. A repartição era escolhida levando em conta a localização central e a estrutura necessária para a operação. A distribuição era feita na edificação, e as correspondências eram entregues aos destinatários em horários incertos (CABRAL, 1969, p. 111).

Na sala da frente havia uma grade de madeira que separava o espaço destinado ao serviço do que era reservado ao povo. Do lado de dentro desta grade havia uma mesa comprida, onde a correspondência era examinada e distribuída. Um rojão ou foguetão estrondado no ar anunciava que as malas haviam chegado e que a entrega da correspondência ia ser anunciada. Nesse momento, as portas da frente, que davam acesso a esta sala, se abriam para dar entrada às pessoas aglomeradas na rua. Cada um dos empregados anunciava um nome ao mesmo tempo que uma das pessoas presentes respondia: está aqui! E recebia a correspondência. A criançada sentia grande prazer em ir ao correio procurar cartas e jornais. Era o que se dava conosco. Parecia que o estampido do rojão despertava certo entusiasmo. (CABRAL, 1969, p. 112).

O pedido de inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes ocorreu em 1949 e se justificou como “obra de arquitetura civil”, os mesmos valores atribuídos a pinturas e esculturas, geralmente associados à nobreza, na História da Arte. Em 1950, foi feito

o pedido de inclusão da Casa também no Livro Histórico, “[...] dado o valor histórico do imóvel, tão considerável quanto o seu valor artístico” (IPHAN, 1950, s/p). Nesse Livro, estão os bens considerados relevantes para a memória do País.

Em 1970, a Prefeitura de Ouro Preto ocupou a edificação. Em 1973, ela passou a sediar o Ministério da Fazenda. Nessa mesma época, foi criado o Museu Casa dos Contos e o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, que passou a utilizar três alas da esquerda do segundo pavimento. A visita ao Museu é gratuita, das 10h às 16h, com visitas guiadas por todos os cômodos da edificação.

Enquanto edificação, recebeu muitas menções. Manuel Bandeira a classificou como “Monumento civil” e escreveu: “[...] tamanha abundância de cantaria não se encontra senão no antigo Palácio dos Governadores, na antiga cadeia ou nos templos das ordens mais ricas” (BANDEIRA, 1975, p. 129). Em seus escritos, Affonso Ávila considerou que a Casa é a “[...] insólita e tardia metáfora de uma sociedade já despojada de seu fastígio econômico”, além de considerá-la a exata biografia de Macedo (ÁVILA, 1974, s/p.). Sylvio de Vasconcellos (1977, p. 56), a ponderou como uma das mais “grandiosas” que se sobressaía na cidade. Em 1985, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais publicou:

Residência magnífica, comparável aos Solares do Norte de Portugal, a Casa dos Contos é um vasto prédio, construído num dos pontos mais concorridos de Ouro Preto, ao lado do belo chafariz dos Contos e de uma das pontes mais pitorescas, de onde se descortina lindo panorama da cidade. (IEPHA/MG, 1985, p. 244).

As menções à monumentalidade da Casa são anteriores à sua patrimonialização. Em 1806, Diogo de Vasconcelos se referiu a alguns imóveis com cantaria, incluindo a antiga Casa dos Contos como “os melhores edifícios de todo o Brasil” (VASCONCELOS, 1994 [1806], p. 80).

Formada esta sobre grandes arcadas que dão passagem às águas de um córrego, e sobre bem lavrados cunhais e aquela sobre três grandes colunas junto à porta principal, a que dão entrada duas ordens de larga e bem lançada escadaria, e sobre profundos alicerces e primorosos cunhais a cada lado (VASCONCELOS, 1994 [1806], p. 80).

No século XIX, viajantes deixaram relatos sobre a cidade e a edificação. Richard Burton comparou a paisagem da Casa dos Contos a uma pequena cidade francesa, “um pedaço de Abbeville” (BURTON, 2001, p. 429). Não sabemos exatamente se foi

um elogio, dado o perfil do autor. Na época de sua passagem pela cidade, lá funcionava o Tesouro.

O prédio é maciço, com barras de esteatita, pesadas sacadas e um mirador ou mirante no telhado. Embaixo, à direita, fica a coletoria, onde são cobrados os impostos provinciais sobre exportações; à esquerda, a filial do Banco do Brasil, cujo Presidente é o Dr. Marçal, e, atrás, os correios. *En passant*, mostraram-nos o lugar da morte do Dr. Cláudio Manuel. No andar superior, fica o Tesouro-Geral ou Imperial, com todo o seu complicado pessoal, inspetor, chefes de seção, primeiros, segundos e terceiros escriturários, praticantes e outros; meia dúzia faz o serviço de um – sem incluir a ‘vadiagem’ (BURTON, 2001, p. 429).

A edificação é um espaço que não apenas possui o significado de uma residência civil, mas remete às lembranças do mundo exterior, da cidade-monumento. “Evocando as lembranças da casa, acrescentamos valores de sonho; nunca somos verdadeiros historiadores, somos sempre um pouco poetas e nossa emoção traduz apenas, quem sabe, a poesia perdida” (BACHELARD, 1974, p. 359).

É preciso que examinemos de mais perto como se apresentam, na geometria do sonho, as casas do passado, as casas em que vamos reencontrar, em nossos devaneios, a intimidade do passado. É preciso estudar constantemente como a suave matéria da intimidade encontra, através da casa, sua forma, a forma que possuía quando encerrava um calor primeiro (BACHELARD, 1974, p. 386).

A edificação Casa dos Contos proporciona, em sua amplitude, diferentes percepções do Largo dos Contos, por sua característica monumental, pela sombra que ela gera na lateral que faz parte do Largo, pela dimensão vista a partir da Ponte e do Horto dos Contos. Apesar de seu tamanho intimidador, ao adentrar no Museu, ela se torna uma edificação acolhedora, como uma grande casa. Essa mesma sensação foi relatada por alguns funcionários do Museu. Talvez isso tenha uma ligação com a disposição dos cômodos, a hospitalidade dos funcionários, a facilidade de acesso, a abertura para pessoas externas até em áreas administrativas e a atenção dada por todos. Embora não tenha o próprio jardim, está cercada pela natureza, pelo Córrego, pelo verde do Horto Botânico e suas estruturas.

A Casa foi feita num período de construções importantes para o cotidiano na cidade, como o Chafariz e a Ponte dos Contos. Hoje, eles são monumentos que têm muito mais a nos dizer do que fomos acostumados a pensar.

3.4 O Horto dos Contos – 1799

Ouro Preto é uma cidade que ainda possui áreas verdes, na área urbana e no entorno. Além das montanhas, destacamos o Horto Botânico, também conhecido como Horto dos Contos e Parque Horto dos Contos. Considerado um remanescente da antiga Vila Rica colonial, mesmo com as alterações ao longo do tempo, ainda hoje é significativo na paisagem.

O Horto dos Contos atravessa a cidade, entre a Rua Padre Rolim, na vizinhança da rodoviária, até a Basílica de Nossa Senhora do Pilar, antiga Matriz do Arraial do Ouro Preto. No entanto, o horto do século XVIII já não existe mais, restando apenas o espaço que ele ocupava. A mata e o córrego atravessam a lateral do Museu Casa dos Contos que hoje é uma de suas três possibilidades de acesso. Da rua do Largo dos Contos pouco se vê o Horto. Mas da janela de qualquer edificação comercial se avista a natureza e os quintais.

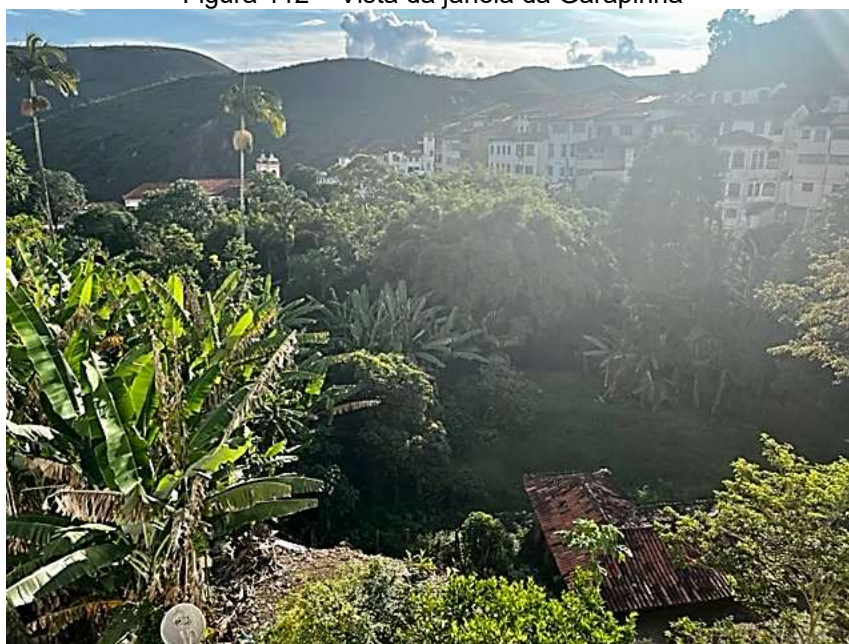
Figura 111 – Vista aérea do Horto dos Contos abaixo do Largo



Fonte: @op.vistodecima. Disponível em: <https://instagram.com/op.vistodecima?igshid=MzRIODBiNWFIZA>. Acesso em: 10 jan. 2023

Do Horto, é possível observar “os fundos” da cidade, o vale, os casarios das principais ruas de Ouro Preto pela parte de trás, os seus quintais, as condições ocultas e por vezes descuidadas desse património que privilegiou as fachadas. Mas também dá para notar exemplares de espécies botânicas que, em determinados pontos, parecem fazer parar o tempo, a sensação de um retorno às origens da cidade. O som do Córrego dos Contos (ou do Ouro Preto), que o corta e o acompanha em quase todo o percurso, o som dos pássaros, a sensação de uma natureza pura que intimida na parte baixa, mas que aviva nas partes altas.

Figura 112 – Vista da janela da Garapinha



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Figura 113 – Paisagem vista da parte alta do Horto



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Apesar disso, há um descuido com esses elementos, o que indica que esse não é mais o foco como foi o do antigo horto. A falta de sinalização sobre o lugar, as espécies botânicas e o córrego dão a sensação (e somente sensação) de uma natureza a ser descoberta pelas trilhas. Com córrego corre também o esgoto e, dependendo do momento, pode se traduzir em sensações olfativas desagradáveis.

Figura 114 – Córrego dos Contos



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Figura 115 – Quintais às margens do Horto



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Com a predominância do valor artístico e arquitetônico na preservação da cidade monumento, essa área verde parece ter sobrevivido ao tempo. O que hoje é um percurso turístico, foi um Jardim Botânico, com muito movimento e atividades entorno do Córrego. Está situado em meio às ruas mais movimentadas da cidade, o que garante um distanciamento e, também, um diálogo com o patrimônio edificado. Dali, observamos as cercas dos quintais dos casarios, uma verdadeira extensão das casas que mantêm aspectos culturais e tradicionais da cidade.

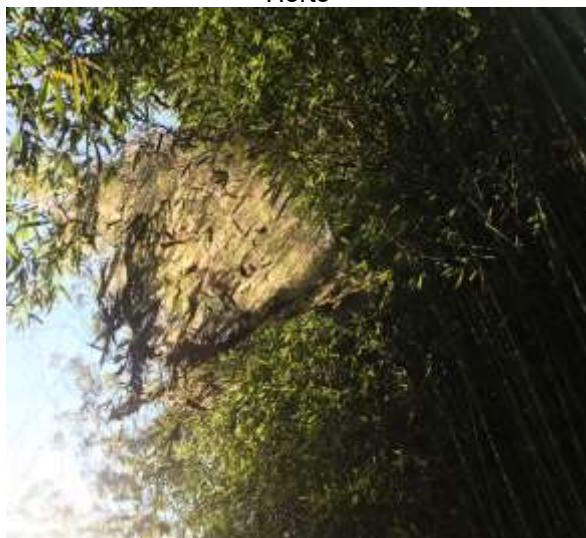
Essas sensações remetem a Bachelard (1974, p. 354) quando fala da topofilia, que “[...] visam determinar o valor humano dos espaços de posse, espaços proibidos a forças adversas, espaços amados”. São espaços compreendidos pela imaginação, mas, sobretudo, vividos com todas as suas particularidades. Tuan (1974) trouxe, ainda, a importância do elo afetivo entre o corpo e o espaço, na concretude da experiência pessoal que envolve as atitudes e os valores envolvidos com o meio

ambiente. Para estabelecer essas relações, é necessário despir-se de significações e imagens prontas.

A imagem, em sua simplicidade, não precisa de um saber. Ela é a dádiva de uma consciência ingênua. Em sua expressão, é uma linguagem jovem. O poeta, na novidade de suas imagens, é sempre origem de linguagem (BACHELARD, 1974, p. 343).

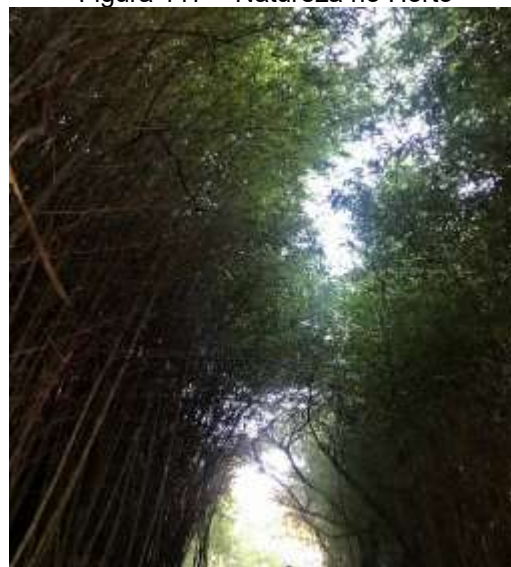
O patrimônio e a paisagem vistos dali parecem estar em perfeita sintonia, com o respeito ao relevo e o encaixe dos casarios; com a predominância de elementos da cidade tradicional, como as hortas e os quintais; com as criações e os animais favorecendo as sensações de comodidade e de refúgio.

Figura 116 – Teia de aranha em árvores no Horto



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Figura 117 – Natureza no Horto



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Todas essas percepções no Horto dos Contos nos lembram que a paisagem não é estática, mas um emaranhado de processos e vivências no tempo e no espaço. Por isso, observamos as intervenções contemporâneas ao longo da trilha, como a inclusão de estruturas metálicas e de pedra, a construção de quadra, parques/brinquedos, mirantes, estruturas sanitárias e de alimentação em alguns pontos.

No século XVIII, a construção do Horto foi encomendada pelo Reino Português. O antigo Horto Botânico de Vila Rica foi construído “nas cercanias da chamada casa dos contos” (MAIA, 2015, p. 103), no final do século XVIII. Foi um dos primeiros instalados no Brasil Colonial e era chamado de jardim botânico ou Horto de Vila Rica. O seu primeiro diretor foi o naturalista e pesquisador Joaquim Veloso de Miranda, graduado e doutorado em Portugal, integrante da elite local mineira com família ligada à

mineração e às terras agrícolas. Ele morava nos arredores do Vale, com o quintal voltado para o Córrego do Ouro Preto (MAIA, 2015).

A história do Horto se confunde com a própria história de Joaquim Veloso de Miranda, pois o cientista foi o responsável por expedições no Brasil para coleta de espécies vegetais, animais e artefatos indígenas. Em documento datado de 10 de outubro de 1780, identificamos a relação de confiança entre o cientista e João Rodrigues Macedo. Além disso, o documento confirma o envio de plantas em grande quantidade para o “Jardim Botânico Real”. Trata-se de uma procuração para Macedo e o seu escrivão Vicente da Mota:

Pela presente minha Procuração bastante por mim feita e assinada faço e constituo por meus bastantes procuradores aos Srs. João Rodrigues de Macedo e Vicente Vieira da Mota, para que em meu nome e como se presente eu fosse possam receber do Sr. Cap. Pedro José da Silva, como Tesoureiro da Real Fazenda, a quantia de vinte e duas oitavas três quartas e quatro vintens de ouro, procedidas do emporte de trinta caixoes com suas alças que, por ordem do Ilmo. E Exmo. Sr. General, mandei fazer para neles irem plantas e ervas para o Jardim Botanico Real e desta quantia poderão os ditos meus Procuradores passar recibo, o que tudo haverei por firme e valioso, e por isso me obrigo a minha pessoa e bens. Vila Rica, 10 de outubro de 1780. a) Joaquim Veloso de Miranda (MATHIAS, 1966, p. 128).

As coletas também eram enviadas para vários jardins da Colônia e para instituições de Lisboa. Não sabemos dizer ao certo a qual jardim se referiu o documento, mas pode ter sido no Rio de Janeiro. Provavelmente, essa atuação científica e a influência política da família o levaram a se oferecer para o cargo de secretário do Governo da Capitania de Minas Gerais, o qual ocupou no período entre 1799 e 1805. Essa função lhe possibilitou manter as pesquisas e dirigir o espaço. O diretor encarregou Luiz José de Godoy Torres⁷⁷ como seu ajudante.

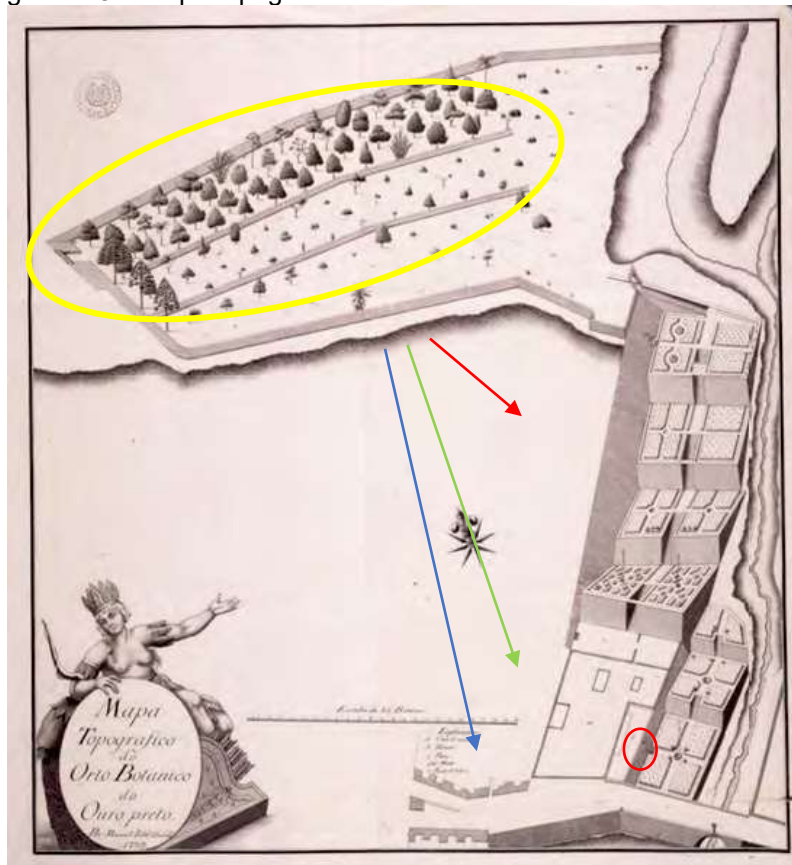
Contudo, é importante salientar que vários outros naturalistas, formados em Coimbra, passaram a ocupar cargos na estrutura do Império português. Em janeiro de 1799, tomou posse oficialmente do cargo, permanecendo nele até abril de 1805, fazendo deste período um momento singular para a história do Horto Botânico de Vila Rica (MAIA, 2015, p. 104).

Em 1799, Manoel Ribeiro Guimarães fez a planta a partir da idealização de Joaquim Veloso de Miranda; e, no mesmo ano, foi criado o jardim. O projeto com características simétricas e jardins ordenados demonstra a influência dos padrões europeus. Ao mesmo tempo, mostra a capacidade técnica de assentamento no terreno com

⁷⁷ Segundo Maia (2015), Luiz José de Godoy Torres era médico e graduado em filosofia natural em Lisboa.

declividade, com a construção de patamares para instalação dos canteiros de plantas, como se observa na figura abaixo.

Figura 118 – Mapa topográfico do Horto Botânico de Vila Rica em 1799



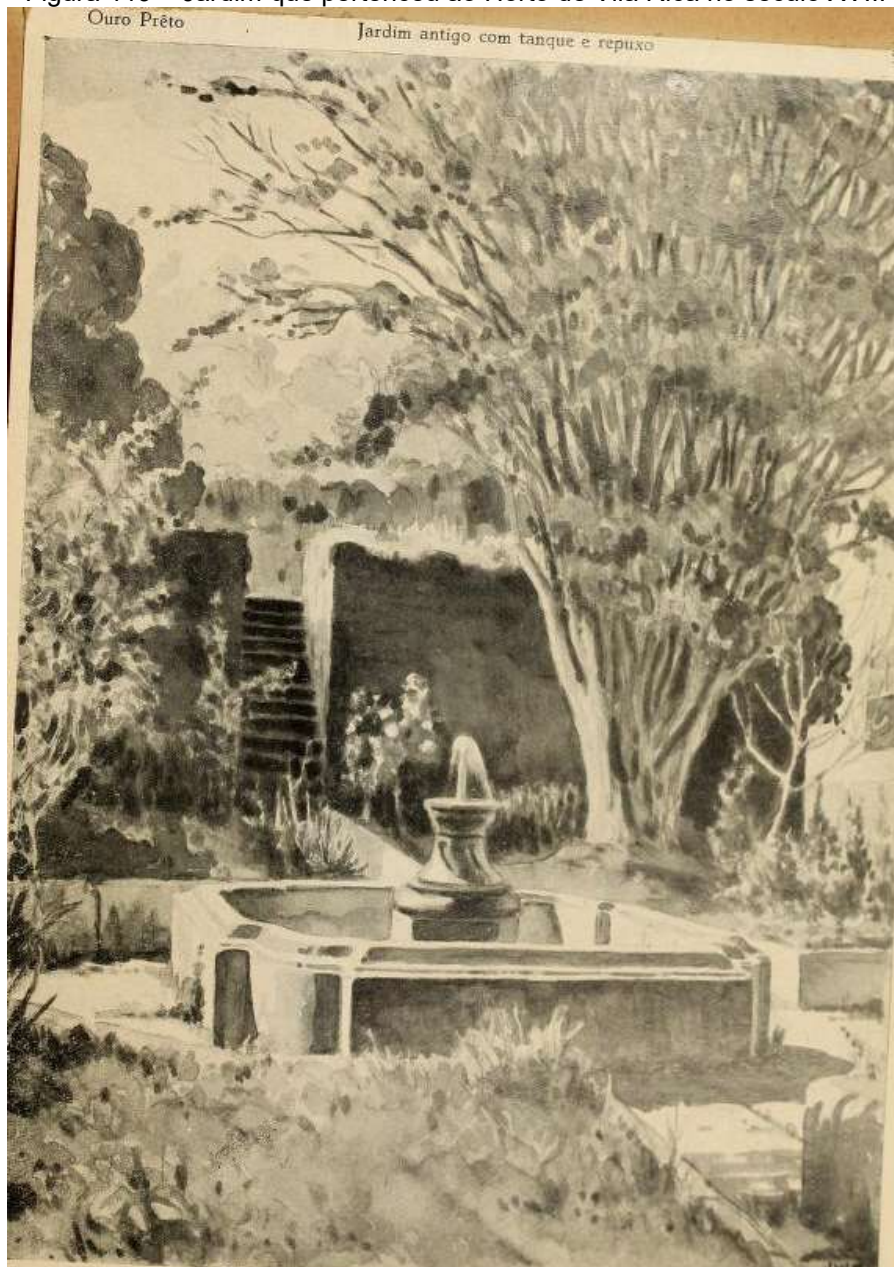
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, 1799.

Na planta, destacamos com a seta azul a Ponte dos Contos, que seria o limite do horto naquele momento; com a seta vermelha, os patamares com os canteiros de plantas; a seta verde indica o sobrado; o círculo vermelho sinaliza a localização de uma fonte e o círculo amarelo é a área da mata, também em patamares. O jardim do século XVIII, destacado na planta, é menor do que o que se trata como Horto dos Contos na atualidade, que engloba a área verde desde o bairro Pilar até a rodoviária de Ouro Preto.

Com relação ao jardim, que ficava na lateral do sobrado e aparentemente compunha o horto, é interessante notar que o terreno público foi incorporado ao do sobrado. Isso porque o registro de Rodrigues (1945, p. 59) refere-se a ele como um “jardim antigo pertencente a uma velha residência, existente ao lado da Casa dos Contos”. A figura abaixo mostra o acesso ao jardim, que ainda existe, e confirma a presença de um chafariz no local até a década de 1940. Atualmente, o antigo sobrado abriga dois

restaurantes, que inclusive utilizam do espaço que teria sido o primeiro patamar do horto como área aberta e apoio a eventos.

Figura 119 – Jardim que pertenceu ao Horto de Vila Rica no século XVIII



Fonte: Rodrigues (1945, p. 44).

Onde está o chafariz, na Figura 119, atualmente restou apenas o piso em pedra e a escadaria, às margens do córrego e vizinhos ao Museu Casa dos Contos. A escadaria nos dias atuais pode ser vista na Figura 120.

Figura 120 – Escadaria do Horto remanescente do século XVIII



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Entre as diversas espécies cultivadas no século XVIII, haviam plantas exóticas, indígenas e medicinais, somando mais de 500 espécies em 1800, apenas um ano após a inauguração. Nesse período, elas foram utilizadas pelo médico Luiz José de Godoy Torres, na Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica. Segundo Maia (2015), o Horto também tinha como finalidade o desenvolvimento econômico da região, através de pesquisas para o cultivo e a implantação de técnicas agrícolas modernas, no sentido de incentivar essas práticas nas cidades mineiras. “Certamente, a criação do primeiro Horto Botânico de Vila Rica foi legado deixado pela geração do reformismo ilustrado em Minas Gerais, que tinha na exploração dos recursos naturais uma de suas principais políticas” (*Ibidem*, p. 109). Abandonado por quase dois séculos, o Horto perdeu essas características do projeto original.

Cabe ressaltar que, nas regiões minerárias, o emprego de madeira era essencial não apenas para a construção da cidade, como a fim de alimentar as minas. Em alguns casos, a madeira era utilizada como escoramento, e a cobertura vegetal do entorno e do Horto foram usadas por séculos.

No tocante aos jardins botânicos, eles estão presentes na história de todo o território da Colônia Portuguesa. “No cenário mineiro do início do século XIX, havia uma profusão de jardins e quintais, mas eles se caracterizavam pelo senso de utilidade e pela assimetria dos desenhos” (MAIA, 2015, p. 99).

Figura 121 – Vista aérea do Largo dos Contos - ao fundo os patamares



Fonte: Autoria desconhecida.

Figura 122 – Vista aérea da Ponte dos Contos e arredores



Fonte: @fabiuni2002 (2021).

Em 2008, o local recebeu investimentos do Programa Monumenta, passando a se chamar Vale dos Contos, quando foram inseridos equipamentos de lazer ao longo da trilha. Em todo caso, pouco foi feito para valorizar a sua história e a sua área verde. Além disso, dois anos depois, já apresentava sérios problemas com deslizamentos que afetavam a segurança e a permanência de visitantes. Com a dificuldade de manutenção, que ficava a cargo da Prefeitura, foi fechado para visitação, depredado, alvo de vandalismos e apropriação do espaço por pessoas em situação de miséria e vulnerabilidade social.

Em 2017, o corte de uma árvore de araucária centenária localizada no terreno desse antigo jardim do Horto causou polêmica na cidade. Segundo o laudo de autoridades competentes, a árvore estava com a base comprometida e havia risco de desabamento⁷⁸. O corte foi realizado, mas com muita resistência. A população se

⁷⁸ Disponível em: <https://jornalvozativa.com/geral/corte-adiadocenario-da-ponte-dos-contos-no-centro-historico-de-ouro-preto-mg-perdida-araucaria-na-quarta-1810/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

manifestou por meio de um abaixo-assinado e utilizou as redes sociais para criticar essa ação, solicitando alternativas. A importância dada àquela árvore pela população mostra uma relação de afetividade dos moradores com o local, mesmo diante do risco apresentado à própria comunidade e ao patrimônio. O corte foi relatado por jornal local online com os principais momentos e acompanhado com desassossego pela comunidade. Em contrapartida, em reunião anterior realizada para discutir os critérios dessa decisão, estabeleceram que:

Um das condicionantes, definidas em audiência no MP, para que a árvore seja cortada, é o plantio de outro indivíduo da mesma espécie, exatamente no mesmo local, em até 45 dias após (sic) o corte. O compromisso foi assumido pelo representante do restaurante O Passo. Artistas da cidade farão esculturas, após o corte da árvore que será feito pelos Militares do Corpo de Bombeiros (JORNAL VOZ ATIVA, 2017, s/p).

Claramente, a falta da árvore causou um estranhamento no espaço, uma alteração na vista da Ponte e da Casa dos Contos. Em 2019, foi feita uma parceria com a empresa mineradora Vale, de acordo com a Prefeitura Municipal de Ouro Preto⁷⁹. Por meio disso, foi feita a revitalização do Horto que atualmente já se encontra restaurado, privilegiando as características da obra anterior, de 2008.

Em 2023, o Horto foi reinaugurado como Parque Vale dos Contos pela Prefeitura. Foram feitos reparos e obras necessárias para o retorno do seu funcionamento com o intuito de preservação da natureza, uso como equipamento turístico e espaço público.

⁷⁹ Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/noticia/1432>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Conjunto dos Contos em Ouro Preto no período 1750-2023 foi estudada por meio de uma leitura da paisagem que se baseou nas dinâmicas e nas marcas temporais de seus elementos: o Largo, a Ponte, o Chafariz e a Casa dos Contos. Por isso, descrevemos as características de cada um na paisagem. E ampliamos a nossa lente para contemplar a leitura de aspectos cotidianos, da diversidade de usos e de apropriações do espaço público livre e do edificado.

A gestão do patrimônio buscou assegurar a conservação e a unidade do conjunto urbano e dos seus monumentos no tempo e no espaço. Mas, para além de seu patrimônio, há inúmeros movimentos entrelaçados, de turistas e também de moradores que garantem o seu dinamismo, que a mantém viva. A utilização e a permanência desse patrimônio no cotidiano das pessoas foi o que possibilitou que continuassem sendo vividos no presente. Os diferentes períodos da história da cidade implicados no espaço urbano se unificam na paisagem que conhecemos hoje. Nesse sentido, o elo entre paisagem e patrimônio se dá pela vida que se manifesta em Ouro Preto. As vivências cotidianas e coletivas são a herança da cidade e precisam ser preservadas, garantidas para gerações sucessivas e futuras.

O Largo dos Contos foi um espaço público importante no século XVIII, especialmente se considerarmos o Chafariz, a Ponte e a Casa dos Contos como norteadores de suas dinâmicas. Ele se manteve com tal importância ao longo do tempo. Primeiramente, como espaço voltado ao uso público para atividades essenciais, depois se tornou centro comercial, e, em seguida, um dos espaços mais representativos e visitados da cidade-monumento, especialmente por causa do Museu Casa dos Contos. O espaço público passou por transformações que alteraram a paisagem e incorporaram significados a ele.

Por tantas características e contribuições de tempos distintos poderíamos dizer que Ouro Preto são muitas. Cada camada de tempo evoca diferentes sensações e a composição de todos eles na forma de cidade viva são um convite à percepção. Do Parque Horto dos Contos, por exemplo, temos acesso a uma outra cidade o que nos leva a pensar a necessidade de valorização dos fundos, do próprio vale, incentivando novas visões do monumento com novas percepções.

A importância desse Conjunto para a história da cidade se ratifica. Seus processos de transformação, conflitos, disputas e usos dos espaços integram contextos maiores, como o da dinâmica da relação colônia-metrópole e o papel do metal extraído na Revolução Industrial. Assim, a proposição de que o Largo se tornou um espaço definitivo de concentração e distribuição de pessoas e veículos, mantendo a cidade viva, é constatada.

Pensar a paisagem do Largo é instigante como a própria cidade. Do ponto de vista das vivências e do cotidiano ele pode ser considerado confuso, meio caótico, a ordem na desordem, em que cada pessoa compreende seus espaços e caminhos de uma maneira e os utiliza como tal. Por exemplo, os pedestres utilizam as calçadas, mas nem sempre; os carros utilizam as vagas de estacionamento, mas nem sempre, às vezes param em fila dupla e travam outros carros; quando necessário, os órgãos de trânsito e o comércio local delimitam a área de circulação, mesmo que prejudique o fluxo; as escadarias de acesso das edificações são utilizadas como bancos, já que o espaço não os contém; o Chafariz é pouco utilizado, mas ainda o é, seja desligado (pelas crianças) ou ligado (pra beber água e lavar carro); os degraus e as soleiras das portas dos casarios também viram assentos e até as fachadas passam a ter utilidade para exposição, e no final, todos se entendem, tudo funciona, como algo natural, nativo. Nisso consiste a riqueza e o encantamento de ser também parte da paisagem de Ouro Preto.

O encontro com a paisagem, no presente trabalho, possibilitou focar nas relações, nos usos, nas vivências, nas percepções. Os objetivos específicos foram alcançados, os monumentos passaram a ter novos significados, em torno deles, há muitas histórias não contadas e buscamos contribuir para isso. O conjunto analisado é composto por monumentos dentro de outro monumento. No âmbito pessoal também foram criados novos significados como, por exemplo, a descoberta de que aquela água que sai do Chafariz pode ser consumida sem medo, sendo uma excelente fonte para isso.

Após as leituras promovidas pela pesquisa nessa temática surgiram muitos conflitos pessoais de desmantelamento de narrativas incutidas de valores que não podem mais ser aceitáveis. A sensibilidade fica aguçada trazendo à tona uma consciência de realidade que vai além dos aspectos físicos da paisagem e que só foi possível pelas escolhas bibliográficas. Nada é o que parece, há sempre algo mais e é impossível

compreendê-la em sua totalidade. Isso dificulta os recortes, cria desafios, mas nos retira de um lugar de domínio.

Os estudos da paisagem nos situam entre as representações e a percepção, a objetividade e a subjetividade, mas quais são os limites? O processo de aprendizagem nessa área requer a superação conceitual das relações entre natureza e cultura assim como entre objetividade e subjetividade. Por mais que pareça claro, diversas vezes nos pegamos replicando as dicotomias que predominam em algumas áreas científicas predominantes. Não existiria o Largo e a cidade viva sem as pessoas e a sua importância não seria a mesma se não fossem as estruturas de poder que o concretizaram através de edificações e atividades como a da Casa dos Contos.

A interdisciplinaridade nos permite fazer construções mais ousadas, mas requer cuidados para não incorrer na divagação. Com isso, ampliamos consideravelmente o número de fontes e de bibliografia abrangendo diversas áreas. Esse processo nos afetou, nos transformou, assim como as paisagens, numa troca ilimitada, em diálogos às vezes confusos e conexões que demoram a fazer sentido. São fios entrelaçados, como a paisagem, que não tem fim e nem devem ter, apenas deixando margens para reflexões, críticas, novas pesquisas e novas inquietações.

A superação do tempo cronológico e da história linear também é necessária ao trabalharmos com a teoria da paisagem escolhida. Esse vai-e-vem na história da cidade não é intuitivo, causa estranhamento, as vezes um certo desconforto, mas é fascinante. A busca pela compreensão do cotidiano, as associações, os movimentos criam oportunidades de superação. A paisagem é um campo excelente para isso.

Fontes e arquivos nos instigaram a olhar para o passado, possibilitaram trabalhar esse olhar, mudar as questões, encontrar relações com outros contextos. Não se trata apenas de contar uma história. Nesse quesito, podemos dizer que a globalização tem seus méritos. Pesquisas feitas à distância, mediante contato pela internet e com acesso a banco de dados digital, troca de materiais entre pesquisadores até pelas redes sociais, democratização do acesso de livros, teses e dissertações, acesso a inúmeras imagens e fotografias do Largo em vários momentos que permitiram que a pesquisa tivesse continuidade na pandemia.

As transformações no Largo dos Contos ao longo do tempo aumentaram a área construída com a falsa ideia visual de que são elementos da mesma época. Essas

novas construções trouxeram consigo e com os seus proprietários a supervalorização imobiliária que acompanha as ruas do entorno pertencentes ao perímetro tombado. Esse movimento limita o acesso de muitas pessoas, mas não impede o uso do espaço público, embora ele possa ser melhor estimulado para seu proveito.

O lugar da transformação em uma cidade cujo destino é ser preservada passa pela vida que acontece todos os dias, em cada contexto. Esse lugar em si é um verdadeiro impasse, que se torna cada vez mais conflituoso com o avanço das políticas de preservação do patrimônio. Se até meados do século XX, as transformações no espaço eram mais significativas, possibilitando, por exemplo, a inserção de edificações e alteração de volumetrias, já no final do século e começo do XXI se tornaram desafios constantes às vivências dos moradores.

O Largo mantém tradições, como a passagem de procissões, a água jorrando no chafariz, o acesso à Ponte como forma de passar para o outro lado da cidade. O Museu Casa dos Contos compensa a imponência da fachada e a opressão de sua história com a hospitalidade, o acolhimento, o fácil acesso e o estímulo ao uso pela comunidade. Nele, há possibilidades de exposição de artistas locais, de lançamentos de livros, de utilização dos banheiros pelas pessoas que estão nas ruas e o acesso ao Parque Horto dos Contos, como mais uma ação em prol da aproximação das pessoas. Há um longo caminho pela frente e a gestão tem consciência disso, mas o processo é longo.

Nos caminhos teóricos e práticos entre paisagem e espaço público atravessam usos cotidianos e coletivos que também estão relacionados às sensações que o Largo causa nas pessoas. O incentivo aos eventos públicos no espaço, nos últimos anos, pode ser um indício de uma retomada do seu sentido primordial de encontro e convivência. Em sua essência, a cidade toda é um espaço público e requer maior abrangência da maior parte da população que não se vê representada nesses espaços patrimonializados.

Para demonstrar essas dinâmicas a utilização de fotografias não seria suficiente, tampouco a descrição, que seria limitadora. A utilização de vídeos através dos qr codes possibilita que as pessoas vejam com seus próprios olhos e possam concordar ou discordar das nossas percepções. Ainda que os vídeos sejam também uma forma de moldura, eles propiciam uma certa aproximação. Além disso, a cidade por si só

emana sensações pelo seu barroco, pelos vales e ladeiras, pelo verde, pelas torres das igrejas. Os vídeos foram convites para apreciá-la.

Os monumentos estudados carecem de uma gestão que contribua para a difusão de conhecimento, voltada à cultura de fácil acesso, a fim de aproximá-los das pessoas. No espaço público livre, o que acontece é a disputa, a falta de interação, em detrimento do privilégio dos carros, dos estacionamentos, da velocidade. Esses novos hábitos viários da sociedade interferem nas dinâmicas do espaço e dos monumentos esvaziando os seus valores. É necessário colocar em prática um modelo de gestão integrado, em que patrimônio e/ou paisagem não seja uma secretaria isolada, para que toda a cidade seja pensada para o seu uso e proveito, da melhor forma possível, por todos.

Com isso, garante-se, também, a sustentabilidade entendida como herança que não deve ser obra isolada da Secretaria de Meio Ambiente. Os objetivos do desenvolvimento sustentável preveem essa integração e poderiam nortear a gestão da cidade favorecendo a sociedade, o patrimônio, os espaços públicos e a vida. A administração municipal precisa, ainda, envolver a maior parte da sua população que não se vê representada nesses espaços patrimonializados. Esse núcleo, que foi a cidade em seus primórdios, agora é só uma pequena parte do território, com um baixo número de moradores em relação às novas áreas habitadas a partir da segunda metade do século XX.

A tese se encerra, mas não esgota o assunto. Novos estudos podem viabilizar alternativas para intensificar as relações com o Conjunto dos Contos e propor políticas de preservação do patrimônio que articulem todas as suas camadas e a sua diversidade.

FONTES

ACERVO DIGITAL DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL):

Ponte de São José. Documentação abrangendo o período de 1950-1983; Bem tombado. Seção Rio de Janeiro. Disponível em:

http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?query=OURO+PRETO&filtertype=format&filter_relational_operator>equals&filter=textual. Acesso em: 10 jun. 2020.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (PORTUGAL)

Cartografia impressa 1538/1977 (CARTI). Brasil 1601/1972

(PT/AHU/CARTI/003/01635). Mapa topográfico do Orto Botânico do Ouro Preto de Manoel Ribeiro Guimarães, 1799.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (BRASIL):

- Carta de Luís Diogo Lobo da Silva aos oficiais da Câmara de Vila Rica sobre o conserto do encanamento do chafariz para abastecimento da Casa de Fundação. Acervo Casa dos Contos. Cx 96, 20394. 1766.
- Correio da Cidade de Ouro Preto (MG). Coleção Municípios Mineiros, MM-191(02). Disponível em:
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29551. Acesso em: 29 jul. 2021.
- Folha de pagamentos das obras das varandas das casas da Contadoria localizadas na ponte e na rua São José, de 15 de setembro a 31 de outubro de 1794. Casa dos Contos. Cx. 106 – 20571, Rolo 532 A.
- Foto do Liceu de Artes e Ofícios oferecida por sua diretoria a José Pedro Xavier da Veiga, em Ouro Preto (MG). Coleção Município Mineiros. Autor J. Brandi. 1898.
- **Mapa da população do distrito do Largo do Rosário em 1802, elaborado pelo Tenente Comandante José Soares Rodrigues.** Coleção Casa dos Contos, CX. 91 – 20307, Rolo 529, 1803. Disponível em:
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cc/brtacervo.php?cid=11445>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- **Os moradores do Ouro Podre solicitam intervenção da Câmara de Vila Rica, para resolver os problemas referentes a uma nascente de água.** Coleção Câmara de Ouro Preto. Cx. 18, DOC 20, 19/02/1746. Disponível em:
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmop/brtacervo.php?cid=916>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- **Projeto da Rede De Triangulação Traçada sobre a Planta Primitiva da Comissão de Estudo - [Belo Horizonte].** Coleção de documentos cartográficos do APM. Inscrição atual 097. PASTA 22 sobre o MAP 7. Disponível em:
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=100. Acesso em: 10 jul. 2021.

- Recibo passado pelo Pintor Feliciano Manoel da Cosa a João Rodrigues de Macedo referente ao pagamento da pintura da ponte de São José. Casa dos Contos. Cx. 111 – 20677, Rolo 534. 1794.
- Reclamam dos soldados do regimento de linha que dão de beber aos cavalos nos aquedutos que levam água aos chafarizes fontes da Vila, o que pode ser prejudicial à saúde pública. Secretaria de Governo da Capitania – Seção colonial. CX. 114. DOC. 16. 05/01/1820.
- Requerimento de Bernardo Álvares da Neiva solicitando 15 ou 20 braças de terra devolutas no caminho novo, perto da ponte de São José. Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx. 07. Doc. 15. 28/08/1734.
- Requerimento de Francisco Alves referente à uma carta de sesmaria das terras situadas no Largo dos Baús e margem do Rio Tejuco, termo do julgado de desemboque. Seção colonial. CX. 101, DOC 49, 24/04/1817. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=6359>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- Solicitação da construção de uma fonte próxima à igreja do Rosário, devido a falta de água na região. Câmara Municipal de Ouro Preto. CX 16. DOC 44. 27/04/1745.
- Solicitação de pagamento da segunda parcela das obras da fonte e do chafariz, para que possa dar continuidade às obras. Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx 16. Doc. 13. 16/01/1745.
- Solicitação de pagamento das obras dos chafarizes em padre faria e no caminho da ponte de São José arrematadas por João Domingues Veiga. Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx 15. Doc. 18. 08/07/1744.
- Solicitação de pagamento de obras realizadas por Gonçalo Antônio de Oliveira e Antônio Moreira Duarte. Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx 15. Doc. 16. 04/06/1744.
- Solicitação de pagamento dos cunhões do chafariz, localizado no caminho que vai para a ponte de São José. Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx. 18. Doc. 33. 20/03/1746.
- Solicitação de reforma da ponte de São José. Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx. 68, Doc. 26. 24/02/1796.
- Solicitação do aforamento de terras devolutas, localizadas na Rua de São José, entre a ponte e o paço; oferece 75 réis por cada braça. Em anexo, documento de procuração passado a João Dias de Almeida para resolver o problema. Coleção CMOP, Cx. 83, Doc. 49, 1818. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmop/brtacervo.php?cid=5625>.
- Solicitação do pagamento das vistorias realizadas na ponte e no chafariz construído em São José. Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx 16. Doc. 50. 28/04/1745.
- Solicitação do pagamento de 58 oitavas de ouro, pois a obra de condução da água para o chafariz localizado próximo à ponte de São José, já foi concluída. Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx 33. Doc 59. 29/12/1756.
- Solicitação do pagamento por serviços prestados, na obra de encanamento da água que vem do Chafariz do Largo de São José. Coleção Câmara Municipal de Ouro Preto, CX. 55, DOC. 92, 22/12/1780. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmop/brtacervo.php?cid=3492>. Acesso em: 15 jul. 2021.

- **Vista Parcial Do Museu Casa Dos Contos Em Ouro Preto (MG)**. Coleção Municípios Mineiros, MM-191(01). Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29550. Acesso em: 29 jul. 2021.
- Solicitação para que possa usufruir em suas duas casas da água que vai para a fonte pública visto a sua abundância. Câmara Municipal de Ouro Preto. CX. 86. DOC 35. s/d.
- **Chafariz de Marília no Largo de Dirceu em Ouro Preto (MG)**. Coleção Municípios Mineiros, MM- 193(03). Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29556?. Acesso em: 15 jul. 2021.

BANDEIRA, Manuel. Minha gente, Salvemos Ouro Preto! **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 11/9/1949. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/Série Inventário. M024/Cx. 0213.

BERTICHEM, Pedro Godofredo. Bertichem - 1856 - Praça do Comércio - Rua Direita. *In*: **Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg**. Rio de Janeiro. 1856.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. Lisbon [visual grafico: The Largo do Pelourinho / painted by LIEU.T COLL BATTY; engraved by Freebain. Notação Atual: Biblioteca Nacional de Portugal – **Coleção Iconografia** - E 952V. BATTY, Robert. 1789-1848. London: by Moon Boys & Graves – Pelourinho, 0000_1-2_p24-C-R0150.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL:

- Planta da cidade de Ouro Preto organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa presidente da Província [Cartográfico]. ARC.022,09,024 – Cartografia. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart542317/cart542317.jpg
- Jornal Tribuna de Ouro Preto de 3 de janeiro de 1948. Ano II, n 58. Homeroteca Digital de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional - Coleção Jornais de Ouro Preto: órgão do partido conservador (1884 a 1947). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=222747&pagfis=2222&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- Minas Geraes: Orgam Official dos Poderes do Estado (MG) - 1892 a 1900. Coleção Memória. Cód.: TRB00055.0170, Rótulo: 291536. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=291536&pagfis=12622&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- Rebelião em Vila Rica. Revista O Cruzeiro 1957, Edição 43. Coleção Digital de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional. Homeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=113449>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, feytas, e ordenada pelo... Senhor d. Sebastião Monteyro da Vide...propostas, e aceytas em o Synodo

Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FONTANA, Luiz. Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Fundo: Fotos do Centro de Ouro Preto. Acervo IFAC/UFOP. Disponível em: <http://www.ouropreto.mg.gov.br/luizfontana/index/index.php?pag=3>. Acesso em: 10 jul. 2015.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Literatura popular em verso**. Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna. Tomo I, 1973. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibobpub&Pesq=largo&pagfis=3152>. Acesso em: 14 jul. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil):

- Acervo Digital: Seção Rio de Janeiro. Processo nº 0070-7-38, Seção de História, vol. 2. **Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Ouro Preto**. Rio de Janeiro, 1938-1990. Disponível em: acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/4776?discover?rpp=10&etal=0&query=conjunto+arquitet%C3%B4nico+e+urban%C3%ADstico+da+cidade+de+ouro+preto&filtertype_0=subject&filter_relational_operator_0=equals&filter_0=Tombamento. Acesso em: 8 abr. 2021.
- Livro das Belas Artes. Inscrição nº 348 de 9-1-1950, Nº Processo 0415-T. Dispõe sobre o tombamento da Casa dos Contos em Ouro Preto.
- Livro das Belas Artes. Inscrição nº 371 de 19-6-1950, Nº Processo 0430-T. Dispõe sobre o tombamento do Chafariz dos Contos (Ouro Preto, MG).
- Livro das Belas Artes. Inscrição nº 376 de 19-6-1950, Nº Processo 0430-T. Dispõe sobre o tombamento da Ponte dos Contos (Ouro Preto, MG).
- Livro Histórico. Inscrição nº 263 de 9-1-1950, Nº Processo 0415-T. Dispõe sobre o tombamento da Casa dos Contos em Ouro Preto.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE (BRASIL).

- Decreto N. 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. *In*: Acervo Digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Número do documento 0070-T-38. Disponível em: http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/4776?discover?rpp=10&etal=0&query=OURO+PRETO&filtertype_0=format&filter_relational_operator_0=equals&filter_0=textual. Recuperado em: 5 dez. 2020.
- Mudança do chafariz do Largo de São José [1786]. Cópia de documentos. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1953.
- Solicitação de tombamento dos principais valores do acervo de arte e história do país. Diretoria da Divisão de Estudos e Tombamento. 1935.

NÚCLEO DE ESTUDO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA. **Glossário**. Coleção Casa dos Contos. Disponível em:

<http://www.arq.ufmg.br/nehcit/glossario/index.php?vocabulario=Junta%20da%20Real%20Fazenda>. Acesso em: 22 abr. 2020.

OZZORI, Manuel. **Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e literário do Município de Ouro Preto**. Ano 1, 1890. Belo Horizonte: MAZZA/IAC/UFOP, 1890.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO (BRASIL):

- Inventário de Proteção do Acervo Cultural: Chafariz de São José ou dos Contos. 2012.
- Inventário de Proteção do Acervo Cultural: Ponte de São José ou dos Contos. 2012.

SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. In: Biblioteca Nacional. 6. ed., tomo II F-Z. 1858, p.263. Disponível em:
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibobpub&pagfis=11327>.
 Acesso em: 14 jul. 2021.

SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p. Disponível em:
https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-portugueza-recompilado-dos-vocabularios-impresos-ate-agora-e-nesta-segunda-edi%C3%A7%C3%A3o-novamente-emendado-e-muito-acrescentado-por-antonio-de-moraes-silva/?page_number=2#dic-viewer. Acesso em: 14 jul. 2021.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário Latino Português por Francisco Torrinha Professor efectivo do Liceu de Rodeigues de Freitas e da Escola Industrial de Faria Guimarães, antigo professor catedrático da extinta Faculdade de Letras da Universidade do Porto** - Subsidiado pela Junta Nacional de Educação para a elaboração desta obra. Porto, 1937. Disponível em:
<https://archive.org/details/DICIONARIOLATIMPTUGUESPORFRANCISCOTORRINHA/mode/2up?q=largo>. Acesso em: 14 jul. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Leila Bianchi. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializado: Ouro Preto, 1938-1975. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 87-106, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862016000100006>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. De Potosí a Ouro Preto: um esboço comparativo. **Procedência UFRRJ**, Rio de Janeiro, v. II, 2002. Disponível em: <http://www.ufrrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/perspectivas-historicas/artigos/08.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

AMANTINO, Márcia. As Guerras Justas e a Escravidão Indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 35, p. 189-206, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/DPBhw4sSnG3jQRL794K7D4x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jul. 2021.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Vassalos rebeldes: motins em Minas Gerais no século XVIII. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 13, p. 26-43, jun. 1994. Disponível em: <https://bit.ly/3iwUq85>. Acesso em: 10 maio 2021.

ANDRADE, Rodrigo Ferreira; MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. **Belo Horizonte: um espaço para a república**. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. Revisando Haussmann, ou os limites da comparação. **Revista USP**, São Paulo, n. 26, p. 195-205, 1995.

ARAÚJO, Alice Viana. **Espaços livres de uso público em Ouro Preto-MG: heranças históricas, desafios contemporâneos**. 2018. 708 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-BAAJTC>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ARAÚJO, Alice Viana; MORAIS, Pablo Henrick Sales de. Largo do cinema: o desafio de conciliar o histórico e o contemporâneo. *In*: Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, 12., 2020, São Paulo. **Anais** [...]. DOI <http://dx.doi.org/10.5821/SIIU.9866>. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/336485>. Acesso em: 10 maio 2023.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

ÁVILA, Affonso. **Discurso da difamação do poeta: antologia**. São Paulo: Summus, 1978.

ÁVILA, Affonso. **Texto distribuído pelo Ministério da Fazenda, na implantação do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, na Casa dos Contos de Ouro Preto, em 6 de fevereiro de 1974.** Ouro Preto, 1974.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. Tradução de Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. *In: Os PENSADORES, XXXVIII.* São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 339-512.

BAETA, Rodrigo. Ouro Preto: cidade barroca. **Cadernos PPGAU/UFBA**, v. 1, n. 1, p.47-66, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1541/975>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BANDEIRA, Manuel. **Guia de Ouro Preto.** Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, 1975. (Coleção Prestígio).

BARCELOS, Reginaldo. **Entre o ouro e a escória:** arqueometalurgia do ouro no Brasil dos séculos XVIII e XIX. 2016. 319 f. Tese [Doutorado em Arqueologia] – Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal, 2016. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/83730>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BARROSO, Gustavo. Resumo dos chafarizes e fontes existentes em Ouro Preto 1935. *In: Anais do Museu Histórico Nacional.* Ministério da Educação e Saúde/Inspeção de Monumentos Nacionais, ano 1944, v. V.

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. Tradução de Jorge Hajime Oseki. **Espaço e Debate:** Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, ano XI, p. 39-54, 1991.

BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. *In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas.* São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 2.

BERQUE, Augustin. La mésologie, pourquoi et pour quoi faire? Paris: Presses Universitaires de Paris Ouest, 2014. (Essais & conférences) *apud* MARANDOLA, Hugo Leonardo. Augustin Berque e a Geografia Humanista brasileira: aproximações epistemológicas. *In: Enanpege – A Geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento*, 13., 2019, São Paulo.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo:** exercícios de paisagem. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

BICALHO, Maria Fernanda B. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXIV, n. 1, p. 31-57, 1998. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/28196/15825>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BORJA, Jordi. **La ciudad conquistada.** Madrid: Alianza Editorial, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. 1983.

BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Corpo e cidade: complicações em processo. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1 e 2, p. 142-155, 2012. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjB5o6u7oH_AhU_p5UCHR3nC1UQFnoECA0QAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufmg.br%2Findex.php%2Frevistadaufmg%2Farticle%2Fview%2F2716&usq=AOvVaw1v9CIEzNMzY49m3gxvRRZr. Acesso em: 1 maio 2023.

BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Tradução de David Jardim Júnior. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2001.

CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. **Ouro Preto**. Belo Horizonte, 1969.

CAMPOS, Kátia Maria Nunes. Vestígios da mineração de ouro na Serra do Veloso: uma contribuição à geo-história de Ouro Preto – MG. **Revista Espinhaço**, v. 3, p. 15-17, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3964697>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CAMPOS, Kátia Maria Nunes. Vila Rica: Formas Espontâneas e Planejadas num Traçado Urbano Setecentista. *In: IX Jornada Setecentista – Os domínios ibéricos e suas fronteiras*, 9., 2012, Curitiba. p. 1-15. Disponível em: https://www.academia.edu/download/31607641/Vila_Rica_Formas_Espontaneas_e_Planejadas_num_Tracado_Urbano_Setecentista.pdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

CANCLINI, Nestor García. Los usos sociales del Patrimonio Cultural. *In: CRIADO, Encarnación Aguilar (Ed.). Patrimonio Etnológico: Nuevas perspectivas de estudio*. [s.l.]: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1999. p. 16-33.

CARLES, Marjolaine. Águas de domínio público (Brasil colonial): o caso de Vila Rica, Minas Gerais, 1722-1806. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 32, n. 58, p. 79-100, jan.-abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752016000100005>.

CARVALHO, Feu de. Reminiscencias de Villa Rica. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 19, p. 267-344, 1921. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1921.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephaim Ferreira Alves. 3. ed. Vozes: Petrópolis, 1998.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2017.

COLLOT, Michel. **Poética e filosofia da paisagem**. Tradução de Ida Alves *et al.* Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.

CORBIN, Alain. Comment l'espace devient paysage. *In*: CORBIN, Alain ; LEBRUN, Jean. **L' Homme dans le paysage**. Paris: Textuel, 2001. p. 7-24. Texto traduzido por Myriam Bahia Lopes e publicado em LOPES (Org.). Paisagem. Belo Horizonte: NEHCIT, 2020.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

COSTA, Antônio Gilberto. Mapa das pedras do patrimônio de Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 46, n. 2, p. 26-43, 2010. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1030>. Acesso em: 3 ago. 2021.

COSTA, Cláudio Manoel. **Vila Rica**: poema. *In*: Biblioteca Digital Luso-Brasileira, [1773] 1839. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/437450>. Acesso em: 10 jun. 2023.

COSTA, Tainá de Keller e; MONTEIRO, Marcos Machado. **Restauração do Forro da Casa dos Contos**: relatório de obra executada pela empresa Sepres Engenharia LTDA. Ouro Preto, março de 2010. (No prelo).

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. Antropologia histórica como conceito de história natural em Adorno. **Revista de Filosofia**, v. 19, n. 1, p. 25-43, 2019. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/1146/693>. Acesso em: 22 mar. 2023.

DAGOGNET, François. **Morte da paisagem?** Tradução de Myriam Bahia Lopes. Belo Horizonte: NEHCIT, 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 4.

DELONY, Eric. **Foreword**. 2011. Disponível em: <https://www.icomos.org/fr/ressources/publications/librairie-de-l-icomos/116-english-categories/resources/publications/234-context-for-world-heritage-bridges>. Acesso em: 20 jun. 2022.

DELSON, R. M. **Novas Vilas para Brasil-Colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Editora Alvaciord, 1997.

DEVEZA, Felipe. O caminho da prata de Potosi até Sevilha (séculos XVI e XVII). **Revista Navigator**, v. 2, n. 4, 2006. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/219>. Acesso em: 1 jul. 2021.

DIAS, Maria Odila da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. **Revista Estudos Econômicos**, v. 15, nº especial, p. 89-109, 1985. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/download/157230/152622>. Acesso em: 9 maio 2023.

DIAS, Sérgio. Imagem do post. Ouro Preto, 17 de julho de 2020. Facebook: sergio.dias.731. Disponível em: <https://www.facebook.com/sergio.dias.731/posts/3132592970128463>. Acesso em: 30 jul. 2020.

DUNLOP, Charles Julius. **Rio Antigo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Rio Antigo, 1963. Disponível em: <https://reficio.cc/publicacoes/rio-antigo/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED, v. 1, 2. ed, 1994.

FARIA, Miguel. O modelo Praça/Monumento Central na evolução urbanística da cidade de Lisboa – notas sobre toponímia, urbanismo e história dos monumentos públicos de Lisboa. *In*: Colóquio Lisboa Iluminista e o seu tempo da Universidade Autónoma de Lisboa. 1997. Disponível em: repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2483/1/O_modelo_praca_monumento_central_na_evo.pdf. Acesso em: 17 abr. 2020.

FERRARI, Celson. **Dicionário do Urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Além de súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 81-95, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018242005>. Acesso em: 9 mar. 2021.

FLEURI, Reinaldo M. Interculturalidade, identidade e decolonialidade: desafios políticos e educacionais. **Série-Estudos** – Periódico do Programa de Pós-graduação em Educação da UCDB, Campo Grande/MS, n. 37, p. 89-106, 2014 Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/771/650>. Acesso em: 1 ago. 2021.

FLORES, Rafael Kruter; MISOCZKY, Maria Ceci. Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum. **Revista OES**, Salvador, v. 22, n. 73, p. 237-250, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/3Fs93qM5JcyfCsdNzbRBYCr/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 3 ago. 2021.

FONSECA, Alberto de Freitas Castro. **A água na Ouro Preto dos séculos XVIII e XIX**: aspectos gerenciais. 2004. 127 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, 2004.

FONSECA, Alberto de Freitas Castro; PRADO FILHO, José Francisco. Ouro Preto, Água Limpa: o abastecimento doméstico de água no epicentro do ciclo do ouro. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 13, n. 3, p.177-188, 2008. Disponível

em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/8342>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FONSECA, Claudia Damasceno. Construção e representações das paisagens urbanas. *In: Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. (Humanitas series). p. 500-556.

FONSECA, Janete Flor de Maio. **Tradição e modernidade**: a resistência de Ouro Preto à mudança da Capital. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016.

FONSECA, Paulo Miguel Moreira da. João Rodrigues de Macedo: o contratador e sua espiral de poder no setecentos mineiro. *In: Simpósio Nacional de História, ANPUH, 23.*, 2005, Londrina. **Anais [...]**. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwixnrSR64jxAhUOpZUCHfk8BOAQFjAAegQIAxAF&url=https%3A%2F%2Fanpuh.org.br%2Fuploads%2Fanais-simposios%2Fpdf%2F2019-01%2F1548206569_e4ce63dde72779d5675936f3afe6a1e6.pdf&usg=AOvVaw2kzErVpyRka9Gij0WKhTKf. Acesso em: 25 ago. 2020.

GONZAGA, Tomás A. Maria de Dirceu e Mais Poesias. *In: Coleção de Clássicos Sá da Costa*. Lisboa, 3. ed., s/d. p. 115-116. Disponível em: <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/literatura/liraxxxvi.htm>. Acesso em: 25 ago. 2020.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**: história da mundialização. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da USP, 1969.

IANNI, Octavio. Cultura Popular. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 20-22, 1987.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Mariana (MG)**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/272>. Acesso em: 15 jul. 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA). **Guia de bens tombados**: Minas Gerais. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1985.

JORNAL OURO PRETO (Impresso). Ouro Preto, ano 11, n. 102, set. 2015.

JORNAL VOZ ATIVA. **Corte adiado**. Cenário da Ponte dos Contos, no centro histórico de Ouro Preto-MG, perderá araucária na quarta, 18/10. Ouro Preto, 12 out. 2017. Disponível em: <https://jornalvozativa.com/geral/corte-adiadocenario-da-ponte-dos-contos-no-centro-historico-de-ouro-preto-mg-perdera-araucaria-na-quarta-1810/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

KAMINSKI, Leon Frederico. **Por entre a neblina**: o festival de inverno de Ouro Preto (1967-1979) e a experiência histórica dos anos setenta. 2012. 256 f. Dissertação [Mestrado em História] – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/5697>. Acesso em: 12 maio 2023.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Disponível em: https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2017/08/davi_kopenawa___bruce_albert_-_a_queda_do_c_u.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRUS, Alexandra; CAMEIRA, Isabel; MARTINGIL, Márcio. Rua do Comércio Nº 1 a 13, Lisboa: Metamorfose Espacial. *In*: Encontro de Arqueologia de Lisboa: uma cidade em escavação, 1., Lisboa, 2017. **Anais** [...]. p. 415-424.

LE MOS, Amalia Inés Geraiges de. Cidades, território e memória na América Latina: um olhar através das suas metrópoles. **PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, v. 1, n. 2, p. 13-28, set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/9281/11360>. Acesso em: 29 jun. 2021.

LEVY, Hannah. Modelos europeus na pintura colonial. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 8, 1944. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/49163341/AnaLevy-1.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

LINEBAUGH, Peter. All the Atlantic Mountains Shook. **Labour/Le Travailleur**, v. 10. p. 87-121, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/25140140>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes. 1980.

LOPES, Myriam Bahia. Ladeira. *In*: TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; DE LILLE, Laurent Coudroy; D'ARC, Héléne Riviére. **A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o Conceito de história” [1938]. Tradução de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAGNOLI, Miranda. **Espaços livres e urbanização**. 1982. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Histórias reconectadas: o horto botânico de Vila Rica e os jardins do antigo palácio dos bispos de Mariana. *In*: PESSOA, Ana; FASOLATO, Douglas; ANDRADE, Rubens de (Orgs.). **Jardins históricos**: a cultura, as práticas e os instrumentos de salvaguarda de espaços paisagísticos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. p. 103-113.

MATHIAS, Herculano Gomes. **A Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto**: documentos avulsos. Rio de Janeiro, 1966.

MAYOR, Sarah Teixeira Soutto. As transformações do carnaval ouro-pretano na década de 1980. **Licere**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1081/802>. Acesso em: 11 maio 2023.

MELO JÚNIOR, Donato. A Casa dos Contos de Ouro Preto. **Coisas de Arquitetura**. 9 ago. 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/08/09/a-casa-dos-contos-de-ouro-preto/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

MENDES, Izabela Aparecida Silva. **A qualidade da água na bacia do córrego Tripuí, Ouro Preto – MG**: relações com o uso e ocupação do solo. 2012. 104 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Preto, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/42517609-Instituto-federal-minas-gerais-ifmg-campus-ouro-preto-diretoria-de-graduacao-e-pos-graduacao-coordenadoria-de-geografia.html>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. **A construção de uma cidade-monumento**: o caso de Ouro Preto. 1999. 155 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise. **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris: Puf, 2000.

MOTTA, Lia. Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial. *In*: **“Salvemos Ouro Preto”**: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008. p. 12-17.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933.** 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, Campinas/SP, 2007.

OLIVEIRA, José Eduardo de. Manuel Bandeira e o Guia de Ouro Preto 1938-2018. **Jornal de Patos: a história local vive e ecoa.** 18 nov. 2020. Disponível em: <https://www.jornaldepatos.com.br/2020/11/manuel-bandeira-e-o-guia-de-ouro-preto.html>. Acesso em: 28 jul. 2021.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de. **Minho e Minas Gerais no séc. XVIII.** Braga, 2016.

PAIS, Isidro. **As Muralhas de Lisboa do tempo de D. Dinis: o troço do Museu do Dinheiro e a sua conservação.** 2019. 23 f. Monografia (Mestrado em Estudos do Patrimônio) – Universidade Aberta de Portugal, 2019. Disponível em: www.academia.edu/download/60602998/As_Muralhas_de_Lisboa_do_tempo_de_D._Dinis._O_troco_do_Museu_do_Dinheiro_e_a_sua_conservacao20190915-122839-bi8wy3.pdf. Acesso em: 17 abr. 2020.

PAIXÃO, Judite Cavaleiro. Fontes do tribunal de contas de Portugal para a história do Brasil Colônia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 57-70, jan./jun. 1997. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/273/273>. Acesso em: 2 abr. 2020.

PARENT, Claude. **Entrelacs de l'oblique.** Ed. du Moniteur, 1981.

PESSOA, Vitor Lucas de Faria; DIAS, Cleber. Ouro Preto é uma festa: cultura e lazer no festival de inverno da UFMG. **Revista de História**, ed. 22, v. 8, n. 3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5802/pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

PONTES, Salvador Pires. **Nomes indígenas na geografia de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 1970. Disponível em: <http://etnolinguistica.wikidot.com/biblio:pontes-1970-nomes>. Acesso em: 10 mar. 2022.

REIGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem.** São Paulo: Perspectiva, 2014.

REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. **A Câmara Municipal de Vila Rica e a consolidação das elites locais, 1711-1736.** 2015. 390 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02062015-174714/pt-br.php>. Acesso em: 4 ago. 2021.

RODRIGUES, José Wash. **Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil.** São Paulo: Martins Editôra, 1945. v. III. Disponível em: <https://archive.org/details/documentarioarquijsowiii/page/n43/mode/2up>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ROSA, Alexandra Matilde Resende; GUARDA, Vera Lúcia de Miranda; ALVES, Kerley dos Santos. Estruturas e representações sobre a desigualdade de gênero na gestão da água em Ouro Preto/ MG: uma análise da percepção de conselheiros e gestores dos órgãos municipais.: **Brazilian Applied Science Review**, Curitiba, v. 6, n. 3, p.1125-1147, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/48339/pdf>. Acesso em: 10 maio de 2022.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Malerische reise in Brasilien**. Daco Verlag Bläse, Stuttgart, 1986. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227417>. Acesso em: 10 maio de 2022.

SALGADO, Marina. **Ouro Preto: paisagem em transformação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SANSOT, Pierre. **O princípio da visibilidade**. Tradução de Myriam Bahia Lopes. Belo Horizonte: NEHCIT. 2019.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: SENAC, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=66-2DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=significado+dos+chafarizes&ots=6kfLxSliWI&sig=17DRal5gamLqCLSY1GfzW1JV3nw#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SANTOS, Ana Renata Silva *et al.* Uma janela para a paisagem. **Arquitetura Revista**, v. 14, n. 2, p.163-173, 2018.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton *et al.* **Território, Territórios: Ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-21.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **Observatorio Social de América Latina**. Ano 6. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 255-261. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/arq.2018.142.06>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SAYEGH, Liliane Márcia Lucas. A relação das ações preservacionistas na conduta do Ministério Público e da Municipalidade: a gestão do carnaval de Ouro Preto. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v. 30, p.1-4, 2022. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/po6uosqorfezrjs6ix5mvwxcue/access/wayback/https://www.scielo.br/j/anaismp/a/TNbwk5cbBJf8rRrMfTVhfvd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 mai. 2023.

SCARPELINE, Rosaelena. A construção museológica de uma Casa Museu. **Revista Musear**, n. 1, 2012.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letas, 1996.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3. ed. Record: Rio de Janeiro, 2003.

SERRES, Michel. L'art des ponts. *In: Assemblée générale* – Intervention de Michel Serres. 2007. Disponível em: http://www.unicef.org/docs/2010155835_michel-serres.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

SILVA, A. V. da. As Muralhas da Ribeira de Lisboa, vol. I. *In: Lisboa: publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1987 apud KRUS, Alexandra; CAMEIRA, Isabel; MARTINGIL, Márcio. Rua do Comércio Nº 1 a 13, Lisboa: Metamorfose Espacial. In: Encontro de Arqueologia de Lisboa: uma cidade em escavação, 1., Lisboa, 2017. Anais [...]. p. 415-424.*

SILVA, Fabiano Gomes da. A construção da urbe. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 104-119, jul./dez., 2009. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1091>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVA, Lucílio Luís. Educação e trabalho para o progresso da nação: o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto (1886-1946). 2009. Dissertação (Mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Maria Angélica. Construindo territórios: o Barroco, a Arcádia e as vastidões selvagens. *In: Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXVIII, n. 2, 2002. Anais [...]. p. 125-143. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23963>. Acesso em: 25 mar. 2022.*

SILVA, Maria Angélica; BATISTA, Matheus Henrique; OLIVEIRA, Matheus; SILVA, Rafael. Derivar, corporificar, vestir arquiteturas: caminhos de apreender o mundo. **Ímpeto – Revista de Arquitetura e Urbanismo**, n. 12, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaimpeto/article/view/14144/10353>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SMITH, Robert Chester. Robert Smith e o Brasil: arquitetura e urbanismo. REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.). *In: IPHAN*. Brasília, 2012. v. 1.

SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto**: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950. Rio de Janeiro: Iphan; Copedoc, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. O falso fausto. *In: Os Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias, milagres**: aspectos do catolicismo popular. Natal: IFRN, 2013. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1090/Festas%20Procissoes%20R>

omarias%20Milagres%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 jan. 2022.

TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; DE LILLE, Laurent coudroy; D'ARC, H el ene Riviere. **A aventura das palavras da cidade, atrav es dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra Editora. 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/386263470/A-Aventura-Das-Palavras-Da-Cidade-Atraves-Dos-Tempos-Das-Linguas-e-Das-Sociedades-2014-Verbetes-Selecionados>. Acesso em: 20 jun. 2021.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradu o de Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percep o, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1974.

UNESCO. **Lista do patrimônio mundial – City of Potosí**. 1987. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/420/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

UNESCO. **Lista do patrimônio mundial - Old Bridge Area of the Old City of Mostar**. 2005. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/946/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica**. São Paulo: Perspectivas, 1977.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descri o geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais. Estudo crítico por Carla Maria Junho Anastasia. Transcri o e pesquisa histórica por Carla Maria Junho Anastasia e Marcelo Cândido da Silva. *In*: **Cole o Mineriana**. Belo Horizonte: Funda o João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. (Série Clássicos).

VELOSO, Tércio. **Terrenos urbanos**: os aforamentos da sesmaria da câmara de Vila Rica e a sociedade mineira setecentista (1711-1809). 2018. 387 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

VENTURA, Tha sa Folgosi Fr es. **Interface entre espaço público e privado**: a influência da legisla o na produ o do espaço urbano. 2016. 193 f. Disserta o (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-02092016-133110/publico/thaisaventurarev.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

VIEIRA, Liliane de Castro. Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. **Revista CPC**. São Paulo, n. 22, p. 145-189, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/119887>. Acesso em: 20 jun. 2020.

VILLASCHI, João Nazario Simões. **Hermen utica do patrimônio e apropria o do território em Ouro Preto - MG**. 2014. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de

São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07112014-184004/fr.php>.
Acesso em: 20 jun.2020.

WEHLING, Arno. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WERNECK, Márcio de Souza; PEDRALLI, Gilberto; KOENIG, Rossana; GISEKE, Letícia Farah. Florística e estrutura de três trechos de uma floresta semidecídua na Estação Ecológica do Tripuí, Ouro Preto, MG. **Brazilian Journal of Botany**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 97-106, 2000. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbb/a/Xc9rLTypcfqGPSv4yFNfVmw/?lang=pt#>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ANEXO 1 - VERBETE

Verbetes

Largo (pl. largos)

Português Brasil, substantivo masculino ou adjetivo.

Definições:

Largo: adj. “extenso em largura [...]”; “Comprido, dilatado; largo tempo” [...] “Extenso, difuso; lançar o coração ao largo, ter bom animo” (SILVA; BLUTEAU, 1858, p.8).

Largo: subst. “Área urbana espaçosa na confluência de ruas = PRAÇA, TERREIRO”⁸⁰.

Largo: adj. “Arquit. Que apresenta uma disposição grandiosa nas massas. Que tem bastante amplitude na caixa torácica: ‘sacudi a cabeça, respirou largo, e pegou nas mãos do marido, que ficara de pé’, *Machado de Assis, Quincas Borba*, cap. 50, 104. Diz-se do mar alto: ‘escutou o canto feiticeiro das sereias do mar largo...’, *Ricardo Jorge, Canhenho dum Vagamundo*, 248.” (SILVA; BLUTEAU, 1789, p. 154).

Largo: s.m. “Pequena praça: ‘... na escola pública, uma que funcionava no Largo de Nazaré...’, *Jorge Amado, Jubiabá*, 51. Largura, Largueza. [...] Ao largo, afastado de determinado ponto, a distância: ‘...e, ia lividescer os pânpanos das latadas até se esvaír ao largo contra as umbreiras do portão...’, *Aquilino Ribeiro, Uma Luz ao Longe*, cap. 14, 279; [...] De largo a largo, de um lado ao outro no sentido da largura; a toda a largura. Pôr-se ou fazer-se ao largo, partir, afastar-se de determinado ponto; arrendar-se” (SILVA; BLUTEAU, 1789, p. 155).

Largus: “adj. 1. Abundante; copioso; que brota em abundancia (tal das fontes, rios, etc.). 2. Que dá em abundancia; generoso; liberal. 3. Rico; que abunda” (TORRINHA, 1937, p. 467).

“Casamento e divórcio da lagartixa

[...] Disse a lagartixa um dia:

‘Eu só ficarei solteira
se não achar nesta terra
um diabo que me queira,
procurarei desde as casas
até o largo da feira [...]’

(FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 1973, p. 215)

⁸⁰ In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/largo>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ANEXO 2 – FONTES E TRANSCRIÇÕES

ÍNDICE CRONOLÓGICO			
DATA	DESCRIÇÃO	TRANSCRIÇÃO GRIFO	REFERÊNCIA FONTE
1 9 5 3 - 1 7 8 6	Transcrição do Documento que trata da mudança do Chafariz dos Contos feita pelo DPHAN em 1953. O original é de 1786.	"Accordarao afinar aprovizan que mandarao passar a Jose Honorio de Valladares e Aboin porbemdaqual lhe concedido facultadepara poder utilizarse da agoa doxa fariz do Largo da Ponte de SamJose que se havia demudar para aentrada darua novadas Flores que prefentemente se estava alargando ereformando depois decair aopublico, eseguir dataça parao tanque aquefobrafce dascavalgaduras: tudo naforma expacfeada namesmaProviszan" (Transcrição realizada em 28 de dezembro de 1953 por João Batista Gomes, Perito em Belas Artes pelo DHAN).	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Inventário de Proteção do Acervo Cultural: Chafariz de São José ou dos Contos. 2012.
1 7 4 4	Solicitação de pagamento de obras realizadas por Gonçalo Antônio de Oliveira e Antônio Moreira Duarte.	"[...] 6. Dizem GonSallo Antonio de oliveira e Antonio Moreira Du / 7. arte que por aSuplica junta e Rol e [?] / 8. lhe mandar oalmotaça Recorrao [ao mesmo para] / 9. que por Sua horдем fizeraõ nafatura da a / 10. go[a] doxafaris da ponte deSão Jozе emque / 11. por oRol junto Semostra adespeza de Sete / 12. oi tavas deouro [o] s coais esperaõ. vossas mercês se / 13. dignem mandar que o [ti] Zoureiro lhos pago por / 14. Ser des peza feita e nesecaria aobem cumum / 15. Como da Supli cajunta consta do almota / 16. çe que aobrigou afazer por coanto [...]" (p. 3) "[...] 1. Requerido pelo [povo] oque os AlmotaSes atuais / 2. MandaSem meter adita agoa por estarem os / 3. xafaririzes SeCos [cos] moradores não terem don / 4. de Se Remediarem deagoa tanto para beber / 5. Como para omais que dita CareSem e[Comes] / 6. tes Requerimentos forão Servidos os almon / 7. taSes Servidos mandar meter adita agoa / 8. dos [xafarizes] [e] por viquas nas que tinhaõ / 9. podres emepareSe Ser justo Mandar / 10. S pagar oque Consta doRol junto eSuplica / 11. dapetiçam eSer embargo que vossa mercê mandarár / 12. oque forem Servidos Villa Rica 21 de Maio / 13. de 1744 [...]" (p. 3-4).	ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (Brasil). Solicitação de pagamento de obras realizadas por Gonçalo Antônio de Oliveira e Antônio Moreira Duarte. Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx 15. Doc. 16. 04/06/1744.
1 7 4 6	Documentos de compra de um chafariz e sua respectiva arrematação.	"[...] 5. pelo deSenho junto que se acha aSignado / 6. pelo dito Senado e a dita Fonte seade fazer / 7. as e o pé da Ponte de São Jozeph / 8. que se acha precnciado e deZaterrar[...]" (p. 2). "[...] 9. O chafariz e sua respectiva Rematante sera obrigado a fazer adita obra pelo deSe / 10. nho e planta que se acha a Signado poreste Senado, e a dita obra/ 11. ade ser de Cantaria e alVenaria levará dois paredóis que a sua / 12. grosura he oque mostra no deSenho, e a Sim como tambem e a al / 13. tura dos ditos paredóis e o Seu comprimento o ditos Setenta palmos/ 14. que he o de frente e no meyo do dito paredão ade [Lezer] adita Fonte / 15. ficando igual comprimento do lado eo outro paredão ele a de ficar / 16. cadeando com as cazas de Manoel Roiz; que ade fazer / 17. os quadria o qual ade ter a mesma grosura e altura do da Frente / 18. e nele levará [huns] a Sentos de Cantaria eno fim do dito pa / 19. redão levará um tanque de cantaria de treze palmos de- / 20. comprido e de alto tres ede largo tres e a grosura da pedra do dito / 21. tanque terá hum palmo e terá seu sumidouro o qual Se [hira] / 22. ajuntar com o da Frente porbaxo do chão de forma tal que / 23. hira de [acahir] no [barraco] de frente para o Seu tempo se fazer / 24. huma fonte de Lavar, e o dito tanque aCima levava huma / 25. Rua com sua CaRanca de bronze na altura que baste ao com- / 26. primento do dito paredão ade ser desde domde a panhar a altura / 27. da terra donde seachava a Fonte velha até [confimar] com / 28. ode frente, e por sima levará huma [floira] de pedra de / 29. cantaria para reparo dos ditos paredões / 28. Levará huma pia depedra de Tacollomi de bronze com as / 29. suas [reparticõins] para se encaminharem as agoas para as bicas que mos- / 30. tra o desenho as quais serão de bronze; eadita pia terá emquadra / 31. seis palmos [adegroço], Levará	ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (Brasil). Documentos de compra de um chafariz e sua respectiva arrematação. Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx 19. Doc. 15. 30/07/1746.

1 7 2 0 - 1 7 3 5	Posturas	"[...] 16. Seram obridadoz aque as Ruas ecaleadas desta Villa / 17.andem Lim pas edireitas obrigando aos [mesmos] aque caleem / 18.e alimpemSuas testadaz eoque faltar condenaram / 19.na forma ao diante [declarada] [...]" (p.1). "[...] Toda apeSoa que [tiver] Logea aberta dequal quer genero / 3. de [mercadoria], eSea charSem licença deste Sennado / 4.pagara oito oitavaz deouro [...]" (p. 4). "[...] 8.XIII / 9.Toda apeSoa que não Tiver as Testadaz das Suas ca / 10.zas [he] e meioda Rua caleadaz direitas elimpaz / 11. eSem Regoz pagar oito oitavaz deouro.....//[8/8 oitavas] / 12.XIV / 13.Toda apeSoa que fizer cazas ou Retificar as que ti / 14.ver Sem Licença do Sennado pagara oito oitavaz.....//[8/8 oitavas] / 15.XV / 16. [Exedendo] [as] Ruação que Selhe fizer elhe [botara] / 17.abaixo, e pagara oito oitavas deouro.....//[8/8 oitavas] [...]" (p. 5) "[...] 12.XXIV / 13.Todo o lavrador depam dotermo deste villa que não / 14.tiverem astestadaz das Suas RoSas com os caminhoz / 15. apontes que lhepertencerem feitas econcertadoz Livres / 16. [deato] Leiro elagoaz capases deporelles Sefaser [Jorna] / 17.da pela primeyra vez que osditoz caminhoz epontes Se / 18.não acharem correntes, Seram condenadoz em dose / 19.oitavaz deouro.....//[12/8 oitavas] [...]" (p. 7-8)	ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (BRASIL). Posturas. Secretaria de Governo. CMOP-10. Rolo 17. Gav.E-2. 1720-1745. Disponível em < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modulos/cmop/brtacervo.php?cid=5945 >. Acesso em: mar de 2021.
?	Relatório dos trabalhos da Ponte de São José	"[...]4.Lembrança da direção que vossas mercês [darão] para sefazer a[Ponte / 5.de São Jozê antes de Se Rematar chamarão vossas mercês os homens / 6.quepertendião Lançar nadita ponte eSerão juntos com / 7.[vossas mercês] adita paraye eahi determinarão ser feita nadita / 8. paraye donde Seacha prençipiada epara Signal lhe terão / 9. huá capoeira alta que na mesma paraye Seacha e nabre/ 10.ação Seguinte Rematou ao Rematante eponte namesma confor / 11.[midade] que havia dehir [naquela] mesma paraye enabreação [3] [...]" (p.1). *	ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (Brasil). Relatório dos trabalhos da Ponte de São José. Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx 17. Doc. 75. s/d.
1 7 3 4	Requerimento de Bernardo Álvares da Neiva solicitando 15 ou 20 braças de terra devolutas no Caminho Novo, perto da Ponte de São José.	"Diz Bernardo Álvares da Neiva morador nessa Villa queno caminho Novo quevai da Ponte deSao Jose [ilegível] devoluto queterao quinzeevintebraças, donde [ilegível] fazer suas moradas decasas porque paraefeito [ilegível] nesecita de um excessivo trabalho pella muita terra que seadeabater pella construção de [ilegível] que este nobre sennado [ilegível] dellas, atendendo a [ilegível] da Viila" *	ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (Brasil). Requerimento de Bernardo Álvares da Neiva solicitando 15 ou 20 braças de terra devolutas no Caminho Novo, perto da Ponte de São José. Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx 07. Doc. 15. 28/08/1734.
1 7 7 5	Solicitação do pagamento, das madeiras que foram fornecidas para a reforma do encanamento de água do chafariz de São José e para a construção dos coretos que serão usados na posse do governador (por Manuel da Conceição)	"[...] 2.Rol das madeiras que Segastarão no 3º ComSerto / 3.que Sefez no emCanamento dagoa que tem o Xafariz / 4.deS. Jozé, Como tambem dos coretos que [aprontei] / 5.para a poSe doSenhor [?] amesma ordem [seguinte] / 6.[VI]" (p. 2). *	ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (Brasil). Solicitação do pagamento, das madeiras que foram fornecidas para a reforma do encanamento de água do chafariz de São José e para a construção dos coretos que serão usados na posse do governador. Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx 49. Doc. 84. 30/12/1775.

* Transcrições realizadas pela historiadora Júlia Ferreira Matos